



# FACAMP Model United Nations 2024

## **Research Guides**

### **Editors**

Patrícia Nogueira Rinaldi  
Patricia Capelini Borelli  
Roberta Silva Machado  
Rúbia Marcussi Pontes



Ficha catalográfica  
Biblioteca da FACAMP

A188 Act Now: save today our tomorrow Resource Guides FACAMP Model United Nations 2024. / Patricia Capelini Borelli... [et al.]. – Campinas: FACAMP, 2024. 264 p.

ISBN: 978-65-991929-6-8 [versão eletrônica]

1. Organização das Nações Unidas - ONU. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Soluções baseadas na natureza. 4. Paz e segurança Internacionais. 5. Crianças e conflitos armados. I. Borelli, Patrícia Capelini. II. Rinaldi, Patricia Nogueira. III. Pontes, Rúbia Marcussi. IV. Machado, Roberta Silva. V. Título.

CDD: 327

Bibliotecária: Jeane Carolino Santos – CRB 8/9371

# ASSEMBLEIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE

**5 a 8 SETEMBRO 2024**

Presencial | Campus da FACAMP



GUIA DE  
PESQUISA 



## GUIA DE PESQUISA

### ASSEMBLEIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE

# SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### **Autores e autoras**

Antonia de Toledo da Conceição	Luíza De Godoy Picarelli Marcolino
Antonio Bassetto de Paula	Manuela Oliveira Souza
Beatriz Pierre Fernandes	Maria Fernanda de Paiva Julidori
Carolina Barbosa Torres	Mariana Cabral Cordão
Fernanda Reberte Maia	Pietra Martins Pinto
Gabriele Ushiroda	Quésia Lorryne Paula Santos
João Vitor Santos	Sabrina de Moura Leite Rabelo
Lara Rocha de Oliveira	Yasmin Cristine dos Santos Castro

#### **Orientadoras**

Professora Dra. Patricia Capelini Borelli  
Professora Dra. Patrícia Nogueira Rinaldi





## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>3</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>REFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS.....</b>	<b>17</b>
Relatórios do PNUMA .....	17
Resoluções e outras decisões internacionais .....	19
<b>OUTRAS REFERÊNCIAS DA ONU.....</b>	<b>21</b>
Outras publicações .....	21
Websites oficiais.....	22
<b>RECURSOS EXTRAS .....</b>	<b>24</b>
Artigos acadêmicos .....	24
Outras referências.....	24
Websites.....	25
Bases de dados .....	26
Documentários.....	29
<b>POSIÇÃO OFICIAL DOS GRUPOS REGIONAIS.....</b>	<b>31</b>
Ásia-Pacífico.....	31
América Latina e Caribe .....	34
África e Liga Árabe .....	39
Europa Ocidental e JUSSCANZ .....	45
Grupos principais e partes interessadas.....	50





## PREFÁCIO

Prezado(a) delegado(a),

Estamos muito felizes com sua participação na Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA) do FACAMP Model United Nations (FAMUN) 2024. Nos alegramos em saber que você aceitou o desafio de participar dessa simulação e, com isso, agir agora para nos ajudar a encontrar soluções para o nosso futuro. Esse será um momento de muito aprendizado e amadurecimento, e gostaríamos que você soubesse que estaremos à sua disposição, desde a pesquisa sobre o tópico até a simulação, para que você tenha a melhor experiência possível nos dias da conferência!

Pensando em salvar hoje o nosso amanhã, nós da equipe do FAMUN 2024 queremos convidar você a pensar, discutir e desenvolver ações que reconsiderem a forma como interagimos com a natureza. Os eventos climáticos extremos estão se tornando cada vez mais constantes, afetando diretamente as vidas de milhões de pessoas e outros seres vivos. Uma resposta para a crise climática-ambiental requer repensarmos a maneira como estamos vivendo nesse planeta. O FAMUN é o ambiente ideal para refletir sobre essas questões que exigem ações imediatas. Nesse processo, a conferência se torna a oportunidade para que você, futuro profissional, conheça novas perspectivas e negocie as diferenças para promover mudanças. O amanhã tem de ser protegido hoje, por isso convidamos você a agir agora!

O primeiro passo para a preparação para o FAMUN é conhecer o tópico da simulação. Para isso, preparamos este guia de pesquisa que tem o intuito de auxiliar e guiar seus estudos sobre o tema “Soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento sustentável”. Nas primeiras páginas do documento, você encontrará uma introdução sobre a importância da UNEA e os principais desafios a serem abordados na simulação. Depois disso, haverá uma lista de fontes de pesquisa, que inclui relatórios, resoluções, sites, publicações, entre outros, que auxiliarão você a se aprofundar na pesquisa de preparação para a simulação. Por fim, apresentamos as posições dos grupos regionais, dos grupos principais e das partes interessadas sobre o tema, para orientar a construção de sua estratégia de negociação nos dias do FAMUN.

Frente ao desafio proposto com esse tema, convidamos você a repensar a forma como nós interagimos com a natureza e definir ações que visem um futuro verdadeiramente sustentável, fomentando a harmonia entre os seres humanos e a natureza. E isso deve ser feito em conjunto com as outras delegações. Esperamos que, a partir do diálogo, da diplomacia e do consenso, seja possível encontrar soluções baseadas na natureza que sejam justas, tanto para os seres humanos como para a natureza como um todo!

Atenciosamente,

Luíza De Godoy Picarelli Marcolino – Presidente  
Pietra Martins Pinto – Vice-Presidente  
Gabriele Ushiroda – Secretária  
**Equipe da UNEA 1 – Ensino Médio**





João Vitor Santos Bueno – Presidente  
Carolina Barbosa Torres – Vice-Presidente  
Mariana Cabral Cordão – Secretária

**Equipe da UNEA 2 – Ensino Médio**

Maria Fernanda de Paiva Julidori – Presidente  
Manuela Oliveira Souza – Vice-Presidente  
Beatriz Pierre Fernandes – Secretária

**Equipe da UNEA 3 – Ensino Médio**

Yasmin Cristine dos Santos Castro – Presidente  
Lara Rocha de Oliveira – Vice-Presidente  
Sabrina de Moura Leite Rabelo – Secretária

**Equipe da UNEA – Universidade**

Antonia de Toledo da Conceição – Secretária-Geral do FAMUN 2024  
Antonio Bassetto de Paula – Subsecretário-Geral para Logística  
Fernanda Reberte Maia – Presidente da Assembleia Geral  
Quésia Lorryne Paula Santos – Subsecretária-Geral para Comunicações Globais

**Secretariado Sênior do FAMUN 2024**





## INTRODUÇÃO

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que ocorreu entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, sediada em Estocolmo<sup>1</sup>, a preocupação com as questões ambientais globais têm adquirido uma posição mais central na agenda internacional. Essa preocupação resultou, principalmente, das consequências do processo de desenvolvimento dos países, como o aumento da poluição, a contaminação de rios e dos solos, entre outros fatores. Além de marcar o início da discussão ambiental na agenda internacional, abrindo espaço para a criação do conceito de desenvolvimento sustentável<sup>2</sup>, a conferência trouxe como resultado uma declaração com princípios para equilibrar o crescimento econômico com a proteção ambiental e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)<sup>3</sup> (United Nations General Assembly, 1972, p. 1-2; Abreu et al., 2012, p. 148-150).

O PNUMA está sediado em Nairóbi, no Quênia, sendo a primeira entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) sediada em um país em desenvolvimento. O programa tem um caráter técnico e atua com o monitoramento das questões da agenda ambiental, fornecimento de dados e de análises científicas para apoiar a formulação de políticas e a implementação de ações ambientais (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 5).

Quando criado, em 1972, o PNUMA contava com um Conselho Administrativo (*Governing Council*)<sup>4</sup>, composto por apenas 58 Estados-membros, responsáveis por deliberar sobre os temas relacionados às funções do programa (United Nations General Assembly, 1972, p. 1-2). Porém, desde sua criação, o PNUMA tem trabalhado com outros atores, chamados de grupos principais e outras partes interessadas, que

---

<sup>1</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, foi um marco na história da preservação ambiental global. Reuniu representantes de 113 países e mais de 400 instituições governamentais e não-governamentais para discutir os impactos do desenvolvimento humano no meio ambiente. Um ponto central do debate foi a proposta do “desenvolvimento zero”, que defendia a estagnação do crescimento econômico para evitar crises ambientais. No entanto, essa ideia conflitou com os interesses de países em desenvolvimento que buscavam melhorar a qualidade de vida de suas populações por meio do crescimento econômico. A conferência abordou temas como chuva ácida, poluição do ar e uso sustentável dos recursos naturais e resultou na criação de um documento importante sobre preservação e uso dos recursos naturais em escala global, estabelecendo as bases para futuras iniciativas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável (Abreu et al., 2012, p. 148-150).

<sup>2</sup> Desenvolvimento sustentável refere-se a um modelo de progresso que equilibra o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e o bem-estar social. É uma abordagem que visa atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades. O conceito propõe construir um futuro próspero que respeite os recursos naturais, promova a igualdade e proteja o meio ambiente para as gerações vindouras (Nações Unidas Brasil, 2020).

<sup>3</sup> O PNUMA foi estabelecido por meio da resolução 2997(XXVII), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1972 (United Nations General Assembly, 1972).

<sup>4</sup> Um Conselho Administrativo é uma entidade responsável por tomar decisões e estabelecer diretrizes para uma organização ou programa específico. No contexto da ONU, muitas agências e programas têm seus próprios Conselhos Administrativos, compostos por representantes dos Estados-membros. No PNUMA, o Conselho Administrativo é composto por representantes dos Estados-membros que se reúnem regularmente para tomar decisões sobre políticas, programas e atividades relacionadas ao meio ambiente global. Essas decisões podem incluir a aprovação de projetos de conservação ambiental, a alocação de fundos para iniciativas de sustentabilidade e a definição de prioridades para a agenda ambiental global. Tal Conselho desempenha um papel crucial na orientação e no direcionamento das ações e operações do PNUMA, garantindo assim que suas atividades estejam alinhadas com os objetivos e valores dos Estados-membros (United Nations Environment Assembly, 2024 b).







incluem organizações não-governamentais, grupos de representantes de povos indígenas, de mulheres, de crianças e da juventude, entre outros, para impulsionar compromissos globais e coordenar ações para enfrentar os desafios ambientais mais urgentes (United Nations Environment Assembly, 2024 b).

A agenda ambiental ganhou maior visibilidade no início dos anos 1990, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que discutiu meios para implementar o desenvolvimento sustentável. A conferência também direcionou maior atenção a temas específicos da agenda ambiental, como a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas, resultando na criação de convenções específicas para tratar dessas questões (Abreu et al., 2012, p. 149-150).

Vinte anos depois, uma nova conferência foi convocada para discutir o andamento dos compromissos estabelecidos na Rio-92: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro em 2012<sup>5</sup>. A decisão de criar a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA) foi um resultado dessa conferência, visando a criação de um órgão mais robusto e com representação universal para lidar com os desafios ambientais emergentes desde uma perspectiva do desenvolvimento sustentável – e, mais especificamente, da Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que já estavam sendo negociados naquele contexto (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 7).

A UNEA foi oficialmente estabelecida em 2012, como um órgão deliberativo, substituindo o Conselho Administrativo do PNUMA. A principal função da UNEA é a de tomar decisões a respeito de assuntos da agenda ambiental, sobretudo para subsidiar a formulação de políticas e a implementação das normas do direito internacional relacionadas à temática. A UNEA, portanto, é o fórum decisório crucial para as políticas ambientais globais, enquanto o PNUMA fornece o suporte técnico e científico essencial para a implementação dessas políticas. Devido à interdependência desses temas, as decisões são comumente acordadas por consenso entre os Estados-membros (United Nations Environment Assembly, 2024 b).

Diferentemente do Conselho Administrativo que a precedeu, a UNEA é composta pelos 193 Estados-membros da ONU, sendo, portanto, mais democrática. Em questão de liderança, a UNEA é composta por um Bureau, que compreende um(a) presidente, oito vice-presidentes e um relator(a), que auxiliam o(a) presidente na condução geral das negociações. Além dos Estados-membros, compõem a UNEA os grupos principais e outras partes interessadas, que participam ativamente das negociações sobre os tópicos da agenda da Assembleia, embora não possuam o direito de voto. Ainda assim, os grupos principais e as partes interessadas são importantes, pois representam as demandas da sociedade civil e contribuem com conhecimento científico, político e jurídico, evidenciado por suas práticas ativistas,

---

<sup>5</sup> Durante a Rio+20, líderes de todo o mundo se reuniram para discutir questões cruciais relacionadas ao desenvolvimento sustentável global. Um dos principais objetivos da Rio+20 foi avaliar o progresso alcançado desde a Rio-92. Na Rio+20, os participantes discutiram amplamente temas como a economia verde, a erradicação da pobreza e a necessidade de uma governança ambiental eficaz. Além disso, foi debatida a importância de estabelecer metas e compromissos globais para enfrentar os desafios ambientais e sociais do século XXI. A Rio+20 destacou a importância da cooperação internacional e da ação coletiva para enfrentar os desafios ambientais e sociais do nosso tempo. Foi um marco importante na história do desenvolvimento sustentável, demonstrando o compromisso dos países em trabalhar juntos para garantir um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras (Nações Unidas Brasil, 2020).





que promovem pressão política para a responsabilização dos Estados (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 10-11; 15-16).

A UNEA se reúne a cada dois anos para deliberar sobre diferentes temas relacionados à agenda de meio ambiente. Cabe dar destaque à sua 5ª sessão, conhecida como UNEA-5, e que foi realizada em duas partes: uma sessão online em 2021 e uma sessão presencial em 2022, devido ao contexto da pandemia de COVID-19. A UNEA-5 teve como tema central: “Fortalecer Ações pela Natureza para Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Essa sessão teve um significado especial, pois coincidiu com o 50º aniversário da Conferência de Estocolmo e do PNUMA. Além disso, para lidar com as consequências da pandemia, a UNEA-5 trouxe à tona a interconexão entre saúde humana, saúde ambiental e sistemas econômicos diante do aumento de frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos, destacando a urgência de ações para o combate das alterações ambientais (United Nations Environment Assembly, 2024 a).

Diante de tal tema, a 5ª sessão da UNEA discutiu a restauração dos ecossistemas, a gestão de produtos químicos e resíduos e o combate à poluição plástica, ressaltando a necessidade de ações globais coordenadas. Além disso, houve debates significativos sobre as mudanças climáticas, incluindo medidas de mitigação e adaptação, assim como a importância do envolvimento de comunidades indígenas e povos tradicionais que são mais vulneráveis às consequências da crise climática. Outro ponto importante foi a necessidade de financiamento para promover o desenvolvimento sustentável (United Nations Environment Assembly, 2024 a).

A UNEA-5 também discutiu o papel central da natureza para lidar com os diferentes desafios globais atuais. Nesse sentido, a Assembleia adotou a resolução 5/5, de 2 de março de 2022, a primeira (e única até o momento) sobre o item da agenda “Soluções baseadas na natureza para apoiar o desenvolvimento sustentável”. A UNEA estabeleceu, pela primeira vez e por meio dessa resolução, uma definição sobre o que seriam soluções baseadas na natureza (SbN). Por mais que o conceito já fosse utilizado na academia e em organizações internacionais e não-governamentais, ainda não havia sido estabelecido um entendimento comum entre Estados-membros sobre seu significado. Por meio desta resolução, a UNEA definiu, então, as SbN como:

ações para proteger, conservar, restaurar, usar de forma sustentável e manejar ecossistemas terrestres, de água doce, costeiros e marinhos, naturais ou modificados, que abordem também desafios sociais, econômicos e ambientais, de forma efetiva e adaptável, ao mesmo tempo em que promove o bem-estar humano, serviços ecossistêmicos, resiliência e benefícios para a biodiversidade (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2, tradução nossa<sup>6</sup>).

Uma vez que o conceito é relativamente amplo, a UNEA estabeleceu, por meio da resolução 5/5, alguns critérios para definir as SbN, os quais estão resumidos no Quadro 1 abaixo. Por exemplo, as SbN devem ser centradas na natureza, mas a partir de ações adaptáveis ao contexto local de cada país; elas devem inspirar inovações e a pesquisa científica; devem respeitar as salvaguardas socioambientais e são

---

<sup>6</sup> Do original: “...actions to protect, conserve, restore, sustainably use and manage natural or modified terrestrial, freshwater, coastal and marine ecosystems which address social, economic and environmental challenges effectively and adaptively, while simultaneously providing human well-being, ecosystem services, resilience and biodiversity benefits” (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2).





consideradas essenciais para alcançar os ODS. A resolução reconhece também o importante papel desempenhado pelas SbN no combate à crise climática, mas enfatiza que essas medidas são complementares e não substituem a urgência de ações concretas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2).

**Quadro 1 - Alguns critérios para definição de soluções baseadas na natureza, a partir da resolução 5/5**

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>
1	Devem respeitar as questões sociais e ambientais e a proteção em relação às comunidades locais e aos povos indígenas
2	Podem ser implementadas a partir da realidade e capacidade de cada um dos Estados-membros
3	Têm a capacidade de estimular a inovação sustentável e a investigação científica
4	Estão diretamente ligadas ao alcance dos ODS, dentre eles: combate às alterações climáticas, vida debaixo da água e vida sobre a terra
5	Devem preservar, restaurar e gerir de forma sustentável os ecossistemas, naturais ou modificados
6	Devem abordar os desafios sociais, econômicos e ambientais, almejando decisões que cubram o bem-estar humano, benefícios para a biodiversidade e a conservação dos ecossistemas
7	Contribuem para a ação climática, melhorando a capacidade de adaptação, resiliência e mitigação das alterações climáticas
8	Devem estar em harmonia com o conceito de abordagens baseadas nos ecossistemas

Fonte: elaboração própria a partir da resolução 5/5 da UNEA (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2).

O alinhamento com as abordagens baseadas nos ecossistemas é outro ponto relevante para a definição de SbN. As abordagens baseadas nos ecossistemas foram definidas na Convenção sobre Biodiversidade de 1992 e reforçadas no Marco Global Kunming-Montreal da Diversidade Biológica, de 2022. Tais abordagens visam a preservação e restauração dos ecossistemas por meio de uma gestão integrada dos solos, da água e de outras entidades vivas e não-vivas que compartilham o mesmo ambiente de forma interdependente (Convention on Biological Diversity, 2024). Assim, as SbN devem estar em harmonia com tais abordagens, no sentido de atuarem em prol da preservação e restauração dos ecossistemas.

As SbN devem ainda ser atreladas ao objetivo de promover padrões de consumo e produção verdadeiramente sustentáveis, que não sejam prejudiciais nem





para a natureza, nem para os povos originários e tradicionais. Nesse sentido, a resolução 5/5 reconhece a importância de incluir na formulação de SbN as perspectivas de comunidades indígenas e tradicionais, já que eles apresentam conhecimentos e visões ancestrais que têm como prioridade a vida humana em harmonia com a natureza (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2-3).

É importante notar que o envolvimento de outros grupos específicos, como comunidades locais, mulheres, jovens e crianças, assegura que as soluções propostas sejam culturalmente apropriadas, socialmente aceitáveis e ecologicamente viáveis, o que vai ao encontro dos critérios estabelecidos para as SbN na resolução da UNEA. Além disso, a participação desses grupos promove maior equidade e justiça social, garantindo que os benefícios das SbN sejam distribuídos de maneira justa e que as vozes das comunidades mais afetadas pelas mudanças ambientais sejam ouvidas e consideradas nas decisões políticas. A inclusão de jovens, especialmente, é crucial para garantir a continuidade das iniciativas de sustentabilidade a longo prazo, fomentando uma nova geração de líderes ambientais comprometidos com a preservação do planeta. Desse modo, a inclusão de todas essas partes interessadas é fundamental para a eficácia, legitimidade e sustentabilidade das SbN, fortalecendo a resiliência das comunidades e dos ecossistemas (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2-3).

A agroecologia é um exemplo de SbN que demonstra como as comunidades locais, especialmente as de mulheres, possuem práticas de manejo sustentável da natureza. Por meio da restauração dos ecossistemas e da biodiversidade, a agroecologia visa implementar um sistema alimentar que esteja em harmonia com a natureza, promovendo assim um ambiente e alimentos mais saudáveis, garantindo a segurança alimentar da população local ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida das pessoas e do planeta (Choi et al., 2023).

A despeito da importante contribuição da resolução 5/5 da UNEA em prover uma definição de SbN, é possível observar que existem interpretações distintas para o conceito e que são utilizadas em artigos acadêmicos, nas organizações internacionais e não-governamentais, e mesmo nas políticas públicas dos países. Assim, com o objetivo de tornar sua definição mais específica, a UNEA solicitou ao PNUMA que organizasse consultas intergovernamentais com os Estados-membros, grupos principais e outras partes interessadas, com o objetivo de reunir exemplos de boas práticas e avaliar os critérios, padrões e as diretrizes a fim de aprimorar o entendimento e a implementação de SbN (United Nations Environment Programme, 2024).

A compilação de exemplos de boas práticas foi disponibilizada pelo PNUMA e pela UNEA entre 2023 e 2024. Nas submissões feitas nessas consultas intergovernamentais, principalmente por parte dos Estados-membros, ficou evidente que a ampla definição de SbN dificulta um entendimento comum sobre o que efetivamente são essas soluções, uma vez que cada país dá destaque a medidas que se relacionam com seus próprios interesses e que, muitas vezes, até se contradizem (United Nations Environment Programme, 2024). Nesse sentido, é interessante notar a nítida discrepância entre países do Norte Global e do Sul Global<sup>7</sup> no entendimento sobre as SbN.

---

<sup>7</sup> Norte Global e Sul Global são categorias políticas (e não geográficas) utilizadas na ONU para se referir, respectivamente, aos países desenvolvidos e industrializados (especialmente da Europa e da América do Norte); e aos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos (especialmente da América Latina e Caribe, África e Ásia-Pacífico).





De forma geral, os países do Norte Global encaram as SbN como essenciais para o enfrentamento da crise climática, a garantia de segurança alimentar e hídrica e a redução de riscos de desastres e saúde e bem-estar dos seres humanos. Entretanto, fazem isso destacando a importância do uso da tecnologia para assegurar a eficácia das SbN, que seria garantida e mensurada pelo crescimento econômico e pela criação de empregos verdes (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 1).

Um projeto desenvolvido pela União Europeia chamado *Connecting Nature Enterprise Platform*, que tem por objetivo conectar fornecedores e consumidores de SbN, exemplifica bem o posicionamento dos países do Norte Global de que as SbN são fundamentais para a movimentação da economia e o desenvolvimento de novas práticas econômicas (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 2). Cabe, no entanto, questionar se a natureza está realmente o foco dessas ações, ou se seria uma forma de retomar o crescimento do mercado a partir de um discurso ambientalmente aceitável.

Para os países do Sul Global, as SbN também representam uma possível solução para as crises climática e ambiental. Mas, diferentemente dos países do Norte Global, a prioridade não é exatamente as tecnologias para a implementação dessas ações, mas sim utilizar as SbN para lidar com questões socioeconômicas. Parte dos países do Sul Global argumenta sobre a importância de promover SbN com base na justiça climática, afirmando que é papel dos Estados mais poluidores liderarem as iniciativas e investimentos em medidas para redução de Gases do Efeito Estufa (GEE), mas sem que isso prejudique outros países, especialmente os em desenvolvimento (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 2).

Essa perspectiva é compartilhada pela Rede do Terceiro Mundo (*Third World Network*), enquanto uma das partes interessadas que compõem a UNEA. Essa organização não-governamental (ONG) defende que as SbN sejam pautadas pelo princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas<sup>8</sup>, estabelecido na Rio-92. Isso significa que as SbN devem levar em consideração as diferentes realidades e capacidades dos países em implementar medidas para lidar com as crises climática e ambiental e outros problemas a ela relacionados, especialmente em termos de financiamento. Nesse sentido, a ONG afirma que é preciso tomar cuidado para que as SbN não sejam integradas aos mercados de compensação de carbono e biodiversidade, os quais – sendo mecanismos de mercado – tendem a reforçar as desigualdades entre Norte e Sul Globais, colocando em risco as comunidades locais tradicionais e a própria natureza, uma vez que favorecem o lucro e a desigualdade socioeconômica (United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 1-3).

Há, no entanto, outra parcela de países do Sul Global que levam esse argumento mais a fundo, entendendo as SbN como uma imposição feita pelos países desenvolvidos com o objetivo de driblar os desafios que eles mesmos causaram ao impor uma perspectiva de desenvolvimento pautada pelo extrativismo e exploração

---

<sup>8</sup> O princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” corresponde ao Princípio 7 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma das bases do regime internacional para o meio ambiente. O princípio estabelece que: “Os Estados cooperarão num espírito de parceria global para conservar, proteger e restaurar a saúde e a integridade do ecossistema da Terra. Em vista das diferentes contribuições para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que têm na busca internacional de desenvolvimento sustentável, tendo em conta as pressões que as suas sociedades exercem sobre o ambiente global e das tecnologias e recursos financeiros que eles comandam” (United Nations, 1992, p. 9, tradução nossa).







de recursos naturais. A Bolívia é o país que mais dá destaque a essa questão, afirmando que as SbN, por partirem de uma visão eurocêntrica e antropocêntrica, promovem um neocolonialismo ambiental, uma vez que as ações apresentadas como SbN muitas vezes funcionam como um mecanismo de mercado para tentar resolver problemas gerados pelo próprio capitalismo (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 1).

Os países que possuem maior presença de comunidades tradicionais e indígenas, como a Bolívia e o Equador, entendem que as SbN só seriam realmente eficazes se fossem pautadas por uma visão ecocêntrica, isto é, que tenha como prioridade a natureza e não o mercado e o lucro. Defendem, assim, que é necessário retirar do conceito de SbN o papel mercadológico atribuído à natureza pelo sistema capitalista. Um meio para isso seria reconhecer a natureza como um sujeito de direitos, o que colocaria a natureza como centro das prioridades, ressaltando o papel essencial dos povos indígenas, comunidades locais, mulheres e jovens nesse processo (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 2-4).

Dessa forma, é possível observar duas linhas principais de abordagem sobre SbN: uma que entende as SbN como um mecanismo de garantir o bem-estar humano, e, assim, fundamentada no antropocentrismo e pela lógica de mercado; e outra que faz um apelo à necessidade de entender e definir essas práticas a partir de uma perspectiva ecocêntrica, pautada pelas abordagens baseadas em ecossistemas e por mecanismos de não-mercado. Uma vez que o conceito de SbN foi formulado a partir do Norte Global, a primeira abordagem tem se sobressaído, tendo o apoio de alguns organismos internacionais e empresas multinacionais. O problema é que, por essa linha, as SbN são vistas como ações que colaboram para a manutenção de obstáculos que resultam do próprio capitalismo, como a desigualdade socioeconômica e a visão da natureza como mera fonte de recursos naturais.

Enquanto isso, a noção de SbN pautadas por uma perspectiva ecocêntrica tem sido apoiada por um número relativamente pequeno de países e alguns dos grupos principais e partes interessadas, especialmente aqueles ligados aos povos indígenas, quilombolas, mulheres e jovens. Para esses grupos, há um esforço para fazer das SbN alternativas concretas ao neocolonialismo ambiental e às práticas de *greenwashing*<sup>9</sup> e outras ações que se colocam como sustentáveis, mas que, na realidade, visam somente o lucro e a promoção de tecnologias que favorecem apenas um número pequeno de pessoas (International Institute for Environment and Development, 2021; United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 2-5; United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 3).

Esse esforço em trazer uma perspectiva ecocêntrica importa uma vez que as SbN já são uma realidade e são entendidas, tanto pelo Norte como pelo Sul Globais, como ferramentas cruciais para lidar com os desafios climáticos e ambientais, sendo então instrumentos fundamentais para a implementação dos 17 ODS, especialmente os ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 12 (Consumo e produção sustentáveis), ODS 13 (Combate às alterações climáticas), ODS 14 (Vida debaixo da água) e ODS 15 (Vida sobre a terra).

---

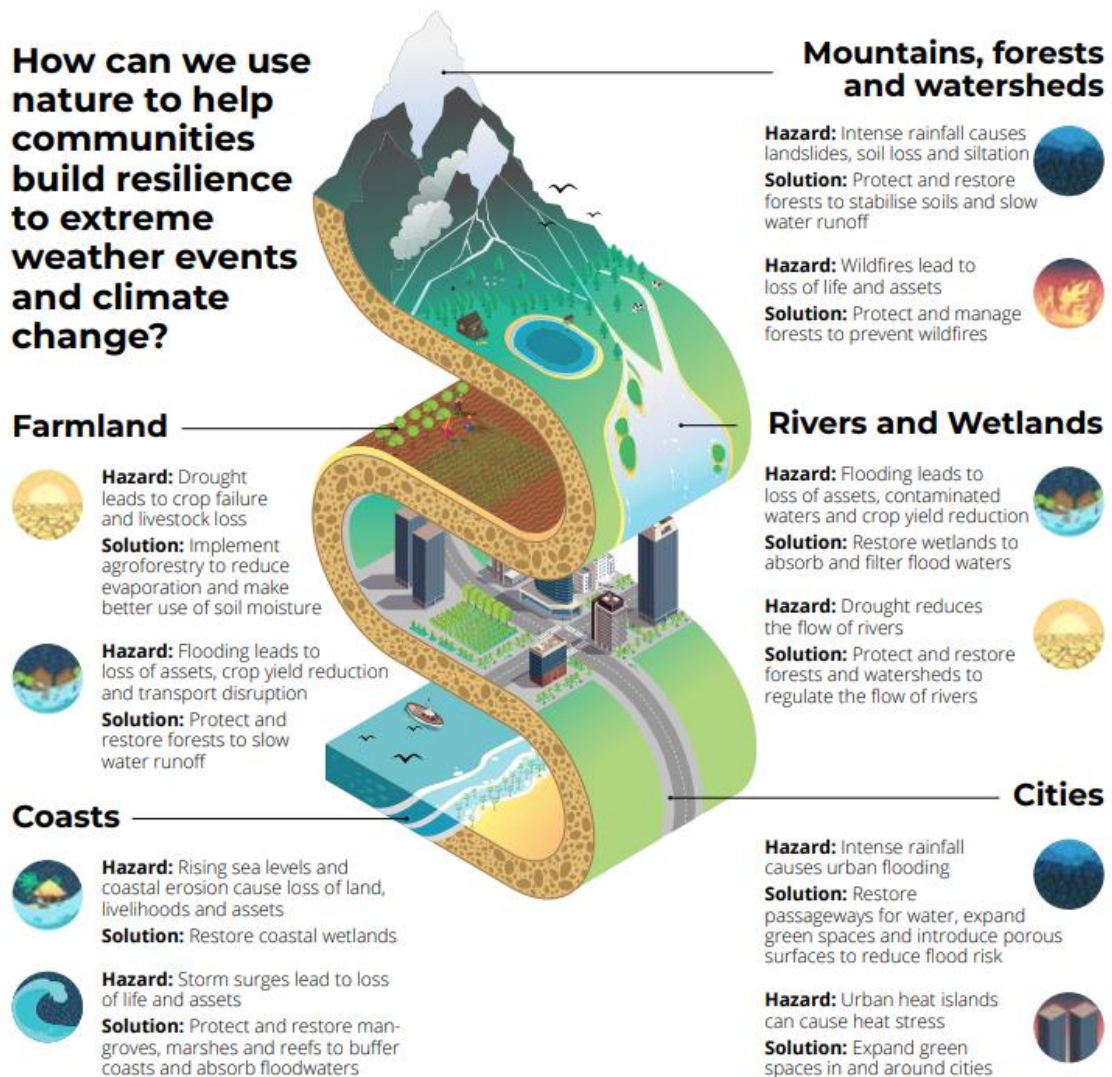
<sup>9</sup> *Greenwashing* pode ser definido como o ato de fazer o público acreditar que uma companhia ou entidade está agindo mais ativamente para a proteção do meio ambiente, quando, de fato, apenas promove falsas soluções para a crise climática e ambiental, que distraem a atenção de ações concretas e verdadeiras (Choi et al., 2023).





Nesse sentido, a UNEA se depara atualmente com alguns desafios para avançar as discussões sobre SbN e garantir que essas ações priorizem a natureza de fato. O **primeiro desafio** diz respeito à implementação de SbN para abordar a tripla crise planetária, entendida como a crise de poluição, a crise climática e a crise da perda da biodiversidade. É válido notar que os três componentes dessa crise derivam diretamente da ação humana sobre o meio ambiente e formam um ciclo vicioso que tende a efeitos catastróficos para todos os seres vivos (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2022).

**Figura 1 – Exemplos de soluções baseadas na natureza e como elas contribuem para lidar com a crise climática**



Source: Adapted from Global Commission on Adaptation, *Adapt Now report*, 2019

Fonte: International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (2021, p. 1).

As mudanças climáticas são um resultado direto da poluição e de outras atividades humanas, em especial das atividades industriais, que são a principal fonte de emissão de GEE, os quais elevam a média de temperatura global, impactando





diretamente o clima e os ecossistemas terrestres. Dessa forma, devem ser pensadas SbN que busquem combater a poluição do ar e a crise climática, diminuindo a concentração de carbono na atmosfera. Dentre as SbN que podem ser efetivas para lidar com essas crises estão a utilização de líquens e algas, o plantio de árvores e a implementação de sistemas verticais de ecologização e *green roofings*<sup>10</sup> (Menon; Sharma, 2021, p. 4-5). Outros exemplos de SbN para lidar com a crise climática são ilustrados na Figura 1 acima.

Ainda relacionado ao primeiro desafio, é necessário abordar como as SbN podem apresentar respostas à perda de biodiversidade. As mudanças nos ecossistemas do planeta, resultantes também de atividades humanas, como a indústria agropecuária, impossibilitam a estabilidade dos diferentes ecossistemas e das espécies de vida que dependem deles (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2022). Nas últimas duas décadas, cerca de 100 milhões de hectares de áreas florestais foram perdidas, representando uma queda de 0,7% da área terrestre ocupada por florestas. Além disso, há a estimativa que 1 milhão das espécies do mundo estão ameaçadas de extinção (United Nations, 2023, p. 42-43). Dessa forma, as SbN devem ser implementadas para restaurar a biodiversidade terrestre e marinha do nosso planeta, respondendo, ao mesmo tempo, a outros problemas. Um grande exemplo disso é o reflorestamento, uma solução que é comumente trazida há anos para combater a concentração de carbono. Entretanto, é importante que não se priorize apenas espécies de plantas que tenham um alto consumo de carbono, mas também espécies nativas das regiões, a fim de evitar que a solução para uma crise se torne a fonte de outra (Choi et al., 2023).

Uma questão a ser considerada ainda nesse primeiro desafio são as diferentes capacidades que os países possuem, em termos de recursos financeiros e tecnológicos, para promover e implementar as SbN. Com isso em mente, é importante levar em conta o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, considerando especialmente a questão da justiça climática.

O **segundo desafio** a ser abordado pela UNEA é garantir que as ações propostas como SbN sejam pautadas por uma perspectiva ecocêntrica, ou seja, que coloque a natureza (e não o mercado) como prioridade. Por isso, pensar em mecanismos de não-mercado, conforme especificado pelo artigo 6.8 do Acordo de Paris, de 2015, é um passo fundamental para garantir que as SbN não sejam utilizadas como um discurso para a manutenção de exploração contínua de recursos naturais para benefício de seres humanos, aumentando o risco de perpetuar um ciclo de degradação ambiental e acentuar as consequências da tripla crise planetária em nome do crescimento econômico (Hidalgo-Capitán et al., 2019, p. 14).

O desafio de adotar SbN ecocêntricas é enorme diante da pressão dos sistemas econômicos e políticos existentes, orientados pela maximização do lucro e do crescimento a curto prazo, em detrimento da saúde a longo prazo dos ecossistemas e dos seres vivos de forma geral (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2024). Ao integrar medidas ecocêntricas às SbN, a interdependência entre os seres humanos e a natureza é reconhecida, destacando a importância de conservar os ecossistemas e a biodiversidade em prol de todas as formas de vida, não apenas a humana. Isso implica na implementação de políticas

---

<sup>10</sup> Sistemas verticais de ecologização e *green roofings* são estruturas que promovem o crescimento de vegetação em áreas urbanas, como em paredes de prédios e telhados, que auxiliam não apenas na mitigação da poluição do ar, mas também no controle de temperaturas (Menon; Sharma, 2021, p. 5).







e práticas que priorizem a mitigação dos impactos humanos sobre o meio ambiente, assegurando a saúde do planeta para as atuais e futuras gerações (Faria, 2014, p. 8).

Como exemplos de mecanismos de não-mercado, é possível citar o manejo sustentável de florestas para mitigação e adaptação climática, a promoção da resiliência socioecológica e atividades de mitigação com desenvolvimento ou transferência de tecnologia apoiados pelas partes envolvidas (Observatório do Clima, 2024, p. 8). É preciso, para tanto, pensar formas de promover uma mudança de paradigma, no sentido de alterar fundamentalmente a mentalidade e as estruturas das instituições e enfrentar a resistência de setores interessados somente na economia.

Com isso em mente, a inclusão de diferentes grupos políticos, sociais e culturais nas discussões e decisões sobre SbN é crucial e corresponde ao **terceiro desafio** que a UNEA precisa lidar sobre esse tema. Entre esses grupos, destacamos a importância dos povos originários, quilombolas e outros povos tradicionais que possuem uma relação mais harmoniosa com a natureza, sendo inclusive considerados seus guardiões. Nesse sentido, os saberes e o conhecimento dos povos originários podem contribuir significativamente para a promoção de SbN alinhadas à perspectiva ecocêntrica. As mulheres também correspondem a um grupo capaz de fomentar um outro paradigma para lidar com a natureza, sobretudo porque são um dos grupos que mais sofrem com as consequências das mudanças climáticas e dos desastres ambientais. Desse modo, trazer as mulheres para o centro das discussões e dos processos de tomada de decisão é um passo fundamental para garantir que as SbN sejam adaptáveis ao contexto local e alinhadas com as demandas da população. O mesmo pode ser dito em relação às crianças e aos jovens, cujo envolvimento é também importante por criar uma consciência sobre a dimensão dos problemas que as SbN podem ajudar a responder e formar novas lideranças políticas comprometidas com ações que sejam verdadeiramente ecocêntricas. Dessa forma, a UNEA precisa tomar decisões para de fato incluir esses grupos nas discussões e nos processos de tomada de decisão sobre SbN, em todos os níveis.

A partir dos conceitos e desafios discutidos, apresentamos três questões para guiar o debate da UNEA do FAMUN 2024:

1. Considerando a definição e os critérios estabelecidos pela resolução 5/5 da UNEA, como promover e implementar SbN que para responder à cada elemento da tripla crise planetária, isto é, poluição, mudanças climáticas e perda de biodiversidade?
2. Como promover e difundir a perspectiva ecocêntrica para garantir que as SbN sejam pautadas por mecanismos de não-mercado e que priorizem a natureza para lidar com os desafios climáticos, ambientais e socioeconômicos?
3. Quais medidas podem ser tomadas para garantir a inclusão dos povos originários, das mulheres e da juventude na discussão, desenvolvimento e implementação de SbN?

## Referências

ABREU, A. et al. O PNUMA e suas limitações para a governança ambiental internacional. *Frontera Revista de Iniciação Científica de Relações Internacionais*, v. 11, n. 22, p. 141-169, 2o sem. 2012. Disponível em:





- <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10071/9755>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- CHOI, E. S.; RAO, R.; CZEBINIAK, R. P. What exactly are "Nature-based Solutions"? *Site Oficial do World Resources Institute*, 4 de dezembro de 2023. Disponível em: [https://www.wri.org/insights/what-exactly-are-nature-based-solutions?utm\\_campaign=NBS101&utm\\_source=LinkedIn&utm\\_medium=social+media](https://www.wri.org/insights/what-exactly-are-nature-based-solutions?utm_campaign=NBS101&utm_source=LinkedIn&utm_medium=social+media). Acesso em: 16 mai. 2024.
- CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. Ecosystem approach. *Website oficial da Convention on Biological Diversity*, 2024. Disponível em: <https://www.cbd.int/ecosystem#:~:text=The%20ecosystem%20approach%20is%20a,t hree%20objectives%20of%20the%20Convention>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- FARIA, J. H. Por Uma Teoria Crítica da Sustentabilidade. *Organizações e Sustentabilidade*, v. 2, n. 1, p. 2-25, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/17796>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- HIDALGO-CAPITÁN, A. L; et al. Los Objetivos del Buen Vivir: Una Propuesta Alternativa a los Objetivos de Desarrollo Sostenibles. *Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo*, v. 8, n. 1, p. 12-16, 2019. Disponível em: <https://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2019/08/010.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES (IFRC). Intro to nature-based solutions. *Website oficial da International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*, 07 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.ifrc.org/document/intro-nature-based-solutions>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (IIED). *Nature-based Solutions or the Ecosystem Approach?* Londres: International Institute for Environment and Development, maio de 2021. Disponível em: <https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/2021-05/20201iied.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- MENON, J. S.; SHARMA, R. Nature-Based Solutions for Co-mitigation of Air Pollution and Urban Heat in Indian Cities. *Frontiers in Sustainable Cities*, v. 3, 8 de outubro de 2021. Disponível em: <https://frontiersin.org/articles/10.3389/frsc.2021.705185/full>. Acesso em 18 mai. 2024.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. A ONU e o Meio Ambiente. *Site Oficial das Nações Unidas Brasil*, 16 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 21 mai. 2024.
- OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Artigo 6 do Acordo de Paris. *Site Oficial da Formações em Clima*, 2024. Disponível em: [https://formacoes.oc.eco.br/docs/\[NegociandoOFuturo\]MaterialDeApoio\\_Bloco3\\_Artigo6.pdf](https://formacoes.oc.eco.br/docs/[NegociandoOFuturo]MaterialDeApoio_Bloco3_Artigo6.pdf). Acesso em: 16 mai. 2024.
- UNITED NATIONS (UN). *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*. Rio de Janeiro, 3-14 de junho de 1992, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I). Disponível em: <https://www.un.org/esa/dsd/agenda21/Agenda%2021.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The Sustainable Development Goals Report 2023 – Special Edition*. Nova Iorque: United Nations, 10 de julho de 2023. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). A 5ª Sessão das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *Site Oficial da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente*, 2024 a. Disponível em: <https://www.unep.org/environmentassembly/pt-br/unea5>. Acesso em: 16 mai. 2024.





- \_\_\_\_\_. About the United Nations Environment Assembly. *Site Oficial da United Nations Environment Assembly*, 2024 b. Disponível em: <https://www.unep.org/environmentassembly/about-united-nations-environment-assembly>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 5 - Nature-based solutions for supporting for sustainable development*. Adopted by the United Nations Environment Assembly at its 5th session, on 7 March 2022, UNEP/EA.5/Res.5. Disponível em: <https://undocs.org/UNEP/EA.5/RES.5>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *Déclaration de S.E. Monsieur Albert Shingiro, Ministre des Affaires Etrangères et de la Coopération au Développement de la République du Burundi à la 5è Session de l'Assemblée du PNUE*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 a. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38465/D%c3%a9laration%20finale%20PNUE%205.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. *EU submission for the intergovernmental consultation following up on the UNEA Resolution 5/5 (UNEP/EA.5/Res.5) on Nature-based Solutions in reply to the co-chairs' invitation to provide input in relation to the overall aim of the intergovernmental consultations and the three specific tasks for the consultations specified in the resolution*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 b. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42345/EU.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Handbook for Delegates to the United Nations Environment Assembly*. Nairobi: United Nations Environment Assembly, 2023 c. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43935/UNEA\\_Handbook.pdf](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43935/UNEA_Handbook.pdf). Acesso em: 25 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Intergovernmental Consultations on Nature-Based Solutions. *Site Oficial do United Nations Environment Programme*, 2024. Disponível em: <https://www.unep.org/about-un-environment/intergovernmental-consultations-nbs>. Acesso em: 26 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Plurinational state of Bolivia position on nature-based solutions*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 d. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42531/Bolivia\\_NbS\\_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42531/Bolivia_NbS_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Submission from Third World Network (TWN) on nature-based solutions*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 e. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42349/Network.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION CLIMATE CHANGE (UNFCCC). What are Market and Non-Market Mechanisms? *Site Oficial da United Nations Framework Convention on Climate Change*, 2024. Disponível em: <https://unfccc.int/topics/what-are-market-and-non-market-mechanisms>. Acesso em 25 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. What is the Triple Planetary Crisis? *Site Oficial da United Nations Framework Convention on Climate Change*, 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/news/what-is-the-triple-planetary-crisis>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Resolution 2997 - Institutional and financial arrangements for international environmental cooperation*. Adopted by the General Assembly at its 27th session, on 15 December 1972, A/RES/2997(XXVII). Disponível em: [www.undocs.org/A/RES/2997\(XXVII\)](http://www.undocs.org/A/RES/2997(XXVII)). Acesso em: 24 abr. 2024.





## REFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS

### Relatórios do PNUMA

#### **Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions Co-Chairs' Summary (2023)**

**Resumo:** Este sumário foi publicado em resposta à resolução 5/5 adotada pela UNEA no ano de 2022, que solicitava uma consulta aos governos sobre iniciativas que estivessem de acordo com a definição de SbN. Assim, o sumário traz exemplos de políticas e boas práticas de diversos países sobre a implementação de SbN. A partir desses exemplos, são levantados alguns critérios e padrões a fim de tornar o conceito de SbN menos abrangente (p. 8-11). São destacados exemplos de países que efetivamente trazem uma visão ecocêntrica para essas ações e colocam a natureza como foco de uma solução viável para o desenvolvimento sustentável. É o caso de São Tomé e Príncipe, com sua Política de Adaptação e Resiliência para a Saúde (p. 23); Chile, com medidas como a Lei-Quadro sobre Mudanças Climáticas (p. 21); Camarões, que integrou a proteção ambiental em sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2030 (p. 23); Bangladesh, com seu Documento sobre Biodiversidade (p. 23); e África do Sul, comprometida com soluções baseadas na natureza (p. 48).

#### **Nature-based Solutions: Opportunities and Challenges for Scaling Up (2022)**

**Resumo:** Elaborado pouco tempo depois da adoção da resolução 5/5 pela UNEA, em 2022, este relatório traz definições e explica a importância das SbN, especialmente para a implementação da agenda de desenvolvimento sustentável (p. 13-14). O relatório ainda reúne alguns dos desafios e preocupações relacionados ao conceito de SbN, como por exemplo, ações que impactam e desrespeitam os direitos de comunidades locais, como povos indígenas (p. 10-11). Além disso, o relatório apresenta exemplos de boas práticas de SbN que estão de acordo com os critérios estabelecidos na definição do termo (p. 15-16). Também são apontados caminhos para avançar em um entendimento comum sobre o que são as SbN (p. 21-25), o que é crucial para as discussões na simulação. Por fim, o relatório traz exemplos e indica maneiras para incentivar as SbN a nível local, por exemplo, pelo envolvimento das comunidades locais nessas iniciativas (p. 28-30).

#### **Nature-based solutions for climate change mitigation (2021)**

**Resumo:** Publicado antes da adoção da resolução 5/5 pela UNEA, este relatório apresenta as diferentes concepções sobre SbN e suas características, destacando as diversas maneiras pelas quais as SbN podem contribuir substancialmente para a mitigação das mudanças climáticas (p. 4-6). Dentre as características, destaca-se o manejo sustentável e a restauração de ecossistemas, naturais e modificados, para enfrentar desafios sociais, ao mesmo tempo que proporciona benefícios para o bem-estar humano e para a biodiversidade. O relatório discute ainda como diferentes SbN podem mitigar as mudanças climáticas (p. 12-15) e, com isso, responder à tripla crise planetária. O documento reconhece, no entanto, as dificuldades enfrentadas para a implementação das SbN. Nesse sentido, é enfatizada a importância de





envolvimento do setor privado e do estabelecimento de parcerias para ampliar as SbN (p. 24-26), assim como a questão do financiamento e apoio dos Estados para a implementação eficaz dessas medidas (p. 26).

**Nature-based infrastructure: How natural infrastructure solutions can address sustainable development challenges and the triple planetary crisis (2023)**

**Resumo:** O documento traz um estudo de como as SbN contribuem para a área de infraestrutura, assumindo que a infraestrutura natural traz possíveis soluções para lidar com a tripla crise planetária. Nessa área, as SbN desempenham funções de proteção, restauração, melhor gestão e/ou criação de recursos naturais, e ecossistemas seminaturais, para fornecer serviços relevantes ao desenvolvimento de infraestrutura em 13 setores específicos (p. 6-10). A publicação reúne exemplos de SbN que foram implementadas na área de infraestrutura voltadas para moradia, educação, energia, finanças, saúde, entre outras (p. 16-19). Além disso, o relatório apresenta estudos de caso, com exemplos concretos de como as SbN contribuíram para a área de infraestrutura em países como Bélgica (p. 20), Sri Lanka (p. 27), Tanzânia (p. 28), Haiti (p. 36) e Serra Leoa (p. 42). Com base nessas discussões, o estudo identifica algumas barreiras que dificultam o avanço das SbN na área de infraestrutura e traz recomendações de como diferentes atores, como investidores, políticos e tomadores de decisão, pesquisadores e a comunidade internacional podem contribuir para ampliar o potencial das SbN rumo ao desenvolvimento sustentável (p. 55-58).

**Making Peace with Nature: A scientific blueprint to tackle the climate, biodiversity and pollution emergencies (2021)**

**Resumo:** Ainda que o foco não seja especificamente as SbN, esse relatório do PNUMA discute a urgência em transformar a relação humana com a natureza de modo a lidar com os atuais desafios da tripla crise planetária (p. 4). A primeira parte do documento traz um panorama de como o atual paradigma de desenvolvimento não respeita os limites físicos do planeta (p. 51-66). Junto a isso, o relatório aponta algumas das consequências que derivam da falta de vontade política para cumprir as metas estabelecidas em acordos internacionais, como o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (p. 67-100). Já a segunda parte do documento aponta caminhos para contornar esse cenário e mostra que, para tanto, é necessária uma mudança sistêmica que altere a forma como a humanidade lida e trata a natureza. Isso pode ser feito por meio da cooperação e pelo compartilhamento de diferentes saberes, além do apoio da tecnologia (p. 101-106). Nesse sentido, o relatório aponta como todos os atores possuem responsabilidades, ainda que distintas, para com a natureza e, mais especificamente, para promover essa mudança sistêmica em prol de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável (p. 133-144).







## Resoluções e outras decisões internacionais

### **Resolution 5/5 – “Nature-based solutions for supporting sustainable development” (2022)**

**Resumo:** A resolução 5/5 adotada pela UNEA em 2022 é a única até o momento que traz decisões sobre o tópico “Soluções baseadas na natureza para apoiar o desenvolvimento sustentável”. A resolução reconhece, primeiramente, a interdependência entre as crises ambiental e climática que assolam o planeta e o desafio de promover o bem-estar humano, apontando as SbN como caminhos para reverter ou ao menos amenizar esse quadro. Nesse sentido, a principal contribuição dessa resolução é a definição do que são SbN, acordada por consenso entre os Estados-membros da UNEA, e quais os critérios para enquadrar diferentes práticas a esse conceito. Um desses critérios, por exemplo, é que as ações devem estimular a inovação sustentável e a investigação científica. O documento reconhece que as SbN podem contribuir de forma significativa para mitigar a crise climática. Para tanto, a resolução ressalta a importância de envolver diferentes atores, especialmente as comunidades locais, a população jovem e os povos indígenas, e garantir o equilíbrio de gênero nas tratativas sobre o tema.

### **Marco Global Kunming-Montreal da Diversidade Biológica (2022)**

**Resumo:** O Marco Global Kunming-Montreal da Diversidade Biológica foi adotada pela Conferência das Partes no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, em 2022. O marco global traz objetivos e metas que devem ser seguidos nos próximos anos para preservar a biodiversidade e garantir o bem-estar das pessoas e, nesse processo, ressalta a importância das SbN e de “abordagens centradas nos ecossistemas” (p. 9-10). O documento também é relevante pois reconhece que a garantia dos direitos, valores e saberes dos povos originários e das comunidades locais é crucial para a preservação da biodiversidade, assim como o reconhecimento dos direitos da Natureza (p. 5). Ao reconhecer os direitos da Natureza e da Mãe Terra, o Quadro não apenas valoriza a biodiversidade e os ecossistemas, mas também promove uma convivência harmoniosa e sustentável entre os seres humanos e o planeta Terra. As SbN devem seguir esse caminho, pois este enfoque centrado nos direitos da Natureza assegura que a preservação da biodiversidade não seja tratada apenas como um meio para garantir recursos que sejam utilitários para os seres humanos, mas sim a partir de seu valor intrínseco como entidades vivas e não-vivas da Natureza. Ao integrar esses direitos na implementação do marco global, a decisão busca garantir que as políticas e ações voltadas para a preservação da biodiversidade respeitem e protejam a Natureza em todas as suas formas, promovendo um bem-estar coletivo e sustentável para todas as formas de vida.

### **Decision 14/5 – “Biodiversity and climate change” (2018)**

**Resumo:** A decisão 14/5 foi adotada pela Conferência das Partes no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, em 2018. A decisão não trata especificamente sobre SbN, mas é mencionado no preâmbulo da resolução 5/5 da UNEA sobre “Soluções baseadas na natureza para apoiar o desenvolvimento sustentável”, pois enfatiza a importância de uma visão ecocêntrica, a partir da ideia de “abordagens baseadas em ecossistemas”, para lidar com as mudanças climáticas





e a redução do risco de desastres. Nessa linha, a decisão aponta para o papel crucial desempenhado pelos povos indígenas e tradicionais em suas práticas e saberes alinhados à essa visão ecocêntrica. O anexo do documento traz a definição do que é uma abordagem baseada em ecossistemas (p. 6-7), assim como exemplos de como essa abordagem é utilizada em ações práticas para adaptação e mitigação das mudanças climáticas e redução do risco de desastres (p. 7-8). Esse anexo é relevante pois, na definição da UNEA de SbN, tais soluções devem estar em harmonia com as abordagens baseadas em ecossistemas.





## OUTRAS REFERÊNCIAS DA ONU

### Outras publicações

#### **Resource Guide for Nature-based solutions: An output from the Intergovernmental Consultations on Nature-based solutions (2023)**

**Resumo:** O guia foi produzido como resultado das consultas intergovernamentais sobre SbN, as quais foram solicitadas pela UNEA em sua resolução 5/5 – “Soluções Baseadas na Natureza para apoiar o desenvolvimento sustentável”. Na primeira seção do guia, é apresentada a definição de SbN e identificadas as três dimensões que permeiam esta definição, isto é, as soluções devem trabalhar com a natureza de diferentes maneiras; devem trabalhar com a natureza de forma sustentável, envolvendo diferentes ecossistemas; e devem ser colocadas em prática para efetivamente trazer soluções, sobretudo para os desafios sociais, econômicos e ambientais (p. 1-2). A segunda seção traz exemplos que possibilitam um melhor entendimento sobre o que são SbN. Primeiro, são compilados outros guias e bases de dados que reúnem exemplos concretos de SbN em diferentes países (p. 4-7). Em seguida, reúne exemplos de SbN em áreas específicas, como SbN para a restauração dos ecossistemas (p. 7-8) e SbN para ecossistemas de montanhas e ecossistemas urbanos (p. 8-11). O guia também traz exemplos práticos de SbN para lidar com desafios sociais, econômicos e ambientais específicos, entre eles: SbN para conservação da biodiversidade, para a ação climática (mitigação e adaptação), para a redução do risco de desastres, para a agricultura e segurança alimentar e infraestrutura (p. 11-17). Com base nos exemplos apresentados, o guia faz um balanço mais técnico das principais características e apresenta propostas e critérios para a implementação de SbN (p. 19-20). A última parte do guia é dedicada à discussão do financiamento para as SbN e analisa quais são as atuais fontes e as oportunidades de financiamento disponíveis para essas ações (p. 40-41).

#### **Economics of Nature-based solutions: Current status and future priorities (2020)**

**Resumo:** Esta publicação foi produzida pela Rede de Economistas da ONU e é parte de uma série de publicações que tratam do tema SbN. O relatório traz uma análise econômica das SbN em áreas específicas, como a mitigação e adaptação climáticas. O documento começa trazendo definições e apresentando o potencial das SbN para lidar com os principais desafios climáticos e ambientais da atualidade (p. 7-10). Nessa primeira parte, é apresentada uma série de tabelas e gráficos que mostram exemplos de SbN para a mitigação climática (p. 14-19). A terceira parte do documento (p. 47) aponta os desafios em “medir” o valor econômico das SbN e de outras ações que partem da abordagem baseada em ecossistemas. Essa discussão é importante para não reforçar mecanismos de SbN que tenham como base a lógica do mercado, que prioriza o lucro em detrimento da natureza. Por fim, a publicação traz cinco recomendações através das quais busca-se uma melhor compreensão e um avanço no trabalho sobre a análise econômica de SbN (p. 51-54).







### **Nature-based solutions for agricultural water management and food security (2018)**

**Resumo:** Este relatório organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) discute como as SbN podem ser eficazes para lidar com o desafio do manejo dos recursos hídricos para garantir a agricultura e a segurança alimentar. Primeiro, o relatório aborda o problema da gestão dos recursos hídricos frente ao aumento da demanda pela agricultura junto às consequências das mudanças climáticas (p. 1-4). Em seguida, são apresentadas as SbN e suas contribuições para essa questão (p. 5-9). O documento também apresenta 21 estudos de caso a respeito da implementação de SbN na agricultura, indicando os casos de sucesso e as falhas no processo. México (p. 19), Quênia (20), Irã (p. 24) e Japão (p. 26) estão entre os casos de sucesso.

### **Websites oficiais**

#### **Intergovernmental Consultations on Nature-Based Solutions**

**Resumo:** A página intitulada “Intergovernmental Consultations on Nature-Based Solutions” (em português, “Consultas Intergovernamentais sobre Soluções baseadas na natureza”), compila todos os documentos referentes às consultas intergovernamentais sobre SbN que aconteceram em 2023 a pedido da UNEA em sua resolução 5/5, adotada no ano anterior. No menu localizado à direita da página, na aba “NbS Examples Submitted by Participants”, é possível encontrar exemplos de SbN submetidos por diferentes países, como Austrália, Bélgica, Brasil, Kuwait e Montenegro, e pelos grupos principais e partes interessadas, como a WWF. No mesmo menu, na aba “Final Intergovernmental Consultations on Nature-based solutions”, é possível encontrar submissões por escrito do posicionamento de diversos países acerca do tema, por exemplo: França, Bolívia, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, entre outros.

#### **Nature-based solutions**

**Resumo:** O site do PNUMA conta com uma página exclusiva que explica a importância das SbN para as iniciativas do Programa. Primeiro, é apresentado um breve panorama de como as ações junto à natureza podem contribuir para resolver alguns dos problemas atuais relacionados à questão ambiental e climática. Em seguida, é especificada a forma como o PNUMA tem atuado para promover e implementar as SbN, especialmente junto a outras organizações e entidades da própria ONU, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

#### **Biodiversity and Nature-based solutions**

**Resumo:** Esta página da ONU sobre ação climática explica o papel da biodiversidade e das SbN para a conservação e restauração dos ecossistemas e como isso pode ajudar a reduzir os impactos causados pelas mudanças climáticas. Ao trazer o histórico do tema, a página estabelece uma relação entre a saúde humana e a nossa relação com o mundo a partir da pandemia de COVID-19. No fim, são citados de ações no Chile, no México, em Cuba e Samoa.





### **What is the Triple Planetary Crisis?**

**Resumo:** O site da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) traz uma página dedicada à tripla crise planetária. A página explica a interligação entre poluição, mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, que compõem as três faces da atual crise, e traz dados relevantes para compreendermos a dimensão do problema que estamos enfrentando. São ainda pontuadas as iniciativas tomadas para enfrentar essa crise, com destaque para as ações resultantes das convenções sobre o clima e dos programas criados pela própria ONU, como o PNUMA. Contribuindo para a campanha da ONU “Act Now”, a seção final traz alguns exemplos do que nós podemos fazer, a nível individual, para combater a tripla crise, como rever nosso padrão de consumo e cobrar ações concretas por parte dos representantes políticos.





## RECURSOS EXTRAS

### Artigos acadêmicos

#### **Soluções baseadas na Natureza: uma revisão sobre o conceito (2020)**

**Resumo:** O artigo científico de Fraga e Sayago apresenta uma revisão histórica do conceito sobre SbN (p. 69-72) para propor uma revisão da abordagem que pauta esse termo. Escrevendo antes da adoção da resolução 5/5 da UNEA, em 2022, autoras identificam o elevado número de definições existentes para o conceito de SbN (p. 72-73) e contrastam algumas delas. Para contribuir com uma melhor definição e caracterização do termo, elas trazem uma tabela com exemplos do que são SbN (p. 75). No geral, o texto demonstra como as SbN têm sido mobilizadas de forma a usar ou imitar processos naturais para promover, principalmente, o bem-estar social e econômico. O artigo classifica exemplos de SbN em categorias, como: restauração de ecossistemas, infraestrutura verde, gestão baseada em ecossistemas e proteção do ecossistema. A partir desse levantamento, as autoras concluem o artigo apontando como as SbN podem ser implementadas no Brasil na busca pelo desenvolvimento sustentável.

#### **Soluções baseadas na natureza: conceituação, aplicabilidade e complexidade no contexto latino-americano, casos do Brasil e Peru (2021)**

**Resumo:** O artigo de Marques, Rizzi, Ferraz e Herzog é um ótimo material para entender os desafios relacionados à definição do conceito de SbN. Primeiro, os autores traçam uma evolução do conceito, mostrando as diferentes definições e como ele foi adotado por diferentes organismos internacionais (p. 21). Uma grande contribuição do artigo é diferenciar o que são soluções baseadas, inspiradas, derivadas ou apoiadas na natureza, e quando uma ação pode ser considerada uma SbN de fato (p. 23). Com base nessa diferenciação, o artigo discute as oportunidades e os desafios da implementação de SbN no contexto da América Latina e Caribe, considerando especialmente o fato de que o conceito de SbN foi cunhado em países com realidades distintas dos países do Sul Global (p. 24-26). Como estudos de caso, o artigo aborda como o termo SbN tem sido utilizado no Peru (p. 28-36) e no Brasil (p. 37-42) para a gestão de bacias hidrográficas, e aponta a dificuldade em criar indicadores que mostrem os impactos, positivos e negativos, das iniciativas a nível local. Uma conclusão interessante do artigo é o papel desempenhado por práticas e saberes de povos originários e comunidades locais para impulsionar as SbN nos países do Sul Global, que precisam ser mais bem incorporados ao processo de planejamento, monitoramento e tomada de decisão em políticas públicas (p. 44).

### Outras referências

#### **What Exactly Are "Nature-based Solutions"? (2023)**

**Resumo:** A matéria do World Resource Institute (WRI), escrita por Choi, Rao e Czebiniak, traz uma interessante problematização sobre o que são exatamente soluções baseadas na natureza. Para isso, é discutido o caso de Seychelles, na África





Oriental, cujas ilhas mais baixas estão sendo ameaçadas pelo aumento do nível do mar devido à redução e ao desaparecimento dos manguezais. A matéria discute como o governo de Seychelles está utilizando SbN para reflorestar áreas desmatadas e recuperar a biodiversidade local, respondendo ainda a desafios ambientais, sociais e econômicos. A matéria reforça, assim, como as SbN devem ser reconhecidas como mecanismos fundamentais para combater as mudanças climáticas e outros desafios globais atuais. Como conclusão, a matéria explica o que seriam práticas verdadeiramente baseadas na natureza e o motivo desse debate surgir nos dias atuais, além de levantar a questão sobre como a definição precisa ser refinada e quais seriam as melhores formas de implementar as SbN.

### **What are nature-based solutions to climate change? (2022)**

**Resumo:** A matéria publicada pelo Instituto Grantham de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, e escrita por Mercer, Serin, Pearson e Kyriacou, da London School of Economics and Political Science, aborda como as atividades humanas impactam nos ecossistemas naturais e contribuem substancialmente para as emissões de gases de efeito estufa e, com isso, para o aquecimento global. Assim, o texto destaca as SbN como uma resposta vital para mitigar as mudanças climáticas e a crise da biodiversidade, que são partes da tripla crise planetária, trazendo exemplos como restaurar ecossistemas para que possam absorver carbono da atmosfera e promover uma melhor integração entre a natureza em áreas urbanas e agrícolas. É interessante notar no texto as críticas que são direcionadas a ações que se apresentam como SbN, mas na realidade acabam trazendo impactos negativos para a biodiversidade e para as comunidades locais. Por fim, o texto ressalta a importância de seguir diretrizes que garantam a inclusão das comunidades, a proteção da biodiversidade e a integridade ambiental.

### **Websites**

### **Soluções baseadas na natureza: exemplos implementados por cidades brasileiras (2022)**

**Resumo:** Esta página do World Resource Institute Brasil apresenta como as SbN foram implementadas em diversas cidades brasileiras como estratégias para enfrentar desafios climáticos e urbanos como deslizamentos, alagamentos e enchentes. Exemplos de tais soluções incluem: jardins de chuva, parques lineares, restauração de encostas e agricultura urbana. A página destaca casos específicos de sucesso em cidades como Belo Horizonte, Campinas, Niterói, São Paulo, Recife, Salvador, entre outras, mostrando como essas iniciativas podem ser replicadas em outros municípios para promover a adaptação climática e inclusão social. A matéria discute, por exemplo, como os jardins de chuva e filtrantes ajudam na drenagem e na filtragem de águas pluviais, reduzindo enchentes e melhorando a qualidade da água. Telhados verdes e hortas urbanas promovem a sustentabilidade, melhorando o microclima urbano e fornecendo alimentos frescos. Essas iniciativas são interessantes para aumentar a resistência das cidades frente às mudanças climáticas, além de trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais para as áreas em que são implementadas. Por isso, a matéria defende a ampliação de investimentos em políticas públicas que visem a implementação de SbN.





### **A infra verde e você (2024)**

**Resumo:** O projeto "A Infra Verde e Você" foi elaborado pelo Grupo de Interação à Pesquisa em Soluções baseadas na Natureza (GIP-SbN), organizado por alunos de pós-graduação da Universidade de São Paulo. Um dos resultados deste projeto de pesquisa foi a elaboração de um mapa interativo que reúne iniciativas de Infraestrutura Verde (IEV) na cidade de São Paulo. A IEV é considerada uma SbN e é descrita como uma rede interconectada de áreas naturais e espaços projetados que preservam os valores e as funções dos ecossistemas naturais, mantendo ar e água limpos e fornecendo uma variedade de benefícios para as pessoas e a biodiversidade. Na aba "banco de dados", você pode encontrar o mapeamento dos locais em São Paulo onde há projetos de infraestrutura verde, além de informar o endereço, mostrar fotos de alguns dos projetos e apresentar a descrição de qual projeto está sendo feito. O site é muito interessante para analisar os diversos projetos de infraestrutura verde e como eles estão próximos de nós, dentro das cidades. Também é importante para pensar em como eles podem contribuir para a mitigação dos problemas climáticos.

### **Bases de dados**

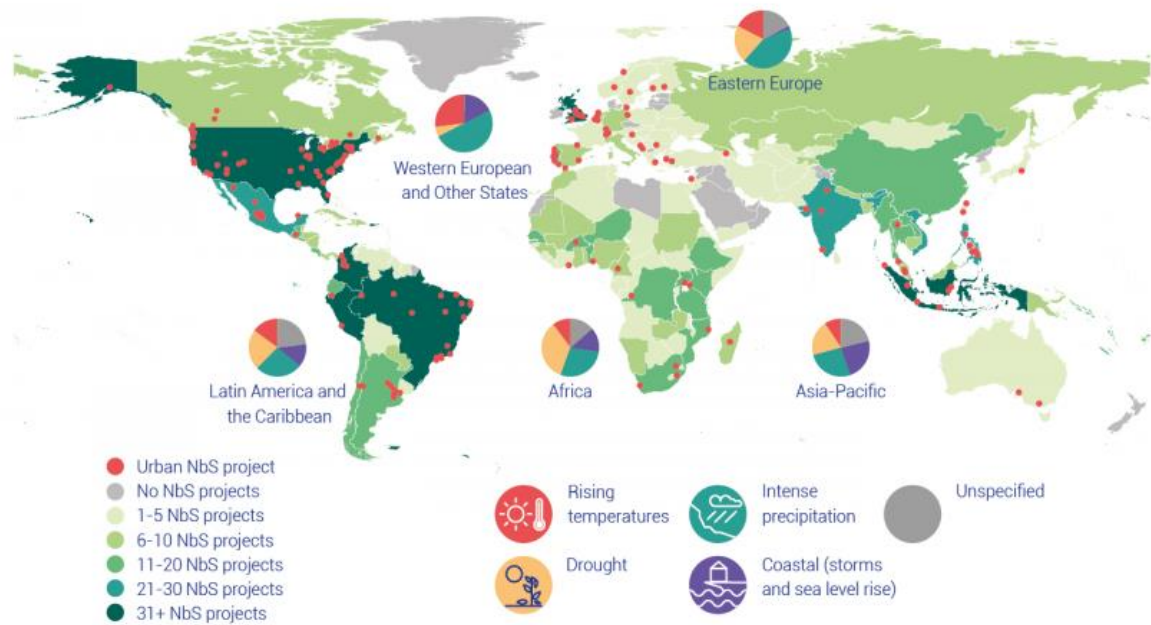
#### **Implementation in nature-based solutions (2021)**

**Resumo:** O site do PNUMA traz um mapa interessante (reproduzido abaixo) para analisar SbN ao redor do mundo. De acordo com o site, desde 2006, mas sobretudo após 2015, cerca de 400 projetos de SbN foram financiados em países em desenvolvimento, voltados especialmente para a área da agricultura e para a gestão de recursos hídricos. O infográfico permite uma comparação do processo de implementação das SbN entre os diferentes países. Se destacam, nesse sentido, alguns países da América Latina e da Ásia, que possuem investimentos mais de 31 projetos de SbN sendo implementados, estando no mesmo patamar de países industrializados, como os Estados Unidos. Dentre os países que possuem de 21 a 30 projetos de SbN implementados, destacam-se o México e a Índia. Em seguida, com 11 a 20 projetos, podemos citar a China, o Chile, a África do Sul, a Etiópia, entre outros. Chama atenção o reduzido número de investimento em projetos de SbN em países como Austrália, Noruega e Suécia. É válido notar ainda os principais problemas que levam ao investimento de projetos de SbN nas diferentes regiões. Enquanto na Europa Ocidental e Oriental a principal preocupação é com o aumento das chuvas (precipitação), na África, a principal questão é a seca e, na América Latina, há uma divisão entre o aumento da precipitação, a seca, o aumento da temperatura média e questões costeiras, como tempestades e o aumento do nível do mar.





**Figura 1 – Mapa global de iniciativas de soluções baseadas na natureza para adaptação climática**



Fonte: United Nations Environment Programme, 2021.

### **The Global Program on Nature-based Solutions: Map of Projects (2022)**

**Resumo:** Administrado pelo Banco Mundial, o Programa Global sobre soluções baseadas na natureza oferece uma compilação abrangente de projetos relacionados a soluções baseadas na natureza em diferentes países. Na plataforma, é possível encontrar uma variedade de informações valiosas sobre projetos em todo o mundo que empregam abordagens ecológicas para enfrentar desafios ambientais, sociais e econômicos. A interface é intuitiva e permite pesquisas detalhadas. Os usuários podem filtrar os projetos com base em uma variedade de critérios, incluindo: localização geográfica, tipo de projeto, problema ambiental abordado, entre outros. Além disso, o recurso de mapa interativo fornece uma visualização geoespacial dos projetos listados, facilitando a compreensão de sua distribuição global e regional. Também é possível aplicar uma legenda ao mapa e observar regiões com risco de alagamento, a porção de áreas verdes no planeta e a temperatura urbana. Os delegados podem utilizar os filtros disponíveis para refinar sua pesquisa e encontrar projetos específicos que correspondam aos seus respectivos países.

### **NBS Knowledge Database (2023)**

**Resumo:** O site *NetworkNature*, financiado pela Comissão Europeia, disponibiliza essa base de dados que reúne conhecimentos sobre SbN com o objetivo de concentrar evidências sobre essas práticas e servir como fonte de informação para políticas públicas, pesquisas, entre outros. A base de dados traz uma vasta coleção de projetos de SbN, que abordam desde práticas locais até políticas globais. Entre os recursos disponíveis estão estudos de caso detalhados. Por exemplo,







pesquisando projetos no Reino Unido, é possível encontrar o caso de restauração de zonas úmidas urbanas para controle de inundações, melhoria da biodiversidade e promoção do bem-estar humano (<https://networknature.eu/nbs-resource/29718>). A base também oferece relatórios técnicos aprofundados sobre a eficiência das SbN em diferentes contextos, e artigos científicos que exploram os benefícios econômicos e sociais das SbN, como a valorização imobiliária e a criação de espaços recreativos, além de ferramentas práticas como guias de planejamento para a integração das SbN em infraestruturas urbanas e rurais. A pesquisa na base de dados pode ser feita por tipo de desafio, como mitigação das mudanças climáticas, adaptação urbana, gestão de recursos hídricos e conservação da biodiversidade, ou mesmo por país, o que facilita a localização de exemplos e informações específicas para a construção do posicionamento dos delegados.

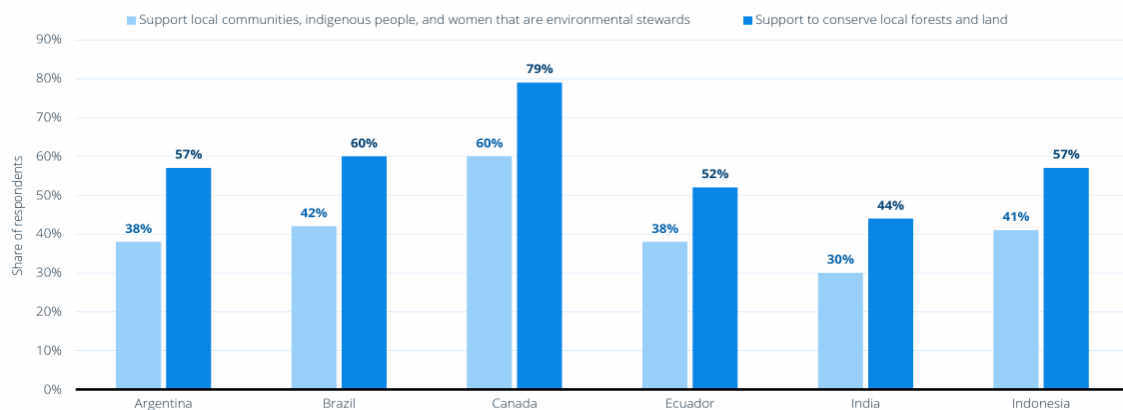
### **Statista overview report on nature-based solutions to the biodiversity and climate crisis (2021)**

**Resumo:** A plataforma Statista publicou, em 2021, um relatório com uma visão geral sobre SbN voltadas para a questão da biodiversidade e da crise climática. Os gráficos abaixo foram retirados desse relatório.

### **Gráfico 1 – Quão populares são as políticas de soluções climáticas baseadas na natureza?**

#### How popular are nature-based climate solutions policies?

Support for climate policies that focus on nature-based solutions in 2020, by selected country



Fonte: Statista, 2021.

O Gráfico 1 ilustra a popularidade das políticas de soluções climáticas baseadas na natureza em seis países, com dados de 2020. As barras em azul claro mostram a porcentagem da população que apoia políticas de SbN voltadas para as comunidades locais, povos indígenas e mulheres como guardiões ambientais. Já as barras em azul escuro mostram o apoio a políticas de conservação de florestas e solos locais. O Canadá se destaca com 60% da sua população apoiando o primeiro tipo de iniciativa e 79% a segunda. No Brasil, 42% apoia o primeiro tipo de política e 60% o segundo. Em contraste, a Índia apresenta menor apoio, com 30% e 44%,

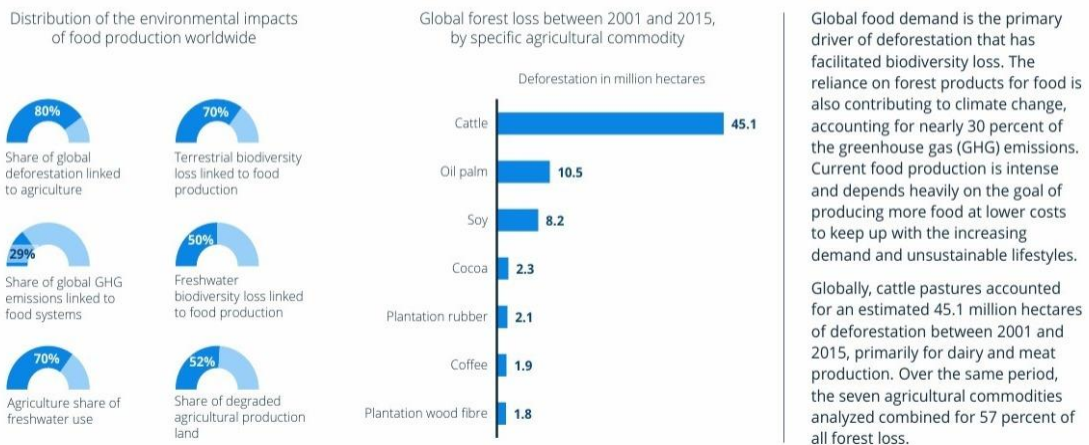




respectivamente. Argentina, Equador e Indonésia mostram variações intermediárias, que refletem as diferentes percepções e necessidades ambientais de cada país, evidenciando a importância de adaptar as políticas de SbN aos contextos locais.

## Gráfico 2 – Sistemas alimentares não-sustentáveis estão gerando perda de biodiversidade

### Unsustainable food system is driving biodiversity loss



Fonte: Statista, 2021.

O Gráfico 2, extraído do mesmo relatório, não trata especificamente das SbN, mas traz dados importantes sobre os impactos ambientais do sistema alimentar global para a perda de biodiversidade, contribuindo para a tripla crise planetária. A produção agrícola é responsável por 80% do desmatamento e utiliza 70% da água doce disponível. Entre 2001 e 2015, a criação de gado resultou em 10,5 milhões de hectares desmatados, seguida pela fibra de plantação, com 8,2 milhões; madeira, com 4,1 milhões; óleo de palma, com 2,3 milhões; e café, com 0,7 milhão de hectares desmatados. A demanda por commodities como carne bovina e cultura de fibras é uma das principais causas do desmatamento, emitindo quase um terço dos gases de efeito estufa, enquanto práticas insustentáveis aumentam a perda de florestas. As SbN visam justamente reverter esse quadro.

## Documentários

### 3x Ártico: O Alerta do Gelo (2024)

**Resumo:** Através de uma narrativa envolvente e cativante, esta série documental mergulha nas profundezas do Ártico e releva não apenas a beleza deslumbrante da região, mas também a devastação silenciosa que as mudanças climáticas estão causando no local. Ao entrelaçar entrevistas com cientistas, ativistas e habitantes locais, o documentário oferece uma visão multifacetada do impacto dessas mudanças, desde o derretimento do gelo até o deslocamento de comunidades







inteiras. Além disso, a série não se limita a apenas apontar os problemas, mas também destaca soluções e iniciativas inovadoras que estão surgindo em resposta a essa crise. Ao assistir aos episódios, os delegados são convidados não apenas a refletir sobre as consequências das ações humanas no Ártico, mas também a reconhecer a necessidade urgente de ação coletiva e colaborativa, baseada na natureza, para enfrentar esse desafio global. Disponível na Globoplay.

### **Trashed (2012)**

**Resumo:** Trashed é um documentário de 2012 que destaca as consequências ambientais e sociais devastadoras causadas pela produção industrial excessiva e má gestão de resíduos que resulta dessa produção. Poluição generalizada, contaminação de recursos naturais e danos à saúde humana são algumas das questões abordadas. O documentário discute as possíveis inovações e soluções que poderiam ser implementadas para mitigar esses problemas, como a promoção da economia circular, que busca reduzir o desperdício e maximizar o uso de recursos através da reutilização e reciclagem. O filme destaca, portanto, a necessidade urgente de ações coletivas e políticas eficazes para mitigar os efeitos prejudiciais dos resíduos em nosso planeta e em nossa sociedade. As SbN podem ser um caminho nesse sentido. É um apelo convincente à conscientização e à mudança! Disponível no YouTube.

### **A Mãe de Todas as Lutas (2020)**

**Resumo:** Este importante documentário de 2020 foca nas raízes históricas e culturais brasileiras para entender a relação entre os seres humanos e a natureza. A Mãe de Todas as Lutas destaca o trabalho de mulheres ativistas na pauta ecológica, como Shirley Krenak, que valorizam os conhecimentos dos povos tradicionais e a sua relação holística com a terra e estão na vanguarda pela busca de proteção e justiça ambiental. O filme enfatiza, principalmente, a relação entre questões de gênero e ambientais, associando a Natureza à mulher. É abordado como as duas são, infelizmente, violadas e oprimidas, apontando causas em comum. Nessa linha, o documentário mostra como as mulheres são frequentemente mais afetadas pelas consequências das mudanças climáticas e da degradação ambiental. Torna-se evidente, portanto, que o debate sobre SbN deve englobar não apenas aspectos ambientais, mas sociais e de gênero também. Disponível no PrimeVideo.





## POSIÇÃO OFICIAL DOS GRUPOS REGIONAIS

### Ásia-Pacífico

Os Estados-membros da UNEA que compõem o grupo regional da Ásia-Pacífico interpretam o conceito de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) como a necessidade de proteger, conservar e restaurar o meio ambiente para garantir a sustentabilidade e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os objetivos em comum que o grupo busca alcançar com a implementação das SbN, estão: a redução dos plásticos, a redução dos Gases do Efeito Estufa (GEE), a busca pela neutralidade de carbono, as questões energéticas e a implementação de uma economia circular.

Nesse contexto, o objetivo ligado às SbN que mais se destaca nos discursos dos países da Ásia-Pacífico é o combate à poluição plástica, uma vez que essa é a maior forma de contaminação dos oceanos da região. Malásia, Índia e Tailândia são países que apresentam a questão do plástico como prioridade. No caso da Malásia, por exemplo, foi estabelecida a política *Malaysia Plastics Sustainability Roadmap* (Roteiro para a Sustentabilidade do Plástico na Malásia, em tradução livre) para tornar a indústria do plástico mais sustentável no país por meio da implementação da economia circular (United Nations Environment Assembly, 2022 a, p. 3). Já o governo da Índia sugeriu a proibição de itens plásticos de utilização única (United Nations Environment Programme, 2022 c) e a Tailândia criou o *Thailand's Roadmap on Plastic Waste* (Roteiro para a Gestão de Resíduos Plásticos na Tailândia, em tradução livre), que possui como meta a reciclagem em 100% dos plásticos até 2027 (United Nations Environment Assembly, 2022 b, p. 3).

Ainda assim, cabe questionar se essas medidas, pelo menos de acordo com as informações apresentadas, se encaixam nos parâmetros necessários para serem consideradas SbN. Isso porque grande parte das ideias apresentadas pelos países da Ásia-Pacífico está mais voltada para a questão da reciclagem ou diminuição da poluição, sem necessariamente enfatizar como irão proteger ou restaurar ecossistemas para esse fim, se distanciando de uma perspectiva ecocêntrica para lidar com a problemática do plástico.

Em relação ao objetivo de redução dos GEE, nota-se que há uma preocupação global sobre o tema, dado o aumento da temperatura média do planeta. Um dos caminhos apontados como SbN são as práticas de reflorestamento, visando a redução e a neutralidade do carbono, uma vez que as árvores são importantes meios de extração de carbono da atmosfera.

Países como Butão e Uzbequistão citam exemplos de boas práticas relacionadas ao reflorestamento e à importância da arborização como SbN necessárias para a captura de carbono no planeta, de forma a combater o aquecimento global e as mudanças climáticas. Em seus discursos, os países citam ações como a manutenção de 60% da cobertura florestal, a arborização das áreas urbanas e a ampliação das áreas de proteção ambiental em seus territórios, o que é essencial para a captura de carbono (United Nations Environment Programme, 2022 a; United Nations Environment Programme, 2022 h). Na mesma linha, o Paquistão destaca o plantio de mais de 2 bilhões de árvores e a intenção de aumentar esse número para 10 bilhões (United Nations Environment Programme, 2022 f). Cingapura traz o interessante conceito de “cidade na natureza” que, por meio de práticas de arborização urbana e da implementação de parques naturais,





visa integrar a natureza às áreas urbanas do país, contribuindo para cidades mais verdes (United Nations Environment Programme, 2022 g).

Nestes últimos exemplos, nota-se o esforço dos países para a restauração de ecossistemas e da biodiversidade ao mesmo tempo em que buscam responder às alterações climáticas, na linha do que exigem os critérios das SbN. Entretanto, é válido notar que apenas o plantio de árvores pode não trazer soluções concretas se não for acompanhado de medidas para reduzir o desmatamento e a extração incessante de minérios e outros recursos da natureza.

A questão energética também é crucial para o grupo da Ásia-Pacífico, uma vez que as fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis são o principal poluente e contribuinte para a emissão de GEE na atmosfera. Países como a República Popular Democrática da Coreia e o Tajiquistão possuem políticas que visam diminuir a dependência de combustíveis fósseis em suas matrizes energéticas por meio do desenvolvimento e construção de usinas hidrelétricas e placas solares, consideradas menos poluentes (United Nations Environment Programme, 2022 d; United Nations Environment Assembly, 2022 c, p. 1-2).

Tais medidas, no entanto, nem sempre respeitam as comunidades locais que habitam no entorno das usinas ou mesmo os animais que possuem ali o seu habitat, o que levanta dúvidas se podem ser consideradas de fato SbN. Além disso, são políticas que não respondem à abordagem ecocêntrica, pois a prioridade não é exatamente a natureza.

De forma geral, os países da Ásia-Pacífico incentivam a cooperação internacional para o financiamento e a transferência de tecnologias, a fim de facilitar a implementação de SbN, uma vez que grande parte dos países da região ainda estão em processo de desenvolvimento. Essa é uma questão que aparece nos discursos de Brunei, por exemplo, que destaca a importância da cooperação com os países desenvolvidos e com outros países em desenvolvimento, bem como a transferência de tecnologias e financiamento para a conservação da natureza e da biodiversidade (United Nations Environment Programme, 2022 b). Camboja também reforça a necessidade de financiamento associada à transferência de tecnologia para a ação climática, para que um impacto a nível global possa ser causado (United Nations Environment Programme, 2022 c).

Dessa forma, é possível observar que as principais ações do grupo para implementar as SbN não são exatamente pautadas por uma perspectiva ecocêntrica, que leve em consideração a natureza como prioridade e caminho para garantir o bem-estar humano. Nesse sentido, um desafio a ser enfrentado pelo grupo é como promover iniciativas que não sejam de cunho mercadológico e que busquem promover a ideia de uma sustentabilidade pautada pela natureza.

## Referências

UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Statement by Head of Delegation, Ministry of Environment and Water, Malaysia*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro–2 de março de 2022 a. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38517/Malaysia%20Country%20Statement\\_UNEA%205.2%2c%201%20March%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38517/Malaysia%20Country%20Statement_UNEA%205.2%2c%201%20March%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 mar. 2024.





- \_\_\_\_\_. *Statement for Video Recording by H.E. Mr. Varawut Silpa-Archa, Minister of Natural Resources and Environment, Thailand.* Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro de 2022 b. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/39600/THAILAND%20National%20Statement%20for%20UNEA%205.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Tajikistan Statement.* Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro-2 de março de 2022 c. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38480/Tajikistan%20Statement%20UNEA%205.2%20March%201%2c%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Bhutan, Sonam P. Wangdi, Head of Agency, Policy e Planning Services, National Environment Commission. *Youtube*, 1 de março de 2022 a. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/THDwIZEAe1I>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Brunei Darussalam, Nor Imtihan Haj Abdul Razak (Dr.) Permanent Secretary, Ministry of Development. *Youtube*, 1 de março de 2022 b. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/hV2QJ63ugr0>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Cambodia, Dr. Anil Jasinghe Secretary to the Ministry of Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 c. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/kUaystFYLvc>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Democratic People's Republic of Korea, Jon Chol Su, Vice Minister of Ministry of Land & Environment. *Youtube*, 1 de março de 2022 d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OY5qdBspgcc>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. India, Ms. Leena Nandan, Secretary Ministry of Environment, Forests and Climate Change. *Youtube*, 2 de março de 2022 e. Disponível em: [https://youtu.be/R827\\_9Rj-Rg?si=4zWiSFdVK6kzmr4](https://youtu.be/R827_9Rj-Rg?si=4zWiSFdVK6kzmr4). Acesso em: 21 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Pakistan, Malik Amin Aslam, Minister of Climate Change. *Youtube*, 1 de março de 2022 f. Disponível em: <https://youtu.be/5fQJp6FURZ4?si=qNg8syNGPuVteZbO>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Singapore, Grace Fu, Minister of Sustainability and Environment. *Youtube*, 28 de fevereiro de 2022 g. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F3OVT8ljhRg>. Acesso em: 22 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Uzbekistan, O Narzullo Naimovich, Chairman of the State for Ecology and Environmental Protection. *Youtube*, 1 de março de 2022 h. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mCL6-ehGQE8>. Acesso em: 22 mar. 2024.





## América Latina e Caribe

Para o Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC), a definição de SbN corresponde a ações, de curto e longo prazo, que viabilizam formas de reduzir os impactos das ações humanas na natureza por meio de práticas sustentáveis que envolvam, por exemplo, a economia circular, a geração de empregos verdes e a proteção das florestas e da biodiversidade. Essas ações buscam se distanciar do paradigma de exploração da natureza, visando sua proteção e preservação.

O GRULAC busca promover SbN como políticas públicas para integrar a sociedade e os ecossistemas como um todo. Principalmente em países com forte presença de povos originários, como a Bolívia, esse movimento deriva do entendimento de que todos os seres vivos, humanos ou não-humanos, são afetados pela degradação ambiental e pela crise climática. Assim, as políticas desses países compreendem uma visão mais ampla e holística da ecologia, envolvendo também a sociedade, e não enxergando a natureza apenas como uma fonte de exploração de recursos para gerar lucros (United Nations Environment Programme, 2022 b).

Tendo em vista os discursos dos países da região na 5ª sessão UNEA, em 2022, as práticas de SbN são consideradas de extrema importância para o enfrentamento tanto da tripla crise planetária (poluição, clima e perda da biodiversidade) quanto de crises econômicas. Os Estados-membros que compõem o GRULAC são muito vulneráveis aos impactos das crises ambientais, por serem dependentes economicamente de setores sensíveis ao clima, como a agricultura. As SbN são interessantes para o GRULAC porque propõem uma forma diferente de lidar com os problemas ambientais e climáticos, de modo que a natureza não seja prejudicada ainda mais, garantindo maior sustentabilidade também para a economia.

Essa é uma prioridade para Granada, que – como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (do inglês, *Small Island Developing State*) – reconhece a importância da natureza para os seres humanos, para garantir tanto qualidade de vida, saúde e fonte de alimentos, quanto o desenvolvimento e a prosperidade econômica. O país também reconhece a natureza como elemento crucial e urgente para auxiliar no combate à tripla crise planetária, o que vai ao encontro da proposta das SbN. Um desafio que o país enfrenta, no entanto, é o financiamento e o acesso a tecnologias que viabilizem a implementação dessas medidas (United Nations Environment Programme, 2022 g).

O financiamento e o acesso a tecnologias de ponta é uma questão para diversos países latino-americanos e caribenhos, o que coloca a cooperação internacional como prioridade de negociação na UNEA para implementar SbN visando o desenvolvimento sustentável. Essa foi uma das questões centrais apresentada, por exemplo, pelo Brasil durante a 5ª sessão da UNEA (United Nations Environment Programme, 2022 c).

Alguns países que compõem o GRULAC apresentaram propostas de SbN que resgatam os valores ancestrais dos povos indígenas, refletindo a riqueza da diversidade étnica dos países da região. Ao reconhecer e considerar o conhecimento tradicional dessas comunidades, esses países se comprometem com a preservação ambiental e a promoção da justiça social e cultural, alinhados aos critérios de SbN. O exemplo do Equador ilustra esse caso, ao incorporar a transição ecológica como parte das políticas públicas, para que se alinhem aos valores e princípios dos povos







indígenas de respeito à natureza enquanto ser vivo (United Nations Environment Programme, 2022 f). A Bolívia também enfatiza o equilíbrio entre seres humanos e natureza, por meio de uma abordagem que considere os saberes ancestrais como fundamentais (United Nations Environment Programme, 2022 b). Já a Guatemala ressalta a contribuição dos povos indígenas e comunidades locais na preservação da biodiversidade e na gestão sustentável dos recursos naturais, promovendo uma visão inclusiva e participativa para a conservação do meio ambiente (United Nations Environment Programme, 2022 h). Nesse sentido, o GRULAC contribui com as SbN para a promoção do desenvolvimento sustentável a partir da visão dos povos indígenas e tradicionais, que há séculos mantêm uma conexão profunda e respeitosa com a natureza.

Alguns membros do GRULAC ressaltam a importância da proteção de áreas marítimas e terrestres, criando leis e medidas práticas para restituir a biodiversidade dos oceanos, diminuir a pesca predatória e responsabilizar empresas e demais produtores pelo descarte inapropriado de resíduos no meio ambiente, priorizando o cuidado com a natureza. As práticas adotadas pelo Equador são exemplos de SbN, como a expansão da conservação marinha em Galápagos que, aumentando as áreas marítimas a serem protegidas, se alinha ao objetivo de preservar e restaurar os ecossistemas. O país também adotou uma política de "zero lixo marinho", a qual reflete uma abordagem de gestão ambiental que busca emular os processos naturais de reciclagem e regeneração, minimizando a interferência humana negativa nos ecossistemas. Essas práticas demonstram um compromisso com a natureza, a sustentabilidade e a conservação dos ecossistemas locais (United Nations Environment Programme, 2022 f).

Uma questão em comum abordada pelo grupo envolve o enfrentamento da crise global de plásticos. A produção e o consumo desenfreados e irresponsáveis desse material sobrepõem as mudanças climáticas com o aumento de gases estufa através da queima de combustíveis fósseis, expande os níveis de poluição no planeta e contribui para a perda de biodiversidade, agravando a saúde humana e o bem-estar animal. Sem contar o problema do consumo de microplásticos, cujas consequências ainda estão sendo estudadas (Dena, 2024). No contexto das SbN, países do GRULAC como Jamaica e Uruguai propõem medidas concretas e vinculativas para reduzir o impacto do material nos ecossistemas. A Jamaica está promovendo a implementação de medidas vinculativas para reduzir o uso de plásticos, enquanto o Uruguai propôs a criação de um comitê intergovernamental dedicado às negociações de plásticos (United Nations Environment Programme, 2022 i; United Nations Environment Assembly, 2022, p. 1).

No entanto, é importante ressaltar que as iniciativas citadas podem não ser consideradas verdadeiramente como SbN. Embora tais medidas abordem diretamente o problema da poluição plástica e trazem benefícios ambientais significativos, a valorização subjacente do capitalismo ainda pode estar presente. Isso ocorre porque as negociações sobre plásticos frequentemente envolvem interesses econômicos e comerciais que podem não estar completamente alinhados com os princípios das SbN. Para que essas medidas possam ser consideradas SbN genuínas, elas precisam incorporar uma abordagem holística que vá além da simples mitigação dos impactos ambientais, promovendo uma transformação sistêmica que valorize e fortaleça os serviços ecossistêmicos. Isso significa não apenas reduzir o uso de plásticos, mas também regenerar os ecossistemas afetados, promover a biodiversidade e implementar práticas que reforcem a resiliência natural das paisagens, sem deixar de lado os desafios econômicos e sociais.





No contexto do GRULAC, as perspectivas sobre a questão energética emergem como elemento fundamental para abordar os desafios climáticos e econômicos. Durante a 5ª sessão da UNEA, os países da região expressaram a urgência de promover a transição para energias renováveis e sustentáveis como parte de seus esforços para mitigar as mudanças climáticas. Tanto o Brasil quanto o Chile possuem vastos recursos naturais para a produção de energia limpa e têm buscado alternativas significativas nesse sentido. O Brasil destacou a cana-de-açúcar como fonte para a produção de bioeletricidade-bioetanol, visando diversificar sua matriz energética e promover o uso de fontes renováveis. Enquanto isso, o Chile tem investido ativamente em fontes de energia limpa, como solar e eólica, para diversificar sua matriz energética (United Nations Environment Programme, 2022 j; United Nations Environment Programme, 2022 d).

Assim como os exemplos relacionados à redução do uso de plásticos na Jamaica e no Uruguai, é possível questionar em que medida as iniciativas apontadas como SbN pelos países da região em relação à questão energética estão de acordo com uma visão ecocêntrica de valorização da natureza como fonte de vida, e não de recursos materiais a serem explorados. Embora a transição para energias renováveis ajude a minimizar problemas ambientais causados pela humanidade, ela não necessariamente se baseia em apoiar a natureza, mas muitas vezes foca no potencial de lucro. No caso do Brasil, a política do etanol é apresentada como um exemplo de SbN, mas desconsidera os impactos sobre a biodiversidade causados pela monocultura de cana utilizada nessa iniciativa, a qual é favorável a setores do agronegócio. Esses exemplos mostram que existe uma diversidade de abordagens sobre SbN dentro do GRULAC, principalmente em relação à questão energética, refletindo a complexidade das políticas ambientais na região e a necessidade de uma cooperação multilateral eficaz para enfrentar os desafios energéticos e ambientais comuns.

Desse modo, embora parte das interpretações dos membros do GRULAC sobre SbN sejam apresentadas como abordagens para promover um meio ambiente limpo e seguro para a vida, é importante questionar se essas medidas estão genuinamente baseadas na natureza ou se são apenas estratégias que utilizam a retórica ambiental para outros propósitos. É crucial examinar se essas ações realmente respeitam os princípios da sustentabilidade, o equilíbrio ecológico e o compromisso com a questão social.

Ainda assim, é interessante notar que a maior parte dos países da GRULAC associam as SbN às questões econômicas e sociais, como Costa Rica, Belize e Santa Lúcia. A Costa Rica destaca a proteção da natureza para impulsionar o crescimento econômico e a criação de empregos no país. Já Santa Lúcia entende as SbN como essenciais para lidar com mudanças climáticas e garantir água potável e alimentos. Belize, por sua vez, tem estabelecido políticas e metas para abordar a perda de biodiversidade. A Guatemala também adota estratégias para conservar 30% de suas áreas marinhas e terrestres, melhorando a qualidade de vida e integrando comunidades locais (United Nations Environment Programme, 2022, e; United Nations Environment Programme, 2022 a; United Nations Environment Programme, 2022 k).

É importante considerar que muitos dos países do GRULAC são categorizados como países em desenvolvimento, o que pode levá-los a preocupar-se com os potenciais impactos das SbN em suas economias. A adoção de medidas que priorizem a conservação ambiental pode levantar questões sobre o crescimento econômico e a geração de empregos, especialmente em setores tradicionalmente dependentes de recursos naturais. Portanto, enquanto buscam implementar SbN,





esses países ainda enfrentam o desafio adicional de equilibrar as necessidades de preservação ambiental com os imperativos de desenvolvimento econômico e social capitalista.

Esta tensão entre a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico pode influenciar a forma como as SbN são concebidas e avaliadas, sendo, então, fundamental questionar e avaliar constantemente a eficácia e a autenticidade das soluções que estão sendo propostas e implementadas. Cabe, por exemplo, considerar a forma de implementação das soluções de Costa Rica, Belize e Santa Lúcia, e se estão abordando os desafios ambientais de forma holística. A simples adoção de políticas ambientais abrangentes, como foco também na questão social, e o investimento em práticas sustentáveis podem não ser suficientes se não houver uma compreensão profunda da interconexão entre ecossistemas e sociedade, bem como uma abordagem verdadeiramente centrada na conservação e regeneração da natureza.

Em conclusão, para enfrentar os desafios ambientais, econômicos e sociais do GRULAC, é essencial adotar abordagens integradas que valorizem SbN que apoiem verdadeiramente a natureza e sejam adequadas para as necessidades do Sul Global. Promover a cooperação multilateral, entre os países da região e além, é crucial para superar esses desafios compartilhados, já que a proteção das florestas, a redução do uso de plásticos, a promoção de energias renováveis e a preservação da biodiversidade são questões que ultrapassam fronteiras e, ao mesmo tempo, são aspectos fundamentais para garantir um futuro sustentável e resiliente.

## Referências

- DENA, H. UNEA-6: How Plastic Pollution is Accelerating the Triple Crisis. *Greenpeace*, 28 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/65548/unea-6-how-plastic-pollution-is-accelerating-the-triple-planetary-crisis/>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Intervención de la Delegación de Uruguay en nombre del Gobierno y el Ministro de Ambiente de Uruguay*. UNEA 5.2, Nairóbi, 1 de março de 2022. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38636/Intervencio%c3%acn\\_Delegacio%c3%acn\\_UY-Ministro\\_de\\_Ambiente-UNEA-5.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38636/Intervencio%c3%acn_Delegacio%c3%acn_UY-Ministro_de_Ambiente-UNEA-5.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 28 mar. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Belize, Mr. Orlando Habet, Minister of Sustainable Development. *Youtube*, 14 de março de 2022 a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7vPkV9hjQw>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Bolívia, Mr. Magín Lopes, Vice Minister of Environment and Water. *Youtube*, 14 de março de 2022 b. Disponível em: [https://youtu.be/Zx7O2F\\_Z5xl?si=eWfuJH\\_tfWhQ9ISX](https://youtu.be/Zx7O2F_Z5xl?si=eWfuJH_tfWhQ9ISX). Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Brazil, Mr. Silvio José Albuquerque e Silva, Ambassador, Permanent Representation of Brazil to UNEA. *Youtube*, 14 de março de 2022 c. Disponível em: <https://youtu.be/UeObGe9A2C0?si=8x1ZXORzWoDfflo>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Chile, Mr. Javier Naranjo, Minister of Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-W1teXjM6mk>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Costa Rica, Andrea Meza Murillo, Minister of Environment and Energy and Vice President of UNEA. *Youtube*, 14 de março de 2022 e. Disponível em: [https://youtu.be/mAa5F6fZJS8?si=b\\_8keR-79pxeOeFs](https://youtu.be/mAa5F6fZJS8?si=b_8keR-79pxeOeFs). Acesso em: 27 mar. 2024.







- \_\_\_\_\_. Ecuador, Mr. Gustavo Rafael Manrique Miranda, Minister of Environment, Water and Ecological Transition. *Youtube*, 14 de março de 2022 f. Disponível em: <https://youtu.be/B9ZmVQgj9S0?si=672oD1mxhMW0Rttt>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Grenada, Mr. Simon Still, Minister for Climate Resilience and the Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 g. Disponível em: <https://youtu.be/LFzu9rPLi7A?si=JUn9pOEqGSNDHA8q>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Guatemala, Mr. Nery Martin Mendez, Vice Minister of Environment and Natural Resources. *Youtube*, 14 de março de 2022 h. Disponível em: <https://youtu.be/iakoqkqksQc?si=T3qVENb64e3xtANq>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Jamaica, Mr. Matthew Samuda Minister Without Portfolio in the Ministry of Economic Growth and Job. *Youtube*, 15 de março de 2022 i. Disponível em: [https://youtu.be/ci3DEksZ50U?si=jQMjJ\\_NbgxbEaT8m](https://youtu.be/ci3DEksZ50U?si=jQMjJ_NbgxbEaT8m). Acesso em: 9 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. NbS Examples Submitted by Participants. Brazil. *Website oficial do United Nations Environment Programme*, 2022 j. Disponível em: <https://www.unep.org/about-un-environment/intergovernmental-consultations-nbs/nbs-examples-submitted-participants>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. Saint Lucia, Mr. Shawn Edward, Minister of Education, Sustainable Development, Innovation&Technology. *Youtube*, 15 de março de 2022 k. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EQ0I7kb8Yf0>. Acesso em: 9 abr. 2024.





## África e Liga Árabe

Na 5ª sessão da UNEA, a definição de SbN apresentada pelos países africanos e os países que integram a Liga Árabe<sup>11</sup> não ficou clara, visto que muitos países não mencionaram o conceito e, quando o fizeram, discutiram o tema de maneira abrangente. Esse é o caso do discurso das Ilhas Maurício, que afirma que as SbN e a abordagem ecossistêmica devem ser o cerne das políticas ambientais, mas não explica o que seriam as SbN ou como implementá-las (United Nations Environment Programme, 2022 l). A África do Sul, fazendo referência à amplitude do conceito de SbN em seu discurso, afirma que é necessário ter cautela com definições imprecisas e que sugerem que a natureza pode arcar com a responsabilidade de se recuperar por conta própria dos danos causados pela atividade humana (United Nations Environment Programme, 2022 n).

Frente à abrangência do conceito, nas consultas informais realizadas pelo PNUMA, em 2023, sobre a definição de SbN adotada pela UNEA em sua resolução 5/5, os países africanos declararam que é necessário estabelecer critérios e padrões mais claros para que seja possível avançar na discussão das SbN, além de destacar o papel da ciência na implementação dessas práticas (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2; United Nations Environment Programme, 2023, p. 1). No mesmo documento, são mencionados diversos exemplos de boas práticas dos países africanos, como o combate à desertificação e a restauração dos ecossistemas, bem como desafios relacionados às SbN, como a falta de financiamento e de mecanismos jurídico-regulatórios para avançar na implementação dessas medidas.

Os países da Liga Árabe também reconhecem a importância das SbN. O Bahrein destacou que o país implementa SbN para mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas, por meio da ampliação de mangues e de áreas verdes em seu território (United Nations Environment Programme, 2022 b). O Irã, apesar de não fazer parte oficialmente da Liga Árabe, se alinha às posições do grupo no tema. O país entende que as SbN, quando pautadas por evidências científicas e conhecimentos tradicionais sobre ecologia, são instrumentos importantes para a restauração dos ecossistemas e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial dos ODS 11, 13, 14 e 15. O país também ressalta o papel crucial da juventude, das mulheres e dos povos originários para a restauração dos ecossistemas, alinhados aos critérios das SbN (United Nations Environment Programme, 2022 i).

Com isso, vale destacar que países árabes e africanos convergem quanto à necessidade de implementar SbN e fortalecer a cooperação regional, sobretudo para lidar com os desafios que resultam da relação entre a crise climática, a vulnerabilidade de áreas em conflitos armados e a extrema pobreza. A Etiópia destacou que a natureza pode auxiliar os países a resolver problemas econômicos, sociais e mesmo de segurança. Por exemplo, ao restaurar os ecossistemas e aprimorar a atividade agrícola, as SbN podem criar oportunidades de emprego. O país apresentou também a iniciativa *Green Legacy* (Legado Verde, em tradução livre), uma política para aumentar o número de árvores não apenas na Etiópia, mas também em países vizinhos, reforçando a importância da cooperação regional para recuperar áreas degradadas. Ainda assim, reconheceu que a transferência de

---

<sup>11</sup> Os países que compõem a Liga Árabe são: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Qatar, Somália, Sudão, Síria e Tunísia.





tecnologia e financiamento adequado são cruciais para avançar em iniciativas como essa (United Nations Environment Programme, 2022 f). Em uma linha semelhante, o Egito mencionou que as decisões acerca da preservação da natureza para responder aos desafios colocados pela crise climática só podem ser tomadas se houver maior cooperação entre todos os Estados (United Nations Environment Programme, 2022 e).

A relação entre crise climática e conflitos armados é uma preocupação evidente da Palestina, que afirma que os esforços pelo clima e pelo meio ambiente realizados pelo país têm se mostrado ineficazes com a ocupação e os ataques de Israel, pois grandes porções de terra e de seus recursos naturais estão sendo controlados e explorados. Além disso, lixo e resíduos perigosos estão sendo depositados de forma irregular em aterros sanitários, contaminando os ecossistemas. Fica evidente a dificuldade da Palestina em avançar na implementação das SbN, uma vez que os conflitos armados em seu território acabam por aumentar os índices de pobreza, limitando o avanço de ações em prol da preservação do meio ambiente e do clima, além de gerar resíduos perigosos para a natureza e saúde humana. A Palestina pede, então, por um melhor apoio da comunidade internacional para os países menos desenvolvidos e seus programas de desenvolvimento para o meio ambiente, especialmente para os Estados que estão sob ocupação (United Nations Environment Programme, 2022 m).

O papel das SbN para a gestão dos recursos hídricos é outro fator em comum que aparece nos discursos dos países da Liga Árabe, especialmente para combater a desertificação. A Jordânia e a Arábia Saudita, por exemplo, lidam com o desafio da escassez de água estimulando a implementação do sistema *hima* de preservação e regeneração dos ecossistemas<sup>12</sup>, o qual se utiliza de conhecimentos tradicionais da região e possibilita maior cuidado com os recursos hídricos (United Nations World Water Assessment Programme, 2018, p. 81; United Nations Environment Programme, 2022 j). Já o Iraque anunciou uma iniciativa que, por meio do estabelecimento de reservas naturais, busca uma gestão mais abrangente dos recursos hídricos do seu país a fim de lidar com as tempestades de areia e outros eventos decorrentes da escassez hídrica. O Iraque também reconheceu que, por meio de iniciativas na área ambiental, é possível estimular a economia verde para gerar empregos (United Nations Environment Programme, 2022 h).

Dialogando com a questão hídrica, outro tópico muito discutido por países do grupo africano é a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, sendo que tais pontos são fundamentais para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Essa é uma prioridade para as Ilhas Maurício, pois a degradação dos corais tem prejudicado suas praias que são essenciais para fomentar o turismo, que é principal atividade econômica do país. As SbN têm sido utilizadas para restaurar e preservar os corais, de forma a aumentar a resiliência e contribuir para a economia local (United Nations Environment Programme, 2022 l).

Angola e Gabão, por exemplo, têm aumentado suas áreas de preservação ambiental e visam desenvolver ainda mais esses mecanismos de proteção com a inclusão de uma área de preservação marinha (United Nations Environment Programme, 2022 a; United Nations Environment Programme, 2022 g). A iniciativa etíope *Green Legacy*, já mencionada, almejou o plantio de cerca de 20 bilhões de

---

<sup>12</sup> O sistema *hima* de preservação está centrado no controle coletivo sobre as pastagens e na preservação da terra, com a separação de territórios para a regeneração natural (United Nations World Water Assessment Programme, 2018, p. 81).





mudas de árvores até 2022 (United Nations Environment Programme, 2022 f). Já o Iraque desenvolveu uma política de reflorestamento e reservas naturais (United Nations Environment Programme, 2022 h). O Irã, visando a manutenção do ecossistema marinho, trabalhou na conservação de habitats e áreas costeiras e aumentou a área dos manguezais do país visando a preservação do ecossistema, combinada ao combate à escassez hídrica (United Nations Environment Programme, 2022 i).

Outro tema de preocupação dos países africanos e árabes é a questão alimentar, com destaque ao papel que as SbN podem desempenhar no setor agrícola, inclusive para o combate à fome e à pobreza. Essa é uma preocupação da República Democrática do Congo, que solicitou um relatório para compreender a relação de interdependência entre meio ambiente, alimentação e bem-estar humano e animal<sup>13</sup>. O relatório aponta o programa *One Health* (Uma Saúde, em tradução livre) como uma abordagem que busca, por meio da melhoria dos ecossistemas, aprimorar as condições de vida e saúde dos seres humanos e dos animais. Ademais, o relatório aponta como a degradação do meio ambiente tem sido responsável pelo desenvolvimento de doenças que podem ser transmitidas aos seres humanos e animais por meio dos alimentos (United Nations Environment Programme, 2022 d; Food and Agriculture Organization of the United Nations et al., 2022, p. 39-41).

O discurso de Cabo Verde reforçou a importância de estimular a resiliência dos sistemas produtivos e das comunidades por meio da agricultura. Para isso, o país tem investido na criação de economias verde e azul para que, ao tornar a agricultura mais sustentável, seja possível gerar empregos e aumentar a renda da população local, o que possibilita maior segurança alimentar (United Nations Environment Programme, 2022 c). Também relacionado à segurança alimentar, os Emirados Árabes Unidos, junto aos Estados Unidos, desenvolveram a iniciativa intitulada *AIM for Climate* (Objetivo pelo Clima, em tradução livre), que busca ampliar investimentos em inovações agrícolas que contribuam com a ação climática, sobretudo por meio de sistemas alimentares inteligentes. A iniciativa incentiva o intercâmbio de cientistas e a investigação para a ciência e inovação tanto em âmbito nacional como internacional (AIM For Climate, 2024; United Nations Environment Programme, 2022 q). Não fica claro, no entanto, se esta iniciativa é considerada uma SbN, uma vez que a natureza e os ecossistemas não aparecem como a prioridade.

A transição energética é trazida por muitos dos países árabes, como os Emirados Árabes Unidos, como um dos meios de se alcançar o desenvolvimento sustentável na medida em que contribui para combater a crise climática e gerar novos empregos (United Nations Environment Programme, 2022 q). No entanto, nas medidas apresentadas, também não fica claro se as políticas para a transição energética seguem uma abordagem ecocêntrica e se podem ser efetivamente consideradas como SbN.

No geral, tanto os países árabes como os africanos atribuem um papel importante à cooperação regional e internacional como mecanismo para garantir que as SbN sejam implementadas e que os ODS e suas metas sejam alcançados. Nesse sentido, Bahrein e Malauí mencionam que a cooperação global deve fortalecer o financiamento e a transferência tecnológica, enquanto medidas para compensar a

---

<sup>13</sup> O relatório foi publicado em 2022 e é um resultado de uma colaboração entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Program das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial para a Saúde Animal (WOAH) (Food and Agriculture Organization of the United Nations et al., 2022).





desigualdade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e, assim, alcançar os ODS (United Nations Environment Programme, 2022 b; United Nations Environment Programme, 2022 k). Tunísia e Emirados Árabes Unidos destacam, ainda, que essas medidas são necessárias para a promoção de uma economia circular, evidenciando que soluções inovadoras e sustentáveis exigem cooperação Norte-Sul e Sul-Sul (United Nations Environment Programme, 2022 p; United Nations Environment Programme, 2022 q).

A disparidade entre Norte e Sul Globais é mencionada também pelo Iraque, que afirma ser necessário levar em consideração as responsabilidades comuns e as especificidades nacionais (United Nations Environment Programme, 2022 h). Essa ideia trazida pelo Iraque e por outros países, como África do Sul (United Nations Environment Programme, 2022 n), reflete o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, o qual reconhece que, apesar de as responsabilidades acerca das questões ambientais serem comuns a todos, cada país possui capacidades específicas de desenvolver políticas para a proteção do meio ambiente. Angola acrescenta que manter esse princípio da Declaração do Rio como base das negociações da UNEA-5 é importante para combater a desigualdade socioeconômica e tecnológica entre os países do Norte e Sul Globais, através de capacitação e assistência aos países em desenvolvimento para que eles consigam atingir os objetivos propostos (United Nations Environment Programme, 2022 a).

Por fim, ao discutir o tema das SbN, a África e a Liga Árabe expressam uma crítica ao método tradicional de desenvolvimento e como os Estados falharam em implementar a pauta ambiental nesse modelo. O Sudão do Sul, por exemplo, afirma que as SbN devem representar muito além de práticas ambientais, mas sim uma alternativa ao modelo de desenvolvimento dado como clássico, alternativa essa que tenha em seu centro a natureza, a fim de combater efetivamente a crise climática e a pobreza. O país defende a necessidade de resoluções que promovam maior esforço, especialmente dos países desenvolvidos, para a ação climática e desenvolver esse novo modelo de desenvolvimento centrado nas SbN (United Nations Environment Programme, 2022 o).

## Referências

- AIM FOR CLIMATE. About AIM For Climate. *Website oficial de AIM For Climate*, 2024. Disponível em: <https://aimforclimate.org/#about-aim-for-climate>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO) et al. *One Health Joint Plan of Action (2022–2026): Working together for the health of humans, animals, plants and the environment*. Roma: FAO, UNEP, WHO e WOA, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240059139>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Resolution 5 - Nature-based solutions for supporting for sustainable development*. Adopted by the United Nations Environment Assembly at its 5th session, on 7 March 2022, UNEP/EA.5/Res.5. Disponível em: [www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.5](http://www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.5). Acesso em: 23 abr. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Angola, Ms. Carolina Cerqueira, State Minister for Social Affairs. *Youtube*, 14 de março de 2022 a. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=6V9giruA\\_w0&list=PLZ4sOGXTWw8FyRq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=3](https://www.youtube.com/watch?v=6V9giruA_w0&list=PLZ4sOGXTWw8FyRq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=3). Acesso em: 09 abr. 2024.







- \_\_\_\_\_. Bahrain, Mohamed bin Mubarak bin Daina (Dr.) Special Envoy for Climate Affairs. *Youtube*, 1 de março de 2022 b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JxdeiNPQyzs>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Cabo Verde, Gilberto Correia Carvalho Silva, Minister of Agriculture and Environment. *Youtube*, 1 de março de 2022 c. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xqyBncYECGU&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=23](https://www.youtube.com/watch?v=xqyBncYECGU&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=23). Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Congo, Ms. Eve Bazaiba Masudi, Deputy Prime Minister and Minister for Environment and Sustainability. *Youtube*, 14 de março de 2022 d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BrP58KTKNZg>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Egypt, Dr. Yasmine Fouad, Minister of Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 e. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hg7u-fdPyPo>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Ethiopia, Dr. Getahun Garedew Wodaje, Director General Ethiopian Environmental Protection Authority. *Youtube*, 2 de março de 2022 f. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=jmXxE\\_1DO58](https://www.youtube.com/watch?v=jmXxE_1DO58). Acesso em: 09 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Gabon, Mr Lee White, Miniter of Environment. *Youtube*, 2 de março de 2022 g. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1FH5qDzQVok&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=46](https://www.youtube.com/watch?v=1FH5qDzQVok&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=46). Acesso em: 09 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Iraq, Mr. Jasim Abdulazeez Hammadi Al Mohammedi, Minister Technical Deputy, Ministry of Environment. *Youtube*, 12 de março de 2022 h. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=v1\\_H0BOu7PE](https://www.youtube.com/watch?v=v1_H0BOu7PE). Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Islamic Republic of Iran, Dr. Ali Salajegheh, Vice President and Head of Department of Environment. *Youtube*, 12 de março de 2022 i. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=543-otF2X5g>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Jordan, Dr. Mohammad Alkhashashneh Secretary General, Ministry of Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 j. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aAO4LZsA568>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Malawi, Dr. Yanira Ntupanyama Principal Secretary, Ministry of Forestry and Natural Resources. *Youtube*, 14 de março de 2022 k. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fSHdXVCGXGg>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Mauritius, Mr. Kavydass Ramano Minister of Environment, Solid Waste Management and Climate Change. *Youtube*, 14 de março de 2022 l. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XOTuS1k0XbE>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Palestine, Ms. Tamimi Nisreen, Chairperson of Environment Quality Authority. *Youtube*, 14 de março de 2022 m. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UEHsjC1FUXQ>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. South Africa, Barbara Creecy Minister of Forestry, Fisheries and the Environment and VP of UNEA. *Youtube*, 12 de março de 2022 n. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dfdy59C5rOA>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. South Sudan, Ms. Josephine Napwon Cosmos, Minister of Environment and Forestry. *Youtube*, 2 de março de 2022 o. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXfr5YNWdCM>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Summary of Africa regional consultations*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 9-10 de outubro de 2023. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43699/Africa\\_regional\\_summary.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43699/Africa_regional_summary.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 28 abr. 2024.







- \_\_\_\_\_. Tunisia, Ms Leila Chikhaoui Minister of Environment. *Youtube*, 14 de março de 2022 p. Disponível em: [\\_https://www.youtube.com/watch?v=V7k8jPFAGP4](https://www.youtube.com/watch?v=V7k8jPFAGP4). Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. United Arab Emirates, Mariam Almheiri, Minister of Climate Change and Environment. *Youtube*, 1 de março de 2022 q. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c9E8N9QuC4g>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- UNITED NATIONS WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME (WWAP). *Nature-Based Solutions for Water: The United Nations World Water Report 2018*. Paris: UNESCO, 2018. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef\\_0000261424&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach\\_import\\_cc52ca9b-ccc4-4b43-972c-03ee5e29d213%3F\\_%3D261424eng.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000261424/PDF/261424eng.pdf#%5B%7B%22num%22%3A886%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C0%2C842%2C0%5D](https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000261424&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_cc52ca9b-ccc4-4b43-972c-03ee5e29d213%3F_%3D261424eng.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000261424/PDF/261424eng.pdf#%5B%7B%22num%22%3A886%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C0%2C842%2C0%5D). Acesso em: 14 abr. 2024.





## Europa Ocidental e JUSSCANZ

Na 5ª sessão da UNEA, os países que compõem o grupo da Europa Ocidental e Outros e o grupo JUSSCANZ<sup>14</sup> defenderam o papel crucial das SbN para alcançar os ODS da ONU. Reforçando o conceito definido pela UNEA em sua resolução 5/5, os grupos regionais entendem as SbN como práticas que utilizam processos naturais para responder aos desafios relacionados principalmente ao meio ambiente. Essas soluções apresentadas incluem, majoritariamente, o desenvolvimento de tecnologias para fomentar a restauração de ecossistemas, a conservação da biodiversidade, a gestão sustentável de recursos naturais e a construção de infraestrutura verde<sup>15</sup> (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 2).

Os países que compõem os grupos da Europa Ocidental e do JUSSCANZ buscam implementar as SbN para alcançar três objetivos principais: a redução das emissões de carbono e outros GEE; a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade; e a redução do uso de plástico. Como grupos de países desenvolvidos, a Europa Ocidental e o JUSSCANZ priorizam o desenvolvimento de pesquisas científicas na área da proteção ambiental e de tecnologias mais sustentáveis para responder aos problemas da tripla crise planetária. Os grupos enfatizam o papel dos conhecimentos científicos para desenvolver tecnologias de filtragem da água, averiguação de áreas desmatadas e regulação da emissão de carbono via desenvolvimento de energias sustentáveis (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 1).

Os Estados Unidos, por exemplo, mencionam o uso das melhores tecnologias disponíveis para mitigar a poluição, como a construção de telhados verdes, pavimentos permeáveis, sistema de tratamento de águas pluviais, aumento da área verde, entre outros. O país busca reverter a perda da biodiversidade por meio da conservação de 30% do solo até 2030. O uso de drones para reflorestar áreas devastadas por incêndios é comum no país, o que por sua vez ajuda a mitigar a poluição do ar e amenizar os efeitos da tripla crise planetária (United Nations Environment Programme, 2022 d).

Para diminuir as emissões de carbono, alguns países da Europa Ocidental e do JUSSCANZ defendem a adoção de fontes de energia limpa, como solar, eólica e geotérmica. A Islândia é referência na utilização de energias limpas para a proteção do meio ambiente. Um dos projetos que o país participa é o *Wellbeing Economy Governments Partnership* (WEGo; Parceria de Governos pela Economia do Bem-estar, em tradução livre), uma colaboração entre governos nacionais e regionais que têm interesse em promover políticas e práticas que visam construir economias que priorizem o bem-estar das pessoas e do planeta, em contraste com o tradicional foco no crescimento econômico como medida principal de sucesso (Wellbeing Economy Alliance, 2022).

---

<sup>14</sup> JUSSCANZ é um grupo formado por Japão, Estados Unidos, Suíça, Canadá, Austrália, Noruega e Nova Zelândia.

<sup>15</sup> Segundo a Comunicação sobre a Infraestrutura Verde da Comissão Europeia (2013), infraestrutura verde é uma ferramenta para proporcionar benefícios ecológicos, econômicos e sociais através de SbN. A infraestrutura verde baseia-se no princípio de que a proteção e a melhoria da natureza e dos processos naturais, e os muitos benefícios que a sociedade humana obtém da natureza, são conscientemente integrados no planejamento espacial e no desenvolvimento territorial (União Europeia, 2013).





O Canadá também promove tecnologias para redução da emissão de gases do efeito estufa. O país apoia a criação de projetos como o *Nature Smart Climate Solutions* (Soluções Climáticas Inteligentes da Natureza, em tradução livre), que aplica SbN como a restauração e ampliação de florestas para mitigar as mudanças climáticas, incluindo a restauração de ecossistemas (Government of Canada, 2024; United Nations Environment Programme, 2022 b).

A importância da cooperação internacional para o desenvolvimento dessas tecnologias é ressaltada em projetos como o PONDERFUL que, embora não integre todos os países da Europa Ocidental e do JUSSCANZ, conta com a colaboração de países como Alemanha, Suíça, Bélgica, Espanha, Reino Unido, Turquia, entre outros. O projeto explora métodos inovadores para usar lagos e lagoas como catalisadores do desenvolvimento ambiental de outros ecossistemas, além de utilizar organismos marinhos para melhorar a qualidade da água (United Nations Environment Programme, 2022 b, p. 1).

O problema do plástico é uma questão comum aos países dos grupos, que estão focados em promover medidas para a redução desse material devido aos seus impactos ambientais e sociais, assim como fortalecer a cooperação internacional para esse fim. Os países têm debatido a adoção de medidas legislativas (como a proibição de plásticos de uso único em seus territórios), programas e soluções de reciclagem avançadas e mais eficientes e políticas de inovação tecnológica para desenvolver materiais biodegradáveis que contribuam para a preservação do ecossistema terrestre e marinho e sua biodiversidade (United Nations Environment Assembly, 2022 a, p. 1).

A Austrália traz exemplos de boas práticas de SbN, como o *National Waste Policy Plan* (Plano Nacional de Política de Resíduos, em tradução livre) e o *National Plastics Plan* (Plano Nacional de Plásticos, em tradução livre). Ambos os planos visam encontrar alternativas para o uso desnecessário de plásticos e a maximização de sua utilização. Os planos também apresentam medidas de redução do impacto do plástico na natureza, tendo como ações principais a reciclagem, prevenção e conscientização da população sobre os danos causados pelo plástico ao meio ambiente (Australian Government, 2021; United Nations Environment Programme, 2022 a). Investimentos realizados pelo governo australiano no *Pacific Ocean Litter Project* (POLP; Projeto Lixo do Oceano Pacífico, em tradução livre), em colaboração com outros países do Pacífico<sup>16</sup>, visam contribuir com a redução do volume de plásticos descartáveis nesse oceano, intensificado principalmente pelo turismo excessivo e descarte inadequado de lixos domésticos e industriais. O projeto visa preservar a vida marinha e incentivar outros países a tomar providências a partir das diversas SbN (Secretariat of the Pacific Regional Environment Programme, 2024).

O Japão também apresenta iniciativas relacionadas à diminuição do uso do plástico para proteger os oceanos e sua biodiversidade, a partir do estreitamento de laços com países do G20. O programa *Osaka Blue Ocean Vision* (Visão do Oceano Azul de Osaka, em tradução livre) é destinado especificamente à eliminação de resíduos plásticos via conscientização da população a partir de campanhas e investimentos em pesquisas. Ademais, o Japão promove a economia circular como instrumento indispensável para que haja redução, reutilização e reciclagem dos

---

<sup>16</sup>Os demais países que compõem o projeto são: Ilhas Cook, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Kiribati, Nauru, Niue, Palau, Papua, Nova Guiné, Ilhas Marshall, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.





plásticos, bem como recuperação dos ecossistemas afetados (United Nations Environment Assembly, 2022 c; Osaka Blue Ocean Vision, 2023).

O Reino Unido trouxe uma discussão interessante para o debate das SbN, voltada para o papel povos indígenas nessas práticas. O país reconhece que restaurar e proteger a natureza é a medida mais efetiva e menos custosa para lidar com problemas relacionados às mudanças climáticas e outros problemas sociais, como a fome e a pobreza. Dessa forma, o Reino Unido tem cooperado com países ricos em biodiversidade para promover ações como reverter o desmatamento e a degradação ambiental. O país reconhece que trabalhar com a população local e, especialmente, com os povos originários desses países é crucial. Além disso, o Reino Unido pontua que a cooperação para diminuição da poluição plástica em pelo menos 30%, até o ano de 2024, é essencial para proteger os oceanos e a biodiversidade (United Nations Environment Programme, 2022 c).

O posicionamento da Nova Zelândia se conecta ao do Reino Unido por trazer ações focadas em SbN que articulam a sabedoria e as práticas de povos indígenas. A Nova Zelândia reconhece o papel da comunidade Māori, em seu território, para a preservação e restauração dos ecossistemas e promoção de medidas que coloquem a natureza como prioridade. A visão de mundo da tribo Māori entende que a natureza deve ser respeitada e não explorada, ideia resumida no conceito de “Kaitiakitanga”, que se refere à responsabilidade de proteção e zelo da natureza por parte da humanidade. Assim, a Nova Zelândia propõe que os saberes Māori devem ser incorporados às SbN, rumo às economias sustentáveis e circulares (United Nations Environment Assembly, 2022 b). No entanto, é válido notar que a comunidade Māori está em risco pelos empecilhos causados pelo estilo de vida da sociedade entendida como moderna, que avança sobre sua população.

Em geral, nota-se que os grupos da Europa Ocidental e do JUSSCANZ compreendem que as SbN devem ser orientadas pela redução do uso de plásticos, cooperação com povos indígenas, restauração de florestas, promoção da utilização de energias limpas e aplicação de tecnologias para redução das emissões de GEE na atmosfera. Essas iniciativas refletem um compromisso, embora abrangente, com a sustentabilidade e a mitigação das mudanças climáticas, evidenciando uma abordagem integrada com o meio ambiente para sua proteção.

Contudo, é preciso questionar se o uso de tecnologias para a restauração da natureza pode ser considerado genuinamente como SbN. Esse dilema é particularmente relevante considerando que os países desenvolvidos da Europa Ocidental e do JUSSCANZ historicamente degradaram o meio ambiente durante as eras colonial e industrial, mas agora buscam restaurar essa destruição de forma artificial, por meio da tecnologia. Fica em aberto também como será possível conciliar a tecnologia com uma abordagem ecocêntrica e os conhecimentos dos povos originários, como proposto por Reino Unido e Nova Zelândia, especialmente em países em desenvolvimento.

## Referências

AUSTRALIAN GOVERNMENT. National Plastics Plan. *Website oficial de Australian Government*, 10 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.dcceew.gov.au/environment/protection/waste/plastics-and-packaging/national-plastics-plan>. Acesso em: 28 mar. 2024.





- GOVERNMENT OF CANADA. Nature Smart Climate Solutions Fund. *Website oficial de Government of Canada*, 13 de março de 2024. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/environmental-funding/programs/nature-smart-climate-solutions-fund.html>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- OSAKA BLUE OCEAN VISION. G20 Implementation Framework for Actions on Marine Plastic Litter. *Website oficial de Osaka Blue Ocean Vision*, 28 de julho de 2023. Disponível em: <https://g20mpl.org/archives/1328>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- SECRETARIAT OF THE PACIFIC REGIONAL ENVIRONMENT PROGRAMME. The Pacific Ocean Litter Project. *Website oficial do Pacific Ocean Litter Project*, 2024. Disponível em: <https://www.sprep.org/polp>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- UNIÃO EUROPEIA (UE). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Infraestrutura Verde — Valorizar o Capital Natural da Europa*. Eur-Lex, 52013DC0249, 2013. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52013DC0249&from=IT>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Resolution 14 - End plastic pollution: towards an international legally binding instrument*. Adopted by the Environment Assembly at its 5th session, on 7 March 2022 a, UNEP/EA.5/Res.14. Disponível em: [www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.14](http://www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.14). Acesso em: 28 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *New Zealand National Statement, Delivered by Permanent Representative to the UN Environment Programme, Mr. Nathan Glassey*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro-2 de março de 2022 b. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38519/New%20Zealand%20-%20National%20Statement%20-%20UNEA5%20-%20February%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mar.2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement by Mr. Yutaka Shoda, Vice-Minister for Global Environmental Affairs, Japan*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro-2 de março de 2022 c. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38509/Statement%20by%20Mr.%20Yutaka%20SHODA-Japan%20on%20UNEA%205.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Australia, Ms. Sussan Ley, Minister of the Environment. *Youtube*, 1 de março de 2022 a. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=gc-XE2-WaMs&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=gc-XE2-WaMs&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=7). Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. Canada, Steven Guilbeault, Minister of Environment and Climate Change. *Youtube*, 1 de março de 2022 b. Disponível em: <https://youtu.be/D7lCBdcnXM8?si=iol3WO-Z06Oo16us>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *NbS Examples Submitted by The European Union to the Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 a. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/44152/EU.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Summary of WEOG regional consultations*, 2023. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 b. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43682/WEOG\\_regional\\_summary\\_final.pdf?sequence=3](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43682/WEOG_regional_summary_final.pdf?sequence=3). Acesso em: 28 abr. 2024.





- \_\_\_\_\_. United Kingdom, Dr. Cheryl Case, Deputy Director, Department for Environment, Food and Rural Affairs. *Youtube*, 14 de março de 2022 c. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/uDuepTfrH-Q>. Acesso em: 28 abr.2024.
- \_\_\_\_\_. United States of America, Ms. Monica Medina, As. Secretary of State for Oceans and International Environment Affairs. *Youtube*, 2 de março de 2022 d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xJrdRbm04e8>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- WELLBEING ECONOMY ALLIANCE. Wellbeing Economy Governments. *Website oficial de Wellbeing Economy Alliance*, 2022. Disponível em: <https://weall.org/wego>. Acesso em: 28 abr. 2024.







## Grupos principais e partes interessadas

Os grupos principais e as partes interessadas representam setores da sociedade civil que participam das discussões da UNEA e trazem suas demandas, nem sempre alinhadas com a posição oficial dos Estados-membros, e tendem a pressioná-los por decisões que levem em consideração principalmente as perspectivas e necessidades sociais e a proteção e preservação ambiental. Assim, mesmo não tendo poder de voto nas decisões da UNEA, os grupos principais e as partes interessadas são importantes para a UNEA, pois lutam pelas demandas da sociedade civil organizada.

Para compreender o que esses grupos entendem por SbN, deve-se levar em consideração que eles possuem contextos e interesses distintos e muito particulares, conforme suas respectivas realidades, e isso transparece na forma como compreendem essas práticas. Ainda assim, os grupos principais e as partes interessadas presentes na UNEA convergem em alguns aspectos, especialmente porque compartilham entre si o interesse comum na proteção do meio ambiente e promoção da sustentabilidade.

Os grupos principais e as partes interessadas convergem também na busca por SbN que sejam inclusivas, equitativas e eficazes, reconhecendo a importância da participação de grupos que são muitas vezes excluídos dos debates ambientais, como crianças, jovens, mulheres e povos indígenas e tradicionais. Dessa forma, a promoção do diálogo, da cooperação e da ação coletiva é um ponto central em suas agendas, refletindo o entendimento de que os desafios ambientais e sociais requerem esforços conjuntos e colaborativos para serem enfrentados de forma eficaz.

Alguns grupos principais, como o das Crianças e da Juventude, dos Povos Indígenas e das Autoridades Locais, têm como foco promover a participação ativa e o protagonismo desses grupos nas decisões e na implementação das SbN. Reconhecendo a diversidade de perspectivas e experiências dentro da sociedade civil, esses grupos entendem que as SbN só podem ser eficazes se incorporarem os conhecimentos tradicionais e as práticas sustentáveis desenvolvidas por comunidades locais e povos indígenas ao longo de gerações (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 3; United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 1-3; United Nations Environment Assembly, 2022 c, p. 1-2).

Para esses grupos principais, as SbN devem ser construídas de baixo para cima, levando em consideração as necessidades e os valores desses grupos, garantindo sua participação ativa na tomada de decisões e na implementação das soluções. Dessa forma, além de promover a conservação ambiental, as SbN também se tornam instrumentos de justiça climática e ambiental, promovendo a inclusão social, fortalecendo as comunidades e contribuindo para a construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis.

Outro ponto em comum no posicionamento dos grupos principais e das partes interessadas diz respeito à abrangência do conceito de SbN, que pode acabar por mascarar práticas que continuam prejudicando a natureza. Essa crítica parte especialmente do grupo principal dos Povos Indígenas, que condena a maneira como as SbN têm sido associadas a soluções falsas, que não trazem respostas reais aos problemas em questão (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 2).





Apesar dos pontos em comum, existem algumas pautas específicas defendidas por cada um dos grupos principais e das partes interessadas. Por exemplo, o grupo principal dos Povos Indígenas enfatiza a urgência de uma mudança sistêmica na forma como a humanidade lida com a natureza, especialmente para combater as mudanças climáticas (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 3). A inclusão de conhecimentos e práticas tradicionais nas SbN, com base em aspectos culturais, espirituais e identitários, é uma prioridade no posicionamento desse grupo principal. Essa posição é convergente com a parte interessada Conselho Circumpolar Inuit, que entende as SbN não apenas como estratégias de restauração e conservação ambiental, mas também expressões das suas comunidades e seus modos de vida, culturas e tradições sobre como viver em harmonia com a natureza (United Nations Environment Assembly, 2022 b, p. 1). Dessa forma, prevalece na posição desses representantes a luta pela integração desses conhecimentos milenares às soluções contemporâneas para os desafios ambientais.

Ainda que não seja o foco de suas prioridades de negociação, o grupo principal das Crianças e da Juventude fortalece a demanda dos Povos Indígenas ao defender a inclusão de jovens indígenas no processo de proteção e monitoramento de áreas protegidas. O Instituto Raoni, localizado no Brasil, por exemplo, é responsável por proteger e monitorar mais de dois milhões de hectares de terras indígenas, incentivando os jovens membros da comunidade Kayapó a documentar o desmatamento ilegal e outras atividades que colocam em risco a integridade de seu território. Além disso, o Instituto ensina métodos de agricultura sustentável e agrofloresta para apoiar a conservação da terra indígena. Essas ações demonstram a importância da juventude indígena para a conservação da biodiversidade e preservação ambiental (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 10).

O grupo principal das Crianças e da Juventude também é responsável pelo envolvimento dos jovens na restauração de manguezais e áreas úmidas em El Salvador. Ao participarem ativamente desse projeto de restauração, os jovens compreendem a importância da preservação desses ecossistemas não apenas para a biodiversidade local, mas também para a mitigação das mudanças climáticas. Os manguezais e as áreas úmidas desempenham um papel crucial na captura de carbono atmosférico e na regulação do clima regional, além de oferecerem habitat para diversas espécies. Portanto, ao se envolverem na restauração desses ambientes, os jovens demonstram um entendimento da interconexão entre a biodiversidade e o clima e trabalham ativamente para promover a sustentabilidade e a resiliência ambiental em suas comunidades (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 11).

Para a ONG Fundo Mundial para a Natureza (WWF), uma parte interessada da UNEA, as SbN possuem um papel central na redução de emissão dos GEE para combater as mudanças climáticas. O WWF defende a eliminação dos combustíveis fósseis e o uso de fontes de energia renováveis, bem como a restauração de áreas marítimas e terrestres para a redução de GEE. As SbN também são vistas como um caminho para garantir a segurança alimentar e a saúde da população se utilizadas para aumentar a resiliência de sistemas de produção de alimentos, inclusive de comunidades tradicionais. Mas a ONG alerta que se deve tomar cuidado para evitar que as SbN sejam utilizadas para reforçar práticas predatórias sobre a natureza (United Nations Environment Programme, 2023 f, p. 3; p. 5).

A parte interessada IBON International, uma ONG internacional que visa promover o desenvolvimento de países do Sul Global e sediada nas Filipinas, apresenta uma postura mais cética em relação às SbN e sua contribuição para





redução de emissão de GEE. A ONG alega que o conceito tem criado espaços para o “colonialismo de carbono” e práticas de *greenwashing*, que prejudicam a natureza e não levam em consideração as necessidades das comunidades locais, especialmente aquelas localizadas no Sul Global. A IBON International também expressa sua preocupação com a utilização das SbN como uma estratégia para somente mitigar os efeitos das atividades prejudiciais ao meio ambiente, em vez de abordar diretamente suas causas fundamentais. Isso não significa que as SbN não sejam importantes ou eficazes, mas sim que devem ser parte de uma estratégia mais ampla e abrangente que aborde tanto os sintomas quanto as causas subjacentes dos problemas ambientais. Portanto, considera crucial garantir que as SbN sejam implementadas de maneira complementar aos esforços mais amplos de redução de danos ambientais e proteção dos ecossistemas (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 1-2).

Outras partes interessadas, como a Pax pela Paz (ONG neerlandesa que trabalha com a proteção de civis em conflitos armados) e a Rede do Terceiro Mundo (ONG internacional sediada na Malásia e que busca articular os países do Sul Global para a promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável), enfatizam a importância das SbN para a mitigação da crise climática. Essas soluções são decisivas para a conservação e restauração de ecossistemas naturais, como florestas, manguezais e áreas úmidas, que desempenham um papel crucial na regulação do clima, na absorção de carbono e na proteção contra desastres relacionados ao clima. Além disso, essas partes interessadas reconhecem a interconexão entre biodiversidade e clima e defendem a proteção e recuperação da diversidade biológica como parte integrante das estratégias de mitigação climática baseadas na natureza (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 3-4; United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 1-3).

Já para o grupo principal das Autoridades Locais, a prioridade é garantir a coerência, coordenação e cooperação na governança e promover legislação ambiental como passos fundamentais para implementar as SbN, a fim de lidar com os desafios da tripla crise planetária. Isso porque a falta de coesão e coordenação entre os diferentes níveis decisórios dificulta a implementação eficaz de políticas públicas e internacionais que envolvam as SbN. Para reverter esse quadro, medidas como a implementação de políticas de energia limpa, transporte sustentável, gestão de resíduos e uso sustentável dos solos a nível local, devem ser tomadas. Por meio da governança, o grupo principal das Autoridades Locais busca também defender a participação de grupos marginalizados nas tomadas de decisão que envolvam SbN, agindo em defesa da justiça climática. Para o grupo, é crucial corrigir a injustiça intrínseca às mudanças climáticas, em que as comunidades que menos contribuem para o problema são as mais afetadas por seus impactos devastadores. Portanto, a justiça climática busca assegurar que as comunidades mais vulneráveis, que enfrentam os efeitos adversos dos eventos climáticos extremos, tenham acesso a recursos e medidas de adaptação adequadas. Isso inclui não apenas a distribuição equitativa de recursos, mas também o reconhecimento dos direitos das comunidades afetadas e a promoção de políticas e práticas que abordem as desigualdades sociais e econômicas exacerbadas pelas mudanças climáticas (United Nations Environment Assembly, 2022 c, p. 1-2).

A associação entre SbN e as respostas para os desafios sociais é enfatizado também por partes interessadas como a IBON International e a Rede do Terceiro Mundo. Ambas as ONGs reconhecem que o bem-estar humano está intrinsecamente ligado à saúde do meio ambiente e que promover a conservação e restauração dos





ecossistemas pode gerar benefícios sociais significativos, como a promoção de empregos que incluam mulheres e jovens para a redução da pobreza, especialmente em países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos. Com isso, essas ONGs demandam uma abordagem mais ampla das SbN, que vá além do pilar ambiental do desenvolvimento sustentável, para abordar também os direitos humanos e as necessidades das comunidades mais vulneráveis (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 2; United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 3).

A IBON International destaca a importância de considerar o impacto das políticas ambientais nos direitos das comunidades rurais de linha de frente, mulheres, pobres urbanos, povos indígenas e outros grupos sociais, enfatizando que as SbN que não abordam esses direitos não são eficazes (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 1). A Rede do Terceiro Mundo levanta preocupações sobre as implicações das SbN para os povos indígenas e as comunidades locais, exigindo o respeito e a proteção de seus direitos, conforme estabelecido pelas leis e normas internacionais de direitos humanos (United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 3).

Já a PAX pela Paz amplia a discussão sobre os impactos das SbN para as questões sociais ao envolver também os impactos positivos dessas ações para a promoção da paz e segurança, uma vez que a degradação ambiental e a escassez de recursos naturais muitas vezes estão associadas a conflitos e instabilidade. Portanto, promover práticas que protejam e restaurem os ecossistemas pode contribuir para a prevenção de conflitos e para a construção da paz. Segundo a PAX pela Paz, a gestão eficaz e sustentável dos recursos naturais é essencial para o processo de construção da paz, pois fortalece a resiliência das comunidades e da infraestrutura contra adversidades ambientais (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 2).

Em suma, os grupos principais e as partes interessadas, através de seus diferentes posicionamentos e contribuições, têm desempenhado um papel crucial no debate sobre SbN, fornecendo uma visão crítica sobre essas práticas, especialmente aquelas que parecem reforçar a visão predatória do ser humano sobre a natureza. Assim, enquanto os Estados-membros da UNEA trazem exemplos de boas práticas sobre SbN para enfrentar os desafios ambientais, é papel dos grupos principais e das partes interessadas questionar a autenticidade e eficácia dessas medidas, pois podem variar em sua implementação e impacto real. Também desempenham um papel crucial na avaliação crítica das soluções propostas, garantindo que sejam fundamentadas em evidências sólidas e alinhadas com os objetivos reais de sustentabilidade, ambiental, social e econômica de longo prazo (United Nations Environment Assembly, 2022 a, p. 2).

Dessa forma, enquanto os Estados-membros fornecem a base política e regulatória para a implementação das SbN, os grupos principais e as partes interessadas trazem conhecimentos técnicos, experiências práticas e perspectivas diversificadas para enriquecer o debate e catalisar ações concretas. Sua contribuição inclui o fornecimento de dados e evidências científicas, o desenvolvimento de estratégias de engajamento da sociedade civil e a promoção da responsabilidade corporativa e da inovação tecnológica. Sua participação ativa fortalece o papel da governança global e impulsiona a implementação efetiva de SbN.





## Referências

- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *MGS Joint Closing statement*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro-2 de março de 2022 a. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38626/MGS%20Joint%20Closing%20statement%20UNEA%205.2%20on%202%20March%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement by the Inuit Circumpolar Council, Dalee Sambo Dorough, International Chair*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 15 de fevereiro de 2022 c. 2022 b. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38639/Inuit%20Circumpolar%20Council%20-%20Dalee%20Sambo%20Dorough%20-%20UNEA%205%20-%2014%20Feb%202022%20TEXT.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement by the Local Authorities Major Group*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairóbi, Quênia, 28 de fevereiro-2 de março de 2022 c. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38512/LAMG%20Statement%20UNEA%205.2\\_1March\\_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38512/LAMG%20Statement%20UNEA%205.2_1March_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 jun. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *An Approach to Nature-Based Solutions from Indigenous Peoples Major Group*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 a. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42532/Indigenous\\_Peoples\\_NbS\\_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42532/Indigenous_Peoples_NbS_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *NbS Examples Submitted by Children and Youth Major Group to the Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 b. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/44151/ChildrenandYouth\\_MajorGroup.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/44151/ChildrenandYouth_MajorGroup.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *PAX for Peace - NGO Recommendations to the First Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 c. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42348/PAX.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Submission for the First Global Consultation on 'Nature Based Solutions' - IBON International*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 d. Disponível em: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42431/IBON\\_nature-based\\_solutions.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42431/IBON_nature-based_solutions.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 08 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Submission from Third World Network (TWN) on nature-based solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 e. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42349/Network.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *WWF 2<sup>nd</sup> Submission to the Intergovernmental Consultations on Nature-based solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 f. Disponível em: [http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43668/WWF\\_2nd\\_NbS\\_submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43668/WWF_2nd_NbS_submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 08 mar. 2024.



# UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY

**5 - 8 SEPTEMBER 2024**

In-person | At FACAMP



# RESEARCH GUIDE







## RESEARCH GUIDE

### UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY

# NATURE-BASED SOLUTIONS FOR SUPPORTING SUSTAINABLE DEVELOPMENT

#### Authors

Antonia de Toledo da Conceição	Luíza De Godoy Picarelli Marcolino
Antonio Bassetto de Paula	Manuela Oliveira Souza
Beatriz Pierre Fernandes	Maria Fernanda de Paiva Julidori
Carolina Barbosa Torres	Mariana Cabral Cordão
Fernanda Reberte Maia	Pietra Martins Pinto
Gabriele Ushiroda	Quésia Lorryne Paula Santos
João Vitor Santos	Sabrina de Moura Leite Rabelo
Lara Rocha de Oliveira	Yasmin Cristine dos Santos Castro

#### Advisors

Professor Patricia Capelini Borelli, Ph.D.  
Professor Patrícia Nogueira Rinaldi, Ph.D.





## SUMMARY

<b>PREFACE</b> .....	<b>3</b>
<b>INTRODUCTION</b> .....	<b>5</b>
<b>UNITED NATIONS REFERENCES</b> .....	<b>16</b>
UNEP Reports .....	16
Resolutions and other international decisions .....	17
<b>OTHER UN REFERENCES</b> .....	<b>19</b>
Other publications.....	19
Official websites .....	20
<b>EXTRA RESOURCES</b> .....	<b>22</b>
Scientific Papers .....	22
Other references.....	22
Websites.....	23
Databases .....	24
Documentaries .....	27
<b>OFFICIAL POSITION OF REGIONAL GROUPS</b> .....	<b>29</b>
Asia-Pacific .....	29
Latin America and the Caribbean.....	32
Africa and Arab League .....	36
Western Europe and JUSSCANZ.....	41
Major groups and stakeholders.....	45





## PREFACE

Dear delegate,

We are very glad about your participation in the United Nations Environment Assembly (UNEA) at the FACAMP Model United Nations (FAMUN) 2024. We are delighted to know that you have accepted the challenge of participating in this simulation and, by doing so, act now to help us find solutions for our future. This will be a time of much learning and growth, and we would like you to know that we will be at your disposal, from researching the topic to the simulation itself, to ensure you have the best possible experience during the conference days!

With the goal of saving today our tomorrow, we, from the FAMUN 2024 team, invite you to think, discuss, and develop actions that reconsider the way we interact with nature. Extreme climate events are becoming increasingly frequent, directly affecting the lives of millions of people and other living beings. Responding to the climate-environmental crisis requires us to rethink how we live on this planet. FAMUN is the ideal environment to reflect on these issues that demand immediate action. In this process, the conference becomes an opportunity for you, as a future professional, to gain new perspectives and negotiate your differences to promote change. Tomorrow must be protected today, so we invite you to act now!

The first step in preparing for FAMUN is to understand the topic of the simulation. For this, we have prepared this research guide to assist and guide your initial study on the theme "Nature-based solutions for sustainable development". In the first pages of the document, you will find an introduction about the importance of UNEA and the main challenges to be addressed in the simulation. Following this, there will be a list of research sources, including reports, resolutions, websites, publications, and more, to help you go deeper into your preparation research for the simulation. Finally, we present the positions of regional groups, major groups, and stakeholders on the topic to guide the construction of your negotiation strategy during FAMUN.

Facing the challenge proposed by this theme, we invite you to rethink how we interact with nature and propose actions aimed at a truly sustainable future, fostering harmony between humans and nature. And this must be done in conjunction with the other delegations. We hope that through dialogue, diplomacy, and consensus, it will be possible to find nature-based solutions that are fair to both humans and nature as a whole!

Warm regards,

Luíza De Godoy Picarelli Marcolino – President  
Pietra Martins Pinto – Vice-President  
Gabriele Ushiroda – Secretary  
**Team of UNEA 1 – High School**





João Vitor Santos Bueno – President  
Carolina Barbosa Torres – Vice-President  
Mariana Cabral Cordão – Secretary

**Team of UNEA 2 – High School**

Maria Fernanda de Paiva Julidori – President  
Manuela Oliveira Souza – Vice-President  
Beatriz Pierre Fernandes – Secretary

**Team of UNEA 3 – High School**

Yasmin Cristine dos Santos Castro – President  
Lara Rocha de Oliveira – Vice-President  
Sabrina de Moura Leite Rabelo – Secretary

**Team of UNEA – University**

Antonia de Toledo da Conceição – Secretary-General of FAMUN 2024  
Antonio Bassetto de Paula – Under-Secretary-General for Management  
Fernanda Reberte Maia – President of the General Assembly  
Quésia Lorryne Paula Santos – Under-Secretary-General for Global Communications

**Senior Secretariat of FAMUN 2024**





## INTRODUCTION

Since the United Nations Conference on the Human Environment, which took place from 5-16 June 1972 in Stockholm<sup>1</sup>, global environmental issues have taken a more central position on the international agenda. This concern was a response to the consequences of the development process in many countries, such as increased pollution, contamination of rivers and soils, among other factors. Besides inaugurating the environmental discussion on the international agenda and proposing the concept of sustainable development<sup>2</sup>, the conference resulted in a declaration with principles to balance economic growth with environmental protection and the establishment of the United Nations Environment Programme (UNEP)<sup>3</sup> (United Nations General Assembly, 1972, pp. 1-2; Abreu et al., 2012, pp. 148-150).

UNEP's headquarters is located in Nairobi, Kenya, the first United Nations (UN) entity based in a developing country. The program has a technical character and monitors environmental agenda issues, providing data and scientific analyses to support policy formulation and the implementation of environmental actions (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 5).

When created in 1972, UNEP had a Governing Council<sup>4</sup> composed of only 58 Member States, responsible for deliberating about the functions of the program (United Nations General Assembly, 1972, pp. 1-2). However, since its inception, UNEP has worked with other actors, called major groups and other stakeholders, which include non-governmental organizations, groups representing indigenous peoples, women, children and youth, among others, to drive global commitments and coordinate actions to address the most urgent environmental challenges (United Nations Environment Assembly, 2024 b).

---

<sup>1</sup> The United Nations Conference on the Human Environment, held in Stockholm in 1972, was a milestone in the history of global environmental preservation. It brought together representatives from 113 countries and over 400 governmental and non-governmental institutions to discuss the impacts of human development on the environment. A central point of the debate was the proposal of "zero development", which defended the stagnation of economic growth to avoid environmental crises. However, this idea conflicted with the interests of developing countries seeking to improve the quality of life of their population through economic growth. The conference addressed topics such as acid rain, air pollution, and the sustainable use of natural resources, resulting in the creation of an important document on the preservation and use of natural resources on a global scale that laid the foundations for future environmental conservation and sustainable development initiatives (Abreu et al., 2012, pp. 148-150).

<sup>2</sup> Sustainable development refers to a model of progress that balances economic growth with environmental preservation and social well-being. It is an approach that aims to meet present needs without compromising the ability of future generations to meet their own needs. The concept proposes building a prosperous future that respects natural resources, promotes equality, and protects the environment for future generations (Nações Unidas Brasil, 2020).

<sup>3</sup> UNEP was established by the United Nations General Assembly in 1972 through its Resolution 2997(XXVII) (United Nations General Assembly, 1972).

<sup>4</sup> A Governing Council is an entity responsible for making decisions and establishing guidelines for a specific organization or program. In the context of the UN, many agencies and programs have their own Governing Councils composed of representatives from Member States. In UNEP, the Governing Council comprises representatives from Member States who meet regularly to make decisions on policies, programs, and activities related to the global environment. These decisions may include the approval of environmental conservation projects, the allocation of funds for sustainability initiatives, and the setting of priorities for the global environmental agenda. The Governing Council plays a crucial role in guiding and directing UNEP's actions and operations, ensuring that its activities are aligned with the objectives and values set by Member States (United Nations Environment Assembly, 2024 b).





The environmental agenda gained greater visibility in the early 1990s with the United Nations Conference on Environment and Development (Rio-92), which discussed ways to implement sustainable development. The conference also drew greater attention to specific environmental agenda topics, such as biodiversity loss and climate change, resulting in the creation of specific conventions to address these issues (Abreu et al., 2012, pp. 149-150).

Twenty years later, a new conference was convened to discuss the progress of the commitments established in Rio-92: The United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20), held in Rio de Janeiro in 2012<sup>5</sup>. The decision to create the United Nations Environment Assembly (UNEA) was a result of this conference, aiming to establish a more robust and universally representative body to address emerging environmental challenges from a sustainable development perspective – and more specifically, from the perspective of the 2030 Agenda and its 17 Sustainable Development Goals (SDGs), which were already being negotiated in that context (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 7).

UNEA was officially established in 2012 as a deliberative body, replacing the UNEP Governing Council. UNEA's primary function is to make decisions regarding environmental agenda issues, particularly to support policy formulation and the implementation of international law standards. Therefore, UNEA is the crucial decision-making forum for global environmental policies, while UNEP provides the essential technical and scientific support for implementing these policies. Due to the interdependence of these issues, decisions are commonly agreed upon by consensus among Member States (United Nations Environment Assembly, 2024 b).

Unlike the preceding Governing Council, UNEA comprises all 193 UN Member States, making it more democratic. Regarding leadership, UNEA consists of a Bureau, which includes a President, eight Vice-presidents, and a Rapporteur, who assist the President in general negotiations. Besides the Member States, UNEA includes major groups and other stakeholders who actively participate in the negotiations of agenda items, although they do not have voting rights. Nevertheless, the major groups and other stakeholders are important because they represent the demands of civil society and provide scientific, political, and legal knowledge, evidenced by their activist practices, which promote political pressure to hold States accountable (United Nations Environment Programme, 2023 c, pp. 10-11; 15-16).

UNEA convenes every two years to deliberate on various environmental agenda topics. Its 5<sup>th</sup> session, known as UNEA-5, was held in two parts: An online session in 2021 and an in-person session in 2022 due to the COVID-19 pandemic. The central theme of UNEA-5 was "Strengthening Actions for Nature to Achieve the Sustainable Development Goals". This session was particularly significant because it coincided with the 50<sup>th</sup> anniversary of the Stockholm Conference and the creation of UNEP. Moreover, in response to the consequences of the pandemic, UNEA-5 highlighted the connection between human health, environmental health, and

---

<sup>5</sup> During Rio+20, world leaders gathered to discuss crucial issues related to global sustainable development. One of the main objectives of Rio+20 was to assess the progress made since Rio-92. In Rio+20, participants extensively discussed topics such as green economy, poverty eradication, and the need for effective environmental governance. Additionally, they debated the importance of establishing global goals and commitments to address the environmental and social challenges of the 21<sup>st</sup> century. Rio+20 emphasized the significance of international cooperation and collective action to tackle the environmental and social challenges of our time. It was a significant milestone in the history of sustainable development, demonstrating the commitment of countries to work together to ensure a sustainable future for present and future generations (Nações Unidas Brasil, 2020).







economic systems due to the increasing frequency and intensity of extreme weather events, underscoring the urgency of actions to combat environmental changes (United Nations Environment Assembly, 2024 a).

Guided by this theme, the 5<sup>th</sup> session of UNEA discussed ecosystem restoration, chemical and waste management, and plastic pollution, emphasizing the need for coordinated global actions. Additionally, UNEA held significant debates on climate change, including mitigation and adaptation measures, as well as the importance of involving indigenous communities and traditional peoples who are more vulnerable to the impacts of the climate crisis. Another crucial point was the need for financing to promote sustainable development (United Nations Environment Assembly, 2024 a).

UNEA-5 also discussed the central role of nature in addressing various global challenges. In this regard, the Assembly adopted its resolution 5/5 on 2 March 2022, the first (and only to date) on the agenda item "Nature-based solutions for supporting sustainable development". UNEA defined of what constitutes nature-based solutions (NbS) for the first time. While the concept was already used in academia and international and non-governmental organizations, Member States have yet to have a common understanding of its meaning. Now, through this resolution, UNEA defined NbS as:

actions to protect, conserve, restore, sustainably use and manage natural or modified terrestrial, freshwater, coastal and marine ecosystems which address social, economic and environmental challenges effectively and adaptively, while simultaneously providing human well-being, ecosystem services, resilience and biodiversity benefits (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2).

Given that the concept provided in the resolution is relatively broad, UNEA established some criteria through resolution 5/5 to define NbS, summarized in Table 1 below. For instance, NbS must be nature-centered but adapted to each country's local context; they should inspire innovations and scientific research; they must respect socio-environmental safeguards and are considered essential for achieving the SDGs. The resolution also recognizes the crucial role of NbS in combating the climate crisis. Still, it emphasizes that these measures are complementary and do not replace the urgent concrete actions to reduce greenhouse gas emissions responsible for global warming (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2).

Another relevant point for defining NbS is the alignment with ecosystem-based approaches, as defined in the 1992 Convention on Biological Diversity and reinforced in the 2022 Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. These approaches aim to preserve and restore ecosystems through integrated management of soil, water, and other living and non-living entities that share the same environment interdependently (Convention on Biological Diversity, 2024). Thus, NbS must be in harmony with these approaches, focusing on the preservation and restoration of ecosystems.

NbS must also be associated with truly sustainable consumption and production patterns that are not harmful to nature or indigenous and traditional peoples. In this context, resolution 5/5 recognizes the importance of including the perspectives of indigenous and traditional communities in the formulation of NbS, as they have ancestral knowledge and views that prioritize human life in harmony with nature (United Nations Environment Assembly, 2022, pp. 2-3).





**Table 1 - Criteria for defining nature-based solutions, based on resolution 5/5**

Criteria	Description
1	Must respect social and environmental issues and protect local communities and indigenous peoples
2	Can be implemented based on the reality and capacity of each Member State
3	Have the capacity to stimulate sustainable innovation and scientific research
4	Are directly linked to achieving the SDGs, including climate action, life below water, and life on land
5	Must preserve, restore, and sustainably manage natural or modified ecosystems
6	Must address social, economic, and environmental challenges, aiming for decisions that encompass human well-being, biodiversity benefits, and ecosystem conservation
7	Contribute to climate action by enhancing climate adaptation, resilience, and mitigation
8	Must be in harmony with the concept of ecosystem-based approaches

Source: Own elaboration based on UNEA resolution 5/5 (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2).

It is important to note that the involvement of other specific groups, such as local communities, women, youth, and children, ensures that the proposed solutions are culturally appropriate, socially acceptable, and ecologically viable, aligning with the criteria established for NbS in the UNEA resolution. Additionally, the participation of these groups promotes greater equity and social justice, ensuring that the benefits of NbS are distributed fairly and that the voices of communities most affected by environmental changes are heard and considered in political decisions. The inclusion of young people, in particular, is crucial for ensuring sustainability initiatives in the long term, fostering a new generation of environmental leaders committed to preserving the planet. Thus, including of all these stakeholders is fundamental for the effectiveness, legitimacy, and sustainability of NbS, strengthening the resilience of communities and ecosystems (United Nations Environment Assembly, 2022, pp. 2-3).

Agroecology is an example of NbS that demonstrates how local communities, especially women, can foster sustainable management practices based on nature. Through the restoration of ecosystems and biodiversity, agroecology aims to implement a food system in harmony with nature, thereby promoting a healthier environment and food, ensuring local population food security while improving the quality of life for people and the planet (Choi et al., 2023).





Despite the significant contribution of UNEA resolution 5/5 in providing a definition of NbS, it is possible to observe that academic articles, international organizations, NGOs, as well as public policies of various countries, present different interpretations of the concept. Thus, to make its definition more specific, UNEA requested UNEP to organize intergovernmental consultations with Member States, major groups, and other stakeholders to gather examples of best practices and assessment criteria, standards, and guidelines to improve the understanding and implementation of NbS (United Nations Environment Programme, 2024).

UNEA and UNEP made available the compilation of examples and best practices between 2023 and 2024. In the submissions presented during the intergovernmental consultations, it became evident that the broad definition of NbS made it difficult for Member States to have a common understanding of what these solutions are. In their submissions, each country highlighted measures related to their own interests, often contradicting each other (United Nations Environment Programme, 2024). In this regard, it is interesting to note how countries from the Global North and Global South<sup>6</sup> had different understandings of NbS.

Global North countries generally view NbS as an essential tool for addressing the climate crisis, ensuring food and water security, reducing disaster risks, and enhancing human health and well-being. However, they emphasize the importance of technology in ensuring the effectiveness of NbS. For these countries, NbS should be guaranteed and measured by economic growth and the creation of green jobs (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 1).

The European Union has developed a project called Connecting Nature Enterprise Platform, which aims to connect NbS providers and consumers. This project exemplifies the view of countries from the Global North about how NbS are fundamental for economic growth and the development of new economic practices (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 2). However, it is worth questioning whether nature is truly the focus of these actions or if they are a way to foster market practices through an environmentally acceptable discourse.

For Global South countries, NbS also represent a potential solution to the climate and environmental crises. However, different from the Global North, the priority is not necessarily technology for implementing these actions but instead using NbS to address socioeconomic issues. Some Global South countries defend that NbS should be grounded on climate justice, asserting that states who pollute more should lead initiatives and investments to reduce greenhouse gas emissions (GHGE) without disadvantaging other countries, especially developing countries (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 2).

The Third World Network, one of UNEA's stakeholders, shares this perspective. This non-governmental organization (NGO) advocates that NbS should be guided by the principle of common but differentiated responsibilities<sup>7</sup> established

---

<sup>6</sup> The Global North and Global South are political (rather than geographical) categories used by the UN to refer to, respectively, developed and industrialized countries (especially in Europe and North America) and developing and least developed countries (especially in Latin America and the Caribbean, Africa, and Asia-Pacific).

<sup>7</sup> The principle of "common but differentiated responsibilities" refers to Principle 7 of the Rio Declaration on Environment and Development, which is one of the foundations of the international environmental regime. The principle establishes that: "States shall cooperate in a spirit of global partnership to conserve, protect and restore the health and integrity of the Earth's ecosystem. In view of the different contributions to global environmental degradation, States have common but differentiated responsibilities. The developed countries acknowledge the responsibility that they bear





at Rio-92. This means that NbS should consider countries' different realities and capacities in implementing measures to address climate and environmental crises and related issues, particularly in terms of financing. The NGO warns that NbS should not be part of carbon and biodiversity offset markets, which – as market mechanisms – tend to reinforce inequalities between the Global North and Global South, endangering traditional local communities and nature itself by favoring profit and socioeconomic inequality (United Nations Environment Programme, 2023 e, pp. 1-3).

However, some specific countries from the Global South take this argument further, viewing NbS as an imposition by developed countries to circumvent the challenges they caused by forcing a development perspective based on extractivism and natural resource exploitation. Bolivia is the country that most emphasizes this issue, arguing that NbS, originating from a Eurocentric and anthropocentric view, promote environmental neocolonialism since the actions presented as NbS often function as market mechanisms to address problems created by capitalism itself (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 1).

Countries with a significant presence of traditional and indigenous communities, such as Bolivia and Ecuador, believe that NbS would only be truly effective if guided by an ecocentric perspective, prioritizing nature over market and profit concerns. They argue that the market-driven role assigned to nature by the capitalist system should be removed from the concept of NbS. One proposed approach is recognizing nature as a subject of rights, placing it at the center of priorities, and emphasizing the essential role of indigenous peoples, local communities, women, and youth in this process (United Nations Environment Programme, 2023 d, pp. 2-4).

Thus, there are two main approaches to NbS: One that views NbS as a mechanism to ensure human well-being, grounded in anthropocentrism and market logic, and another that calls for understanding and defining these practices from an ecocentric perspective, guided by ecosystem-based approaches and non-market mechanisms. Since the concept of NbS was developed in the Global North, the first approach has been predominant, receiving support from some international organizations and multinational companies. The problem with this approach is that NbS are seen as actions that perpetuate obstacles stemming from capitalism, such as socioeconomic inequality and the view of nature as merely a resource.

Meanwhile, the notion of NbS from an ecocentric perspective has been supported by a relatively small number of countries and some major groups and stakeholders, especially those connected to indigenous peoples, quilombolas, women, and youth. These groups are working to make NbS concrete alternatives to environmental neocolonialism, greenwashing<sup>8</sup>, and other actions that claim to be sustainable but are, in reality, driven solely by profit and the promotion of technologies, benefiting only a small segment of the population (International Institute for Environment and Development, 2021; United Nations Environment Programme, 2023 e, pp. 2-5; United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 3).

---

in the international pursuit to sustainable development in view of the pressures their societies place on the global environment and of the technologies and financial resources they command" (United Nations, 1992, p. 9).

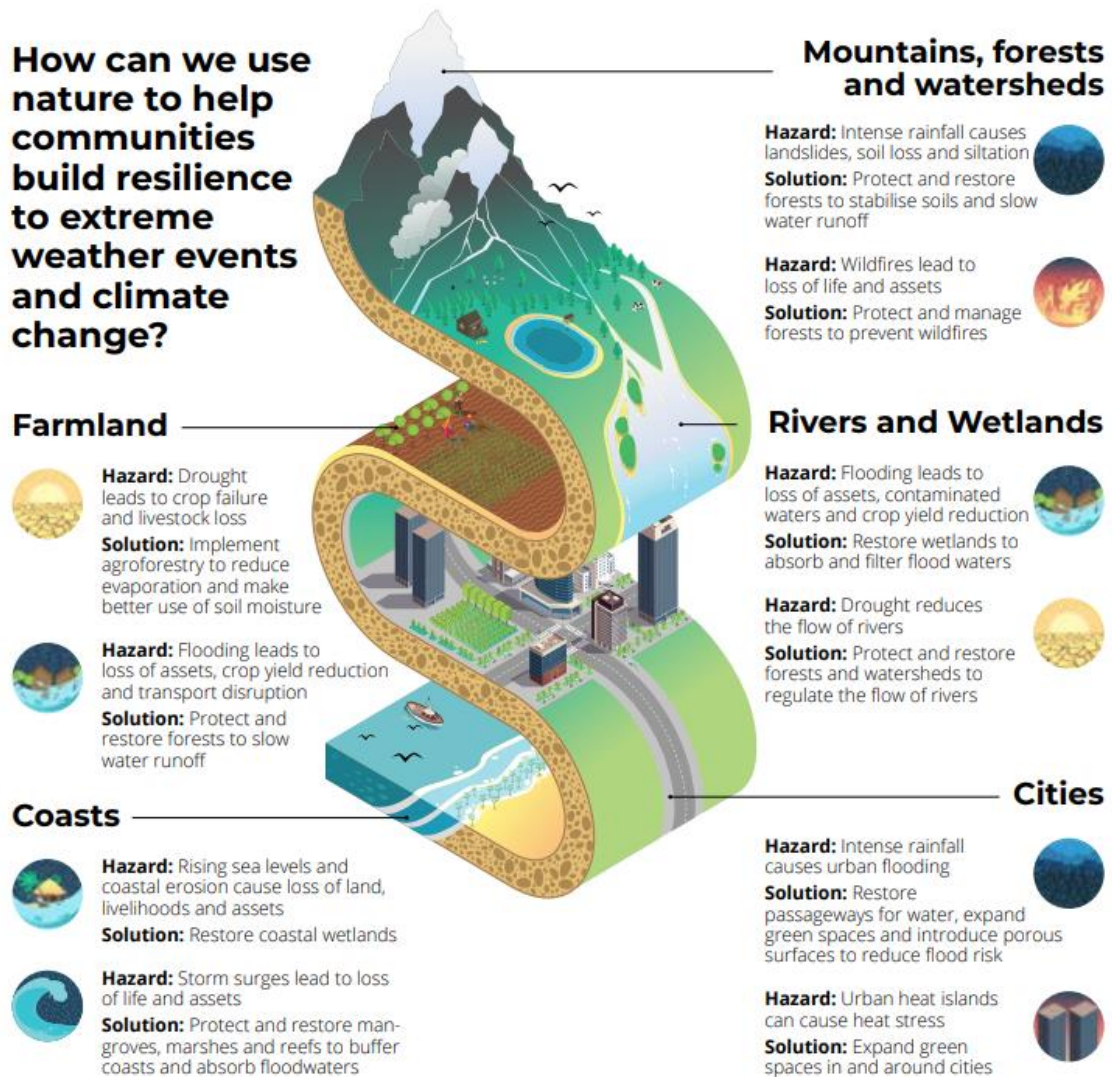
<sup>8</sup> Greenwashing can be defined as the act of making the public believe that a company or entity is taking significant actions to protect the environment when, in fact, it is merely promoting false solutions to the climate and environment crises, distracting from concrete and genuine actions (Choi et al., 2023).







**Figure 1 – Examples of nature-based solutions and their contribution to addressing the climate crisis**



Source: Adapted from Global Commission on Adaptation, Adapt Now report, 2019

Source: International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (2021, p. 1).

This effort to adopt an ecocentric perspective is crucial, given that NbS are already a reality recognized by both the Global North and Global South as essential tools for addressing climate and environmental challenges. They are, therefore, fundamental instruments for achieving the 17 Sustainable Development Goals (SDGs), especially SDGs 9 (Industry, Innovation, and Infrastructure), 11 (Sustainable Cities and Communities), 12 (Responsible Consumption and Production), 13 (Climate Action), 14 (Life Below Water), and 15 (Life on Land).

In this context, UNEA currently faces several challenges in advancing discussions on NbS and ensuring that these actions genuinely prioritize nature. The **first challenge** concerns the implementation of NbS to address the triple planetary crisis, which entails the crisis of pollution, the climate crisis, and the biodiversity





loss crisis. It is important to note that the three components of this crisis directly stem from human actions on the environment and create a vicious cycle that tends to have catastrophic effects on all living beings (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2022).

Climate change is a direct result of pollution and other human activities, particularly industrial activities, which are the main source of GHGE. These emissions raise the global average temperature, directly impacting the climate and terrestrial ecosystems. Therefore, NbS that aim to combat air pollution and the climate crisis by reducing carbon concentration in the atmosphere should be considered. Effective NbS for addressing the climate and pollution crises include the use of lichens and algae, tree planting, and the implementation of vertical greening systems and green roofings<sup>9</sup> (Menon; Sharma, 2021, pp. 4-5). Other examples of NbS for addressing the climate crisis are illustrated in Figure 1 above.

Another aspect of the first challenge is how NbS can respond to biodiversity loss. Changes in the planet's ecosystems, also resulting from human activities, such as agriculture, disrupt the stability of various ecosystems and the species dependent on them (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2022). Over the past two decades, approximately 100 million hectares of forested areas have been lost, representing a 0.7% decrease in the land area occupied by forests. Furthermore, it is estimated that 1 million species worldwide are threatened with extinction (United Nations, 2023, pp. 42-43). Therefore, NbS must be implemented to restore terrestrial and marine biodiversity while addressing other issues. A significant example is reforestation, a solution commonly proposed for combating carbon concentration. However, it is important not to prioritize only plant species with high carbon uptake but also native species to avoid turning a solution for one crisis into the cause of another (Choi et al., 2023).

Another consideration within this first challenge is the different capacities of countries in terms of financial and technological resources to promote and implement NbS. In this context, it is crucial to consider the principle of common but differentiated responsibilities, especially regarding climate justice.

The **second challenge** UNEA must address is ensuring that actions proposed as NbS are guided by an ecocentric perspective, meaning that nature (rather than the market) is prioritized. In this aspect, it is important to consider non-market mechanisms when advancing NbS, as specified in Article 6.8 of the 2015 Paris Agreement. In that way, nature will not be used merely as rhetoric for the continued exploitation of natural resources for human benefit, which would increase the risk of perpetuating a cycle of environmental degradation and exacerbating the consequences of the planetary triple crisis in the name of economic growth (Hidalgo-Capitán et al., 2019, p. 14).

The challenge of adopting ecocentric NbS is substantial, given the pressure from existing economic and political systems oriented towards maximizing profit and short-term growth to the detriment of the long-term health of ecosystems and living beings in general (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2024). Integrating ecocentric measures into NbS is a way of recognizing the interdependence between humans and nature and highlighting the importance of conserving ecosystems and biodiversity for all forms of life, not just human life. This

---

<sup>9</sup> Vertical greening systems and green roofing are structures that promote the growth of vegetation in urban areas, such as on building walls and rooftops, which help not only in mitigating air pollution but also controlling temperatures (Menon; Sharma, 2021, p. 5).







involves implementing policies and practices that prioritize mitigating human impacts on the environment and ensuring the health of the planet for current and future generations (Faria, 2014, p. 8).

As examples of non-market mechanisms, we can cite the sustainable management of forests for climate mitigation and adaptation, the promotion of socio-ecological resilience, and mitigation activities with technology development or transfer supported by the involved parties (Observatório do Clima, 2024, p. 8). To achieve this, it is necessary to consider ways to promote a paradigm shift, fundamentally altering the mindset and structures of institutions and addressing the resistance of sectors interested only in the economy.

With this in mind, the inclusion of different political, social, and cultural groups in the discussions and decisions about NbS is crucial and represents the **third challenge** that UNEA must address on this topic. Among these groups, we highlight the importance of indigenous peoples, quilombolas, and other traditional communities with a more harmonious relationship with nature, often considered its guardians. In this sense, the knowledge and wisdom of indigenous peoples can significantly contribute to promoting NbS that is aligned with an ecocentric perspective. Women also represent a group capable of fostering a new paradigm for dealing with nature, especially because they are one of the groups most affected by climate change and environmental disasters. Therefore, bringing women to the forefront of discussions and decision-making processes is a fundamental step to ensure that NbS are adaptable to the local context and aligned with the population's demands. The same can be said for children and youth, whose involvement is also key for raising awareness about the magnitude of the problems that NbS can address. Also, involving children and youth in this debate will foster new political leadership committed to truly ecocentric actions. Thus, UNEA needs to make decisions to include these groups in discussions and decision-making processes regarding NbS at all levels.

Based on the concepts and challenges discussed, we present three questions to guide the UNEA debate at FAMUN 2024:

1. Considering the definition and criteria established by UNEA resolution 5/5, how can we promote and implement NbS to address each element of the triple planetary crisis, namely pollution, climate change, and biodiversity loss?
2. How can we promote and disseminate the ecocentric perspective to ensure that NbS are guided by non-market mechanisms and prioritize nature in addressing climate, environmental, and socioeconomic challenges?
3. What measures can be taken to ensure the inclusion of indigenous peoples, women, and youth in the discussion, development, and implementation of NbS?

## References

ABREU, A. et al. O PNUMA e suas limitações para a governança ambiental internacional. *Fronteira Revista de Iniciação Científica de Relações Internacionais*, v. 11, n. 22, p. 141-169, 2o sem. 2012. Available at: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10071/9755>. Accessed 17 May 2024.





- CHOI, E. S.; RAO, R.; CZEBINIAK, R. P. What exactly are "Nature-based Solutions"? *Site Oficial do World Resources Institute*, 4 December 2023. Available at: [https://www.wri.org/insights/what-exactly-are-nature-based-solutions?utm\\_campaign=NBS101&utm\\_source=LinkedIn&utm\\_medium=social+media](https://www.wri.org/insights/what-exactly-are-nature-based-solutions?utm_campaign=NBS101&utm_source=LinkedIn&utm_medium=social+media). Accessed 16 May 2024.
- CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. Ecosystem approach. *Official website of the Convention on Biological Diversity*, 2024. Available at: <https://www.cbd.int/ecosystem#:~:text=The%20ecosystem%20approach%20is%20a,t hree%20objectives%20of%20the%20Convention>. Accessed 24 July 2024.
- FARIA, J. H. Por Uma Teoria Crítica da Sustentabilidade. *Organizações e Sustentabilidade*, v. 2, n. 1, p. 2-25, 2014. Available at: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/17796>. Accessed 14 May 2024.
- HIDALGO-CAPITÁN, A. L; et al. Los Objetivos del Buen Vivir: Una Propuesta Alternativa a los Objetivos de Desarrollo Sostenibles. *Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo*, v. 8, n. 1, p. 12-16, 2019. Available at: <https://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2019/08/010.pdf>. Accessed 25 April 2024.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES (IFRC). Intro to nature-based solutions. *Official website of the International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*, 07 June 2021. Available at: <https://www.ifrc.org/document/intro-nature-based-solutions>. Accessed 25 July 2024.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (IIED). *Nature-based Solutions or the Ecosystem Approach?* London: International Institute for Environment and Development, May 2021. Available at: <https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/2021-05/20201iied.pdf>. Accessed 25 April 2024.
- MENON, J. S.; SHARMA, R. Nature-Based Solutions for Co-mitigation of Air Pollution and Urban Heat in Indian Cities. *Frontiers in Sustainable Cities*, v. 3, 8 October 2021. Available at: <https://frontiersin.org/articles/10.3389/frsc.2021.705185/full>. Accessed 18 May 2024.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. A ONU e o Meio Ambiente. *Official website of Nações Unidas Brasil*, 16 September 2020. Available at: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Accessed 21 May 2024.
- OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Artigo 6 do Acordo de Paris. *Official website of Formações em Clima*, 2024. Available at: [https://formacoes.oc.eco.br/docs/\[NegociandoOFuturo\]MaterialDeApoio\\_Bloco3\\_Artigo6.pdf](https://formacoes.oc.eco.br/docs/[NegociandoOFuturo]MaterialDeApoio_Bloco3_Artigo6.pdf). Accessed 16 May 2024.
- UNITED NATIONS (UN). *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*. Rio de Janeiro, 3-14 June 1992, A/CONF.151/26/Rev.l (Vol. I). Available at: <https://www.un.org/esa/dsd/agenda21/Agenda%2021.pdf>. Accessed 14 May 2024.
- \_\_\_\_\_. *The Sustainable Development Goals Report 2023 – Special Edition*. New York: United Nations, 10 July 2023. Available at: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf>. Accessed 18 May 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). A 5ª Sessão das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *Official website of Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente*, 2024 a. Available at: <https://www.unep.org/environmentassembly/pt-br/unea5>. Accessed 16 May 2024.
- \_\_\_\_\_. About the United Nations Environment Assembly. *Official website of the United Nations Environment Assembly*, 2024 b. Available at: <https://www.unep.org/environmentassembly/about-united-nations-environment-assembly>. Accessed 28 April 2024.





\_\_\_\_\_. *Resolution 5 - Nature-based solutions for supporting for sustainable development.* Adopted by the United Nations Environment Assembly at its 5th session, on 7 March 2022, UNEP/EA.5/Res.5. Available at: <https://undocs.org/UNEP/EA.5/RES.5>. Accessed 23 April 2024.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *Déclaration de S.E. Monsieur Albert Shingiro, Ministre des Affaires Etrangères et de la Coopération au Développement de la République du Burundi à la 5è Session de l'Assemblée du PNUE.* Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 a. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38465/D%C3%A9claration%20finale%20PNUE%205.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 17 May 2024.

\_\_\_\_\_. *EU submission for the intergovernmental consultation following up on the UNEA Resolution 5/5 (UNEP/EA.5/Res.5) on Nature-based Solutions in reply to the co-chairs' invitation to provide input in relation to the overall aim of the intergovernmental consultations and the three specific tasks for the consultations specified in the resolution.* Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 b. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42345/EU.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 25 April 2024.

\_\_\_\_\_. *Handbook for Delegates to the United Nations Environment Assembly.* Nairobi: United Nations Environment Assembly, 2023 c. Available at: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43935/UNEA\\_Handbook.pdf](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43935/UNEA_Handbook.pdf). Accessed 25 April 2024.

\_\_\_\_\_. *Intergovernmental Consultations on Nature-Based Solutions. Official website of the United Nations Environment Programme,* 2024. Available at: <https://www.unep.org/about-un-environment/intergovernmental-consultations-nbs>. Accessed 26 April 2024.

\_\_\_\_\_. *Plurinational state of Bolivia position on nature-based solutions.* Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 d. Available at: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42531/Bolivia\\_NbS\\_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42531/Bolivia_NbS_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Accessed 25 April 2024.

\_\_\_\_\_. *Submission from Third World Network (TWN) on nature-based solutions.* Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 e. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42349/Network.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 17 May 2024.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). *What are Market and Non-Market Mechanisms? Official website of the United Nations Framework Convention on Climate Change,* 2024. Available at: <https://unfccc.int/topics/what-are-market-and-non-market-mechanisms>. Accessed 25 April 2024.

\_\_\_\_\_. *What is the Triple Planetary Crisis? Official website of the United Nations Framework Convention on Climate Change,* 13 April 2022. Available at: <https://unfccc.int/news/what-is-the-triple-planetary-crisis>. Accessed 25 April 2024.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Resolution 2997 - Institutional and financial arrangements for international environmental cooperation.* Adopted by the General Assembly at its 27th session, on 15 December 1972, A/RES/2997(XXVII). Available at: [www.undocs.org/A/RES/2997\(XXVII\)](http://www.undocs.org/A/RES/2997(XXVII)). Accessed 24 April 2024.





## UNITED NATIONS REFERENCES

### UNEP Reports

#### **Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions Co-Chairs' Summary (2023)**

**Summary:** This summary was published in response to resolution 5/5 adopted by UNEA in 2022, which requested a consultation with governments on initiatives that could be aligned with the definition of NbS. Thus, the summary presents examples of policies and good practices from various countries regarding the implementation of NbS. From these examples, specific criteria and standards are identified to make the NbS concept less broad (p. 8-11). Examples of countries that effectively bring an ecocentric vision and place nature as the focus of a viable solution for sustainable development are highlighted. The main cases include São Tomé and Príncipe, with its Adaptation and Resilience Policy for Health (p. 23); Chile, with measures such as the Framework Law on Climate Change (p. 21); Cameroon, which included environmental protection as a pillar of its National Development Strategy 2030 (p. 23); Bangladesh, with its Biodiversity Paper (p. 23); and South Africa's commitments to nature-based solutions (p. 48).

#### **Nature-based Solutions: Opportunities and Challenges for Scaling Up (2022)**

**Summary:** Prepared shortly after the adoption of UNEA resolution 5/5 in 2022, this report provides definitions and explains the importance of NbS, especially for implementing the sustainable development agenda (p. 13-14). The report also gathers some of the challenges and concerns related to the concept of NbS, such as promoting actions that negatively impact and disrespect the rights of local communities, such as Indigenous People (p. 10-11). Additionally, the report presents examples of good practices that align with the criteria established in the definition of NbS (p. 15-16). It also outlines pathways to advance a common understanding of what NbS are (p. 21-25), which is crucial for the discussions in the simulation. Finally, the report provides examples and suggests ways to encourage NbS at the local level, for example, by involving local communities in these initiatives (p. 28-30).

#### **Nature-based solutions for climate change mitigation (2021)**

**Summary:** Published before the adoption of UNEA resolution 5/5, this report provides definitions of NbS and their characteristics, highlighting various ways NbS can substantially contribute to climate change mitigation (p. 4-6). Among the characteristics, the report highlights the sustainable management and restoration of both natural and modified ecosystems, addressing social challenges while providing benefits for human well-being and biodiversity. The report also discusses how NbS can mitigate climate change (p. 12-15) and, in doing so, respond to the triple planetary crisis. The document acknowledges, however, the difficulties faced in the implementation of NbS. In this regard, the importance of private sector involvement and the establishment of partnerships to expand NbS is emphasized (p. 24-26), as well as the issue of financing and state support for the effective implementation of these measures (p. 26).





### **Nature-based infrastructure: How natural infrastructure solutions can address sustainable development challenges and the triple planetary crisis (2023)**

**Summary:** The document presents a study on how NbS contribute to the infrastructure sector, assuming that natural infrastructure offers potential solutions to address the triple climate crisis. In this area, NbS perform functions that involve the protection, restoration, better management, and/or creation of natural resources and semi-natural ecosystems to provide relevant services for infrastructure development across 13 specific sectors (p. 6-10). The publication gathers examples of NbS implemented in the infrastructure sector, targeting areas such as housing, education, energy, finance, healthcare, among others (p. 16-19). Besides, the report presents case studies with concrete examples of how NbS have contributed to the infrastructure sector in countries such as Belgium (p. 20), Sri Lanka (p. 27), Tanzania (p. 28), Haiti (p. 36), and Sierra Leone (p. 42). Based on these discussions, the study identifies several barriers that hinder the advancement of NbS in the infrastructure sector and provides recommendations on how different stakeholders, such as investors, policy and decision-makers, researchers, and the international community, can contribute to enhancing the potential of NbS towards sustainable development (pp. 55-58).

### **Making Peace with Nature: A scientific blueprint to tackle the climate, biodiversity and pollution emergencies (2021)**

**Summary:** Although the focus is not specifically on NbS, this UNEP report discusses the urgency of transforming the human relationship with nature to address the current challenges of the triple planetary crisis (p. 4). The first part of the document provides an overview of how the current development paradigm does not respect the planet's physical limits (p. 51-66). Alongside this, the report highlights some consequences stemming from the lack of political will to meet the goals established in international agreements, such as the Paris Agreement and the 2030 Agenda for Sustainable Development (p. 67-100). The second part of the document outlines ways to overcome this scenario, showing that a systemic change is necessary to redefine how humanity interacts with nature. This can be achieved through cooperation and the sharing of different knowledge systems, as well as technological support (p. 101-106). In this regard, the report emphasizes how all actors have responsibilities, albeit different ones, towards nature and, more specifically, to promote this systemic change for truly sustainable development (p. 133-144).

## **Resolutions and other international decisions**

### **Resolution 5/5 – “Nature-based solutions for supporting sustainable development” (2022)**

**Summary:** Resolution 5/5 adopted by UNEA in 2022 is the only one so far that addresses the topic of “Nature-based Solutions for supporting sustainable development”. Firstly, the resolution recognizes the interdependence between the environmental and climate crises affecting the planet and the challenge of promoting human well-being, highlighting NbS as pathways to reverse or at least mitigate this situation. In this regard, the main contribution of this resolution is the definition of what constitutes NbS, agreed upon by consensus among UNEA Member







States, and the criteria to frame practices within this concept. One criterion is that actions must stimulate sustainable innovation and scientific investigation. The document acknowledges that NbS can significantly contribute to mitigating the climate crisis. To this end, the resolution emphasizes the importance of involving different actors, especially local communities, the youth, and indigenous peoples, and ensuring gender balance in discussions on the topic.

### **Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (2022)**

**Summary:** The Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework was adopted by the Conference of the Parties of the Convention on Biological Diversity in 2022. The framework outlines objectives and targets to be followed in the coming years to preserve biodiversity and ensure the well-being of people. The document also emphasizes the importance of NbS and "ecosystem-based approaches" (p. 9-10). The framework is also significant because it recognizes that guaranteeing the rights, values, and knowledge of indigenous peoples and local communities is crucial for biodiversity conservation, as well as recognizing the rights of Nature (p. 5). By acknowledging the rights of Nature and Mother Earth, the framework not only values biodiversity and ecosystems but also promotes a harmonious and sustainable coexistence between humans and the planet Earth. NbS should follow this path, as this central focus on the rights of Nature ensures that biodiversity preservation is not treated merely as a means to secure resources for human use but rather based on the intrinsic value of living and non-living entities of Nature. By integrating these rights into the implementation of the global framework, the decision aims to ensure that policies and actions geared towards biodiversity preservation respect and protect Nature in all its forms, promoting collective and sustainable well-being for all forms of life.

### **Decision 14/5 – “Biodiversity and climate change” (2018)**

**Summary:** Decision 14/5 was adopted by the Conference of the Parties of the Convention on Biological Diversity in 2018. Although the decision does not specifically address NbS, it is mentioned in the preamble of UNEA resolution 5/5 on “Nature-based Solutions for supporting sustainable development” because it emphasizes the importance of an ecocentric vision based on the concept of “ecosystem-based approaches” to address climate change and disaster risk reduction. In this context, the decision highlights the crucial role played by indigenous peoples and traditional communities, whose practices and knowledge are aligned with the ecocentric vision. The annex of the document defines ecosystem-based approach (p. 6-7), as well as examples of how this approach is applied in practical actions for climate change adaptation and mitigation and disaster risk reduction (p. 7-8). This annex is relevant because, in the UNEA's definition of NbS, such solutions must be in harmony with ecosystem-based approaches.







## OTHER UN REFERENCES

### Other publications

#### **Resource Guide for Nature-based solutions: An output from the Intergovernmental Consultations on Nature-based solutions (2023)**

**Summary:** The guide was produced as a result of the intergovernmental consultations on NbS, which UNEA requested in its resolution 5/5 – “Nature-based solutions for supporting sustainable development”. The first section of the guide presents the definition of NbS and identifies the three dimensions that permeate this definition, which are: These solutions must work with nature in different ways; they must work with nature in a sustainable way, involving different ecosystems; and must be put into practice to effectively bring solutions, especially to social, economic and environmental challenges (p. 1-2). The second section of the guide provides examples that enable a better understanding of what NbS are. First, it lists other guides and databases, presenting concrete examples of NbS in different countries (p. 4-7). Second, it compiles examples of NbS in specific areas, such as NbS for ecosystem restoration (p. 7-8) and NbS for mountain and urban ecosystems (p. 8-11). The guide also provides practical examples of NbS to address specific social, economic, and environmental challenges, including NbS for biodiversity conservation, climate action (mitigation and adaptation), disaster risk reduction, agriculture and food security, and infrastructure (p. 11-17). Based on the examples presented, the guide provides a more technical overview of the main characteristics and presents proposals and criteria for implementing NbS (p. 19-20). The last part of the guide is dedicated to discussing financing for NbS and analyzes the current sources and financing opportunities available for these actions (p. 40-41).

#### **Economics of Nature-based solutions: Current status and future priorities (2020)**

**Summary:** This publication was produced by the UN Network of Economists and is part of a series addressing the topic of NbS. The report provides an economic analysis of NbS in specific areas, such as climate mitigation and adaptation. The document begins by providing definitions and presenting the potential of NbS to address the major climate and environmental challenges of today (pp. 7-10). In this initial section, a series of tables and graphs show examples of NbS for climate mitigation (pp. 14-19). The third part of the document (p. 47) highlights the challenges in "measuring" the economic value of NbS and other actions that stem from ecosystem-based approaches. This discussion is crucial to avoid reinforcing NbS market mechanisms, which prioritize profit over nature. Finally, the publication offers five recommendations to achieve a better understanding and advancement in the economic analysis of NbS (pp. 51-54).

#### **Nature-based solutions for agricultural water management and food security (2018)**

**Summary:** This report, organized by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), discusses how NbS can be effective in addressing the challenge of water resource management to ensure agriculture and food security. First, the report addresses the issue of water resource management in the context





of increasing demand for agriculture and the consequences of climate change (pp. 1-4). It then introduces NbS and their contributions to this issue (pp. 5-9). The document also presents 21 case studies on the implementation of NbS in agriculture, highlighting both successful cases and failures in the process. Among the successful cases are Mexico (p. 19), Kenya (p. 20), Iran (p. 24), and Japan (p. 26).

## Official websites

### **Intergovernmental Consultations on Nature-Based Solutions**

**Summary:** The page titled “Intergovernmental Consultations on Nature-Based Solutions” presents a compilation of all documents related to the intergovernmental consultations on NbS held in 2023 by the request of UNEA in its resolution 5/5, adopted the previous year. In the menu located on the right side of the page, under the “NbS Examples Submitted by Participants” tab, you can find examples of NbS submitted by various countries such as Australia, Belgium, Brazil, Kuwait, and Montenegro, as well as by major groups and stakeholders like the WWF. In the same menu, under the “Final Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions” tab, you can find written submissions of the positions of various countries, including France, Bolivia, Germany, Canada, the United States, and others.

### **Nature-based solutions**

**Summary:** The UNEP website has an exclusive page that explains the importance of NbS for the Program's initiatives. First, a brief overview of how actions towards nature can contribute to solving some of the current problems related to environmental and climate issues is presented. Next, the website presents how UNEP has acted to promote and implement NbS, especially in collaboration with other UN organizations and entities, such as the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and the United Nations Development Program (UNDP).

### **Biodiversity and Nature-based solutions**

**Summary:** This UN page on climate action explains the role of biodiversity and NbS in the conservation and restoration of ecosystems and how this can help reduce the impacts caused by climate change. By providing a historical context, the page establishes a connection between human health and our relationship with the world in light of the COVID-19 pandemic. Finally, it mentions actions in Chile, Mexico, Cuba, and Samoa.

### **What is the Triple Planetary Crisis?**

**Summary:** The website of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) features a page dedicated to explaining the triple planetary crisis. The page details the interconnection between pollution, climate change, and biodiversity loss, which constitute the three facets of the current crisis and provides relevant data to help us understand the magnitude of the problem we are facing. It also highlights the initiatives to address this crisis, emphasizing the actions resulting from UN climate conventions and programs, such as UNEP. Contributing to the UN





"Act Now" campaign, the final section offers examples of what we can do at an individual level to combat the triple crisis, such as reviewing our consumption patterns and demanding concrete actions from our political representatives.





## EXTRA RESOURCES

### Scientific Papers

#### **Nature-based solutions: A review of the concept (2020)**

**Summary:** The scientific article by Fraga and Sayago presents a historical background of the concept of NbS (p. 69-72) to propose a revised approach to this term. Writing before the adoption of UNEA resolution 5/5 in 2022, the authors identify the various existing definitions for the concept of NbS (p. 72-73) and contrast some of them. To better define and characterize the term, they provide a table with examples of what constitutes NbS (p. 75). Overall, the text demonstrates how NbS have been mobilized to use or mimic natural processes to promote social and economic well-being primarily. The article classifies examples of NbS into categories such as ecosystem restoration, green infrastructure, ecosystem-based management, and ecosystem protection. Based on this survey, the authors conclude the article by highlighting how NbS can be implemented in Brazil to pursue sustainable development.

#### **Nature-based Solutions: Conceptualization, applicability, and complexity in the Latin-American context, cases of Brazil and Peru (2021)**

**Summary:** The paper by Marques, Rizzi, Ferraz, and Herzog is an excellent resource for understanding the challenges related to defining the concept of NbS. First, the authors outline the evolution of the concept, showing the different definitions and how they have been used by various international organizations (p. 21). A significant contribution of the paper is distinguishing between solutions based on, inspired by, derived from, or supported by nature, and identifying when an action can truly be considered a NbS (p. 23). Based on this differentiation, the article discusses the opportunities and challenges of implementing NbS in the context of Latin America and the Caribbean, especially considering that the concept of NbS was coined in countries with realities distinct from those in the Global South (p. 24-26). As case studies, the article examines how the term NbS has been used in Peru (p. 28-36) and Brazil (p. 37-42) for watershed management, highlighting the difficulty in creating indicators that demonstrate the positive and negative impacts of initiatives at the local level. An interesting conclusion of the paper is the role of the practices and knowledge of indigenous peoples and local communities in promoting NbS in Global South countries, which need to be better integrated into the planning, monitoring, and decision-making processes in public policies (p. 44).

### Other references

#### **What Exactly Are "Nature-based Solutions"? (2023)**

**Summary:** The article published by the World Resource Institute (WRI), written by Choi, Rao, and Czebiniak, presents an intriguing discussion about what exactly NbS are. It explores the case of Seychelles in East Africa, where rising sea levels threaten the country's lower islands due to the reduction and disappearance of mangroves.





The article discusses how the government of Seychelles is using NbS to reforest deforested areas and restore local biodiversity, addressing environmental, social, and economic challenges simultaneously. The authors emphasize how NbS should be recognized as fundamental mechanisms for combating climate change and other current global challenges. In conclusion, the article explains what truly nature-based practices entail and why this debate is emerging today. It also raises questions about how the definition needs to be refined and the best ways to implement NbS.

### **What are nature-based solutions to climate change? (2022)**

**Summary:** The article published by the Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment, written by Mercer, Serin, Pearson, and Kyriacou from the London School of Economics and Political Science, discusses how human activities impact natural ecosystems and significantly contribute to greenhouse gas emissions and global warming. The text highlights NbS as a vital response to mitigate climate change and the biodiversity crisis, which are components of the triple planetary crisis. It provides examples such as restoring ecosystems to absorb carbon from the atmosphere and promoting better integration of nature in urban and agricultural areas. The article interestingly presents a critical analysis of actions that claim to be NbS but actually result in negative impacts on biodiversity and local communities. Finally, it emphasizes the importance of following guidelines that ensure community inclusion, biodiversity protection, and environmental integrity.

### **Websites**

#### **Nature-Based Solutions: Examples Implemented by Brazilian Cities (2022)**

**Summary:** This World Resources Institute Brazil webpage presents NbS and how they have been implemented in various Brazilian cities as strategies to address climatic and urban challenges such as landslides, floods, and inundations. Examples of such solutions include rain gardens, linear parks, slope restoration, and urban agriculture. The webpage highlights successful cases in cities such as Belo Horizonte, Campinas, Niterói, São Paulo, Recife, Salvador, among others, showing how these initiatives can be replicated in other cities to promote climate adaptation and social inclusion. The article discusses, for instance, how rain gardens and filter strips help in the drainage and filtration of rainwater, reducing floods and improving water quality. Green roofs and urban gardens promote sustainability, improving the urban microclimate and providing fresh food. These initiatives are interesting because they increase cities' resilience to climate change, besides bringing social, economic, and environmental benefits to the areas where they are implemented. Therefore, the article advocates for increased investments in public policies aimed at implementing NbS.

#### **The Green Infrastructure and You (2024)**

**Summary:** "The Green Infrastructure and You" project was developed by the Nature-based Solutions Research Interaction Group (GIP-SbN), organized by postgraduate students from the University of São Paulo. One of the outcomes of this research project was the creation of an interactive map that gathers Green Infrastructure (GI)





initiatives in the city of São Paulo. GI is considered a NbS and is described as an interconnected network of natural areas and designed spaces that preserve the values and functions of natural ecosystems, maintaining clean air and water and providing various benefits to people and biodiversity. On the “database” tab of the website, you can find this mapping showing the locations in São Paulo where these green infrastructure projects are present, along with addresses, photos of some projects, and descriptions of the projects being carried out. The website is very interesting for analyzing the various green infrastructure projects and how they are close to us, within cities. It is also important to consider how they can contribute to mitigating climate issues.

## Databases

### **Implementation in nature-based solutions (2021)**

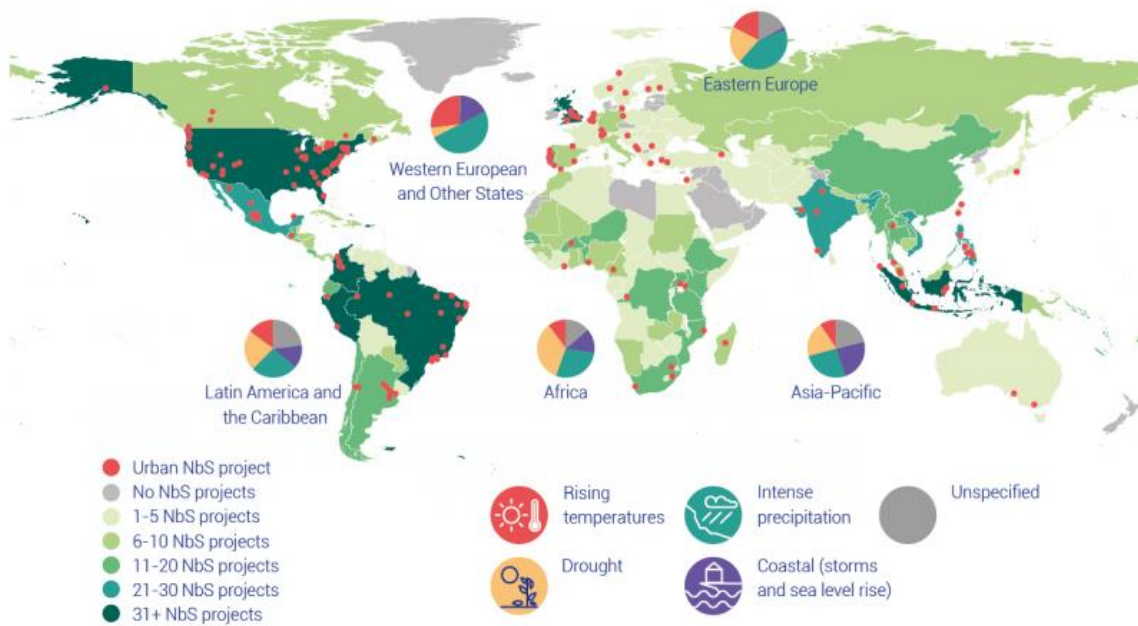
**Summary:** The UNEP website presents an interesting infographic (reproduced below) to analyze NbS around the world. According to the website, since 2006, but especially after 2015, about 400 projects on NbS have been funded in developing countries, mainly focusing on agriculture and water resource management. The infographic clearly compares the NbS implementation process among different countries. In this scenario, some countries in Latin America and Asia stand out with investments in more than 31 NbS projects, placing them on an equivalent level with industrialized countries, such as the United States. Mexico and India are notable cases among the countries with 21 to 30 NbS projects implemented. Following them, with 11 to 20 projects, there are countries like China, Chile, South Africa, Ethiopia, and others. The lack of investment in NbS projects in countries like Australia, Norway, and Sweden is remarkably concerning. Additionally, it is noteworthy to consider the key challenges influencing NbS project investments in different regions. While the primary concern in Western and Eastern Europe is increased rainfall (precipitation), in Africa, the main issue is drought, and in Latin America, there is a combination of factors, including precipitation, drought, rising average temperatures, and coastal issues such as storms and sea level rise.







**Figure 1 – Global map of nature-based solutions initiatives for climate adaptation**



Source: United Nations Environment Programme, 2021.

### **The Global Program on Nature-based Solutions: Map of Projects (2022)**

**Summary:** Managed by the World Bank, the Global Program on Nature-Based Solutions offers a comprehensive compilation of projects related to nature-based solutions in different countries. On the platform, users can access a variety of valuable information about projects worldwide that employ ecological approaches to address environmental, social, and economic challenges. The interface is intuitive, allowing for detailed searches. Users can filter projects based on various criteria, including geographic location, project type, environmental issue addressed, among others. Moreover, the interactive map feature provides a geospatial visualization of the listed projects, facilitating the comprehension of their global and regional distribution. It is possible to apply a subtitle to the map to observe flood-prone regions, the extent of green spaces globally, and urban temperatures. Delegates can utilize the available filters to refine their search and find specific projects relevant to their respective countries.

### **NBS Knowledge Database (2023)**

**Summary:** The NetworkNature website, funded by the European Commission, provides this database that consolidates knowledge on NbS intending to compile evidence on these practices and serve as an information source for public policies, research, among other purposes. The database features a comprehensive collection of NbS projects that address issues ranging from local practices to global policies. Among the available resources are detailed case studies. For instance, by searching projects in the United Kingdom, one can find the case of urban wetland restoration for flood control, biodiversity enhancement, and human well-being promotion





(<https://networknature.eu/nbs-resource/29718>). Additionally, the database offers in-depth technical reports on the effectiveness of NbS in different contexts and scientific papers exploring the economic and social benefits of NbS, such as property value appreciation and the creation of recreational spaces. Practical tools like planning guides for integrating these practices into urban and rural infrastructures are also available. You can research specific challenges by country in the database, such as climate change mitigation, urban adaptation, water resource management, and biodiversity conservation, facilitating the discovery of relevant examples and information crucial for delegates' positions.

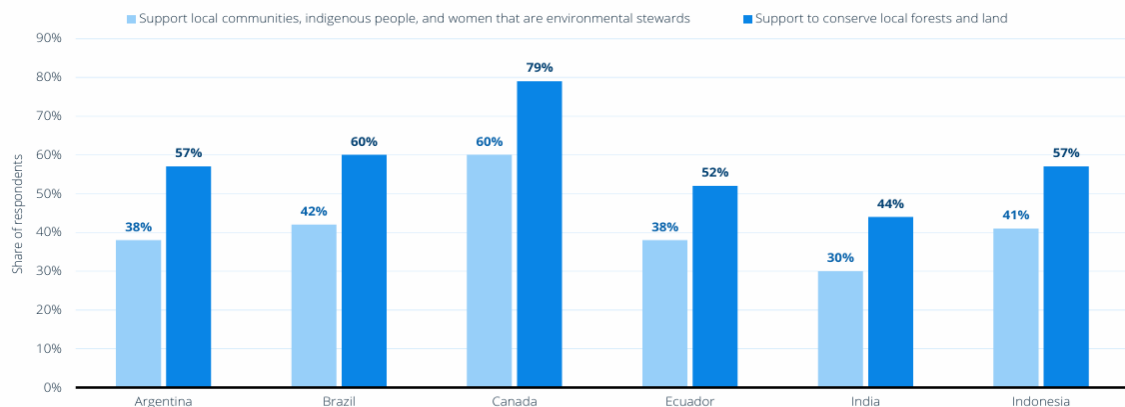
### **Statista overview report on nature-based solutions to the biodiversity and climate crisis (2021)**

**Summary:** The platform Statista published a report in 2021 that provided an overview of NbS focused on biodiversity and the climate crisis. The graphs below are extracted from this report.

#### **Graph 1 – Popularity of climate solutions policies based on nature-based solutions**

##### How popular are nature-based climate solutions policies?

Support for climate policies that focus on nature-based solutions in 2020, by selected country



Source: Statista, 2021.

Graph 1 illustrates the popularity of nature-based climate solutions policies in six countries based on 2020 data. The light blue bars represent the percentage of the population supporting NbS policies aimed at local communities, indigenous peoples, and women as environmental guardians. The dark blue bars depict support for policies conserving forests and local lands. Canada stands out, with 60% of its population supporting the first type of initiative and 79% the second type. In Brazil, 42% support the first type of policy and 60% the second. In contrast, India shows lower support, with 30% and 44%, respectively. Argentina, Ecuador, and Indonesia show intermediate variations due to each country's different perceptions and environmental needs, underscoring the importance of adapting NbS policies to local contexts.



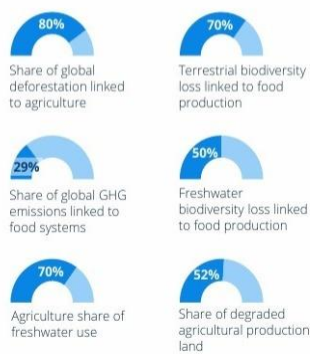


Graph 2, extracted from the same report, does not specifically address NbS but provides crucial data about the environmental impacts of the global food system on biodiversity loss, contributing to the triple climate crisis. Agricultural production accounts for 80% of deforestation and uses 70% of freshwater. Between 2001 and 2015, cattle ranching led to the deforestation of 10.5 million hectares, followed by plantation fiber, with 8.2 million; timber, with 4.1 million; palm oil, with 2.3 million; and coffee, with 0.7 million. Demand for commodities, such as beef and fiber crops, is one of the leading causes of deforestation, emitting nearly a third of greenhouse gases, while unsustainable practices contribute to forest loss. NbS should be deployed with the aim of changing this situation.

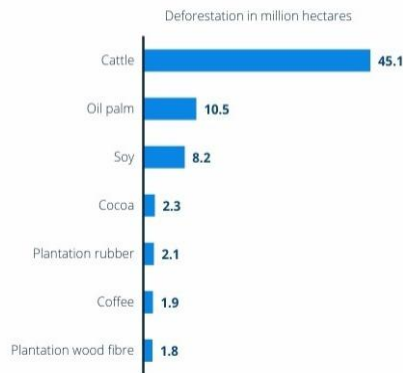
### Graph 2 – Unsustainable food system is driving biodiversity loss

#### Unsustainable food system is driving biodiversity loss

Distribution of the environmental impacts of food production worldwide



Global forest loss between 2001 and 2015, by specific agricultural commodity



Global food demand is the primary driver of deforestation that has facilitated biodiversity loss. The reliance on forest products for food is also contributing to climate change, accounting for nearly 30 percent of the greenhouse gas (GHG) emissions. Current food production is intense and depends heavily on the goal of producing more food at lower costs to keep up with the increasing demand and unsustainable lifestyles.

Globally, cattle pastures accounted for an estimated 45.1 million hectares of deforestation between 2001 and 2015, primarily for dairy and meat production. Over the same period, the seven agricultural commodities analyzed combined for 57 percent of all forest loss.

Source: Statista, 2021.

### Documentaries

#### **3x Arctic: The Ice Alert (2024)**

**Summary:** Through an engaging and captivating narrative, this documentary series delves into the depths of the Arctic, revealing not only the region's stunning beauty but also the silent devastation caused by climate change. By intertwining interviews with scientists, activists, and local residents, the documentary offers a multifaceted view of the impact of these changes, from the melting ice to the displacement of entire communities. Moreover, it does not merely point out the problems but also highlights innovative solutions and initiatives emerging in response to this crisis. As they watch the episodes of this series, delegates are invited not only to reflect on the consequences of human actions in the Arctic but also to recognize the urgent need for collective and collaborative action based on nature to address this global challenge. Available at Globoplay.





### **Trashed (2012)**

**Summary:** Trashed is a 2012 documentary that highlights the devastating environmental and social consequences caused by excessive industrial production and poor waste management. It addresses problems such as widespread pollution, contamination of natural resources, and damage to human health. The documentary also discusses possible innovations and solutions that could be implemented to mitigate these problems, such as promoting the circular economy, which seeks to reduce waste and maximize resource use through reuse and recycling. The film thus underscores the urgent need for collective actions and effective policies to mitigate the harmful effects of waste on our planet and society. NbS can be a pathway in this regard. It is a compelling call for awareness and change! Available on YouTube.

### **The Mother of All Struggles (2020)**

**Summary:** This important documentary focuses on Brazilian historical and cultural roots to understand the relationship between humans and nature. The Mother of All Struggles highlights women activists in the ecological agenda, such as Shirley Krenak, who value the knowledge of traditional peoples, their holistic relationship with the land, and their pioneering role in pursuing environmental protection and justice. The film emphasizes, above all, the nexus between gender and environmental issues, associating Nature with women. It addresses how both are violated and oppressed, thus pointing to common causes. Along these lines, the documentary shows how women are often more affected by the consequences of climate change and environmental degradation. So, it becomes evident that the debate on NbS must encompass not only environmental but also social and gender aspects. Available at PrimeVideo.





## OFFICIAL POSITION OF REGIONAL GROUPS

### Asia-Pacific

The countries that compose the Asia-Pacific regional group interpret the concept of NbS as the need to protect, conserve, and restore the environment to ensure sustainability and achieve the Sustainable Development Goals (SDGs) under the UN 2030 Agenda for Sustainable Development. Among the common objectives that the group aims to achieve through the implementation of NbS are the reduction of plastics, the reduction of Greenhouse Gas Emissions (GHGE), the pursuit of carbon neutrality, energy issues, and the implementation of a circular economy.

In this context, the objective linked to NbS that stands out the most in the speeches of Asia-Pacific countries is the fight against plastic pollution, as it is the largest form of ocean contamination in the region. Malaysia, India, and Thailand are countries that presented the issue of plastics as a priority. For example, Malaysia has established the Malaysia Plastics Sustainability Roadmap to make the plastic industry more sustainable by implementing a circular economy (United Nations Environment Assembly, 2022 a, p. 3). The Indian government has suggested banning single-use plastic items (United Nations Environment Programme, 2022 c), and Thailand created the Roadmap on Plastic Waste, aiming for 100% recycling of plastics by 2027 (United Nations Environment Assembly, 2022 b, p. 3).

However, it is worth questioning whether these measures, at least according to the information presented, fit the parameters necessary to be considered NbS. This is because many of the ideas presented by Asia-Pacific countries are more focused on recycling or reducing pollution, without necessarily emphasizing how they will protect or restore ecosystems for this purpose, distancing themselves from an ecocentric perspective to address the plastic problem.

Given the increase in the planet's average temperature, the objective of reducing GHGE is a global concern. One of the paths pointed out as NbS is reforestation practices, which aim to reduce and achieve carbon neutrality since trees are important means of extracting carbon from the atmosphere.

Countries like Bhutan and Uzbekistan presented good practices related to reforestation and the importance of afforestation as NbS for carbon capture on the planet to combat global warming and climate change. In their speeches, these countries mentioned actions such as maintaining 60% forest cover, urban greening, and expanding protected areas in their territories, which are essential for carbon capture (United Nations Environment Programme, 2022 a; United Nations Environment Programme, 2022 h). Similarly, Pakistan highlighted planting over 2 billion trees, intending to increase this number to 10 billion (United Nations Environment Programme, 2022 f). Singapore brought the interesting concept of a "city in nature", which, through urban greening practices and the implementation of natural parks, aims to integrate nature into the country's urban areas, contributing to greener cities (United Nations Environment Programme, 2022 g).

In these latter examples, efforts to restore ecosystems and biodiversity while addressing climate changes are in line with NbS criteria. However, it is important to note that just planting trees may not bring concrete solutions if it is not







accompanied by measures to reduce deforestation and the incessant extraction of minerals and other natural resources.

The energy issue is also crucial for the Asia-Pacific group since fossil fuel-based energy sources cause GHGE in the atmosphere. Countries like the Democratic People's Republic of Korea and Tajikistan have policies aimed at reducing their dependence on fossil fuels in their energy matrices through the development and construction of hydroelectric plants and solar panels, which are considered less polluting (United Nations Environment Programme, 2022 d; United Nations Environment Assembly, 2022 c, p. 1-2).

However, such measures do not always respect local communities or the animals whose habitats surround the facilities, raising doubts about whether they can truly be considered NbS. Additionally, these policies do not respond to the ecocentric approach, as nature is not exactly the priority.

In general, Asia-Pacific countries encourage international cooperation for financing and technology transfer to facilitate the implementation of NbS, as many countries in the region are developing countries. This issue was mentioned by Brunei, which highlights the importance of cooperation with developed countries and other developing countries, as well as the need for technology transfer and financing for nature and biodiversity conservation (United Nations Environment Programme, 2022 b). Cambodia also emphasized the need for financing combined with technology transfer for climate action to have a global impact (United Nations Environment Programme, 2022 c).

Thus, it is possible to observe that the main actions of the group to implement NbS are not exactly guided by an ecocentric perspective, which considers nature a priority and a path to ensure human well-being. In this sense, a challenge for the group is how to promote non-market initiatives that seek to promote the idea of sustainability guided by nature.

## References

- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Statement by Head of Delegation, Ministry of Environment and Water, Malaysia*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairobi, Kenya, 28 February-2 March 2022 a. Available at: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38517/Malaysia%20Country%20Statement\\_UNEA%205.2%2c%201%20March%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38517/Malaysia%20Country%20Statement_UNEA%205.2%2c%201%20March%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Accessed 18 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement for Video Recording by H.E. Mr. Varawut Silpa-Archa, Minister of Natural Resources and Environment, Thailand*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairobi, Kenya, 28 February 2022 b. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/39600/THAILAND%20National%20Statement%20for%20UNEA%205.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 18 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Tajikistan Statement*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairobi, Kenya, 28 February-2 March 2022 c. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38480/Tajikistan%20Statement%20UNEA%205.2%20March%201%2c%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 18 March 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Bhutan, Sonam P. Wangdi, Head of Agency, Policy e Planning Services, National Environment Commission. *YouTube*, 1







- March 2022 a. Available at: <https://www.youtube.com/embed/THDwIZEAe1I>. Accessed 25 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Brunei Darussalam, Nor Imtihan Haj Abdul Razak (Dr.) Permanent Secretary, Ministry of Development. *YouTube*, 1 March 2022 b. Available at: <https://www.youtube.com/embed/hV2QJ63ugr0>. Accessed 21 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Cambodia, Dr. Anil Jasinghe Secretary to the Ministry of Environment. *YouTube*, 14 March 2022 c. Available at: <https://www.youtube.com/embed/kUaystFYLVc>. Accessed 25 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Democratic People's Republic of Korea, Jon Chol Su, Vice Minister of Ministry of Land & Environment. *YouTube*, 1 March 2022 d. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=OY5qdBspgcc>. Accessed 21 March 2024
- \_\_\_\_\_. India, Ms. Leena Nandan, Secretary Ministry of Environment, Forests and Climate Change. *YouTube*, 2 March 2022 e. Available at: [https://youtu.be/R827\\_9Rj-Rg?si=4zWiSFdVK6kzmr4](https://youtu.be/R827_9Rj-Rg?si=4zWiSFdVK6kzmr4). Accessed 21 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Pakistan, Malik Amin Aslam, Minister of Climate Change. *YouTube*, 1 March 2022 f. Available at: <https://youtu.be/5fQJp6FURZ4?si=qNg8syNGPuVteZbO>. Accessed 21 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Singapore, Grace Fu, Minister of Sustainability and Environment. *YouTube*, 28 February 2022 g. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=F3OVT8ljhRg>. Accessed 22 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Uzbekistan, O Narzullo Naimovich, Chairman of the State for Ecology and Environmental Protection. *YouTube*, 1 March 2022 h. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=mCL6-ehGQE8>. Accessed 22 March 2024.





## Latin America and the Caribbean

For the Group of Latin American and Caribbean Countries (GRULAC), the definition of NbS corresponds to short and long-term actions that enable ways to reduce the impacts of human action on nature through sustainable practices. These practices involve, for example, the circular economy, green job creation, and forest and biodiversity protection. These actions seek to move away from the paradigm of nature exploitation, aiming for its protection and preservation.

GRULAC intends to promote NbS as a public policy to integrate society and ecosystems as a whole. Especially in countries with a strong presence of indigenous peoples, such as Bolivia, this movement derives from the understanding that all living beings, human or non-human, are affected by environmental degradation and climate crisis. Thus, the policies of these countries comprehend a broader and holistic view of ecology, involving society and not just seeing nature as a source of resource exploitation for profit (United Nations Environment Programme, 2022 b).

Based on the speeches of GRULAC at UNEA-5 in 2022, NbS practices are considered extremely important for addressing the triple planetary crisis (pollution, climate, and biodiversity loss) as well as economic crises. Latin American and Caribbean countries are very vulnerable to the impacts of environmental crises because they are economically dependent on climate-sensitive sectors, such as agriculture. NbS are attractive to GRULAC because they propose a different way of dealing with environmental and climate problems, ensuring greater sustainability for the economy as well.

This is a priority for Grenada, which – as a Small Island Developing State – recognizes the importance of nature for humans to ensure the quality of life, health, and food sources, as well as economic development and prosperity. The country also recognizes nature as a crucial and urgent element in the fight against the triple planetary crisis, aligning with the NbS proposal. However, a challenge the country faces is funding and access to technologies that enable the implementation of these measures (United Nations Environment Programme, 2022 g).

Many Latin American and Caribbean countries struggle with funding and access to cutting-edge technologies, making international cooperation a priority during negotiations to implement NbS for sustainable development. Brazil presented this issue as a central matter during the 5<sup>th</sup> UNEA session (United Nations Environment Programme, 2022 c).

Some GRULAC countries have proposed NbS to recover the ancestral values of indigenous peoples, reflecting the richness of the ethnic diversity in the region. By recognizing and considering the traditional knowledge of these communities, these countries commit to environmental preservation and the promotion of social and cultural justice, which is aligned with NbS criteria. Ecuador exemplifies this by incorporating ecological transition as part of public policies, so these are aligned with indigenous values and principles of respect for nature as a living being (United Nations Environment Programme, 2022 f). Bolivia also emphasizes the balance between humans and nature by considering ancestral knowledge as a fundamental part of NbS (United Nations Environment Programme, 2022 b). Guatemala highlights the contribution of indigenous peoples and local communities in biodiversity conservation and sustainable resource management, promoting an inclusive and participatory vision for environmental conservation (United Nations Environment





Programme, 2022 h). In this sense, GRULAC contributes to promoting sustainable development from the perspective of indigenous and traditional peoples, who have kept a deep and respectful connection with nature for centuries.

Some GRULAC members emphasize the importance of prioritizing nature care in the protection of marine and terrestrial areas by creating laws and practical measures to restore ocean biodiversity, reduce predatory fishing, and hold companies and other producers accountable for improper waste disposal. Ecuador's practices are examples of NbS in this regard, such as expanding marine conservation in the Galapagos to preserve and restore ecosystems. The country also adopted a "zero marine waste" policy, with an environmental management approach that seeks to emulate natural recycling and regeneration processes, minimizing harmful human interference in ecosystems. These practices demonstrate a commitment to nature, sustainability, and the conservation of local ecosystems (United Nations Environment Programme, 2022 f).

A common issue addressed by the group involves tackling the global plastic crisis. The unrestrained and irresponsible production and consumption of this material exacerbate climate change through increased greenhouse gas emissions from fossil fuel burning, expand pollution levels on the planet, and contribute to biodiversity loss, jeopardizing human health and animal well-being. Another question is the problem of microplastic consumption, whose consequences are still being studied (Dena, 2024). In the context of NbS, GRULAC countries like Jamaica and Uruguay propose concrete and binding measures to reduce the impact of this material on ecosystems. Jamaica is promoting the implementation of binding measures to reduce plastic use, while Uruguay proposed the creation of an intergovernmental committee dedicated to plastic negotiations (United Nations Environment Programme, 2022 i; United Nations Environment Assembly, 2022, p. 1).

However, it is important to note that the initiatives mentioned may not be considered genuinely NbS. While these measures directly address the plastic pollution problem and bring significant environmental benefits, the underlying capitalist values may still be present. This occurs because plastic negotiations often involve economic and commercial interests that may not align entirely with NbS principles. For these measures to be considered genuine NbS, they need to incorporate a holistic approach beyond simply mitigating environmental impacts and promote a systemic transformation that values and strengthens ecosystem services. This means not only reducing plastic use but also regenerating affected ecosystems, promoting biodiversity, and implementing practices that reinforce the natural resilience of landscapes without overlooking economic and social challenges.

In the context of GRULAC, the energy issue emerges as a fundamental element for addressing climate and economic challenges. During the 5<sup>th</sup> UNEA session, countries in the region expressed the urgency of promoting the transition to renewable and sustainable energies as part of their efforts to mitigate climate change. Brazil and Chile have vast natural resources for clean energy production and have sought significant alternatives. Brazil highlighted sugarcane as a source for producing bioelectricity-bioethanol, aiming to diversify its energy matrix and promote renewable sources. Meanwhile, Chile has actively invested in clean energy sources such as solar and wind to diversify its energy matrix (United Nations Environment Programme, 2022 j; United Nations Environment Programme, 2022 d).

Just like the examples related to reducing plastic use in Jamaica and Uruguay, it is possible to question to what extent the initiatives presented as NbS regarding





the energy issue align with an ecocentric vision that values nature as a source of life rather than material resources to be exploited. Although the transition to renewable energies helps minimize environmental problems caused by humanity, it does not necessarily support nature and often focuses on profit potential. In Brazil's case, the ethanol policy is presented as an NbS example but overlooks biodiversity impacts caused by the monoculture of sugarcane, which is favorable to agribusiness sectors. These examples show a diversity of approaches to NbS within GRULAC, particularly concerning the energy issue, reflecting the complexity of environmental policies in the region and the need for effective multilateral cooperation to address common energy and environmental challenges.

Thus, although some GRULAC members interpret NbS as an approach to promoting a clean and safe environment for life, it is important to question whether these measures are genuinely nature-based or simply strategies that use environmental rhetoric for other purposes. It is crucial to examine whether these actions genuinely respect the principles of sustainability, ecological balance, and commitment to social issues.

Nevertheless, it is interesting to note that most GRULAC countries, such as Costa Rica, Belize, and Saint Lucia, associate NbS with economic and social issues. Costa Rica defends nature protection to boost economic growth and job creation. Saint Lucia sees NbS as essential to addressing climate change and ensuring clean water and food. Belize established policies and goals to address biodiversity loss. Guatemala also adopts strategies to conserve 30% of its marine and terrestrial areas, improving the quality of life and integrating local communities (United Nations Environment Programme, 2022 e; United Nations Environment Programme, 2022 a; United Nations Environment Programme, 2022 k).

It is important to consider that many GRULAC countries are categorized as developing countries, which may lead them to worry about the potential impacts of NbS on their economies. Adopting measures that prioritize environmental conservation may raise questions about economic growth and job creation, especially in sectors traditionally dependent on natural resources. Therefore, while seeking to implement NbS, these countries still face the additional challenge of balancing environmental preservation with capitalist economic and social imperatives.

This tension between environmental conservation and economic development can influence how NbS are conceived and evaluated, making it essential to constantly question and evaluate the effectiveness and authenticity of the solutions being proposed and implemented. It is worth considering the implementation methods of Costa Rica, Belize, and Saint Lucia, as well as whether they address environmental challenges holistically. Simply adopting comprehensive environmental policies, also focusing on social issues, and investing in sustainable practices may not be sufficient if there is no deep understanding of the interconnection between ecosystems and society, as well as a genuinely nature-centered approach to conservation and regeneration.

In conclusion, to address the environmental, economic, and social challenges of GRULAC, it is essential to adopt integrated approaches that truly support NbS and are aligned with the needs of the Global South. Promoting multilateral cooperation among countries in the region and beyond is crucial to overcoming these shared challenges. Forest protection, plastic use reduction, renewable energy promotion, and biodiversity conservation are issues that transcend borders and, at





the same time, are fundamental aspects of ensuring a sustainable and resilient future.

## References

- DENA, H. UNEA-6: How Plastic Pollution is Accelerating the Triple Crisis. *Greenpeace*, 28 February 2024. Available at: <https://www.greenpeace.org/international/story/65548/unea-6-how-plastic-pollution-is-accelerating-the-triple-planetary-crisis/>. Accessed 09 April 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Intervención de la Delegación de Uruguay en nombre del Gobierno y el Ministro de Ambiente de Uruguay*. UNEA 5.2, Nairobi, 1 March 2022. Available at: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38636/Intervencio%c3%acn\\_Delegacio%c3%acn\\_UY-Ministro\\_de\\_Ambiente-UNEA-5.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38636/Intervencio%c3%acn_Delegacio%c3%acn_UY-Ministro_de_Ambiente-UNEA-5.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Accessed 28 March 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Belize, Mr. Orlando Habet, Minister of Sustainable Development. *YouTube*, 14 March 2022 a. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7vPkV9hjQw>. Accessed 27 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Bolivia, Mr. Magin Lopes, Vice Minister of Environment and Water. *YouTube*, 14 March 2022 b. Available at: [https://youtu.be/Zx7O2F\\_Z5xl?si=eWfuJH\\_tfWhQ9ISX](https://youtu.be/Zx7O2F_Z5xl?si=eWfuJH_tfWhQ9ISX). Accessed 27 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Brazil, Mr. Silvio José Albuquerque e Silva, Ambassador, Permanent Representation of Brazil to UNEA. *YouTube*, 14 March 2022 c. Available at: <https://youtu.be/UeObGe9A2C0?si=8x1ZXORzWoDfflo>. Accessed 27 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Chile, Mr. Javier Naranjo, Minister of Environment. *YouTube*, 14 March 2022 d. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=-W1teXjM6mk>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Costa Rica, Andrea Meza Murillo, Minister of Environment and Energy and Vice President of UNEA. *YouTube*, 14 March 2022 e. Available at: [https://youtu.be/mAa5F6fZJS8?si=b\\_8keR-79pxeOeFs](https://youtu.be/mAa5F6fZJS8?si=b_8keR-79pxeOeFs). Accessed 27 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Ecuador, Mr. Gustavo Rafael Manrique Miranda, Minister of Environment, Water and Ecological Transition. *YouTube*, 14 March 2022 f. Available at: <https://youtu.be/B9ZmVQgj9S0?si=672oD1mxhMW0Rttx>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Grenada, Mr. Simon Still, Minister for Climate Resilience and the Environment. *YouTube*, 14 March 2022 g. Available at: <https://youtu.be/LFzu9rPLi7A?si=JUUn9pOEqGSNDHA8q>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Guatemala, Mr. Nery Martin Mendez, Vice Minister of Environment and Natural Resources. *YouTube*, 14 March 2022 h. Available at: <https://youtu.be/iakoqkqksQc?si=T3qVENb64e3xtANq>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Jamaica, Mr. Matthew Samuda Minister Without Portfolio in the Ministry of Economic Growth and Job. *YouTube*, 15 March 2022 i. Available at: [https://youtu.be/ci3DEksZ50U?si=jQMjJ\\_NbgxbEaT8m](https://youtu.be/ci3DEksZ50U?si=jQMjJ_NbgxbEaT8m). Accessed 9 April 2024.
- \_\_\_\_\_. NbS Examples Submitted by Participants. Brazil. *Official website of the United Nations Environment Programme*, 2022 j. Available at: <https://www.unep.org/about-un-environment/intergovernmental-consultations-nbs/nbs-examples-submitted-participants>. Accessed 19 June 2024.
- \_\_\_\_\_. Saint Lucia, Mr. Shawn Edward, Minister of Education, Sustainable Development, Innovation&Technology. *YouTube*, 15 March 2022 k. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=EQ0I7kb8Yf0>. Accessed 9 April 2024.







## Africa and Arab League

At the 5<sup>th</sup> session of the UNEA, the definition of NbS presented by African countries and the countries that are part of the Arab League<sup>10</sup> was unclear, as many countries did not mention the concept, and when they did, they discussed it broadly. This is the case of Mauritius, which stated that NbS and the ecosystem approach should be at the core of environmental policies but did not explain what NbS are or how to implement them (United Nations Environment Programme, 2022 l). South Africa, referring to the broadness of the NbS concept, declared that caution is necessary with imprecise definitions that suggest nature can take responsibility on its own for recovering from the damage caused by human activity (United Nations Environment Programme, 2022 n).

Given the broadness of the concept, in the informal consultations conducted by UNEP in 2023 on the UNEA's definition of NbS adopted in its resolution 5/5, African countries declared that it is necessary to establish clearer criteria and standards to advance the discussion, highlighting the role of science in implementing these practices (United Nations Environment Assembly, 2022, p. 2; United Nations Environment Programme, 2023, p. 1). In the same document, various examples of good practices from African countries are mentioned, such as combating desertification and restoring ecosystems, as well as challenges related to NbS, such as the lack of funding and legal-regulatory mechanisms to advance the implementation of these measures.

The countries of the Arab League also recognize the importance of NbS. Bahrain highlighted that the country implements NbS for climate change mitigation and adaptation by expanding mangroves and green areas in its territory (United Nations Environment Programme, 2022 b). Iran, although not officially part of the Arab League, aligned with the group's positions on the topic. The country believes that NbS, when based on scientific evidence and traditional ecological knowledge, are important tools for ecosystem restoration and the implementation of the Sustainable Development Goals, especially SDGs 11, 13, 14, and 15. The country also emphasizes the crucial role of youth, women, and indigenous peoples in ecosystem restoration, aligned with NbS criteria (United Nations Environment Programme, 2022 i).

It is worth noting that Arab and African countries converge on the need to implement NbS and strengthen regional cooperation, especially to address challenges resulting from the relationship between the climate crisis, the vulnerability of areas in armed conflict, and extreme poverty. Ethiopia highlighted that nature could help countries solve economic, social, and even security problems. For example, by restoring ecosystems and improving agricultural activity, NbS can create employment opportunities. The country also presented the Green Legacy initiative, a policy to increase the number of trees not only in Ethiopia but also in neighboring countries, reinforcing the importance of regional cooperation to restore degraded areas. Nevertheless, it recognized that technology transfer and adequate funding are crucial to advance initiatives like this (United Nations Environment Programme, 2022 f). Similarly, Egypt mentioned that decisions regarding nature conservation to respond to the challenges posed by the climate crisis can only be

---

<sup>10</sup> The countries that compose the Arab League are: Saudi Arabia, Algeria, Bahrain, Djibouti, Egypt, the United Arab Emirates, Yemen, Iraq, Jordan, Kuwait, Lebanon, Libya, Mauritania, Morocco, Oman, Palestine, Qatar, Somalia, Sudan, Syria, and Tunisia.







taken with greater cooperation among all states (United Nations Environment Programme, 2022 e).

The relationship between the climate crisis and armed conflict is a significant concern for Palestine, which states that the country's efforts for climate and environmental protection have been ineffective due to the occupation and attacks by Israel, as large portions of land and natural resources are being controlled and exploited. Additionally, waste and hazardous materials are improperly disposed of in landfills, contaminating ecosystems. It is evident that Palestine faces difficulties in advancing the implementation of NbS, as armed conflict in its territory increases poverty rates, limits progress in environmental and climate preservation actions, and generates hazardous waste harmful to nature and human health. Palestine, therefore, calls for better international support for least developed countries and their environmental development programs, especially for states under occupation (United Nations Environment Programme, 2022 m).

The role of NbS in water resource management is another common factor in the speeches of Arab League countries, especially to combat desertification. Jordan and Saudi Arabia, for example, address the challenge of water scarcity by promoting the implementation of the *hima* system for ecosystem preservation and regeneration<sup>11</sup>, which utilizes traditional regional knowledge and enables better care of water resources (United Nations World Water Assessment Programme, 2018, p. 81; United Nations Environment Programme, 2022 j). Iraq announced an initiative that, by establishing of nature reserves, seeks a more comprehensive management of the country's water resources to deal with sandstorms and other events resulting from water scarcity. Iraq also recognized that environmental initiatives could stimulate the green economy and create jobs (United Nations Environment Programme, 2022 h).

Related to water issues, another topic frequently discussed by African countries is the preservation of ecosystems and biodiversity, which are fundamental for mitigating the effects of climate change. This is a priority for Mauritius, as coral degradation has harmed its beaches, which are essential for promoting tourism, the country's main economic activity. NbS have been used to restore and preserve the corals, increasing resilience and contributing to the local economy (United Nations Environment Programme, 2022 l).

Angola and Gabon, for example, have increased their environmental protection areas and aim to further develop these protection mechanisms with the inclusion of a marine conservation area (United Nations Environment Programme, 2022 a; United Nations Environment Programme, 2022 g). The aforementioned Ethiopian Green Legacy initiative aimed to plant around 20 billion tree seedlings by 2022 (United Nations Environment Programme, 2022 f). Iraq has developed a reforestation and nature reserves policy (United Nations Environment Programme, 2022 h). Iran worked on habitat and coastal area conservation and increased the country's mangrove area to preserve the ecosystem, combined with measures to combat water scarcity (United Nations Environment Programme, 2022 i).

Another concern of African and Arab countries is food security, highlighting the role NbS can play in the agricultural sector, including in the fight against hunger and poverty. This is a concern of the Democratic Republic of Congo, which requested

---

<sup>11</sup> The *hima* preservation system is centered on collective control over pastures and land conservation, with the allocation of territories for natural regeneration (United Nations World Water Assessment Programme, 2018, p. 81).





a report to understand the interdependence between the environment, food, and human and animal well-being<sup>12</sup>. The report identified the One Health program as an approach that seeks to enhance the living and health conditions of humans and animals through the protection of ecosystems. Additionally, the report highlighted how environmental degradation has been responsible for developing diseases that can be transmitted to humans and animals through food (United Nations Environment Programme, 2022 d; Food and Agriculture Organization of the United Nations et al., 2022, p. 39-41).

Cape Verde's speech emphasized the importance of promoting the resilience of productive systems and communities through agriculture. The country has invested in green and blue economies to make agriculture more sustainable, generate jobs, and increase local population income, enabling greater food security (United Nations Environment Programme, 2022 c). The United Arab Emirates, in partnership with the United States, developed the AIM for Climate initiative, which seeks to expand investments in agricultural innovations that contribute to climate action, especially through smart food systems. The initiative encourages the exchange of scientists and research for science and innovation at both national and international levels (AIM For Climate, 2024; United Nations Environment Programme, 2022 q). However, it is unclear whether this initiative is considered a NbS, as nature and ecosystems do not appear to be the priority.

Many Arab countries, such as the United Arab Emirates, mentioned energy transition as one means to achieve sustainable development as it helps combat the climate crisis and generate new jobs (United Nations Environment Programme, 2022 q). However, it is also unclear whether the energy transition policies presented follow an ecocentric approach and can effectively be considered NbS.

In general, both Arab and African countries assign significant importance to regional and international cooperation as a mechanism to ensure the implementation of NbS and the achievement of SDGs and their targets. In this regard, Bahrain and Malawi mentioned that global cooperation should strengthen funding mechanisms and technology transfer while addressing the inequality between developed and developing countries to achieve the SDGs (United Nations Environment Programme, 2022 b; United Nations Environment Programme, 2022 k). Tunisia and the United Arab Emirates further emphasized that these measures are necessary for promoting a circular economy, highlighting that innovative and sustainable solutions require North-South and South-South cooperation (United Nations Environment Programme, 2022 p; United Nations Environment Programme, 2022 q).

The disparity between the Global North and Global South was also mentioned by Iraq, which stated that it is necessary to consider common responsibilities and national specificities (United Nations Environment Programme, 2022 h). This idea brought by Iraq and other countries, such as South Africa (United Nations Environment Programme, 2022 n), reflects the principle of common but differentiated responsibilities, recognizing that while environmental responsibilities are common to all, each country has specific capacities to develop policies for environmental protection. Angola added that maintaining this principle from the Rio Declaration as the basis for UNEA-5 negotiations is essential to address socio-

---

<sup>12</sup> The report was published in 2022 as a collaboration between the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), the United Nations Environment Programme (UNEP), the World Health Organization (WHO), and the World Organisation for Animal Health (WOAH) (Food and Agriculture Organization of the United Nations et al., 2022).





economic and technological inequality between the Global North and Global South through capacity building and assistance to developing countries to achieve the proposed goals (United Nations Environment Programme, 2022 a).

Finally, when discussing NbS, Africa and the Arab League critique the traditional development model and how states have failed to implement the environmental agenda within this model. South Sudan, for example, states that NbS should represent much more than environmental practices but an alternative to the classical development model, putting nature at its to combat the climate crisis and poverty effectively. The country advocates for resolutions that promote greater effort, especially from developed countries, for climate action and the development of a new NbS-centered development model (United Nations Environment Programme, 2022 o).

## References

- AIM FOR CLIMATE. About AIM For Climate. *Official website of AIM For Climate*, 2024. Available at: <https://aimforclimate.org/#about-aim-for-climate>. Accessed 26 mai. 2024.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO) et al. *One Health Joint Plan of Action (2022–2026): Working together for the health of humans, animals, plants and the environment*. Roma: FAO, UNEP, WHO e WOA, 2022. Available at: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240059139>. Accessed 26 mai. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Resolution 5 - Nature-based solutions for supporting for sustainable development*. Adopted by the United Nations Environment Assembly at its 5th session, on 7 March 2022, UNEP/EA.5/Res.5. Available at: [www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.5](http://www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.5). Accessed 23 April 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Angola, Ms. Carolina Cerqueira, State Minister for Social Affairs. *YouTube*, 14 March 2022 a. Available at: [https://www.youtube.com/watch?v=6V9giruA\\_w0&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=3](https://www.youtube.com/watch?v=6V9giruA_w0&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=3). Accessed 09 April 2024.
- \_\_\_\_\_. Bahrain, Mohamed bin Mubarak bin Daina (Dr.) Special Envoy for Climate Affairs. *YouTube*, 1 March 2022 b. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=JxdeiNPQyzs>. Accessed 25 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Cabo Verde, Gilberto Correia Carvalho Silva, Minister of Agriculture and Environment. *YouTube*, 1 March 2022 c. Available at: [https://www.youtube.com/watch?v=xqyBncYECGU&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=23](https://www.youtube.com/watch?v=xqyBncYECGU&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=23). Accessed 27 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Congo, Ms. Eve Bazaiba Masudi, Deputy Prime Minister and Minister for Environment and Sustainability. *YouTube*, 14 March 2022 d. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=BrP58KtKNZg>. Accessed 23 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Egypt, Dr. Yasmine Fouad, Minister of Environment. *YouTube*, 14 March 2022 e. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=hg7u-fdPyPo>. Accessed 09 April 2024.
- \_\_\_\_\_. Ethiopia, Dr. Getahun Garede Wodaje, Director General Ethiopian Environmental Protection Authority. *YouTube*, 2 March 2022 f. Available at: [https://www.youtube.com/watch?v=jmXxE\\_1DO58](https://www.youtube.com/watch?v=jmXxE_1DO58). Accessed 09 April 2024.
- \_\_\_\_\_. Gabon, Mr Lee White, Miniters of Environment. *YouTube*, 2 March 2022 g. Available at: [https://www.youtube.com/watch?v=1FH5qDzQVok&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=46](https://www.youtube.com/watch?v=1FH5qDzQVok&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=46). Accessed 09 April 2024.





- \_\_\_\_\_. Iraq, Mr. Jasim Abdulazeez Hammadi Al Mohammedi, Minister Technical Deputy, Ministry of Environment. *YouTube*, 12 March 2022 h. Available at: [https://www.youtube.com/watch?v=v1\\_H0BOu7PE](https://www.youtube.com/watch?v=v1_H0BOu7PE). Accessed 25 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Islamic Republic of Iran, Dr. Ali Salajegheh, Vice President and Head of Department of Environment. *YouTube*, 12 March 2022 i. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=543-otF2X5g>. Accessed 09 April 2024.
- \_\_\_\_\_. Jordan, Dr. Mohammad Alkhashashneh Secretary General, Ministry of Environment. *YouTube*, 14 March 2022 j. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=aAO4lZsA568>. Accessed 25 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Malawi, Dr. Yanira Ntupanyama Principal Secretary, Ministry of Forestry and Natural Resources. *YouTube*, 14 March 2022 k. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=fSHdXVCGXGg>. Accessed 24 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Mauritius, Mr. Kavydass Ramano Minister of Environment, Solid Waste Management and Climate Change. *YouTube*, 14 March 2022 l. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=XOtuS1k0XbE>. Accessed 27 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Palestine, Ms. Tamimi Nisreen, Chairperson of Environment Quality Authority. *YouTube*, 14 March 2022 m. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=UEHsjC1FUXQ>. Accessed 09 April 2024.
- \_\_\_\_\_. South Africa, Barbara Creecy Minister of Forestry, Fisheries and the Environment and VP of UNEA. *YouTube*, 12 March 2022 n. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=Dfdy59C5rOA>. Accessed 25 March 2024.
- \_\_\_\_\_. South Sudan, Ms. Josephine Napwon Cosmos, Minister of Environment and Forestry. *YouTube*, 2 March 2022 o. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=kXfr5YNWdCM>. Accessed 24 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Summary of Africa regional consultations*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 9-10 October 2023. Available at: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43699/Africa\\_regional\\_summary.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43699/Africa_regional_summary.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Accessed 28 April 2024.
- \_\_\_\_\_. Tunisia, Ms Leila Chikhaoui Minister of Environment. *YouTube*, 14 March 2022 p. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=V7k8jPFAGP4>. Accessed 25 March 2024.
- \_\_\_\_\_. United Arab Emirates, Mariam Almheiri, Minister of Climate Change and Environment. *YouTube*, 1 March 2022 q. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=c9E8N9QuC4g>. Accessed 25 March 2024.

UNITED NATIONS WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME (WWAP). *Nature-Based Solutions for Water: The United Nations World Water Report 2018*. Paris: UNESCO, 2018. Available at: [https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef\\_0000261424&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach\\_import\\_cc52ca9b-ccc4-4b43-972c-03ee5e29d213%3F\\_%3D261424eng.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000261424/PDF/261424eng.pdf#%5B%7B%22num%22%3A886%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C0%2C842%2C0%5D](https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000261424&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_cc52ca9b-ccc4-4b43-972c-03ee5e29d213%3F_%3D261424eng.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000261424/PDF/261424eng.pdf#%5B%7B%22num%22%3A886%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C0%2C842%2C0%5D). Accessed 14 April 2024.





## Western Europe and JUSSCANZ

At UNEA-5, the countries comprising the Western European and Others Group (WEOG) and the JUSSCANZ<sup>13</sup> group defended the crucial role of NbS in achieving the SDGs. Reinforcing the concept defined by UNEA in its resolution 5/5, the regional groups understand NbS as practices that utilize natural processes to address primarily environmental challenges. These solutions predominantly include the development of technologies to foster ecosystem restoration, biodiversity conservation, sustainable resource management, and the construction of green infrastructure<sup>14</sup> (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 2).

The countries of WEOG and JUSSCANZ aim to implement NbS to achieve three main objectives: Reducing carbon and other greenhouse gas (GHG) emissions, protecting ecosystems and biodiversity, and reducing plastic use. As groups of developed countries, they prioritize scientific research in environmental protection and more sustainable technologies to address the triple planetary crisis. The groups emphasize the role of scientific knowledge in developing water filtration technologies, assessing deforested areas, and regulating carbon emissions through the development of sustainable energy sources (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 1).

For example, the United States defends the use of the best available technologies to mitigate pollution, including practices such as green roofs, permeable pavements, stormwater treatment systems, and increasing green spaces. The country seeks to reverse biodiversity loss by conserving 30% of land by 2030. The use of drones to reforest areas devastated by fires is common in the country, which in turn helps mitigate air pollution and alleviate the effects of the triple planetary crisis (United Nations Environment Programme, 2022 d).

Some WEOG and JUSSCANZ countries advocate for the adoption of clean energy sources such as solar, wind, and geothermal energy to reduce carbon emissions. Iceland is a leader in using clean energy for environmental protection. The country is part of the Wellbeing Economy Governments Partnership (WEGo), a collaboration between national and regional governments interested in promoting policies and practices to build economies prioritizing the well-being of people and the planet, contrasting with the traditional focus on economic growth as the main measure of success (Wellbeing Economy Alliance, 2022).

Canada also promotes technologies to reduce greenhouse gas emissions. The country supports projects like Nature Smart Climate Solutions, which applies NbS, such as ecosystem restoration and forest restoration and expansion, to mitigate climate change (Government of Canada, 2024; United Nations Environment Programme, 2022 b).

The importance of international cooperation for developing these technologies is highlighted in projects like PONDERFUL, which, although it does not include all WEOG and JUSSCANZ countries, involves collaboration among countries

---

<sup>13</sup> JUSSCANZ is a group consisting of Japan, the United States, Switzerland, Canada, Australia, Norway, and New Zealand.

<sup>14</sup> According to the European Commission's Green Infrastructure Communication (2013), green infrastructure is a tool for providing ecological, economic, and social benefits through NbS. Green infrastructure is based on the principle that protecting and enhancing nature and natural processes, along with the many benefits that human society obtains from nature, should be consciously integrated into spatial planning and territorial development (European Union, 2013).







such as Germany, Switzerland, Belgium, Spain, the United Kingdom, Turkey, and others. The project explores innovative methods to use lakes and ponds as catalysts for the environmental development of other ecosystems, as well as using marine organisms to improve water quality (United Nations Environment Programme, 2022 b, p. 1).

The plastic problem is a common issue among the countries of these groups, which focus on promoting measures to reduce plastic use due to its environmental and social impacts, as well as strengthening international cooperation towards this goal. The countries have debated adopting legislative measures (such as banning single-use plastics in their territories), advanced and efficient recycling programs and solutions, and technological innovation policies to develop biodegradable materials that contribute to the preservation of terrestrial and marine ecosystems and their biodiversity (United Nations Environment Assembly, 2022 a, p. 1).

Australia provides examples of NbS best practices, such as the National Waste Policy Plan and the National Plastics Plan. Both plans aim to find alternatives for unnecessary plastic use and maximize its utilization. The plans also outline measures to reduce plastic's impact on nature, focusing on recycling, prevention, and raising public awareness about plastic's environmental harm (Australian Government, 2021; United Nations Environment Programme, 2022 a). Investments by the Australian government in the Pacific Ocean Litter Project (POLP), in collaboration with other Pacific countries<sup>15</sup>, aim to reduce the volume of disposable plastics in the ocean, which has intensified mainly by excessive tourism and improper disposal of domestic and industrial waste. The project goal is to preserve marine life and encourage other countries to take action based on various NbS (Secretariat of the Pacific Regional Environment Programme, 2024).

Japan also presents initiatives to reduce plastic use to protect oceans and their biodiversity through strengthened ties with G20 countries. The Osaka Blue Ocean Vision program specifically targets the elimination of plastic waste through public awareness campaigns and research investments. Additionally, Japan promotes the circular economy as an indispensable tool for reducing, reusing, and recycling plastics, as well as recovering affected ecosystems (United Nations Environment Assembly, 2022 c; Osaka Blue Ocean Vision, 2023).

The United Kingdom brought an interesting discussion to the NbS debate, focusing on the role of indigenous peoples. The country recognizes that restoring and protecting nature is the most effective and least costly measure to address climate change and other social issues such as hunger and poverty. Thus, the country has cooperated with biodiversity-rich countries to promote actions such as reversing deforestation and environmental degradation. The United Kingdom acknowledges that working with the local population, especially indigenous peoples, is crucial. Furthermore, the country points out that cooperation to reduce plastic pollution by at least 30% by 2024 is essential to protect oceans and biodiversity (United Nations Environment Programme, 2022 c).

The position of New Zealand is aligned with the United Kingdom's, and it also presents the wisdom and practices of indigenous peoples as an essential part of NbS. New Zealand recognizes the role of the Māori community in preserving and restoring ecosystems and promoting measures that prioritize nature. The Māori

---

<sup>15</sup> The other countries involved in the project are the Cook Islands, the Federated States of Micronesia, Fiji, Kiribati, Nauru, Niue, Palau, Papua New Guinea, the Marshall Islands, Samoa, the Solomon Islands, Tonga, Tuvalu, and Vanuatu.







worldview understands that nature should be respected and not exploited, an idea summarized in the concept of "Kaitiakitanga", which refers to the responsibility of humanity to protect and care for nature. Thus, New Zealand proposes that Māori knowledge should be incorporated into NbS as part of the necessary actions towards sustainable and circular economies (United Nations Environment Assembly, 2022 b). However, it is worth noting that the Māori community is at risk due to the obstacles posed by the modern lifestyle, which threatens their population.

In general, WEOG and JUSSCANZ understand that NbS should be guided by reducing plastic use, cooperating with indigenous peoples, restoring forests, promoting the use of clean energy, and applying technologies to reduce GHG emissions in the atmosphere. These initiatives reflect a comprehensive commitment to sustainability and climate change mitigation and an integrated approach to environmental protection.

However, it is necessary to question whether the use of technologies to restore nature can be genuinely considered NbS. This dilemma is particularly relevant given that the developed countries of WEOG and JUSSCANZ historically degraded the environment during the colonial and industrial eras but now seek to artificially restore this destruction through technology. It remains open how it will be possible to reconcile technology with an ecocentric approach and the knowledge of indigenous peoples, as proposed by the United Kingdom and New Zealand, especially in developing countries.

## References

- AUSTRALIAN GOVERNMENT. National Plastics Plan. *Official website of the Australian Government*, 10 October 2021. Available at: <https://www.dcceew.gov.au/environment/protection/waste/plastics-and-packaging/national-plastics-plan>. Accessed 28 March 2024.
- GOVERNMENT OF CANADA. Nature Smart Climate Solutions Fund. *Official website of the Government of Canada*, 13 March 2024. Available at: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/environmental-funding/programs/nature-smart-climate-solutions-fund.html>. Accessed 28 April 2024.
- OSAKA BLUE OCEAN VISION. G20 Implementation Framework for Actions on Marine Plastic Litter. *Official website of the Osaka Blue Ocean Vision*, 28 July 2023. Available at: <https://g20mpl.org/archives/1328>. Accessed 28 March 2024.
- SECRETARIAT OF THE PACIFIC REGIONAL ENVIRONMENT PROGRAMME. The Pacific Ocean Litter Project. *Official website of the Pacific Ocean Litter Project*, 2024. Available at: <https://www.sprep.org/polp>. Accessed 25 March 2024.
- UNIÃO EUROPEIA (UE). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Infraestrutura Verde — Valorizar o Capital Natural da Europa*. Eur-Lex, 52013DC0249, 2013. Available at: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52013DC0249&from=IT>. Accessed 21 June 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *Resolution 14 - End plastic pollution: towards an international legally binding instrument*. Adopted by the Environment Assembly at its 5th session, on 7 March 2022 a, UNEP/EA.5/Res.14. Available at: [www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.14](http://www.undocs.org/UNEP/EA.5/Res.14). Accessed 28 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *New Zealand National Statement, Delivered by Permanent Representative to the UN Environment Programme, Mr. Nathan Glassey*. Resumed fifth session of the United





- Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairobi, Kenya, 28 February-2 March 2022 b. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38519/New%20Zealand%20-%20National%20Statement%20-%20UNEA5%20-%20February%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement by Mr. Yutaka Shoda, Vice-Minister for Global Environmental Affairs, Japan.* Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairobi, Kenya, 28 February-2 March 2022 c. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38509/Statement%20by%20Mr.%20Yutaka%20SHODA-Japan%20on%20UNEA%205.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 28 March 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Australia, Ms. Sussan Ley, Minister of the Environment. *YouTube*, 1 March 2022 a. Available at: [https://www.youtube.com/watch?v=gc-XE2-WaMs&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO\\_j7POIVAHEmS&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=gc-XE2-WaMs&list=PLZ4sOGXTWw8FyRqq8XbkO_j7POIVAHEmS&index=7). Accessed 25 March 2024.
- \_\_\_\_\_. Canada, Steven Guilbeault, Minister of Environment and Climate Change. *YouTube*, 1 March 2022 b. Available at: <https://youtu.be/D7lCBdcnXM8?si=iol3WO-Z06Oo16us>. Accessed 25 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *NbS Examples Submitted by The European Union to the Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions.* Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 a. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/44152/EU.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 28 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Summary of WEOG regional consultations, 2023.* Nairobi: United Nations Environment Programme, 2023 b. Available at: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43682/WEOG\\_regional\\_summary\\_final.pdf?sequence=3](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43682/WEOG_regional_summary_final.pdf?sequence=3). Accessed 28 April 2024.
- \_\_\_\_\_. United Kingdom, Dr. Cheryl Case, Deputy Director, Department for Environment, Food and Rural Affairs. *YouTube*, 14 March 2022 c. Available at: <https://www.youtube.com/embed/uDuepTfrH-Q>. Accessed 28 April 2024.
- \_\_\_\_\_. United States of America, Ms. Monica Medina, As. Secretary of State for Oceans and International Environment Affairs. *YouTube*, 2 March 2022 d. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=xJrdRbm04e8>. Accessed 25 March 2024.
- WELLBEING ECONOMY ALLIANCE. Wellbeing Economy Governments. *Official website of the Wellbeing Economy Alliance*, 2022. Available at: <https://weall.org/wego>. Accessed 28 April 2024.





## Major groups and stakeholders

Major groups and stakeholders represent civil society sectors that participate in UNEA discussions, presenting demands that may not always align with the official positions of Member States. They often pressure governments for decisions that primarily consider social perspectives, needs, and environmental protection and preservation. Although they do not have voting power in UNEA decisions, these groups are crucial for UNEA because they advocate for organized civil society's demands.

To understand how these groups perceive NbS, it is essential to consider their diverse and unique contexts and interests, and their respective realities reflect the way they understand such practices. Still, major groups and stakeholders converge their views in many aspects, especially because they share a common interest in environmental protection and sustainability.

Major groups and stakeholders converge in advocating for NbS that are inclusive, equitable, and effective, recognizing the importance of including groups often marginalized in environmental debates, such as children, youth, women, and indigenous and traditional peoples. The promotion of dialogue, cooperation, and collective action is central to their agendas, reflecting an understanding that addressing environmental and social challenges requires joint and collaborative efforts.

Some major groups, such as Children and Youth, Indigenous Peoples, and Local Authorities, focus on promoting the active participation and leadership of these groups in decisions and the implementation of NbS. Recognizing the diversity of perspectives and experiences within civil society, these groups believe that NbS can only be effective if they incorporate traditional knowledge and sustainable practices developed by local communities and indigenous peoples over generations (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 3; United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 1-3; United Nations Environment Assembly, 2022 c, p. 1-2).

For these major groups, NbS should be built from the bottom up, considering the needs and values of these groups and ensuring their active participation in decision-making and implementation. Thus, in addition to promoting environmental conservation, NbS also become an instrument of climate and environmental justice, promoting social inclusion, strengthening communities, and contributing to the construction of more equitable and sustainable societies.

Another common point in the position of major groups and stakeholders concerns the broadness of the concept of NbS, which can end up masking practices that continue to harm nature. This criticism comes mainly from the Indigenous Peoples major group, which condemns how the concept of NbS has been associated with false solutions that do not provide real answers to the issues at hand (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 2).

Despite the shared views, each major group and stakeholder has specific agendas. For example, the Indigenous Peoples major group emphasizes the urgency of systemic change in how humanity interacts with nature, especially to combat climate change (United Nations Environment Programme, 2023 a, p. 3). The inclusion of traditional knowledge and practices in NbS, based on cultural, spiritual, and identity aspects, is a priority for this major group. This position aligns with the Circumpolar Inuit Council, which understands NbS not only as strategies for





environmental restoration and conservation but also as expressions of their communities and ways of life, cultures, and traditions about living in harmony with nature (United Nations Environment Assembly, 2022 b, p. 1). Thus, the integration of this ancient knowledge into contemporary solutions to environmental challenges prevails in the position of these representatives.

While it is not the focus of their negotiation priorities, the Children and Youth major group supports the demand of Indigenous Peoples by advocating for the inclusion of indigenous youth in the process of protecting and monitoring protected areas. The Raoni Institute in Brazil, for example, protects and monitors over two million hectares of indigenous lands, encouraging young members of the Kayapó community to document illegal deforestation and other activities that threaten their territory's integrity. Additionally, the Institute teaches sustainable agriculture and agroforestry methods to support the conservation of indigenous land. These actions demonstrate the importance of indigenous youth in biodiversity conservation and environmental preservation (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 10).

The Children and Youth major group is also responsible for involving young people in the restoration of mangroves and wetlands in El Salvador. By actively participating in this restoration project, young people understand the importance of preserving these ecosystems not only for local biodiversity but also for climate change mitigation. Mangroves and wetlands play a crucial role in atmospheric carbon sequestration and regional climate regulation, providing habitat for various species. Therefore, by participating in the restoration of these environments, young people demonstrate an understanding of the interconnectedness of biodiversity and climate and work actively to promote sustainability and environmental resilience in their communities (United Nations Environment Programme, 2023 b, p. 11).

For the NGO World Wildlife Fund (WWF), a stakeholder in UNEA, NbS play an essential role in reducing GHG emissions to combat climate change. WWF advocates for the elimination of fossil fuels and the use of renewable energy sources, as well as the restoration of marine and terrestrial areas to reduce GHG. The NGO also sees NbS as a way to ensure food security and public health if used to increase the resilience of food production systems, including the ones in traditional communities. However, WWF warns that care must be taken to avoid using NbS to reinforce predatory practices on nature (United Nations Environment Programme, 2023 f, p. 3; p. 5).

The stakeholder IBON International, an NGO that aims to promote the development of Global South countries and is based in the Philippines, takes a more skeptical stance on NbS and their contribution to reducing GHG emissions. The NGO argues that the concept has created spaces for "carbon colonialism" and greenwashing practices that harm nature and do not consider the needs of local communities, especially those in the Global South. IBON International also expresses concern about the use of NbS as a strategy only to mitigate the effects of harmful activities on the environment instead of directly addressing their root causes. This does not mean that NbS are not essential or effective, but rather that they should be part of a broader and more comprehensive strategy to address both the symptoms and the underlying causes of environmental problems. Therefore, they consider it crucial to ensure that NbS are implemented in a manner that complements the broader efforts to reduce environmental harm and protect ecosystems (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 1-2).





Other stakeholders, such as PAX for Peace (a Dutch NGO working on protecting civilians in armed conflicts) and the Third World Network (an international NGO based in Malaysia seeking to articulate Global South countries for the promotion of ecologically sustainable development), emphasize the importance of NbS for mitigating the climate crisis. These solutions are crucial for the conservation and restoration of natural ecosystems, such as forests, mangroves, and wetlands, which play a vital role in regulating the climate, absorbing carbon, and protecting against climate-related disasters. Furthermore, these stakeholders recognize the interconnection between biodiversity and climate and advocate for the protection and recovery of biological diversity as an integral part of nature-based climate mitigation strategies (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 3-4; United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 1-3).

For the Local Authorities major group, the priority is ensuring coherence, coordination, and cooperation in environmental governance and promoting legislation as fundamental steps to implement NbS and address the challenges of the triple planetary crisis. The lack of cohesion and coordination among different decision-making levels hinders the effective implementation of public and international policies involving NbS. Measures such as implementing clean energy policies, sustainable transport, waste management, and sustainable land use at the local level should be taken to reverse this situation. Through governance, the Local Authorities major group also advocates for the participation of marginalized groups in decision-making involving NbS, acting in defense of climate justice. For the group, it is crucial to rectify the injustice inherent in climate change, where the communities that contribute the least to the problem are the most affected by its devastating impacts. Therefore, climate justice seeks to ensure that the most vulnerable communities facing the adverse effects of extreme weather events have access to adequate resources and adaptation measures. This includes not only the equitable distribution of resources but also the recognition of the rights of affected communities and the promotion of policies and practices that address the social and economic inequalities exacerbated by climate change (United Nations Environment Assembly, 2022 c, p. 1-2).

The association between NbS and responses to social challenges is also emphasized by stakeholders such as IBON International and the Third World Network. Both NGOs recognize that human well-being is intrinsically linked to environmental health, and promoting the conservation and restoration of ecosystems can generate significant social benefits, such as creating jobs that include women and youth and reducing poverty, especially in developing or least developed countries. As a result, these NGOs call for a broader approach to NbS that goes beyond the environmental pillar of sustainable development and also addresses human rights and the needs of the most vulnerable communities (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 2; United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 3).

IBON International highlights the importance of considering the impact of environmental policies on the rights of frontline rural communities, women, urban poor, indigenous peoples, and other social groups, emphasizing that if NbS do not address these rights, they will not be effective (United Nations Environment Programme, 2023 d, p. 1). The Third World Network raises concerns about the implications of NbS for indigenous peoples and local communities, demanding respect and protection of their rights, as established by international human rights laws and norms (United Nations Environment Programme, 2023 e, p. 3).







PAX for Peace broadens the discussion about the impacts of NbS on social issues by discussing the positive effects of these actions on promoting peace and security, as environmental degradation and resource scarcity are often associated with conflicts and instability. Therefore, promoting practices that protect and restore ecosystems can contribute to conflict prevention and peacebuilding. According to PAX for Peace, effective and sustainable management of natural resources is essential for the peacebuilding process, as it strengthens communities' resilience and infrastructure against environmental adversities (United Nations Environment Programme, 2023 c, p. 2).

In sum, through their different positions and contributions, major groups and stakeholders have played a crucial role in the debate on NbS, providing a critical view of these practices, especially those that seem to reinforce the predatory view of humans over nature. Thus, while UNEA Member States present examples of best practices on NbS to address environmental challenges, it is the role of major groups and stakeholders to question the authenticity and effectiveness of these measures, as they may vary in their implementation and real impact. Major groups and stakeholders also play a crucial role in critically evaluating proposed solutions, ensuring they are grounded in solid evidence and aligned with real, long-term environmental, social, and economic sustainability goals (United Nations Environment Assembly, 2022 a, p. 2).

Therefore, while Member States provide the political and regulatory basis for implementing NbS, major groups and stakeholders bring the technical knowledge, practical experiences, and diverse perspectives to enrich the debate and catalyze concrete actions. Their contribution includes providing data and scientific evidence, developing strategies for civil society engagement, and promoting corporate responsibility and technological innovation. Their active participation strengthens the role of global governance and drives the effective implementation of NbS.

## References

- UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (UNEA). *MGS Joint Closing statement*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairobi, Kenya, 28 February-2 March 2022 a. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38626/MGS%20Joint%20Closing%20statement%20UNEA%205.2%20on%202%20March%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 30 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement by the Inuit Circumpolar Council, Dalee Sambo Dorough, International Chair*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairobi, Kenya, 15 February 2022 c. 2022 b. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38639/Inuit%20Circumpolar%20Council%20-%20Dalee%20Sambo%20Dorough%20-%20UNEA%205%20-%2014%20Feb%202022%20TEXT.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 20 June 2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement by the Local Authorities Major Group*. Resumed fifth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-5.2). Nairobi, Kenya, 28 February-2 March 2022 c. Available at: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38512/LAMG%20Statement%20UNEA%205.2\\_1March\\_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/38512/LAMG%20Statement%20UNEA%205.2_1March_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Accessed 20 June 2024.







- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *An Approach to Nature-Based Solutions from Indigenous Peoples Major Group*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 a. Available at: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42532/Indigenous\\_Peoples\\_NbS\\_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42532/Indigenous_Peoples_NbS_Submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Accessed 30 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *NbS Examples Submitted by Children and Youth Major Group to the Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 b. Available at: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/44151/ChildrenandYouth\\_MajorGroup.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/44151/ChildrenandYouth_MajorGroup.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Accessed 30 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *PAX for Peace - NGO Recommendations to the First Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 c. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42348/PAX.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 08 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Submission for the First Global Consultation on 'Nature Based Solutions' - IBON International*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 d. Available at: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42431/IBON\\_\\_nature-based\\_solutions.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42431/IBON__nature-based_solutions.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Accessed 08 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Submission from Third World Network (TWN) on nature-based solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 e. Available at: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42349/Network.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed 08 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *WWF 2<sup>nd</sup> Submission to the Intergovernmental Consultations on Nature-based solutions*. UNEP Intergovernmental Consultations on Nature-based Solutions, 2023 f. Available at: [http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43668/WWF\\_2nd\\_NbS\\_submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/43668/WWF_2nd_NbS_submission.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Accessed 08 March 2024.



# CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

**5 a 8 SETEMBRO 2024**

Presencial | Campus da FACAMP



GUIA DE  
PESQUISA





# GUIA DE PESQUISA

## CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

### CRIANÇAS E CONFLITOS ARMADOS NO TERRITÓRIO PALESTINO OCUPADO

#### Autores

Gabriel Vicentini	Marina Vendramini
Henrique Giordano	Mirella Boaventura
Ian Miola	Otávio Moraes
João Paulo Torezan	Samuel Ferreira
Kaiani Angelim	Tainá Corrêa
Leticia Toledo	Thaís Oliveira
Mariana Lazaretti	Vitória Bugi
Mariana Nunes	Vitória Camargo
Marielly de Moraes	Yasmin Alves

#### Orientadoras

Professora Roberta Silva Machado  
Professora Rúbia Marcussi Pontes





## ÍNDICE

PREFÁCIO _____	4
INTRODUÇÃO _____	6
REFERÊNCIAS DA ONU _____	23
Relatórios do Secretário-Geral _____	23
Resoluções _____	25
Outras publicações _____	26
Sites oficiais _____	27
RECURSOS EXTRAS _____	29
BASES DE DADOS _____	32
POSIÇÃO OFICIAL DOS ESTADOS MEMBROS _____	34
Membros permanentes _____	34
China _____	34
França _____	35
Federação Russa _____	35
Reino Unido _____	36
Estados Unidos _____	37
Membros Eleitos _____	38
Argélia _____	38
Equador _____	38
Guiana _____	39
Japão _____	40
Malta _____	40
Moçambique _____	41
Coreia do Sul _____	42
Serra Leoa _____	42
Eslovênia _____	43
Suíça _____	43
Membros observadores _____	44
Palestina _____	44
África do Sul _____	43
Brasil _____	44
Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) _____	44
Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) _____	45
Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) _____	46
Referências _____	47





## PREFÁCIO

Prezados(as) Delegados(as),

Gostaríamos de começar esta mensagem agradecendo a sua participação na 11ª edição do Modelo das Nações Unidas da FACAMP (FAMUN) e na simulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

O Secretariado do CSNU do FAMUN 2024 elaborou este Guia de Pesquisa para ajudar os(as) delegados(as) a se prepararem para as sessões de simulação com recursos úteis sobre o mandato do CSNU e a discussão sobre crianças e conflitos armados. Além disso, na nossa simulação, focaremos em Crianças e Conflitos Armados no Território Palestino Ocupado, que inclui a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

O Conselho de Segurança da ONU adotou a sua primeira resolução sobre Crianças e Conflitos Armados em 1999, reconhecendo os graves e numerosos efeitos que os conflitos armados têm nas crianças. A fim de informar os(as) delegados(as) do CSNU sobre este tema, a Introdução deste Guia abordará as seis graves violações cometidas contra crianças pelas partes em conflito: assassinato e mutilação, recrutamento e utilização de crianças como soldados, violência sexual, rapto, ataques contra escolas e hospitais e bloqueio de acesso humanitário. A Introdução também abordará as violações cometidas contra crianças no Território Palestino Ocupado, com destaque para a destruição de infraestrutura civil, a interrupção do direito à educação, a fome e a insegurança alimentar.

Além disso, este Guia de Pesquisa traz documentos essenciais das Nações Unidas e recursos adicionais, bem como os pontos de vista dos Estados-Membros e dos Observadores do CSNU sobre o tema, a fim de promover debates produtivos e visar uma resolução unânime, que proteja os direitos das crianças e acabe com as graves violações cometidas contra elas no Território Palestino Ocupado.

Por fim, ao participar do FAMUN 2024, você desenvolverá importantes competências de negociação, comunicação e persuasão. O FAMUN também é um espaço para conhecer novas pessoas e construir amizades com outros(as) delegados(as), em um esforço para ir além das diferenças e chegar





ao consenso através do trabalho em equipe. E é uma oportunidade para melhorar significativamente a sua proficiência em línguas estrangeiras, como o inglês e o espanhol.

Esperamos que o FAMUN 2024 seja uma experiência enriquecedora que lhe permita pensar para além da sua realidade sobre questões internacionais, bem como debater e propor soluções inovadoras para questões globais urgentes. Nós o(a) convidamos a agir agora e a fazer a diferença!

Atenciosamente,

**Vitória Bugi**

*Diretora EM CSNU 1*

**Thaís Oliveira**

*Diretora EM CSNU 1*

**Vitória Camargo**

*Diretora EM CSNU 1*

**Mariana Lazaretti**

*Diretora EM CSNU 2*

**Leticia Toledo**

*Diretora EM CSNU 2*

**Yasmin Alves**

*Diretora EM CSNU 2*







## INTRODUÇÃO

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), um dos seis principais órgãos da Organização das Nações Unidas<sup>1</sup> (ONU), foi estabelecido em 1945 e realizou sua sessão inaugural em janeiro de 1946, em Londres. Sua autoridade e funções estão delineadas nos Capítulos V, VI, VII e VIII da Carta da ONU, e seu mandato principal é manter a paz e a segurança internacionais, atuando em nome dos Estados-Membros da ONU, de acordo com seus propósitos e princípios (United Nations, 2024; United Nations Security Council, 2024).

O CSNU é composto por quinze membros: cinco permanentes<sup>2</sup> e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral da ONU (AGNU) para mandatos de dois anos. Além disso, o Conselho possui uma Presidência rotativa mensal, seguindo a ordem alfabética em inglês dos nomes dos Estados-Membros (United Nations Security Council, 2024).

Ao contrário da maioria dos órgãos da ONU, o CSNU não depende do consenso, mas sim da votação para adotar uma resolução. Cada membro do Conselho possui direito ao voto, sendo necessário pelo menos nove votos afirmativos, incluindo os votos dos membros permanentes, para adotar uma resolução. No entanto, os Estados-Membros têm a opção de se abster em votações, se assim desejarem. Adicionalmente, sob o Capítulo VII da Carta da ONU, as resoluções do CSNU são juridicamente vinculantes, e todos os 193 Estados-Membros da ONU concordam em aceitar e implementar as decisões do Conselho (United Nations, 2024; United Nations Security Council, 2024).

As preocupações iniciais sobre o tema Crianças e Conflitos Armados foram apresentadas à AGNU pelo Comitê sobre os Direitos da Criança em 1994, com a Resolução 48/157<sup>3</sup> (United Nations General Assembly, 1994). A resolução expressou profunda preocupação com a situação das crianças em

---

<sup>1</sup> Os seis principais órgãos da ONU são a Assembleia Geral (AGNU), o Conselho de Segurança (CSNU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, o Secretariado e a Corte Internacional de Justiça (CIJ) (Nações Unidas, 2024).

<sup>2</sup> China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos (Nações Unidas, 2024).

<sup>3</sup> O tópico foi inicialmente abordado sob um nome diferente: Proteção de crianças afetadas por conflitos armados (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1994).





conflitos armados ao redor do mundo e foi seguida pela nomeação de Graça Machel, então Ministra da Educação de Moçambique, como especialista para elaborar um relatório sobre o impacto que conflitos armados exercem em crianças. O relatório foi apresentado em 1996 à AGNU, com a recomendação de nomear um representante especial para Crianças e Conflitos Armados (Office of the Special Representative for Children and Armed Conflict, 2023).

Essa nomeação foi realizada com a resolução 51/77, em 1997, que também criou o mandato do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados (United Nations General Assembly, 1997, p. 4-7). Em 1998, Portugal, presidente do CSNU na época, fez uma Declaração Presidencial após o primeiro debate sobre o tema, reconhecendo a importância do mandato e apoiando-o (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1998).

Em 1999, o CSNU adotou sua primeira resolução sobre Crianças e Conflito Armado (S/RES/1261), que condenou e considerou o recrutamento e o uso de crianças como soldados em conflitos armados como crimes de guerra. Além disso, a resolução identificou seis graves violações cometidas contra crianças pelas partes em conflito: assassinato e mutilação, violência sexual, sequestro, ataques contra escolas e hospitais, bloqueio de acesso humanitário e recrutamento de crianças como soldados (United Nations Security Council, 1999, p. 1).

A resolução também expressou preocupação com o impacto prejudicial dos conflitos armados sobre as crianças e suas consequências de longo prazo para a paz duradoura, segurança e desenvolvimento. Também instou todas as partes em conflitos armados a garantir que a proteção, o bem-estar e os direitos das crianças fossem levados em consideração durante as negociações de paz. A resolução também apoiou o trabalho contínuo do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), bem como de outras instâncias da ONU que apoiam crianças afetadas por conflitos armados (United Nations Security Council, 1999, p. 1-4).





Desde então, o principal objetivo do Conselho, ao discutir Crianças e Conflitos Armados, tem sido o de salvaguardar o bem-estar e os direitos das crianças enquanto promove a paz e a segurança, seguindo seu mandato (Nações Unidas, 2022, p. 9-11). Nesse sentido, entre 2005 e 2021, o CSNU discutiu questões cruciais para a proteção das crianças e adotou resoluções que enfatizaram a importância do monitoramento por meio de mecanismos governamentais e não-governamentais. Assim, a resolução 1612 (2005) trouxe avanços significativos com a criação do Mecanismo de Monitoramento e Apresentação de Relatórios (MRM, da sigla em inglês) e do Grupo de Trabalho sobre Crianças e Conflitos Armados, composto por Estados-Membros do CSNU (United Nations Security Council, 2005).

O MRM é responsável por coletar informações e dados sobre as graves violações cometidas contra crianças em conflitos armados por meio da cooperação entre governos, entidades da ONU e atores da sociedade civil. Os dados coletados são compilados em relatórios, que são recebidos e revisados pelo Grupo de Trabalho. Em seguida, o Grupo considera esses relatórios para tomar ações informadas para proteger efetivamente as crianças afetadas por conflitos armados (United Nations Security Council, 2005, p. 1-5).

Além disso, em 2009, com a resolução 1882, o CSNU continuou a discutir a importância de entidades que promovem os direitos das crianças, como o UNICEF e organizações não-governamentais (ONGs), para monitorar e relatar graves violações cometidas contra crianças (United Nations Security Council, 2009, p. 1-5).

Entre 2011 e 2014, as seis graves violações cometidas contra crianças em conflitos armados e a destruição da infraestrutura civil no Território Palestino Ocupado estiveram no centro das discussões do CSNU. Em 2011, com a resolução 1998, o Conselho condenou a destruição de escolas e hospitais, bem como o uso de tais estruturas para fins militares, o que é considerado uma grave violação (United Nations Security Council, 2011, p. 1-6). A necessidade de cooperação entre Estados e organizações regionais para combater o assassinato e a mutilação de crianças foi um tema recorrente nos debates de 2012, com a resolução 2068 (United Nations Security Council,





2012, p. 1-3). Em 2014, a proteção das escolas e a garantia do acesso ao direito à educação durante conflitos foram essenciais nas discussões do Conselho, levando à adoção da resolução 2143 (United Nations Security Council, 2014, p. 1-6).

Adotada em 2015, a resolução 2225 expressou a profunda preocupação do Conselho com o sequestro e a privação da liberdade das crianças, cometidas muitas vezes por grupos armados, as quais normalmente são seguidas de outros abusos e violações do direito internacional, podendo ser considerados crimes de guerra. Assim, a resolução instou Estados-Membros e organizações a lutarem pela libertação imediata dessas crianças de grupos armados e a adotarem medidas para sua reabilitação e reintegração (United Nations Security Council, 2015, p. 4).

Além disso, com a resolução 2427, adotada em 2018, o CSNU destacou a importância da diplomacia, mediação e paz na proteção das futuras gerações contra o flagelo da guerra, ao mesmo tempo em que buscou a reintegração e reabilitação das crianças afetadas. O CSNU também enfatizou a necessidade de financiamento de longo prazo para programas de saúde mental e psicossocial em contextos humanitários, para garantir que todas as crianças afetadas recebam apoio adequado e para que suas vivências sejam consideradas em atividades educativas (United Nations Security Council, 2018, p. 1).

Em 2021, o Conselho priorizou a educação por meio da resolução 2601, afirmando que ela deve ser uma prioridade fundamental para a comunidade internacional. Os Estados-Membros foram chamados a desenvolver medidas eficazes para prevenir ataques a escolas e seu uso como bases militares, bem como a garantir a segurança das escolas, de alunos(as) e das equipes administrativas, incentivando ações imediatas para reabilitar, reparar ou substituir as escolas atacadas (United Nations Security Council, 2021, p. 1-3).

No entanto, o CSNU não é o único órgão da ONU que discute a proteção dos direitos das crianças. Nesse sentido, existe uma robusta estrutura normativa de proteção dos direitos das crianças em duas áreas principais:





Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário<sup>4</sup>. Nesse sentido, é importante considerar certas convenções e protocolos, como a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança de 1989 e seus Protocolos Facultativos, bem como a Quarta Convenção de Genebra relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra (1949) e seus respectivos Protocolos Adicionais, para fornecer uma base sólida de conceitos já incorporados na jurisprudência internacional e eventos anteriores.

Em 1989, líderes globais se reuniram na sede da ONU, em Nova York, para adotar uma convenção em nome de todas as crianças, de forma a proteger e cumprir seus direitos irrevogáveis. A Convenção sobre os Direitos da Criança solidificou o entendimento de que as crianças não são posses de seus pais e que possuem direitos próprios. Nesse contexto, líderes mundiais demonstraram um compromisso histórico com o bem-estar das crianças em todo o mundo ao adotar tal Convenção (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 2024).

Hoje em dia, a Convenção é o tratado de direitos humanos com maior número de ratificações<sup>5</sup>. Com isso, mais crianças passaram a receber a nutrição e a atenção médica de que precisam para sobreviver e crescer, e há medidas mais robustas para protegê-las do abuso e da exploração. Isso levou governos a alterarem leis e políticas domésticas e a investirem nessas áreas (United Nations Children’s Fund, 2024).

Os Protocolos Facultativos sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados complementam a Convenção sobre Direitos da Criança ao trazer novos acordos e definições, como a criminalização de atos sexuais contra crianças e o envolvimento de crianças em conflitos armados. Adotado

---

<sup>4</sup> De acordo com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2004, tradução nossa), “o direito internacional humanitário é um conjunto de regras que buscam, por razões humanitárias, limitar os efeitos dos conflitos armados. Ele protege pessoas que não estão participando das hostilidades e restringe os meios e métodos de guerra. O Direito Internacional Humanitário também é conhecido como o direito de guerra ou o direito dos conflitos armados”.

<sup>5</sup> A Convenção sobre os Direitos da Criança foi ratificada por 196 nações, algumas das quais expressaram objeções ou reservas. Todos os membros da ONU, exceto os Estados Unidos, ratificaram ou reconheceram os direitos especificados para crianças com menos de dezoito anos ou abaixo da maioria de cada Estado (United Nations Children’s Fund, 2024).





em 2000 pela AGNU<sup>6</sup>, o Primeiro Protocolo entrou em vigor em julho de 2002 e visa interromper o recrutamento ilegal de crianças para fins militares, especificando uma idade mínima de recrutamento de dezoito anos. O Segundo Protocolo entrou em vigor em janeiro de 2002 e proíbe a venda de crianças, a pornografia infantil e a prostituição infantil (Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, 2024).

Outros tratados importantes que fazem parte do Direito Internacional Humanitário e garantem a proteção de crianças durante conflitos armados são a IV Convenção de Genebra (IVCG)<sup>7</sup> e seus Protocolos Adicionais de 1977<sup>8</sup>. A IV Convenção de Genebra trata da proteção de civis durante a guerra e, dada a vulnerabilidade especial das crianças, declarou disposições específicas sobre as obrigações dos Estados para com elas, como evacuação, estabelecimento de zonas especiais, assistência e cuidados, identificação, reunificação familiar e disposições sobre crianças desacompanhadas, educação, ambiente cultural e isenção da pena de morte (International Committee of the Red Cross, 2003, p. 1; 2014).

Além disso, a IVCG deixa claro que hospitais civis (ou seja, aqueles que demonstram sua natureza civil e se abstêm de usar suas instalações para fins que possam comprometer sua proteção) devem sempre ser respeitados e protegidos pelas partes envolvidas em conflitos armados e, sob nenhuma circunstância, devem ser alvo de ataques. Da mesma forma, enfatiza a importância de se proporcionar todas as medidas possíveis para a

---

<sup>6</sup> Atualmente, o Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Menores em Conflitos Armados foi ratificado por 173 Estados. Sete Estados assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram, enquanto outros 17 ainda não o assinaram nem o ratificaram (Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados, 2024).

<sup>7</sup> A Quarta Convenção de Genebra foi adotada em 1949, o mesmo ano em que a Primeira, a Segunda e a Terceira Convenções de Genebra foram revisadas e atualizadas. É por isso que todas as Convenções são frequentemente referidas como as Convenções de Genebra de 1949. No entanto, a Quarta Convenção de Genebra é especificamente relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra e inclui direitos específicos das crianças.

<sup>8</sup> Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949 relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Internacionais (Protocolo I) e Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949 relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Não Internacionais (Protocolo II), adotados em 8 de junho de 1977.







continuidade dos estudos ou exploração de novas disciplinas, garantindo assim a educação de crianças e jovens (International Humanitarian Law Database, 2024 a, p. 175-176; p. 200).

Apesar da criação e adoção da IV Convenção de Genebra, houve um aumento contínuo no número de vítimas de conflitos armados não-internacionais (internos), o que demonstra a insuficiência da IVCG para proteger adequadamente as vítimas (International Humanitarian Law Databases, 2024 a). Nesse contexto, a adoção dos Protocolos Adicionais de 1977 foi considerada necessária para reforçar a proteção de vítimas de conflitos armados internacionais (Protocolo Adicional I) e de conflitos armados não-internacionais (Protocolo Adicional II), ao impor limites na condução de guerras (International Committee of the Red Cross, 2014; International Humanitarian Law Database, 2024 b).

Entre as vítimas que mais sofrem com conflitos armados estão as crianças, que enfrentam dificuldades físicas e psicológicas, além de participarem deles – um tópico que diferencia os Protocolos Adicionais I e II. Nesse sentido, o Protocolo Adicional I exige que os Estados tomem todas as medidas possíveis para evitar que crianças menores de quinze anos participem diretamente das hostilidades, proibindo expressamente seu recrutamento pelas forças armadas e incentivando as partes a priorizar o recrutamento entre aqueles com idade entre quinze e dezoito anos (Art. 77). O Protocolo Adicional II vai ainda mais longe, proibindo tanto o recrutamento quanto a participação – direta ou indireta – em hostilidades por crianças menores de quinze anos (Art. 4, inciso 3c) (International Committee of the Red Cross, 2003, p. 1-2).

A situação no Território Palestino Ocupado, que inclui a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, tem sido caracterizada por extrema violência há décadas, devido aos constantes ataques israelenses à infraestrutura civil, deslocamento forçado, destruição de hospitais e escolas, e à fome da população palestina. Esse ambiente é extremamente prejudicial para a população que vive ali, da qual 2,3 milhões é de crianças – cuja vida cotidiana tem sido marcada pela pobreza e insegurança, o que prejudica seu





desenvolvimento e faz com que sua necessidade de acesso à ajuda humanitária seja urgente (Save The Children, 2024).

Na Cisjordânia, casos de demolição de casas e deslocamento forçado impedem que as crianças vivam uma vida digna, com seus direitos humanos garantidos. Da mesma forma, os ataques militares em Gaza têm afetado crianças e não combatentes, violando o Direito Internacional Humanitário. Além da negação de ajuda humanitária, centenas de milhares de crianças estão morrendo de fome. Por isso, é importante que o CSNU discuta o tópico Crianças e Conflitos Armados com foco no Território Palestino Ocupado (Save The Children, 2024).

A ocorrência das seis graves violações cometidas contra crianças tem aumentado massivamente no Território Palestino Ocupado desde 7 de outubro de 2023, quando as hostilidades entre Israel e Hamas ganharam força. Nesse contexto, mais de 2,3 milhões de crianças estão sofrendo, mais de 13.800 foram mortas e mais de 12.009 foram feridas entre outubro de 2023 e maio de 2024. Além disso, 84% das instalações de saúde foram danificadas ou destruídas e 625.000 crianças estão fora da escola em Gaza, dado o colapso do já precário sistema educacional (Save the Children, 2024; United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in The Near East, 2024 c). Esse contexto representa uma tentativa de desumanizar palestinos, especialmente crianças, e constitui uma violação grave dos direitos humanos das crianças, previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e em seus Protocolos Opcionais, bem como da IVGC e seus Protocolos Adicionais.

Portanto, ao observar a situação das crianças no Território Palestino Ocupado, três desafios podem ser identificados. Em primeiro lugar, desde o início do conflito, houve um deslocamento forçado significativo de pessoas, o que foi impulsionado pelo bombardeio de infraestruturas básicas, como escolas, hospitais e residências (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024). Em segundo lugar, houve a interrupção do direito à educação, pois as instalações educacionais não são lugares seguros, devido a ataques e bombardeios. Finalmente, como outra consequência do conflito, as crianças





estão sofrendo severamente com a insegurança alimentar e a falta de água (Integrated Food Security Phase Classification, 2024).

A destruição da infraestrutura civil no Território Palestino Ocupado ocorre desde 2009, quando o exército israelense ocupou infraestruturas palestinas para uso governamental ou para demolição. Os palestinos têm sofrido desde então com a demolição de suas casas, hospitais e escolas, o que pode incluir bombardeios, desmantelamento, confisco ou fechamento de estruturas (ou partes de estruturas) pelo governo israelense. A situação tem piorado continuamente até os dias de hoje e atingiu seu auge devido ao conflito direto iniciado em outubro de 2023. Nesse sentido, de 5 de março de 2024 a maio de 2024, 10.528 estruturas próprias (como casas e lojas) foram demolidas na Cisjordânia, o que levou ao deslocamento forçado de pessoas (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 a).

Não ter um lugar seguro para viver coloca em sério risco o desenvolvimento das crianças, pois não há como ter uma vida segura, boa educação, saúde mental e perspectiva de futuro nesse contexto (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 a). A questão da destruição de hospitais também representa um problema grave, pois crianças estão morrendo devido à falta de acesso a tratamentos e medicamentos. Em 7 de abril de 2024, apenas alguns dos 36 hospitais regionais primários e apenas 8 dos 24 centros de saúde da Agência de Assistência e Obras das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) estavam operacionais, e aqueles que funcionavam tinham restrições significativas na oferta de serviços (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 d).

Adicionalmente, na última década, a Faixa de Gaza tem sofrido com um problema crônico de eletricidade, o que prejudicou as já frágeis condições de vida da população e afetou gravemente a disponibilidade de serviços essenciais, como saúde, água e saneamento (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 b). Desde setembro de 2020, os estoques de medicamentos essenciais estavam praticamente zerados, o que colocou em risco a vida dos mais vulneráveis, como pacientes





transplantados, de hemodiálise e de oncologia, e aproximadamente 13.000 cirurgias eletivas foram suspensas (World Health Organization, 2020).

Ademais, relatórios recentes do Secretário-geral indicaram um aumento nos ataques a escolas, obstruindo a educação de milhões de crianças em países em situações de conflito, como o Território Palestino Ocupado. Em junho de 2020, a ONU verificou 4 incidentes de uso militar de escolas palestinas por forças israelenses, juntamente com 242 outras interferências que prejudicaram o acesso das crianças palestinas à educação. Por exemplo, episódios com uso de gás lacrimogêneo, lançamento de granadas de som e disparos de munição real perto de escolas deixaram aproximadamente 48.000 crianças palestinas impossibilitadas de frequentar a escola (United Nations Security Council, 2020, p. 13).

Além disso, de acordo com o Relatório S/2023/363 sobre Crianças e Conflitos Armados de junho de 2023, houve um aumento de 112% nos ataques a escolas, especialmente no Território Palestino Ocupado (United Nations Security Council, 2023, p. 3). Todas as escolas da UNRWA situadas na Faixa de Gaza foram fechadas, privando mais de 300.000 crianças da educação. A maioria dessas escolas teve sua infraestrutura impactada e agora serve como abrigo. Além disso, as escolas da UNRWA na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental também foram atacadas. De acordo com o Cluster de Educação, pelo menos 782.000 estudantes foram afetados (United Nations Relief Agency and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 a).

A fome também se tornou uma realidade no Território Palestino Ocupado, de acordo com o Quadro Integrado de Classificação da Segurança Alimentar (IPC, da sigla em inglês) para insegurança alimentar aguda. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 90% das crianças com menos de dois anos enfrentam severa pobreza alimentar em Gaza, consumindo, portanto, no máximo dois grupos alimentares no dia anterior. Considerando essas evidências, mais de 95% dos adultos reduziram seu consumo de alimentos para que seus filhos tivessem comida, o que reflete a realidade das crianças palestinas (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 b).





A restrição de acesso humanitário no Território Palestino Ocupado impede diretamente o acesso a suprimentos básicos de sobrevivência, como alimentos. Se o acesso fosse facilitado, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) poderia rapidamente aumentar a oferta para fornecer alimentos suficientes para mais de 1 milhão de pessoas por mês; como exemplo, durante a breve pausa nos combates em novembro de 2023, as agências conseguiram dobrar os pontos de distribuição e trazer quatro vezes mais ajuda do que em uma semana média de conflito (World Food Programme, 2024).

Outro problema preocupante é a falta de produtos de higiene pessoal e saneamento, o que causa doenças e condições intensificadas pela ausência de acesso a tratamentos e hospitais. As crianças palestinas estão ficando ainda mais doentes e, sem possibilidades de tratamento, estão morrendo. Além disso, até 2022, mais de 97% da água em Gaza era considerada imprópria para consumo humano devido à contaminação. Em janeiro de 2024, a OMS relatou casos de diarreia afetando mais da metade das crianças menores de cinco anos devido à falta de saneamento básico (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2022; 2024 c).

Portanto, considerando a situação catastrófica das crianças no Território Palestino Ocupado, os delegados do CSNU do FAMUN 2024 devem abordar três questões principais:

1. Considerando que a destruição de infraestrutura civil no Território Palestino Ocupado afeta não apenas escolas e hospitais, mas também instalações de tratamento de água, geração de energia e residências, como o CSNU pode garantir a proteção dessas instalações e o acesso das crianças a elas?
2. Como o CSNU pode garantir a não interrupção do direito à educação no Território Palestino Ocupado, visando não apenas proteger as instituições educacionais durante o conflito armado, mas também salvaguardar toda a estrutura de ensino, incluindo transporte de alunos e a disponibilidade de pessoal?





3. Como o CSNU pode agir para garantir o fluxo livre e ininterrupto de alimentos e água para as crianças e estimular a produção de alimentos dentro do Território Palestino Ocupado, dadas as atuais possibilidades agrícolas limitadas e a contaminação generalizada da água?

## Referências

- INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (ICRC). *Legal Protection of Children in Armed Conflict*. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2003. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/legal-protection-children-armed-conflict-factsheet>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. The Geneva Conventions of 1949 and their Additional Protocols. *Site oficial do Comitê Internacional da Cruz Vermelha*, 1 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/geneva-conventions-1949-additional-protocols>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. What is International Humanitarian Law? *Advisory Service on International Humanitarian Law*, julho de 2004. Disponível em: [https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/what\\_is\\_ihl.pdf](https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/what_is_ihl.pdf). Acesso em: 7 jun. 2024.
- INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION (IPC). Gaza Strip: Hostilities leave the entire population highly food insecure and at risk of Famine. *Website oficial Integrated Food security Phase Classification*, 2024. Disponível em: <https://www.ipcinfo.org/ipcinfo-website/alerts-archive/issue-94/en/>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- INTERNATIONAL HUMANITARIAN LAW DATABASE (IHL). Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War. Geneva, 12 de agosto de 1949. *Website oficial International Humanitarian Law Database*, 2024 a. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gciv-1949>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of Non-International Armed Conflicts (Protocol II), 8 de junho de 1977. *Website oficial International Humanitarian Law Database*, 2024 b. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/apii-1977>. Acesso em: 19 mai. 2024.
- OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). Humanitarian Access Snapshot - Gaza Strip, 1-31 March 2024. *Website oficial do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*, 6 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-access-snapshot-gaza-strip-1-31-march-2024>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). Human Rights Instrument: Convention of the Rights of the Child. *Website oficial do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos*, 2024. Disponível em:







- <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL FOR CHILDREN AND ARMED CONFLICT (OSRSG CAAC). *Graça Machel and the Impact of Armed Conflict on Children. Website oficial do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados*, 2023. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/about/the-mandate/mandate/the-machel-reports/>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Optional Protocol on the Involvement of Children in Armed Conflict. Website oficial do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados*, 2024. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/tools-for-action/opac/>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- SAVE THE CHILDREN. *Occupied Palestinian Territory. Website oficial Save the Children*, 2024. Disponível em: <https://opt.savethechildren.net/#>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- UNITED NATIONS (UN). *United Nations Charter. Website oficial Nações Unidas*, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Study on the evolution of the Children and Armed Conflict mandate (1996-2021). Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*, 2022. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/wp-content/uploads/2022/01/Study-on-the-evolution-of-the-Children-and-Armed-Conflict-mandate-1996-2021.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Convention on the Rights of the Child. Website oficial Fundo de Emergência das Nações Unidas para a Infância*, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/child-rights-convention>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Resolution 48/157 – Protection of children affected by armed conflicts*. Adotada pela Assembleia Geral em sua 48ª sessão, 7 de março de 1994, A/RES/48/157. Disponível em: <https://www.undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F48%2F157&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 51/77 – The rights of the child*. Adotada pela Assembleia Geral em sua 51ª sessão, 20 de fevereiro de 1997, A/RES/51/77. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/233153?v=pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). *Reconnecting water, restoring lives. Website oficial Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*, 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/reconnecting-water-restoring-lives>. Acesso em: 23 abr. 2024.





- \_\_\_\_\_. Data on demolition and displacement in the West Bank. *Website oficial Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*, 18 de abril de 2024 a. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/data/demolition>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Electricity in the Gaza Strip. *Website oficial Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*, 2024 b. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/page/gaza-strip-electricity-supply>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Today's top news: Occupied Palestinian Territory, Haiti. *Website oficial Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*, 19 de abril de 2024 c. Disponível em: <https://www.unocha.org/news/todays-top-news-occupied-palestinian-territory-haiti>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST (UNRWA). Education day 2024: end to conflict is imperative for a return to learning in Palestine. *Website oficial Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 24 de janeiro de 2024 a. Disponível em: <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/education-day-2024-end-conflict-imperative-return-learning-palestine>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Frontline heroes: the race against the clock to avert famine. *Website oficial Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 18 de março de 2024 b. Disponível em: <https://www.unrwa.org/newsroom/features/unrwaworks-frontline-heroes-race-against-clock-avert-famine>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. Situation report #99 on the situation in the Gaza strip and the West Bank, including East Jerusalem. *Website oficial Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 4 de abril de 2024 c. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-99-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. UNRWA Situation Report #100 on the situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem. *Website oficial Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 9 de abril de 2024 d. Disponível em: [https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-100-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem?\\_cf\\_chl\\_tk=YUr8pE3lTm3wR4BIQSmV60NMYSI4JZSeuWVyKkn8FJU-1713837197-0.0.1.1-1855](https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-100-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem?_cf_chl_tk=YUr8pE3lTm3wR4BIQSmV60NMYSI4JZSeuWVyKkn8FJU-1713837197-0.0.1.1-1855). Acesso em: 23 abr. 2024.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). What is the Security Council? *Website oficial Conselho de Segurança*, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/what-security-council>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict. Report of the Secretary-General. Promotion and protection of the rights of children: promotion and protection of the rights of children*, 9 de junho de 2020. Nova York, 9





- de junho de 2020, S/2020/525. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2F2020%2F525&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict. Report of the Secretary-General. Promotion and protection of the rights of children: promotion and protection of the rights of children*, 5 de junho de 2023. Nova York, 5 de junho de 2023, S/2023/363. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2F2023%2F363&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1261 - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 4037ª reunião, 25 de agosto de 1999, S/RES/1261. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/278324?v=pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1612 - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 5235ª reunião, 26 de julho de 2005, S/RES/1612. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1612\(2005\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1612(2005)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 19 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1882 (2009) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 6176ª reunião, 4 de agosto de 2009, S/RES/1882. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1882\(2009\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1882(2009)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 23 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1998 (2011) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 6581ª reunião, 12 de julho de 2011, S/RES/1998. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1998\(2011\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1998(2011)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 23 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2068 (2012) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 6838ª reunião, 19 de setembro de 2012, S/RES/2068. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2068\(2012\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2068(2012)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 23 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2143 (2014) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 7129ª reunião, 7 de março de 2014, S/RES/2143. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2143\(2014\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2143(2014)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 23 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2225 (2015) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 7466ª reunião, 18 de junho de 2015, S/RES/2225. Disponível em:





- [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2225\(2015\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2225(2015)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 23 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2427 (2018) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 8305ª reunião, 9 de julho de 2018, S/RES/2427. Disponível em: [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_res\\_2427.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2427.pdf). Acesso em: 26 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2601 (2021) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 8889ª reunião, 29 de outubro de 2021, S/RES/2601. Disponível em: [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_res\\_2601.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2601.pdf). Acesso em: 26 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Statement by the President of the Security Council*. Realizado na sede, Nova Iorque, 19 de junho de 1998, S/PRST/1998/18. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPRST%2F1998%2F18&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). *Hunger in Gaza: Famine findings a 'dark mark' on the world, says WFP Palestine country director*. Website oficial Programa Mundial de Alimentos, 18 de março de 2024. Disponível em: <https://www.wfp.org/stories/hunger-gaza-famine-findings-dark-mark-world-says-wfp-palestine-country-director>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report 47*. Jerusalem: Organização Mundial da Saúde, 2020. Disponível em: <https://who18.createsend.com/campaigns/reports/viewCampaign.aspx?d=j&c=99FA4938D049E3A8&ID=89ADFDDCAFDDB0EFF2540EF23F30FEDED&temp=False&tx=0&source=Report>. Acesso em: 23 abr. 2024.





## REFERÊNCIAS DA ONU

Esta seção apresenta recursos importantes dos órgãos da ONU sobre Crianças e Conflitos Armados. Os relatórios anuais do Secretário-geral sobre o tema são documentos que fornecem informações atualizadas sobre a situação das crianças em todo o mundo, abrangendo especialmente as seis graves violações cometidas contra elas. As resoluções são os documentos que expressam as decisões do CSNU. Nesse sentido, cada documento será discutido com um resumo, juntamente com páginas e parágrafos com informações em destaque. Além disso, serão apresentados outros documentos relevantes preparados por agências e fundos da ONU. Por último, serão apresentados os websites oficiais do sistema da ONU que contêm informações, dados, relatórios e atualizações sobre Crianças e Conflitos Armados e a situação no Território Palestino Ocupado.

### Relatórios do Secretário-geral

#### Relatório Anual do Secretário-geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2023

O Relatório Anual do Secretário-Geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2023 registrou preocupação com a escalada de violações contra os direitos das crianças, especialmente o aumento do número de mortos e mutilados em torno dos principais conflitos no mundo (p. 1). Na Palestina, o uso indevido da força pelo Estado de Israel foi destacado pelo Secretário-geral como um problema a ser resolvido (p. 12). Além disso, o número de crianças encontradas mortas em hospitais e escolas aumentou devido à crescente destruição desses edifícios (p. 11-13). A negação do acesso humanitário também foi descrita como um problema crítico e em constante escalada no Território Palestino Ocupado, principalmente devido ao aumento das tensões do conflito (p. 13). No entanto, o relatório apontava para uma melhoria na cooperação entre os Estados para promover a segurança das crianças, através da sua proteção e reintegração na sociedade (p. 2).





## **Relatório Anual do Secretário-geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2022**

O Relatório Anual do Secretário-geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2022 abordou o aumento do número de crianças mortas e mutiladas, principalmente devido a operações militares e ataques aéreos, bem como ao rapto e ao recrutamento forçado (p. 3). O aumento dos ataques a infraestruturas civis, como hospitais e escolas, foi também salientado (p. 13). Além disso, o relatório constatou graves violações cometidas contra crianças na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental, na Faixa de Gaza e em Israel (p. 13-15). Estas violações incluíram detenções de crianças palestinas pelas forças de Israel, muitas vezes com relatos de maus-tratos, e o assassinato e mutilação de crianças, tanto pelas forças de Israel quanto por grupos armados palestinos (p. 13). A ONU verificou também restrições ao acesso humanitário por parte das forças de Israel e de grupos armados palestinos (p. 15).

## **Relatório Anual do Secretário-geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2021**

O Relatório Anual do Secretário-Geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2021 discutiu o impacto da pandemia de COVID-19 na situação das crianças em zonas de conflito armado e as seis graves violações. O relatório afirma que a pandemia tornou as crianças mais vulneráveis a estas violações devido ao fechamento de escolas e às restrições hospitalares, limitando também o seu acesso a espaços seguros e a serviços de proteção (p. 3). Especificamente em relação a Israel e Palestina, as Nações Unidas verificaram um total de 1.031 violações graves cometidas pelas partes em conflito contra 343 crianças, de janeiro a dezembro de 2020 (p. 12). As violações mais frequentemente identificadas foram negação do acesso humanitário, detenção e mutilação de crianças. Embora tenha havido uma diminuição no número total de violações identificadas em comparação aos anos anteriores, o relatório destacou preocupações sobre os dados







recolhidos e o uso de força desproporcional pelas forças israelenses (p. 12-14).

## Resoluções

### **Resolução 2601 (2021) - 29 de outubro de 2021 (S/RES/2601)**

Nesta resolução, o CSNU sublinhou o compromisso de abordar o impacto generalizado de conflitos armados, incluindo a interrupção da educação e as consequências a longo prazo para a paz, a segurança e o desenvolvimento (parágrafo preambular 2). A resolução também reconheceu que os grupos armados utilizam cada vez mais as escolas para fins militares, o que aumenta as probabilidades de ataques militares direcionados (parágrafo preambular 9). Assim, o CSNU salientou que a educação deve ser uma prioridade fundamental para a comunidade internacional. A resolução condenou a utilização militar de escolas e apelou pela adoção de medidas para garantir o respeito pelo seu carácter civil (parágrafo 6). O CSNU também apelou pela reparação das escolas, de forma a restabelecer o acesso seguro das crianças e garantir o direito à educação (parágrafo 9). Destacou também a importância do apoio à saúde mental das crianças afetadas por conflitos e a necessidade de acesso equitativo à educação, especialmente tendo em conta a pandemia de COVID-19 (parágrafos 13 e 26). Por último, o CSNU sublinhou o papel da colaboração internacional na proteção da educação em zonas de conflito armado e reafirmou o seu empenho nesta questão (parágrafo 27).

### **Resolução 2427 (2018) - 09 de julho de 2018 (S/RES/2427)**

Nesta resolução, o CSNU reconheceu a contribuição das organizações regionais na proteção e reintegração de crianças afetadas por conflitos armados e encorajou a continuidade da proteção das crianças (parágrafo operativo 11). O CSNU manifestou profunda preocupação com as violações do Direito Internacional Humanitário e com os abusos de Direitos Humanos cometidos por grupos armados não-estatais, reafirmando a importância de se lidar, através da sensibilização e da educação, com o recrutamento de





crianças para grupos armados (parágrafos operativos 17 e 18). O CSNU também condenou ataques a escolas e instou os Estados-Membros a tomarem medidas concretas para acabar com tais ataques (parágrafo operativo 16).

### **Resolução 2225 (2015) - 18 de junho de 2015 (S/RES/2225)**

Embora o CSNU tenha reconhecido os progressos realizados na prevenção e resposta às violações cometidas contra crianças (parágrafo preambular 3), o órgão também se manteve, nesta resolução, preocupado com a falta de progresso em situações em que as partes não enfrentaram quaisquer consequências por violarem o Direito Internacional Humanitário e recordou a importância de se punir as partes responsáveis por crimes contra crianças (parágrafos preambulares 4, 5 e 17). O Conselho também reiterou que as crianças não devem ser privadas da sua liberdade e apoiou sua reintegração e a reabilitação, incluindo o acesso a cuidados de saúde, apoio psicológico e programas de educação (parágrafo preambular 18). O CSNU também manifestou profunda preocupação com os abusos e violações do direito internacional aplicável contra as crianças, tais como rapto, recrutamento como soldados, assassinato e mutilação e violência sexual (parágrafo operativo 12), reafirmando a importância do Mecanismo de Monitoramento (parágrafo operativo 9) e apelando para que os Estados-Membros protejam as crianças (parágrafo operativo 15).

### **Outras publicações**

#### **Relatório de Situação 108 da UNRWA sobre a situação na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental (13 a 19 de maio de 2024)**

Esse relatório, organizado pela Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), apresenta uma visão geral da situação atual na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, incluindo o território de Jerusalém Oriental, e enfatiza como a UNRWA está atuando para combater o agravamento do conflito e providenciar assistência humanitária e proteção aos civis.





### **UNICEF: Relatório do Agravamento da Situação Humanitária No. 24 (18 de abril a 1 de maio de 2024)**

O relatório do Fundo de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apresenta uma visão geral acerca da situação no Território Palestino Ocupado, enfatizando as necessidades humanitárias da população e a realidade das crianças. O relatório traz informações sobre as respostas e o financiamento do UNICEF para responder às necessidades da população afetada na Faixa de Gaza. Isso inclui iniciativas relacionadas à água, saneamento e higiene (p. 5), esforços para a proteção de crianças, programas educacionais (p. 5) e suporte à saúde, como a restauração de serviços de saúde primários, a partir de hospitais e centros de saúde primários (p. 3).

### **OMS: Relatório da Situação de Emergência, Edição 31 (7 de outubro de 2023 a 18 de maio de 2024)**

Este relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) apresenta dados sobre cada região do Território Palestino Ocupado em relação a questões de saúde, fatalidades e lesões. Também apresenta informações sobre os centros de saúde, como dados de hospitais prejudicados ou que não estão operando (p. 1). Por fim, o relatório apresenta, na forma de gráficos, dados sobre doenças que afetam o Território Palestino Ocupado.

## **Sites oficiais**

### **Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)**

Este é o site oficial do Conselho de Segurança da ONU. Nele, você pode acessar qualquer tipo de documento do CSNU, como declarações à imprensa, resoluções, relatórios do Secretário-geral, cartas e discursos. Os documentos são separados por tópicos e ano: portanto, você pode pesquisar por “Crianças em Conflitos Armados” (“Children and Armed Conflict”) apertando as teclas “Ctrl+F” ou na barra de pesquisa “Search the UN”.





### **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)**

Este é o site oficial do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entidade da ONU designada para defender e garantir os direitos das crianças. Nele, é possível encontrar pesquisas, relatórios, dados e publicações do UNICEF, bem como informações sobre seu trabalho em todo o mundo. Para encontrar publicações sobre Crianças e Conflitos Armados, basta acessar a barra de pesquisa, digitar o tema e ser direcionado a todo o conteúdo disponível.

### **Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA)**

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA) é um dos principais atores que fornece ajuda humanitária aos cidadãos palestinos afetados em todo o Território Palestino Ocupado. Seu site apresenta relatórios e dados importantes sobre a situação enfrentada no Território, além de notícias e atualizações.

### **Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)**

Este é o site oficial do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH), a entidade mais importante da ONU com mandato para promover e proteger os direitos humanos para todos. No site do ACNUDH, é possível encontrar informações importantes sobre o trabalho do órgão no cumprimento de seu mandato, além de recursos como relatórios, notícias e declarações, inclusive aquelas que fazem referência ao Território Palestino Ocupado.

### **Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Crianças e Conflitos Armados (OSRSG-CAAC)**

Este é o site oficial do Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados (OSRSG-CAAC), que é a entidade da ONU responsável pela proteção de crianças afetadas por





conflitos armados. Neste site, você poderá encontrar mais informações sobre o Escritório e seu mandato, bem como notícias, as últimas atividades, mensagens e como agir para a proteção das crianças afetadas por conflitos armados.

### **Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA)**

A Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) é uma agência da ONU criada para defender e garantir os direitos humanos dos refugiados palestinos. Em seu site oficial, você encontrará comunicados de imprensa, declarações oficiais, relatórios de emergência, fotos e vídeos da UNRWA, bem como informações sobre a agência e seu trabalho. Pressionar as três barras no canto superior direito do site direcionará o leitor ao menu, que, por sua vez, levará aos artigos disponíveis.





## RECURSOS EXTRAS

Esta seção inclui publicações e mídias de fontes não associadas às Nações Unidas. Todos os recursos extras abordam questões específicas a respeito da situação no Território Palestino Ocupado, com foco em crianças em conflitos armados.

### Security Council Report

O Security Council Report opera de modo independente e não toma partido sobre as questões discutidas pelo CSNU, mas faz uma cobertura de todas as reuniões e discussões, sendo, portanto, uma fonte informativa. Seu website fornece atualizações sobre os assuntos discutidos pelo CSNU, com ênfase em reuniões formais e informais, documentos e negociações, tanto antigas quanto atuais. Ademais, o website também oferece informações detalhadas dos bastidores do tópico Crianças e Conflitos Armados.

### Defense for Children International - Palestine

Defense for Children International (DCI) é uma organização que advoga pelos direitos das crianças palestinas no Território Palestino Ocupado. Desde 1991, a DCI-Palestine expôs graves violações de direitos humanos, representou crianças palestinas nas cortes militares de Israel e trabalhou para acabar com a prisão militar de crianças por parte de forças israelenses. Além disso, a organização trata de questões relacionadas ao recrutamento, às fatalidades e ferimentos de crianças.

### Nascido em Gaza (2014)

“Nascido em Gaza” é um documentário imersivo focado na violência do conflito Israel-Palestina e seus efeitos nas crianças na Faixa de Gaza. O documentário acompanha a história de dez crianças que relatam como é seu cotidiano, após o horror da guerra em Gaza no verão de 2014. Todas as crianças destacam os desafios apresentados na Introdução deste Guia de Pesquisa – os ataques à infraestrutura civil, a interrupção do direito à







educação e a fome e a insegurança alimentar – e como isso afeta seus futuros.

### **Fauda (2015)**

“Fauda” é uma série que apresenta os dois lados do conflito Israel-Palestina. Doron, comandante das Forças Especiais Israelenses, e seu time se encontram dentro do Território Palestino Ocupado, procurando por Abu-Ahmed, soldado do Hamas. Enquanto isso, Ahmed tenta escapar com sua família, em uma eterna luta contra o Estado de Israel. Essa série é importante porque destaca o conflito entre grupos armados palestinos e as forças israelenses, dando ênfase às precárias condições enfrentadas pelos palestinos, sobretudo pelas crianças.

### **Fotos: Israel’s war on Gaza’s children - Aljazeera (2023)**

“A Guerra de Israel contra as Crianças de Gaza”, em tradução livre, apresenta uma galeria de fotos de crianças feridas e deslocadas internamente, destacando o impacto devastador do conflito sobre os mais jovens e mais vulneráveis. A exposição também fornece o número de crianças mortas e detalha as ações das forças israelenses que contribuem para o aumento da crise. Essa seleção de imagens é essencial para o debate, tendo em vista que ela dá ênfase à perspectiva humana sobre a vulnerabilidade e a precariedade enfrentada pelas crianças no Território Palestino Ocupado.





## **BASES DE DADOS**

Esta seção apresenta três bases de dados com informações quantitativas e detalhadas a respeito da situação das crianças no Território Palestino Ocupado.

### **Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS)**

O Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS) é uma organização governamental que visa desenvolver e fortalecer o sistema estatístico oficial da Palestina, baseada em fundamentos legais de organização de coleta de dados e posterior utilização para fins estatísticos. Na seção “Estatísticas”, é possível utilizar os filtros para acessar dados que demonstram o impacto do conflito armado no Território Palestino Ocupado em diferentes áreas, como na educação e na economia.

### **Humanitarian Data Exchange (HDX)**

A Humanitarian Data Exchange (HDX) é uma plataforma de dados aberta, gerenciada pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês), via seu Centre for Humanitarian Data. Inaugurada em 2014, a plataforma centraliza e disponibiliza dados importantes sobre crises humanitárias, oferecendo um repositório amplo que inclui estatísticas sobre populações afetadas, recursos disponíveis, necessidades humanitárias e outros indicadores relevantes. A HDX colabora com agências humanitárias, ONGs, governos e outros atores, promovendo transparência e o compartilhamento de informações essenciais para gestão de crises.

### **Statista**

Statista é uma plataforma de estatísticas online que fornece dados e informações fornecidas por uma variedade de fontes confiáveis, como governos, relatórios de mercado, pesquisas de opinião e publicações acadêmicas, compilando-as em um só lugar. Essa é uma base de dados amplamente usada por pesquisadores, analistas, jornalistas e profissionais





de negócios para obtenção de conhecimento e tomada informada de decisão. No contexto de crianças e conflitos armados, o Statista aparece como uma ferramenta estratégica que traz informações tangíveis para visualizar o impacto do conflito na vida das crianças.





## POSIÇÃO OFICIAL DOS ESTADOS MEMBROS

O CSNU é composto por quinze membros: cinco permanentes e dez eleitos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) para um mandato de dois anos. Os cinco membros permanentes são aqueles que venceram a Segunda Guerra Mundial: China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. Os dez membros não permanentes são eleitos de acordo com um princípio de distribuição regional: cinco países devem vir da África e da Ásia (sendo um dos assentos reservado para um país árabe de qualquer um desses continentes), um da Europa Oriental, dois da América Latina e Caribe e dois da Europa Ocidental (United Nations, 2024).

O CSNU também pode incluir membros observadores em determinados tópicos, como Debates Abertos com o tema de Crianças e Conflitos Armados. Os membros observadores não têm direito a voto, mas podem fazer declarações e podem ser tanto países quanto organizações internacionais. Neste ano, nas simulações do FAMUN, os membros observadores serão África do Sul, Brasil, Palestina, UNICEF, UNRWA e Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Com isso em mente, esta seção apresenta a posição oficial dos membros do Conselho e dos observadores sobre Crianças e Conflitos Armados no Território Palestino Ocupado. Este é um ponto de partida para que os(as) delegados(as) iniciem a sua pesquisa, de forma a representar melhor a sua posição durante a simulação.

### Membros Permanentes

#### China

A China afirma que a questão das crianças e conflitos armados deve ser abordada através da prevenção e da resolução de conflitos ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que se respeita a soberania dos países ao cooperar e oferecer apoio a eles (United Nations Security Council, 2015 e, p. 17-18). A China expressa sua preocupação com a situação das crianças no Território Palestino Ocupado, destacando a gravidade dos ataques a escolas e hospitais, o assassinato e a mutilação de crianças, o bloqueio de acesso humanitário e o recrutamento de crianças como soldados (United Nations





Security Council, 2022, p. 24-25). O país afirma que os países doadores devem auxiliar nas áreas de conflito no Oriente Médio e se opõe à redução da assistência humanitária como uma forma de manobra política, considerando um grave problema quando as intenções políticas prejudicam a ajuda humanitária às crianças. Da mesma forma, a China afirma que sanções unilaterais afetam diretamente a capacidade de ajudar crianças nessas áreas. A China indica que a resolução 2728 (2024), que estabeleceu um cessar-fogo na Faixa de Gaza, é a melhor maneira de fornecer ajuda humanitária para as crianças e possibilitar maior ajuda (Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN, 2024).

### França

A França apresenta grave preocupação com a situação de crianças em conflitos armados e as violações cometidas contra elas, enfatizando a necessidade urgente de combater seu sofrimento (United Nations Security Council, 2023 b, p. 10). A França acredita que o recrutamento de crianças como soldados é imperdoável, assim como o uso de crianças como reféns para garantir vantagens políticas, e destaca a importância da reintegração delas na sociedade. A França incentiva os esforços para proteger crianças deslocadas internamente e refugiadas. Em relação à situação no Território Palestino Ocupado, a França abordou a ilegalidade dos assentamentos israelenses, de acordo com o Direito Internacional, pois tais assentamentos criam circunstâncias para uma crise que poderia prejudicar ainda mais as crianças residentes (United Nations Security Council, 2017 a, p. 24-26). A França encoraja os esforços feitos pelo sistema ONU e o trabalho do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para ajudar crianças. O país também insta os outros Estados-Membros a proteger crianças que vivem em situações de conflito armado através da assinatura e ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança e do endosso dos





Compromissos de Paris<sup>9</sup> (United Nations Security Council, 2019, p. 15-16; United Nations Security Council, 2022, p. 12-13).

### Federação Russa

A Federação Russa está preocupada com o tema das crianças e dos conflitos armados e enfatiza a importância da Convenção sobre os Direitos da Criança, que garante os direitos à vida e ao desenvolvimento das crianças, o acesso à educação, aos cuidados de saúde e à proteção contra todas as formas de violência (United Nations Security Council, 2022, p. 21). A Rússia também está preocupada com a violência persistente no Território Palestino Ocupado, resultante dos ataques de Israel, os quais constantemente causam a morte de crianças e a destruição de instituições educacionais e hospitais (United Nations Security Council, 2024 g, p. 7). Além disso, a Rússia criticou a suspensão do financiamento da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), que é uma das principais agências que auxiliam as crianças afetadas pelo conflito, e também criticou as autoridades israelenses por negarem acesso humanitário às crianças e usarem a fome como instrumento de guerra (Permanent Mission of The Russian Federation to the United Nations, 2024). Como resultado, a Rússia enfatiza a necessidade de um diálogo diplomático entre as partes em conflito e a comunidade internacional, para que um ambiente mais sustentável possa ser estabelecido para as crianças (United Nations Security Council, 2024 i, p. 3-4).

### Reino Unido

O Reino Unido está preocupado com a situação das crianças envolvidas em conflitos armados e insta todos os Estados-Membros a tomarem medidas para evitar as graves violações contra crianças, como violência sexual, assassinato, mutilação e seu recrutamento por grupos armados. O Reino

---

9 Para obter mais informações sobre os Princípios e Compromissos de Paris sobre Crianças Associadas às Forças Armadas ou Grupos Armados, consulte: <https://www.unicef.org/media/113631/file/UNI-Paris-Principles-and-Commitments-FAQ-21.pdf>.







Unido também condena os ataques tanto de Israel quanto do Hamas contra escolas e hospitais e a negação de ajuda humanitária às crianças (United Nations Security Council, 2024 e, p. 18-19). Mais especificamente, o Reino Unido expressou sua preocupação com a situação das crianças no Território Palestino Ocupado, condenando todos os atos de violência cometidos contra crianças, incluindo atos de terror, provocação e destruição, principalmente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza (United Nations Security Council, 2024 f, p. 11). De acordo com o Reino Unido, a ajuda humanitária eficaz requer uma estratégia de integração que não só forneça alívio, mas que também envolva um firme apelo para que Israel priorize a segurança da infraestrutura e dos civis. O Reino Unido está preocupado com as crianças palestinas indefesas, que estão morrendo de fome, com a falta de infraestrutura e com operações médicas agonizantes. Além disso, o Reino Unido apoia duas ações para alcançar a paz e a estabilidade na região: um plano para revitalizar a Autoridade Palestina e um diálogo significativo entre as partes em conflito (United Nations Security Council, 2024 g, p. 17).

### Estados Unidos

Os Estados Unidos consideram crucial proteger as crianças e defendem que essa agenda continue sendo uma prioridade para o CSNU em todo o seu trabalho, instando todos os Estados-Membros a criminalizar violações contra crianças em suas leis nacionais e a garantir que as missões de paz da ONU tenham capacidade de proteção infantil (United Nations Security Council, 2022, p. 12). Assegurar assistência vital para as crianças, com garantia de acesso à nutrição, água e cuidados de saúde, também é um ponto importante para os Estados Unidos, bem como um motivador para seu apoio ao mandato do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (United Nations Security Council, 2019, p. 14). O país também destaca como conflitos armados impactam as crianças, citando as violações e abusos que elas sofrem, a falta de acesso à educação e à assistência humanitária, e o ambiente inseguro em que vivem. Os Estados Unidos observam que a situação no Território Palestino Ocupado tem sido extremamente prejudicial para as crianças e





exigem que ambas as partes em conflito façam mais para proteger os civis e tomem todas as medidas necessárias para garantir o fluxo de assistência humanitária, especialmente para as crianças (United Nations Security Council, 2024 d, p. 18).

## Membros Eleitos

### Argélia

A Argélia condena veementemente o recrutamento contínuo de crianças como soldados e defende que essa questão deve ser um componente essencial de programas pós-conflito. O país acolhe a integração da proteção dos direitos das crianças nas missões de manutenção da paz e expressa seu apoio para que essa questão seja considerada durante as negociações de paz (United Nations Security Council, 2004, p. 9). A Argélia incentiva programas de desarmamento, desmobilização e reintegração de crianças em cenários pós-conflito, além de condenar todos os tipos de exploração sexual contra elas (United Nations Security Council, 2005, p. 27-28). O país também solicita ação urgente do CSNU no Território Palestino Ocupado e enfatiza o sofrimento das crianças, além de condenar o uso da fome como arma de guerra pelo governo israelense. A Argélia apoia o mecanismo de monitoramento e vigilância, propondo medidas mais vinculativas para acabar com o uso de crianças como soldados, bem como um cessar-fogo para pôr fim à violência (United Nations Security Council, 2005, p. 27-28; 2024 b, p. 8).

### Equador

Em relação ao tema Crianças e Conflitos Armados, o Equador afirma que é essencial garantir a proteção e o bem-estar das crianças e recursos básicos para elas. Além disso, o país condena o envolvimento de crianças em qualquer conflito armado. O Equador expressa extrema preocupação com o conflito no Território Palestino Ocupado, especialmente com relação aos direitos das crianças afetadas. Nesse sentido, o agravamento da situação aumenta a fome e o medo de escalada da violência, que pode afetar





desproporcionalmente as crianças, se o conflito se espalhar para outras regiões. O Equador afirma que as ações cometidas por Israel estão causando danos a civis, incluindo crianças. O país declara que exames realizados em abrigos e centros de saúde mostram que 16% das crianças com menos de dois anos estão desnutridas, com 3% sofrendo da forma mais severa de desnutrição devido ao difícil acesso de ajuda humanitária. O uso da fome como tática militar no norte de Gaza e os ataques à infraestrutura civil também são motivos de preocupação. Por essas razões, o Equador pede ao CSNU que tome ações mais eficazes em relação às violações cometidas contra as crianças no Território Palestino Ocupado (United Nations Security Council, 2024 b, p. 12; 2024 h, p. 16-17).

### Guiana

A Guiana acredita que a qualidade de vida das crianças deve ser melhorada com proteção e cuidado, sendo necessário fortalecer sua educação, acesso à água potável, saneamento e higiene, além de reverter a pobreza infantil. O país concorda com a ação coletiva e está determinado a trabalhar com os Membros do Conselho para abordar a questão das crianças em conflitos armados (United Nations Children's Fund, 2020). Em relação à situação no Território Palestino Ocupado, a Guiana está extremamente preocupada com os relatos de tratamento cruel, desumano e degradante de crianças na região, e condena as seis violações graves cometidas contra elas. O país está particularmente alarmado com o alto número de crianças mortas e feridas, enfatizando a responsabilidade de ambas as partes em conflito de respeitar e cumprir plenamente o Direito Internacional Humanitário (Permanent Mission of the Cooperative Republic of Guyana to the United Nations, 2023; United Nations Security Council, 2024 h, p. 8-9). Portanto, a Guiana clama ao Conselho que tome medidas eficazes, como um cessar-fogo, para acabar de uma vez por todas com as violações dos direitos humanos das crianças no Território Palestino Ocupado (United Nations Security Council, 2024 b, p. 6-7).





## Japão

O Japão condena qualquer atividade que coloque em risco a proteção das crianças e sua qualidade de vida, incluindo as preocupantes consequências dos ataques a hospitais e escolas, que não só roubam a vida das crianças, mas também violam seus direitos fundamentais à educação e à saúde (International Court of Justice, 2023 a, p. 3-5). O Japão também acredita que a ação contra minas terrestres contribui para prevenir graves violações dos direitos das crianças e a garantir uma vida sem medo. Portanto, o Japão tem apoiado a remoção de minas terrestres e a promoção da educação sobre seus riscos. O Japão também enfatiza a importância de um sistema de monitoramento para inspecionar se os direitos das crianças estão sendo violados, permitindo a avaliação dos impactos sobre as crianças e a implementação de medidas para protegê-las (United Nations Security Council, 2017, p. 18). O Japão acredita que a falta de acesso à educação contribui para a escalada de graves violações contra as crianças; por isso, o país tem feito várias contribuições para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para fornecer educação digital de emergência e refeições escolares para crianças. O Japão pede cooperação mútua entre os Estados-Membros e a ONU para remover os obstáculos que dificultam a capacidade das crianças de construir seu futuro (Permanent Mission of Japan to the United Nations, p. 1).

## Malta

Malta está alarmada com o crescente número de graves violações cometidas contra crianças pelas forças israelenses no Território Palestino Ocupado, como assassinato e mutilação, ataques a escolas e hospitais e a negação de acesso humanitário (United Nations Security Council, 2023 a, p. 9). Malta reitera que a negação de assistência humanitária e o uso da fome como arma de guerra constituem crimes de guerra: após quase 7 meses de conflito, uma em cada três crianças está gravemente desnutrida em Gaza (United Nations Security Council, 2024 b, p. 10). Malta, como Presidente do Grupo de Trabalho sobre Crianças e Conflitos Armados, está colaborando ativamente com o Escritório do Representante Especial do Secretário-geral





para Crianças e Conflitos Armados na construção de capacidades para garantir a proteção infantil e aprofundar a análise de como as normas de gênero têm moldado a exposição das crianças a cada uma das graves violações em vários contextos (United Nations Security Council, 2023 b, p. 9-10). Malta pede apoio contínuo ao mandato do Representante Especial no Conselho para Crianças e Conflitos Armados e fará o possível para garantir um consenso para proteger as crianças em todas as situações, especialmente em conflitos armados (United Nations Security Council, 2023 c, p. 10).

### Moçambique

Moçambique expressa extrema preocupação e condena a tendência contínua de violação dos direitos fundamentais das crianças, incluindo assassinato, mutilação, violência sexual, tortura psicológica e recrutamento de crianças-soldado (United Nations Security Council, 2023 b, p. 16-17). Nesse sentido, o país chama a atenção para a situação das crianças no Território Palestino Ocupado, destacando a crise humanitária em desenvolvimento, com mortes sem fim, deslocamento forçado e fome (United Nations Security Council, 2024 c, p. 16). Diante disso, Moçambique aponta que o corte de fundos da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) será prejudicial para toda a população, da qual mais da metade são crianças. O país afirma que as mortes não estão sendo causadas apenas por bombas e armas, mas também pela falta de alimentos, acesso à água potável, falta de eletricidade e a destruição de hospitais (United Nations Security Council, 2024 e, p. 8-9). Moçambique propõe o estabelecimento de condições que garantam acesso humanitário seguro, como o fortalecimento da cooperação transfronteiriça, aumento da conscientização pública e defesa do acesso humanitário desobstruído, garantindo que a assistência chegue às crianças de forma rápida e eficiente (United Nations Security Council, 2024 a, p. 7-8).





## Coreia do Sul

A Coreia do Sul expressa grande preocupação com a violência contra crianças em conflitos armados e enfatiza a importância do acesso humanitário para todas as crianças, incluindo as detidas. Conforme declarado pelo país em 3 de abril de 2024, a negação de acesso humanitário merece atenção especial, não apenas pelos seus efeitos imediatos sobre as crianças, mas também pelas suas consequências de longo prazo, com impacto na saúde física e mental das crianças. A Coreia do Sul afirma que o Conselho deve manter uma posição de tolerância zero sobre isso, sem levar em consideração quaisquer questões geopolíticas. O país também destaca a importância de se responsabilizar os perpetradores das violações contra as crianças, bem como garantir sua reintegração na sociedade. Sobre a questão do Território Palestino Ocupado, a Coreia do Sul expressa apreensão com a morte de trabalhadores humanitários na Faixa de Gaza e reconhece a necessidade de melhorar as formas de monitorar a negação de acesso humanitário, uma vez que não existem diretrizes definidas e detalhadas para a coleta desses dados específicos (Ministry of Foreign Affairs, 2024; Permanent Mission of the Republic of Korea to the United Nations, 2024).

## Serra Leoa

No que diz respeito ao tema das crianças e conflitos armados, Serra Leoa está extremamente preocupada com o elevado número de graves violações cometidas contra crianças em conflitos armados (United Nations Security Council, 2024 d, p. 16). Em particular, o país reconhece a dura realidade enfrentada por crianças inocentes no Território Palestino Ocupado e chama atenção especial para a falta de acesso a itens essenciais, como comida, água, eletricidade e suprimentos médicos. Serra Leoa reitera que as crianças no sul de Gaza podem acessar apenas 1,5 a 2 litros de água por dia, uma quantidade muito abaixo da necessidade padrão para a sua sobrevivência (United Nations Security Council, 2024 f, p. 14-15). Segundo o UNICEF, mais de 1 milhão de crianças em Gaza necessitam de apoio em saúde mental e psicossocial, e 17.000 estão desacompanhadas ou separadas dos







país (United Nations Children’s Fund, 2024 a). Portanto, Serra Leoa apela às partes para que respeitem e cumpram a ordem de 26 de janeiro de 2024 da Corte Internacional de Justiça para permitir a prestação de serviços básicos, que são tão desesperadamente necessários no Território Palestino Ocupado, para que o suporte necessário possa ser dado às crianças (United Nations Security Council, 2024 a, p. 15-16).

### Eslovênia

A Eslovênia está muito preocupada com a situação dos direitos humanos das crianças em situações de conflito armado, apelando para o combate da violação dos direitos humanos das crianças por meio da cooperação entre os Estados (United Nations Security Council, 1998, p. 8). Defendendo o Direito Internacional e o Direito Internacional Humanitário, a Eslovênia enfatiza sua disposição em ajudar e fornecer apoio às crianças atualmente afetadas por conflitos armados, fornecendo alimentos, reabilitação psicológica e bem-estar físico (Permanent Mission of the Republic of Slovenia to the United Nations, 2024). No contexto do Território Palestino Ocupado, a Eslovênia enfatiza que o direito do povo palestino à autodeterminação e à proteção das crianças não pode ser negado. O país reitera que as partes em conflito estão violando os direitos básicos das crianças e apela para uma solução pacífica para melhorar as condições de vida (International Court of Justice, 2024, p. 28-30).

### Suíça

A Suíça enfatiza sua profunda preocupação com o elevado número de graves violações cometidas contra crianças em conflitos armados, como ataques a escolas e hospitais, negação de acesso humanitário, recrutamento ou uso como soldados, assassinato e mutilação. Em relação à situação das crianças na Faixa de Gaza, o país está preocupado com o fato de que crianças estão morrendo por desnutrição aguda, em um contexto de pobreza estrutural causada por restrições que impedem a chegada de suprimentos (United Nations Security Council, 2024 a, p. 7). Além disso, a Suíça reitera a





prioridade que a proteção de civis deve ter para o CSNU (United Nations Security Council, 2023 d, p. 16-17) e expressa que garantir o direito à educação evitará graves violações dos direitos das crianças. Para isso, apela para que a Declaração de Escolas Seguras<sup>10</sup> seja adotada por todos os Estados, destacando que começará a financiar e promover a educação em zonas de emergência (United Nations Security Council, 2022, p. 32; Global Coalition to Protect Education from Attack, 2024). A Suíça também chama a atenção para a insuficiência de informações sobre as trajetórias das crianças dentro e fora de grupos armados e oferece suporte para mudar isso através de pesquisa da Universidade das Nações Unidas para prevenir o recrutamento e uso de crianças como soldados (United Nations Security Council, 2017 a, p. 53). A Suíça também apoia a parceria *End Violence Against Children*, para que cada criança possa crescer protegida da violência (United Nations Security Council, 2018, p. 61; United Nations Security Council, 2023 a, p. 11).

## Membros Observadores

### Palestina

A Palestina destaca a importância dos direitos das crianças em situações de conflito armado e defende a punição das partes envolvidas na violação desses direitos, como está acontecendo atualmente no Território Palestino Ocupado (United Nations News, 2024 b). A Palestina afirma que esses conflitos destroem infraestrutura, como sistemas de água e saúde, levando a doenças e insegurança alimentar, que afetam principalmente as crianças (United Nations News, 2024 a). O conflito no Território Palestino Ocupado aumentou o deslocamento interno e a insegurança alimentar aguda, afetando 95% dos palestinos em Gaza e deixando milhares de feridos, incluindo 11.800 crianças (United Nations Children's Fund, 2024 b, p. 2).

---

<sup>10</sup> A Declaração de Escolas Seguras é um acordo intergovernamental declarado pela primeira vez em 2015, através de um processo liderado pela Noruega e Argentina. O seu principal compromisso é reforçar a proteção da educação contra ataques e restringir a utilização de escolas e universidades para fins militares. A primeira conferência ocorreu na Noruega, em maio de 2015, como uma oportunidade para os países expressarem apoio à proteção de estudantes, escolas e universidades durante conflitos armados (Global Coalition to Protect Education from Attack, 2024).





Estatísticas alarmantes revelam que, na Faixa de Gaza, há 43.300 crianças desnutridas. Além disso, 625.000 estudantes estão privados de acesso à educação devido ao fechamento de escolas na região, negando às crianças o direito fundamental de aprender e de se desenvolver (United Nations Children’s Fund, 2024 c, p. 1). A Palestina critica a comunidade internacional por não proteger as crianças, conforme estabelecido no mandato do CSNU sobre Crianças e Conflitos Armados, e pede por proteção e assistência humanitária internacional (United Nations Security Council, 2023 b, p. 31). A Palestina também defende um cessar-fogo, crucial para proteger os palestinos, especialmente as crianças, prejudicadas pelas restrições e punições da força ocupante, especialmente o bloqueio ilegal da Faixa de Gaza (United Nations Security Council, 2024 d, p. 5).

### África do Sul

A África do Sul destaca a importância de se debater o tópico de crianças e conflitos armados e incentiva que mais recursos sejam alocados para isso. Dentre as seis graves violações, o país expressa sua preocupação com o recrutamento de crianças, apontando que as crianças recrutadas são inicialmente vítimas e devem ser tratadas como tais, bem como reintegradas à sociedade. A África do Sul preocupa-se com o acesso das crianças à justiça e com a identificação dos perpetradores, argumentando que isso é crucial para o seu desenvolvimento psicológico e psicossocial posterior. O país incentiva a incorporação de perspectivas de gênero e a participação de mulheres como agentes ativos na resolução de conflitos, além de reconhecer a exposição que meninas enfrentam durante conflitos armados ao tráfico e abuso sexual (Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 2017; 2019). A África do Sul aponta para a solução das raízes dos conflitos, considerando esse debate essencial para a segurança das crianças (Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 2018) e, em 23 de dezembro de 2023, recorreu à Corte Internacional de Justiça contra o Estado de Israel, sob as alegações de envolvimento do país em atos genocidas contra o povo palestino em Gaza, violando suas obrigações sob a Convenção para a





Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 2018) (International Court of Justice, 2023).

## Brasil

O Brasil manifestou grave preocupação com os dados do último Relatório Anual do Secretário-Geral da ONU sobre Crianças e Conflitos Armados, que identificou um aumento de 21% no número de graves violações cometidas contra crianças. Uma das causas desse aumento é o uso de armas explosivas em zonas altamente populosas. A população civil, incluindo as crianças, são alvos deliberados em conflitos armados devido ao não cumprimento das normas internacionais de direitos humanos e do direito internacional humanitário. A negação de ajuda humanitária é, hoje, uma das mais graves violações de direito internacional e o Brasil defende que a sujeição de civis à fome como estratégia militar é um crime grave (Ministério das Relações Exteriores, 2024 a). Além disso, o Brasil reitera sua preocupação com a criminalização da assistência humanitária e relembra a resolução 2664 do Conselho de Segurança sobre esse tema. As tentativas de obstaculizar o trabalho das agências da ONU e outras organizações não governamentais é um grande equívoco e o exemplo da UNWRA reflete isso. Considerando que milhões de palestinos dependem de seu trabalho, o Brasil considera que é de extrema importância que a agência não seja desmantelada e enfraquecida (Ministério das Relações Exteriores, 2024 b). O Brasil manifesta sua solidariedade com o povo palestino e pede o fim das hostilidades, a liberdade dos reféns pelo Hamas, a entrada efetiva de ajuda humanitária em Gaza e o fim das operações militares israelenses contra civis no Território Palestino Ocupado (Ministério das Relações Exteriores, 2024 c).

## Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

O UNICEF está comprometido em esclarecer a real situação das crianças e jovens no Território Palestino Ocupado e tomar medidas para ajudar, as quais incluem o envio de pessoal humanitário especializado e comboios carregados de suprimentos, a arrecadação de fundos por meio de





campanhas publicitárias e a colaboração com países como o Egito, com sua célula do UNICEF na fronteira com a Faixa de Gaza, responsável por coordenar as operações logísticas e humanitárias do UNICEF a partir dessa rota. Dados de abril de 2024 na área revelaram os seguintes problemas: altas taxas de desnutrição e insegurança alimentar, várias fontes de água impróprias para consumo, escolas parcial ou totalmente destruídas, e falta de produtos de higiene pessoal, especialmente para meninas, o que pode causar várias doenças (United Nations Children’s Fund, 2024 c, p. 1). No entanto, o UNICEF também enfrentou dificuldades na prestação de ajuda humanitária no Território Palestino Ocupado devido a ataques recorrentes ao seu pessoal e aos comboios da organização. Considerando a situação preocupante, o UNICEF pede um cessar-fogo entre as partes em conflito, acesso seguro e irrestrito à ajuda humanitária no Território, a preservação da infraestrutura civil local (incluindo escolas, hospitais, serviços de energia e água), a não violação dos direitos das crianças e a instalação de centros de saúde temporários para o atendimento de emergência das crianças (United Nations Children’s Fund, 2024 d, p. 2-3; p. 4-6; p. 7-8).

### **Agência das Nações Unidas de Assistência Aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA)**

A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) está comprometida em fornecer serviços aos refugiados palestinos registrados no Oriente Próximo, tais como cuidados de saúde, serviços sociais e educação básica para as crianças, inclusive em tempos de conflito armado (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 c). No entanto, a UNRWA não tem conseguido prestar assistência aos refugiados plenamente; com os ataques recorrentes no Território Palestino Ocupado, a ajuda humanitária foi desestabilizada e muitas áreas, onde a agência normalmente trabalha, tiveram a assistência negada, especialmente na Faixa de Gaza. Além disso, a UNRWA tem enfrentado dificuldades no fornecimento de suprimentos essenciais e na rotação de funcionários humanitários devido às operações





militares em Rafah, e todos os abrigos localizados na região foram forçosamente esvaziados. Até junho de 2024, 193 funcionários da UNRWA foram mortos no conflito (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 b). Assim, a UNRWA apela urgentemente aos países que suspenderam o seu financiamento para que reconsiderem a decisão, de forma a evitar a interrupção de sua capacidade de resposta humanitária. Além disso, a Agência clama pela passagem segura e sem entraves de abastecimentos essenciais, como combustível, alimentos, medicamentos, água e artigos de higiene para o Território Palestino Ocupado, argumentando que a continuidade da assistência humanitária é crucial para a sobrevivência das pessoas no Oriente Próximo e para manter a estabilidade regional (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024; United Nations News, 2024).

### **Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)**

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é uma organização não governamental de caráter neutro, independente e imparcial, cujo mandato está prescrito nas Convenções de Genebra de 1949. Desse modo, o CICV auxilia pessoas diretamente afetadas por conflitos armados (International Committee of the Red Cross, 2024 c). O CICV atua em Israel e no Território Palestino Ocupado desde 1967 com o objetivo de promover o cumprimento do Direito Internacional Humanitário e o auxílio à população civil por meio de assistência humanitária. Um dos trabalhos do CICV é visitar pessoas detidas em prisões, tanto em Israel quanto na Palestina, com o propósito de manter os laços familiares através do Programe de Visita Familiar. Além disso, o CICV patrocina projetos no Território Palestino Ocupado para a melhoria do acesso da população a serviços básicos, como eletricidade, água e saneamento básico. Recentemente, o CICV abriu um hospital em Rafah para promover 12 mil consultas e 500 cirurgias. O hospital atingiu sua capacidade máxima devido aos constantes ataques e bombardeios no local. A preocupação maior é com as crianças, que sofreram ferimentos graves no último ataque a Al-Mwasi (International Committee of the Red Cross, 2024 b). Diante do conflito







em Gaza, o CICV apela às partes em conflito que cessem as hostilidades e garantam assistência humanitária aos civis. Como potência ocupante, Israel deve promover os serviços básicos necessários à população e a entrada livre de assistência humanitária (International Committee of the Red Cross, 2024 a).

## Referências

- GLOBAL COALITION TO PROTECT EDUCATION FROM ATTACK (GCPEA). The Safe Schools Declaration. *Site oficial Global Coalition to Protect Education from Attack*, 2024. Disponível em: <https://ssd.protectingeducation.org>. Acesso em: 13 mai. 2024.
- INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (ICRC). Gaza: A statement on Gaza and Israel from the president of the ICRC. In: *Website oficial International Committee of the Red Cross*, 09 de março de 2024 a. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/statement-gaza-and-israel-president-icrc>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- \_\_\_\_\_. Israel and the occupied territories. In: *Website oficial International Committee of the Red Cross*, 2024 b. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/where-we-work/israel-and-occupied-territories>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- \_\_\_\_\_. Gaza: Repeated mass casualty events put hospitals under severe strain. In: *Website oficial International Committee of the Red Cross*, 18 de julho de 2024 c. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/article/gaza-repeated-mass-casualty-events-put-hospitals-under-severe-strain>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Legal Consequences arising from the Policies and Practices of Israel in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem (Request for advisory opinion submitted by the General Assembly of the United Nations)*. Haia: Corte Internacional de Justiça, 23 de fevereiro 2024. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/186/186-20240223-ora-02-00-bi.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Legal Consequences arising from the Policies and Practices of Israel in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem (Request for an advisory opinion). Written Statement of Japan*. Japão: Corte Internacional de Justiça, 2023 a. Disponível em: <https://icj-cij.org/sites/default/files/case-related/186/186-20230725-wri-01-00-en.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The Republic of South Africa institutes proceedings against the State of Israel and requests the Court to indicate provisional measures*. Haia: Corte Internacional de Justiça, 29 de dezembro de 2023 b. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/index.php/press-releases>. Acesso em: 16 jun. 2024.





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Statement by the Permanent Representative of Brazil to the United Nations, Ambassador Sérgio França Danese, at the UNSC Open Debate on Children and Armed Conflict - June 26th, 2024. In: *Website oficial Gov.br*, 26 de junho de 2024 a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/the-permanent-mission-of-brazil-to-the-un/statements/2024/june-2024/statement-by-the-permanent-representative-of-brazil-to-the-united-nations-ambassador-sergio-franca-danese-at-te-unsc-open-debate-on-children-and-a>. Acesso em: 18 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Statement by the Permanent Representative of Brazil to the United Nations, Ambassador Sérgio França Danese, during the UN Security Council open debate on the protection of civilians in armed conflict - May 21st, 2024. In: *Website oficial Gov.br*, 29 de maio de 2024 B. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/the-permanent-mission-of-brazil-to-the-un/statements/2024/may-2024/discurso-do-representante-permanente-embaxador-sergio-franca-danese-em-debate-aberto-do-conselho-de-seguranca-sobre-a-protecao-de-civis-em-conflit>. Acesso em: 18 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Statement of the Permanent Representative of Brazil to the United Nations, Ambassador Sérgio França Danese, on the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees (UNRWA) - March 4th, 2024. In: *Website oficial Gov.br*, 29 de maio de 2024 c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/the-permanent-mission-of-brazil-to-the-un/statements/2024/march-2024/discurso-do-representante-permanente-embaxador-sergio-franca-danese-em-reuniao-sobre-a-agencia-das-nacoes-unidas-de-assistencia-aos-refugiados-d>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (MOFA). UN Security Council Open VTC on Children and Armed Conflict (Amb. Cho Hyun). *Website oficial do Ministério de Relações Exteriores da República da Coreia*, 2024. Disponível em: [https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m\\_5461/view.do?seq=319381&srchFr=&%3BsrchTo=&%3BsrchWord=&%3BsrchTp=&%3Bmul%3Bitm%3Bseq=0&%3Bitm%3Bseq=1=0&%3Bitm%3Bseq=2=0&%3Bcompany\\_cd=&%3Bcompany\\_nm=&page=1&titleNm=](https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5461/view.do?seq=319381&srchFr=&%3BsrchTo=&%3BsrchWord=&%3BsrchTp=&%3Bmul%3Bitm%3Bseq=0&%3Bitm%3Bseq=1=0&%3Bitm%3Bseq=2=0&%3Bcompany_cd=&%3Bcompany_nm=&page=1&titleNm=). Acesso em: 28 mar. 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA OF JAPAN). Statement by H.E. Mr. Tsuneo Nishida; Permanent Representative of Japan to the United Nations; Open Debate on Children and Armed Conflict; Security Council. *Website oficial do Ministério de Relações Exteriores do Japão*, 12 de julho de 2011. Disponível em: [https://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2011/un\\_0712.html](https://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2011/un_0712.html). Acesso em: 7 abril. 2024.

PERMANENT MISSION OF JAPAN TO THE UNITED NATIONS. Statement by H.E. Ambassador SHINO Mitsuko, Deputy Permanent Representative of Japan to the United Nations, at the Open Debate on Children and Armed Conflict. *Website oficial da Missão Permanente do Japão para*





- as Nações Unidas, 2023. Disponível em: [https://www.un.emb-japan.go.jp/itpr\\_en/shino070523.html](https://www.un.emb-japan.go.jp/itpr_en/shino070523.html). Acesso em: 17 mai. 2024.
- PERMANENT MISSION OF SOUTH AFRICA TO THE UNITED NATIONS. Statement by Ambassador Jerry Matjila, Permanent Representative of the Republic of South Africa to the United Nations, at the United Nations Security Council Open Debate on Children and Armed Conflict. *Website oficial da Missão Permanente da África do Sul para as Nações Unidas*, 31 de outubro de 2017. Disponível em: [https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements\\_2017/security\\_council\\_open\\_debate\\_on\\_children\\_and\\_armed\\_conflict\\_20171031.html](https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements_2017/security_council_open_debate_on_children_and_armed_conflict_20171031.html). Acesso em: 16 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. Statement by Ambassador Jerry Matjila, Permanent Representative of South Africa to the United Nations, on the Open Debate on Children and Armed Conflict. *Website oficial da Missão Permanente da África do Sul para as Nações Unidas*, 12 de agosto de 2019. Disponível em: [https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202019/UNSC\\_children\\_and\\_armed\\_conflict\\_20190802.html](https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202019/UNSC_children_and_armed_conflict_20190802.html). Acesso em: 16 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. Statement by H.E. Mr. Jerry Matjila, Permanent Representative of the Republic of South Africa to the United Nations, at the United Nations Security Council Open Debate on Children and Armed Conflict: “Protecting Children Today Prevents Conflicts Tomorrow”. *Website oficial da Missão Permanente da África do Sul para as Nações Unidas*, 26 de julho de 2018. Disponível em: [https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202018/security\\_council\\_children\\_armed\\_conflict\\_20180709.html](https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202018/security_council_children_armed_conflict_20180709.html). Acesso em: 16 jun. 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE COOPERATIVE REPUBLIC OF GUYANA TO THE UNITED NATIONS. Ambassador Rodrigues Birkett Delivers Remarks on the Situation in Gaza. *Website oficial da Missão Permanente da República Cooperativa da Guiana para as Nações Unidas*, 31 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.un.int/guyana/news/ambassador-rodrigues-birkett-delivers-remarks-situation-gaza-3>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA TO THE UN. Remarks by Ambassador Geng Shuang at the UN Security Council Briefing on Children and Armed Conflict. Held at Headquarters, New York. *Website oficial da Missão Permanente da República da China para as Nações Unidas*, 2024. Disponível em: [http://un.china-mission.gov.cn/eng/chinaandun/securitycouncil/thematicissues/children\\_ac/202404/t20240404\\_11276480.htm](http://un.china-mission.gov.cn/eng/chinaandun/securitycouncil/thematicissues/children_ac/202404/t20240404_11276480.htm). Acesso em: 8 abr. 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE REPUBLIC OF KOREA TO THE UNITED NATIONS. Statement at the Security Council Briefing on Children and Armed Conflict (CAAC) (Amb. Joonkook Hwang). *Website oficial da Ministério de Relações Exteriores da República da Coreia*, 2024. Disponível em: [https://overseas.mofa.go.kr/un-en/brd/m\\_5063/view.do?seq=760389&page=1](https://overseas.mofa.go.kr/un-en/brd/m_5063/view.do?seq=760389&page=1). Acesso em: 5 abr. 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE REPUBLIC OF SLOVENIA TO THE UNITED NATIONS. Statement on Children and armed conflict. Held at Headquarters, New York. *Website oficial do Ministério de Relações*





- Europeias e Estrangeiras*, 2024. Disponível em: <https://buildingtrust.si/statement/statement-on-children-and-armed-conflict/>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE RUSSIAN FEDERATION TO THE UNITED NATIONS. Statement at the Security Council Briefing on Children and Armed Conflict (CAAC) (Amb. Vassily Nebenzia). Held at Headquarters, New York. *Website oficial do Ministério de Relações Exteriores da Federação Russa*, 2024. Disponível em: <https://russiaun.ru/en/news/1030424>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- UNITED NATIONS (UN). United Nations Charter. *Website oficial das Nações Unidas*, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Government of Guyana committed to protecting, promoting children's rights, President says. *Website oficial do Fundo das Nações Unidas para a Infância*, 4 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/guyanasuriname/press-releases/government-guyana-committed-protecting-promoting-childrens-rights-president-says>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Stories of loss and grief: At least 17,000 children are estimated to be unaccompanied or separated from their parents in the Gaza Strip. *Website oficial do Fundo das Nações Unidas para a Infância*, 2 de fevereiro de 2024 a. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/stories-loss-and-grief-least-17000-children-are-estimated-be-unaccompanied-or>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 21*. Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2024 b. Disponível em: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no21>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 23*. Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2024 c. Disponível em: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no23>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 24*. Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2024 d. Disponível em: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no24>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- UNITED NATIONS NEWS (UN News). Gaza: 'Double-digit' number of children reported killed overnight. *Website oficial United Nations News*, 26 de março de 2024 a. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2024/03/1147966>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. ONU pede acesso seguro para ajuda humanitária em Gaza. *Website oficial United Nations News*, 2024 b. Disponível em:





- <https://news.un.org/pt/story/2024/01/1825857>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. Security Council urged to ‘end the bloodshed’ in Gaza. *Website oficial United Nations News*, 8 de abril de 2024 c. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2024/04/1148356>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- UNITED NATION RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST (UNRWA). UNRWA'S Lifesaving aid may end due to funding suspension. *Website oficial da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 2024 a. Disponível em: <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/unrwa's-lifesaving-aid-may-end-due-funding-suspension>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. UNRWA Situation Report #113 on the Situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem. *Website oficial da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 2024 b. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-113-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem#mm-2>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. Who we are. *Website oficial da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 2024 c. Disponível em: <https://www.unrwa.org/who-we-are>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). *Children and armed conflict*. Summary record of the 3896<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na segunda-feira, 29 de junho de 1998, às 11:00. 29 de junho de 1998, S/PV.3896. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/256293?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 4898<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 20 de janeiro de 2004, às 10:00. 20 de janeiro de 2004, S/PV.4898. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/512633?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 5129<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 23 de fevereiro de 2005, às 10:00. 23 de fevereiro de 2005, S/PV.5129. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/542077?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 7466<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quinta-feira, 18 de junho de 2015, às 10:00. 18 de junho de 2015, S/PV.7466. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/795299?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8082<sup>nd</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 31 de outubro de 2017, às 10:00. 31 de outubro de 2017 a, S/PV.8082. Disponível em:







- [http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_pv\\_8082.pdf](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_pv_8082.pdf). Acesso em: 26 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8805<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na segunda-feira, 9 de julho de 2018, às 10:00. 9 de julho de 2018, S/PV.8305. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1634090?v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8591<sup>st</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na sexta-feira, 2 de agosto de 2019, às 10:15. 2 de agosto de 2019, S/PV.8591. Disponível em: <https://undocs.org/s/pv.8591>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9096<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 19 de julho de 2022, às 10:00. 19 de julho de 2022, S/PV.9096. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3981813?ln=fr&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9258<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na segunda-feira, 13 de fevereiro de 2023, às 10:00. 13 de fevereiro de 2023 a, S/PV.9258. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4003355?v=pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9366<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 5 de julho de 2023 b, às 10:00. 5 de julho de 2023, S/PV.9366. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4015046?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9366<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 5 de julho de 2023, às 15:00. 5 de julho de 2023 c, S/PV.9366 (Resumption 1). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4014910?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9594<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 3 de abril de 2024, às 11:00. 3 de abril de 2024 a, S/PV.9594. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4044446?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Protection of civilians in armed conflict*. Summary record of the 9560<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 27 de fevereiro de 2024, às 15:00. 27 de fevereiro de 2024 b, S/PV.9560. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4039362?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 8072<sup>nd</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 18 de outubro de 2017, às 10:00. 18 de outubro de 2017 b, S/PV.8072. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1310522?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.







- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9498<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na sexta-feira, 8 de dezembro de 2023, às 10:00. 8 de dezembro de 2023 d, S/PV.9498. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPV.9498&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9531<sup>st</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na sexta-feira, 12 de janeiro de 2024, às 15:00. 12 de janeiro de 2024 c, S/PV.9531. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4034996?ln=en>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9534<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 23 de janeiro de 2024, às 14:00. 23 de janeiro de 2024 d, S/PV.9534. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4036129?ln=en>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9540<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 31 de janeiro de 2024, às 11:00. 31 de janeiro de 2024 e, S/PV.9540. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4037057?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9552<sup>nd</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 20 de fevereiro de 2024, às 10:00. 20 de fevereiro de 2024 f, S/PV.9552. Disponível em: <https://undocs.org/S/PV.9552>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9556<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quinta-feira, 22 de fevereiro de 2024, às 10:20. 22 de fevereiro de 2024 g, S/PV.9556. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4039152?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9572<sup>nd</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na segunda-feira, 11 de março de 2024, às 15:00. 11 de março de 2024 h, S/PV.9572. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4041662?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9584<sup>th</sup> meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na sexta-feira, 22 de março de 2024, às 09:00. 22 de março de 2024 i, S/PV.9584. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4042257?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.



# UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL

**5 - 8 SEPTEMBER 2024**

**In-person | At FACAMP**



# RESEARCH GUIDE

A blue magnifying glass icon is positioned to the right of the word "RESEARCH".



## RESEARCH GUIDE

# UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL

## CHILDREN AND ARMED CONFLICT IN THE OCCUPIED PALESTINIAN TERRITORY

### Authors

Gabriel Vicentini	Marina Vendramini
Henrique Giordano	Mirella Boaventura
Ian Miola	Otávio Morais
João Paulo Torezan	Samuel Ferreira
Kaiani Angelim	Tainá Corrêa
Leticia Toledo	Thaís Oliveira
Mariana Lazaretti	Vitória Bugi
Mariana Nunes	Vitória Camargo
Marielly de Moraes	Yasmin Alves

### Advisers

Professor Roberta Silva Machado  
Professor Rúbia Marcussi Pontes





## SUMMARY

PREFACE	3
INTRODUCTION	5
UN REFERENCES	21
Reports of the Secretary-General	21
Resolutions	22
Other publications	24
Official websites	25
EXTRA RESOURCES	27
DATABASES	29
OFFICIAL POSITION OF COUNCIL MEMBERS	31
Permanent Members	31
China	31
France	32
Russian Federation	33
United Kingdom	33
United States	34
Elected Members	35
Algeria	35
Ecuador	35
Guyana	36
Japan	37
Malta	37
Mozambique	38
Republic of Korea	39
Sierra Leone	39
Slovenia	40
Switzerland	40
Observers	41
Palestine	41
South Africa	42
United Nations Children’s Fund (UNICEF)	43
United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA)	44
References	44





## PREFACE

Dear Delegates,

We would like to begin this message by thanking you for participating in the 11<sup>th</sup> edition of the FACAMP Model United Nations (FAMUN) and joining the United Nations Security Council (UNSC) simulations.

The FAMUN 2024 UNSC Secretariat elaborated this Research Guide to help delegates prepare for the simulation sessions with useful resources on the UNSC mandate and history of discussion on Children and Armed Conflict. Furthermore, in our simulation, we will focus on Children and Armed Conflict in the Occupied Palestinian Territory, which includes the Gaza Strip, West Bank, and East Jerusalem.

The UNSC adopted its first resolution on Children and Armed Conflict in 1999, recognizing the severe and numerous effects that armed conflict has on children. To inform UNSC delegates on the topic, the Introduction will discuss the six grave violations perpetrated against children by parties in conflict: the killing and maiming, recruitment and use of children as soldiers, sexual violence, abduction, attacks against schools and hospitals, and the denial of humanitarian access. The Introduction will also discuss the violations against children committed in the Occupied Palestinian Territory, with a focus on the destruction of civil infrastructure, the interruption of the right to education, and famine and food insecurity.

Furthermore, this Research Guide presents essential UN documents and extra resources, as well as UNSC Member States' and Observers' views on the topic, to foster productive discussions and aim at a unanimous resolution that protects children's rights and stop the grave violations committed against them in the Occupied Palestinian Territory.

Lastly, by participating in FAMUN 2024, you will be able to develop important negotiation, communication, and persuasion skills. FAMUN is also a space to meet new people and build friendships with fellow delegates, in an effort to see past our differences and find common ground through





teamwork. It is also an opportunity to significantly improve your foreign language proficiency, such as English and Spanish.

We hope that FAMUN 2024 will be an enriching experience that allows you to think beyond your reality on international issues, as well as debate and propose innovative solutions to pressing global matters. We invite you to act now and make a difference!

Warm regards,

**Henrique Giordano**  
*Director HS UNSC 3*

**Tainá Corrêa**  
*Director HS UNSC 3*

**Ian Miola**  
*Director HS UNSC 3*

**Marina Vendramini**  
*Director HS UNSC 4*

**Gabriel Vicentini**  
*Director HS UNSC 4*

**João Paulo Torezan**  
*Director HS UNSC 4*







## INTRODUCTION

The United Nations Security Council (UNSC), as one of the six main organs<sup>1</sup> of the United Nations (UN), was established in 1945 and convened its inaugural session in January 1946, in London. Its authority and operations are delineated in Chapters V, VI, VII, and VIII of the UN Charter, and its primary mandate is to uphold international peace and security, acting on behalf of the UN Member States and according to its purposes and principles (United Nations, 2024; United Nations Security Council, 2024).

The UNSC is composed of fifteen members: five permanent<sup>2</sup> alongside ten non-permanent members, elected by the UN General Assembly (UNGA) for two-year terms. In addition, the Council features a monthly rotating Presidency, following the English alphabetical order of the Member States' names (United Nations Security Council, 2024).

Unlike most UN bodies, the UNSC does not rely on consensus but rather on voting to adopt a resolution. Each Council Member holds one affirmative vote, requiring a minimum of nine positive votes, including those of the permanent members, to adopt a resolution. But Member States have the option to abstain if they choose to do so. Additionally, under Chapter VII of the UN Charter, UNSC resolutions are legally binding, and all 193 UN Member States agree to accept and carry out the Council's decisions (United Nations, 2024; United Nations Security Council, 2024).

The initial concerns on the topic of Children and Armed Conflict were brought to the UNGA by the Committee on the Rights of the Child in 1994, with Resolution 48/157<sup>3</sup> (United Nations General Assembly, 1994). The resolution expressed deep concern over the situation of children in armed conflict around the world and was followed by the nomination of Graça

---

<sup>1</sup> The six main organs of the UN are the General Assembly (UNGA), the Security Council (UNSC), the Economic and Social Council (ECOSOC), the Trusteeship Council, the Secretariat, and the International Court of Justice (ICJ) (United Nations, 2024).

<sup>2</sup> China, France, Russia, the United Kingdom, and the United States (United Nations, 2024).

<sup>3</sup> The topic was first brought under a different name: Protection of children affected by armed conflicts (United Nations General Assembly, 1994).





Machel, then Mozambique's Minister of Education, as an expert to deliver a report about the impact of armed conflict on children. The report was presented in 1996 to the UNGA, with the recommendation of nominating a special representative on Children and Armed Conflict (Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, 2023).

This nomination was accomplished with Resolution 51/77, in 1997, which also created the mandate of the Special Representative of the Secretary-General on Children and Armed Conflict (United Nations General Assembly, 1997, p. 4-7). In 1998, Portugal, President of the UNSC at the time, made a Presidential Statement after the first debate on the topic, recognizing the importance of the mandate and supporting it (United Nations Security Council, 1998).

In 1999, the UNSC adopted its first resolution on Children and Armed Conflict (S/RES/1261), which condemned and appointed the enlistment and use of children as soldiers in armed conflicts as war crimes. Additionally, the resolution stated six grave violations against children committed by parties in conflict: killing and maiming, sexual violence, abduction of children, attacks against schools and hospitals, denial of humanitarian access, and recruitment of children as soldiers (United Nations Security Council, 1999, p. 1).

The resolution also expressed concern about the harmful impact of armed conflict on children and its long-term consequences for durable peace, security, and development. It also urged all parties in armed conflicts to ensure that the protection, well-being, and rights of children were taken into account during peace negotiations. The resolution also supported the ongoing work of the Secretary-General's Special Representative for Children and Armed Conflict, the United Nations Children's Fund (UNICEF), the Office of the UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), as well as other UN systems and organizations supporting children affected by armed conflict (United Nations Security Council, 1999, p. 1-4).

Since then, the Council's main goal in addressing Children and Armed





Conflict has been safeguarding children's well-being and rights while promoting peace and security, following its mandate (United Nations, 2022, p. 9-11). In this sense, between 2005 and 2021, the UNSC discussed crucial issues for protecting children and adopted resolutions emphasizing the importance of monitoring through governmental and non-governmental mechanisms. Accordingly, Resolution 1612 (2005) brought significant advances with the creation of the Monitoring and Reporting Mechanism (MRM) and the Working Group on Children and Armed Conflict, composed of UNSC Member States (United Nations Security Council, 2005).

The MRM is responsible for collecting information and data on the grave violations committed against children in armed conflicts through the cooperation between governments, UN entities, and civil society actors. The data is then compiled into reports, which are received and reviewed by the Working Group. Then, the Group considers these reports to take informed actions to safeguard children affected by armed conflict effectively (United Nations Security Council, 2005, p. 1-5).

Furthermore, in 2009, with Resolution 1882, the UNSC continued to discuss the importance of child-supporting actors, such as UNICEF and non-governmental organizations (NGOs), for monitoring and reporting grave violations committed against children (United Nations Security Council, 2009, p. 1-5).

Between 2011 and 2014, the six grave violations and the destruction of Palestinian civil infrastructure were at the center of UNSC discussions. In 2011, with Resolution 1998, the Council condemned the destruction of schools and hospitals, as well as the use of such structures for military purposes, which is considered a grave violation (United Nations Security Council, 2011, p. 1-6). The need for cooperation between states and regional organizations to combat the killing and mutilation of children was a recurring theme in the 2012 debates, with Resolution 2068 (United Nations Security Council, 2012, p. 1-3). In 2014, protecting schools and ensuring access to the right to education





during conflicts were key topics in the Council discussions, culminating in Resolution 2143 (United Nations Security Council, 2014, p. 1-6).

Adopted in 2015, Resolution 222 expressed the Council's deep concern over the abduction and deprivation of the liberty of children, often by armed groups, followed by other abuses and violations of international law that may be considered war crimes. As such, the Resolution urged Member States and organizations to make efforts for the immediate release of these children from armed groups and to adopt measures for their rehabilitation and reintegration (United Nations Security Council, 2015, p. 4).

Furthermore, with Resolution 2427, adopted in 2018, the UNSC underscored the importance of diplomacy, mediation, and peace in protecting future generations from the scourge of war, while also seeking the reintegration and rehabilitation of affected children. It also emphasized the need for sustainable long-term financing of psychosocial and mental health programs in humanitarian contexts, to ensure that all affected children receive timely and adequate support and that their opinions are considered in educational activities (United Nations Security Council, 2018, p. 1).

In 2021, the Council prioritized education through Resolution 2601, affirming that it must be a fundamental priority for the international community. Member States were called upon to develop effective measures to prevent attacks on schools and their use as military bases, and to guarantee the safety of schools, students, and education personnel, encouraging immediate action to rehabilitate, repair, or replace attacked schools (United Nations Security Council, 2021, p. 1-3).

However, the UNSC is not the only UN body that discusses children's rights, as there is an entire normative structure for protecting children's rights under two main areas: Human Rights Law and International Humanitarian Law<sup>4</sup>. In this sense, it is important to consider certain

---

<sup>4</sup> According to the International Committee of the Red Cross (2004), "international humanitarian law is a set of rules which seek, for humanitarian reasons, to limit the effects of armed conflict. It protects persons who are not or are no longer participating in the





conventions and protocols, such as the 1989 UN Convention on the Rights of the Child and its Optional Protocols, as well as the Fourth Geneva Convention relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War (1949) and its respective Additional Protocols, to provide a solid base of concepts embedded in jurisprudence and previous events.

In 1989, global leaders came together at the UN Headquarters in New York to adopt a convention on behalf of all children, aiming to protect and fulfill their irrevocable rights. This was the Convention on the Rights of the Child, which solidified the understanding that children are not their parents' possessions and have rights on their own. In this context, world leaders demonstrated a historic commitment to the welfare of children worldwide by adopting the Convention on the Rights of the Child (Office of the High Commissioner for Human Rights, 2024).

Nowadays, the Convention is the most extensively ratified Human Rights treaty<sup>5</sup>. More children are now receiving the nutrition and medical attention they require to survive and grow, and there are more robust measures in place to protect them from abuse and exploitation. This has prompted governments to alter domestic laws and policies and invest in these areas (United Nations Children's Fund, 2024).

Alongside the Convention, there are the Optional Protocols on the involvement of children in armed conflict, which serve as a complement to the Convention by bringing new agreements and definitions, such as the criminalization of sexual crimes against children and children's involvement in armed conflict. Adopted in 2000 by the UNGA<sup>6</sup>, the First Protocol entered into force in July 2002 and aims to stop the illegal recruitment of children

---

hostilities and restricts the means and methods of warfare. International humanitarian law is also known as the law of war or the law of armed conflict”.

<sup>5</sup> The Convention on the Rights of the Child is ratified by 196 nations, some of which have expressed objections or reservations. All UN Members, except the United States, have either ratified or acknowledged the rights specified for children under the age of eighteen or below each state's majority age (United Nations Children's Fund, 2024).

<sup>6</sup> Currently, the Optional Protocol on the Involvement of Minors in Armed Conflict is ratified by 173 parties. Seven states have signed the Protocol, but have not yet ratified it, while 17 others have yet to sign and ratify it (Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, 2024).





for warfare use, specifying a minimum recruitment age of eighteen years old. The Second Protocol entered into force in January 2002 and prohibits the sale of children, child pornography, and child prostitution (Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, 2024).

Other important treaties that cover International Humanitarian Law and guarantee children's protection during armed conflicts are the IV Geneva Convention (IVGC)<sup>7</sup> and its Additional Protocols of 1977<sup>8</sup>. The IV Geneva Convention is concerned with the protection of civilians during wartime and, given the special vulnerability of children, declared specific provisions regarding the states' obligations to them, such as evacuation, the establishment of special zones, assistance and care, identification, family reunification and unaccompanied children, education, cultural environment, and exemption from the death penalty (International Committee of the Red Cross, 2003, p. 1; 2014).

Additionally, the IVGC makes it clear that civilian hospitals (i.e., those that demonstrate their civilian nature and refrain from using their facilities for purposes that may compromise their protection) must always be respected and protected by the parties involved in armed conflict and under no circumstances should be targeted. By the same token, it emphasizes the importance of affording every feasible facility for the continuation of studies or exploration of new disciplines, thereby ensuring the education of children and young people (International Humanitarian Law Database, 2024 a, p. 175-176; p. 200).

---

<sup>7</sup> The Fourth Geneva Convention was adopted in 1949, the same year that the First, Second, and Third Geneva Conventions were revised and updated. That is why all of the Conventions are often referred to as the Geneva Conventions of 1949. However, the Fourth Geneva Convention is specifically relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War and includes children's specific rights.

<sup>8</sup> Protocol Additional to the Geneva Conventions of 1949 and relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts (Protocol I) and Protocol Additional to the Geneva Conventions of 1949 and relating to the Protection of Victims of Non-International Armed Conflicts (Protocol II), adopted on 8 June 1977.







Despite the creation and adoption of the Fourth Geneva Convention, there has been a continuous increase in the number of victims from non-international armed conflicts and domestic wars, demonstrating the insufficiency of the IVGC to adequately protect victims (International Humanitarian Law Databases, 2024 a). In this context, the adoption of the Additional Protocols of 1977 was deemed necessary to reinforce the protection of victims of international armed conflict (Additional Protocol I) and non-international armed conflict (Additional Protocol II), imposing limits on how wars are conducted (International Committee of the Red Cross, 2014; International Humanitarian Law Database, 2024 b).

Among the most suffering victims of armed conflict are children, who not only face physical and psychological hardships but also participate in them – a topic that differentiates Additional Protocols I and II. In this sense, Additional Protocol I require states to take all possible measures to prevent children under fifteen years old from taking direct part in hostilities, expressly prohibiting their recruitment into the armed forces and encouraging parties to prioritize recruitment among those aged between fifteen and eighteen (Art. 77). Additional Protocol II goes even further, prohibiting both the recruitment and participation – direct or indirect – in hostilities by children under fifteen years of age (Art. 4, paragraph 3c) (International Committee of the Red Cross, 2003, p. 1-2).

The situation in the Occupied Palestinian Territory, which includes the Gaza Strip, West Bank, and East Jerusalem, has been characterized by extreme violence for decades, due to the constant Israeli attacks on civilian infrastructure, forced displacement, the destruction of hospitals and schools, and the starvation of the Palestinian population. Such an environment is extremely harmful to the population living there, of whom 2.3 million are children – whose day-to-day life has been marked by poverty and insecurity, jeopardizing their development, and causing them to be in urgent need of humanitarian aid (Save The Children, 2024).





In the West Bank, cases of home demolition and forced displacement prevent children from living a dignified life with guaranteed human rights. Likewise, the military attacks in Gaza have been affecting children and non-combatants and violating International Humanitarian Law. In addition to the denial of humanitarian aid, hundreds of thousands of children are starving to death. That is why it is so important for the UNSC to discuss Children and Armed Conflict with a focus on the Occupied Palestinian Territory (Save The Children, 2024).

The six grave violations committed against children, as mentioned previously, have been escalating massively in the Occupied Palestinian Territory since 7 October 2023, when hostilities between Israel and Hamas regained traction. In this context, over 2.3 million children are suffering, over 13,800 were killed and over 12,009 were injured between October 2023 and May 2024. Furthermore, 84 percent of health facilities were damaged or destroyed and 625,000 children are out of school in Gaza, as the education system has collapsed (Save the Children, 2024; United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in The Near East, 2024 c). All this amounts to an attempt to dehumanize Palestinians, especially children, and constitutes a serious violation, not only of the six grave violations of children's rights but also of the 1989 Convention on the Rights of the Child and its Optional Protocols, as well as the IVGC and its Additional Protocols.

Therefore, by observing the situation of children in the Occupied Palestinian Territory, three serious challenges can be identified. Firstly, since the beginning of the conflict, there has been a significant displacement of people, driven by the bombing of basic infrastructure such as schools, hospitals, and homes (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024). Secondly, there has been an interruption of the right to education, as educational facilities are not being used due to attacks and bombings. Finally, as another consequence of the conflict, children are suffering severely from food insecurity and lack of water (Integrated Food Security Phase Classification, 2024).





The destruction of civil infrastructure in the Occupied Palestinian Territory has been happening since 2009 when the Israeli army occupied Palestinian infrastructures for their government's use or to be demolished. Palestinians have been suffering ever since from the demolition of their homes, hospitals, and schools, which may include the bombing, dismantlement, confiscation, or sealing of structures (or parts of structures) by the Israeli government. The situation has been worsening continuously up to the present day and has reached its peak due to the direct conflict that began in October 2023. For instance, from 5 March 2024 to May 2024, 10,528 owned structures (such as houses and stores) were demolished in the West Bank, which led to forced displacement (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 a).

Not having a safe place to live seriously jeopardizes children's development by not providing them with safe life, good education, mental health, and the perspective of having a future (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 a). The matter of the destruction of hospitals also represents a serious issue, as children are dying due to the lack of access to treatments and medicine. As of 7 April 2024, just some of the 36 primary regional hospitals and only 8 of the 24 UN Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA) health centers were operational, and those working had significant restrictions on the range of services they could provide (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 d).

Additionally, for the past decade, the Gaza Strip has suffered from a chronic electricity problem, which jeopardized the already fragile living conditions of the population and has severely affected the availability of essential services, such as health, water, and sanitation (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 b). Since September 2020, essential medicine has been at almost zero stock level, jeopardizing the lives of the most vulnerable, such as transplant, hemodialysis, and





oncology patients, and approximately 13,000 elective surgeries have been suspended (World Health Organization, 2020).

Furthermore, recent reports from the Secretary-General indicated a rise in assaults targeting schools, obstructing the education of millions of children in countries in conflict situations, such as the Occupied Palestinian Territory. In June 2020, the UN verified 4 incidents regarding the military use of Palestinian schools by Israeli forces, along with 242 other interferences that jeopardized Palestinian children's access to education. For example, the use of tear gas, sound grenades, and firing live ammunition in and around school grounds, left approximately 48,000 Palestinian children unable to attend school (United Nations Security Council, 2020, p. 13).

In addition, according to Report S/2023/363 on Children and Armed Conflict from June 2023, there was a 112 percent increase in attacks on schools since the last report, especially in the Occupied Palestinian Territory (United Nations Security Council, 2023, p. 3). All UNRWA schools situated in the Gaza Strip have been shut down, depriving over 300,000 children of education. Most of these schools have had their infrastructure impacted and now serve as shelters. Furthermore, UNRWA schools in the West Bank and East Jerusalem have also come under attack. According to the Education Cluster, at least 782,000 students have been affected (United Nations Relief Agency and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 a).

Hunger has also become a reality within the Occupied Palestinian Territory, according to the Integrated Food Security Phase Classification (IPC) for acute food insecurity. In accordance with the World Health Organization (WHO), 90 percent of children under the age of two are facing severe food poverty in Gaza, therefore, they consumed a maximum of two food groups the day before. Considering this evidence, over 95 percent of adults reduced their food consumption so that their children had food to eat, which reflects the reality of Palestinian children (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 b).





The restriction of humanitarian access in the Occupied Palestinian Territory directly hinders access to basic survival supplies, such as food. If access is facilitated, the World Food Programme (WFP) could quickly scale up to provide enough food for over 1 million per month; as an example, during the brief lull in fighting in November 2023, agencies were able to double distribution points and bring in four times more aid than they would in an average week of conflict (World Food Programme, 2024).

Another concerning problem is the lack of personal hygiene products and sanitation, which causes diseases and conditions that are intensified by the absence of access to treatments and hospitals. Palestinian children are getting even more sick, and, with no possibilities of treatment, are dying. Further, by 2022, more than 97 percent of the water in Gaza was deemed unsafe for human consumption due to water contamination. In January 2024, the WHO reported cases of diarrhea affecting more than half of the children under five years old due to the lack of basic sanitation (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2022; 2024 c).

Therefore, considering the catastrophic situation of children in the Occupied Palestinian Territory, the delegates of the FAMUN 2024 UNSC must address three issues:

1. Considering that the destruction of civilian infrastructure in the Occupied Palestinian Territory affects not only schools and hospitals, but also water treatment facilities, power generation, and homes, how can the UNSC ensure the protection of these facilities and children's access to them?
2. How can the UNSC guarantee the non-interruption of the right to education in the Occupied Palestinian Territory, aiming not only to protect educational institutions during the armed conflict but also to safeguard the entire teaching structure, including student transportation and the availability of personnel?
3. How can the UNSC take action to ensure the free and uninterrupted flow of food and water to children and stimulate food production





within the Occupied Palestinian Territory, given the actual limited agricultural possibilities and widespread water contamination?

## References

- INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (ICRC). *Legal Protection of Children in Armed Conflict*. Geneva: International Committee of the Red Cross, 2003. Available at: <https://www.icrc.org/en/document/legal-protection-children-armed-conflict-factsheet>. Accessed 22 April 2024.
- \_\_\_\_\_. The Geneva Conventions of 1949 and their Additional Protocols. *Official website of the International Committee of the Red Cross*, 1 January 2014. Available at: <https://www.icrc.org/en/document/geneva-conventions-1949-additional-protocols>. Accessed 22 April 2024.
- \_\_\_\_\_. What is International Humanitarian Law? Advisory Service on International Humanitarian Law, July 2004. Available at: [https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/what\\_is\\_ihl.pdf](https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/what_is_ihl.pdf). Accessed 7 June 2024.
- INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION (IPC). Gaza Strip: Hostilities leave the entire population highly food insecure and at risk of Famine. *Official website of the Integrated Food Security Phase Classification*, 2024. Available at: <https://www.ipcinfo.org/ipcinfo-website/alerts-archive/issue-94/en/>. Accessed 20 May 2024.
- INTERNATIONAL HUMANITARIAN LAW DATABASE (IHL). Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War. Geneva, 12 August 1949. *Official website of the International Humanitarian Law Database*, 2024 a. Available at: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gciv-1949>. Accessed 22 April 2024.
- \_\_\_\_\_. Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of Non-International Armed Conflicts (Protocol II), 8 June 1977. *Official website of the International Humanitarian Law Database*, 2024 b. Available at: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/apii-1977>. Accessed 19 May 2024.
- OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). Humanitarian Access Snapshot - Gaza Strip, 1-31 March 2024. *Official website of the Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, 6 April 2024. Available at: <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-access-snapshot-gaza-strip-1-31-march-2024>. Accessed 20 May 2024.
- OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). Human Rights Instrument: Convention of the Rights of the Child. *Official website of the Office of the High Commissioner for Human Rights*, 2024. Available at: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>. Accessed 15 May 2024.
- OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL FOR CHILDREN AND ARMED CONFLICT (OSRSG CAAC). Graça Machel







- and the Impact of Armed Conflict on Children. *Official website of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*, 2023. Available at: <https://childrenandarmedconflict.un.org/about/the-mandate/mandate/the-machel-reports/>. Accessed 22 April 2024.
- \_\_\_\_\_. Optional Protocol on the Involvement of Children in Armed Conflict. *Official website of the United Nations for Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*, 2024. Available at: <https://childrenandarmedconflict.un.org/tools-for-action/opac/>. Accessed 20 April 2024.
- SAVE THE CHILDREN. Occupied Palestinian Territory. *Official website of Save the Children*, 2024. Available at: <https://opt.savethechildren.net/#>. Accessed 20 May 2024.
- UNITED NATIONS (UN). United Nations Charter. *Official website of the United Nations*, 2024. Available at: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Accessed 21 April 2024.
- \_\_\_\_\_. Study on the evolution of the Children and Armed Conflict mandate (1996-2021). *Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*, 2022. Available at: <https://childrenandarmedconflict.un.org/wp-content/uploads/2022/01/Study-on-the-evolution-of-the-Children-and-Armed-Conflict-mandate-1996-2021.pdf>. Accessed 21 April 2024.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Convention on the Rights of the Child. *Official website of the United Nations Children's Emergency Fund*, 2024. Available at: <https://www.unicef.org/child-rights-convention>. Accessed 21 April 2024.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Resolution 48/157 – Protection of children affected by armed conflicts*. Adopted by the General Assembly at its 48<sup>th</sup> session, on 7 March 1994, A/RES/48/157. Available at: <https://www.undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F48%2F157&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accessed 22 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 51/77 – The rights of the child*. Adopted by the General Assembly at its 51st session, on 20 February 1997, A/RES/51/77. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/233153?v=pdf>. Accessed 15 May 2024.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). Reconnecting water, restoring lives. *Official website of the United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, 18 July 2022. Available at: <https://www.ochaopt.org/content/reconnecting-water-restoring-lives>. Accessed 23 April 2024.
- \_\_\_\_\_. Data on demolition and displacement in the West Bank. *Official website of the United Nations Office for the Coordination of*





- Humanitarian Affairs*, 18 April 2024 a. Available at: <https://www.ochaopt.org/data/demolition>. Accessed 23 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Electricity in the Gaza Strip. Official website of the United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, 2024 b. Available at <https://www.ochaopt.org/page/gaza-strip-electricity-supply>. Accessed 23 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Today's top news: Occupied Palestinian Territory, Haiti. Official website of the United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, 19 April 2024 c. Available at: <https://www.unocha.org/news/todays-top-news-occupied-palestinian-territory-haiti>. Accessed 23 April 2024.
- UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST (UNRWA). *Education day 2024: end to conflict is imperative for a return to learning in Palestine. Official website of the United Nations Relief and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East*, 24 January 2024 a. Available at: <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/education-day-2024-end-conflict-imperative-return-learning-palestine>. Accessed 22 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Frontline heroes: the race against the clock to avert famine. Official website of the United Nations Relief and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East*, 18 March 2024 b. Available at: <https://www.unrwa.org/newsroom/features/unrwaworks-frontline-heroes-race-against-clock-avert-famine>. Accessed 15 May 2024.
- \_\_\_\_\_. *Situation report #99 on the situation in the Gaza strip and the West Bank, including East Jerusalem. Official website of the United Nations Relief and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East*, 4 April 2024 c. Available at: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-99-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem>. Accessed 26 May 2024.
- \_\_\_\_\_. *UNRWA Situation Report #100 on the situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem. Official website of the United Nations Relief and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East*, 9 April 2024 d. Available at: [https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-100-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem?\\_cf\\_chl\\_tk=YUr8pE3lTm3wR4BIQSmV60NMYSI4JZSeuWVyKkn8FJU-1713837197-0.0.1.1-1855](https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-100-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem?_cf_chl_tk=YUr8pE3lTm3wR4BIQSmV60NMYSI4JZSeuWVyKkn8FJU-1713837197-0.0.1.1-1855). Accessed 23 April 2024.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). *What is the Security Council? Official Website of the United Nations Security Council*, 2024. Available at: <https://www.un.org/securitycouncil/content/what-security-council>. Accessed 21 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict. Report of the Secretary-General. Promotion and protection of the rights of children: promotion and protection of the rights of children*, 9 June 2020. New York, 9 June 2020, S/2020/525. Available at: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2F2020%2F525&Lang>





- [guage=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](#). Accessed 22 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict. Report of the Secretary-General. Promotion and protection of the rights of children: promotion and protection of the rights of children*, 5 June 2023. New York, 5 June 2023, S/2023/363. Available at: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2F2023%2F363&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accessed 22 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1261 - Children and armed conflict*. Adopted by the Security Council at its 4037<sup>th</sup> meeting, on 25 August 1999, S/RES/1261. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/278324?v=pdf>. Accessed 21 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1612 - Children and armed conflict*. Adopted by the Security Council at its 5235<sup>th</sup> meeting, on 26 July 2005, S/RES/1612. Available at: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1612\(2005\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1612(2005)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accessed 19 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1882 (2009) - Children and armed conflict*. Adopted by the Security Council at its 6176<sup>th</sup> meeting, on 4 August 2009, S/RES/1882. Available at: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1882\(2009\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1882(2009)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accessed 23 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1998 (2011) - Children and armed conflict*. Adopted by the Security Council at its 6581<sup>st</sup> meeting, on 12 July 2011, S/RES/1998. Available at: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1998\(2011\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1998(2011)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accessed 23 May 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2068 (2012) - Children and armed conflict*. Adopted by the Security Council at its 6838<sup>th</sup> meeting, on 19 September 2012, S/RES/2068. Available at: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2068\(2012\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2068(2012)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accessed 23 May 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2143 (2014) - Children and armed conflict*. Adopted by the Security Council at its 7129<sup>th</sup> meeting, on 7 March 2014, S/RES/2143. Available at: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2143\(2014\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2143(2014)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accessed 23 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2225 (2015) - Children and armed conflict*. Adopted by the Security Council at its 7466<sup>th</sup> meeting, on 18 June 2015, S/RES/2225. Available at: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2225\(2015\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2225(2015)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False).





- [5\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](#). Accessed 23 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2427 (2018) - Children and armed conflict*. Adopted by the Security Council at its 8305<sup>th</sup> meeting, on 9 July 2018, S/RES/2427. Available at: [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_res\\_2427.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2427.pdf). Accessed 26 May 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2601 (2021) - Children and armed conflict*. Adopted by the Security Council at its 8889<sup>th</sup> meeting, on 29 October 2021, S/RES/2601. Available at: [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_res\\_2601.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2601.pdf). Accessed 26 May 2024.
- \_\_\_\_\_. Statement by the President of the Security Council. Held at Headquarters, New York, on 19 June 1998, S/PRST/1998/18. Available at: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPRST%2F1998%2F18&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accessed 22 April 2024.
- WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). *Hunger in Gaza: Famine findings a 'dark mark' on the world, says WFP Palestine country director*. Official website of World Food Programme, 18 March 2024. Available at: <https://www.wfp.org/stories/hunger-gaza-famine-findings-dark-mark-world-says-wfp-palestine-country-director>. Accessed 21 April 2024.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report 47*. Jerusalem: World Health Organization, 2020. Available at: <https://who18.createsend.com/campaigns/reports/viewCampaign.aspx?d=j&c=99FA4938D049E3A8&ID=89ADFDDCAFDDB0EFF2540EF23F30FEDED&temp=False&tx=0&source=Report>. Accessed 23 April 2024.





## UN REFERENCES

This section presents important sources from UN bodies on Children and Armed Conflict. The annual reports of the Secretary-General on the topic are documents that provide updates about the situation of children around the world, covering especially the six grave violations committed against them. The resolutions are the documents that express the decisions of the UNSC. In this sense, each document will be discussed with a summary, along with pages and paragraphs with highlighted information. Further, other relevant documents prepared by UN agencies and funds will be presented. Lastly, official websites of the UN system that contain information, data, reports, and updates on Children and Armed Conflict and the situation in the Occupied Palestinian Territory will be introduced.

### Reports of the Secretary-General

#### 2023 Secretary-General's Annual Report on Children and Armed Conflict

The 2023 Secretary-General's Annual Report on Children and Armed Conflict noted with worry the escalation of violations against children's rights, especially the increase in the number of deaths and maiming around the main conflicts in the world (p. 1). In Palestine, the misuse of force by Israel was highlighted by the Secretary-General as a problem to be remedied (p. 12). Also, the number of children found dead in hospitals and schools has increased due to the focus on the destruction of such buildings (p. 11-13). The denial of humanitarian access was also reported as a critical and constantly escalating problem in the Occupied Palestinian Territory due to the increased conflict tensions (p. 13). However, the report pointed to an improvement in the cooperation between states to promote the safety of children, through their protection and reintegration into society (p. 2).

#### 2022 Secretary-General's Annual Report on Children and Armed Conflict

The 2022 Secretary-General's Annual Report on Children and Armed Conflict discussed the increase in the number of children killed and maimed,





mainly due to military operations and airstrikes, and in the abduction and forced recruitment (p. 3). The increase in attacks on civil infrastructure, such as hospitals and schools, was also highlighted (p. 13). Furthermore, the report found serious violations committed against children in the West Bank, East Jerusalem, Gaza Strip, and Israel (p. 13-15). These violations included detentions of Palestinian children by Israeli forces, often with reports of ill-treatment, and the killing and mutilation of children by both Israeli forces and Palestinian armed groups (p. 13). The UN also verified impediments to humanitarian access by Israeli forces and Palestinian armed groups (p. 15).

### **2021 Secretary-General's Annual Report on Children and Armed Conflict**

The 2021 Secretary-General's Annual Report on Children and Armed Conflict discussed the impact of the COVID-19 pandemic on the situation of children in conflict zones and the six grave violations. The report states that the pandemic made children more vulnerable to these violations due to school closures and hospital restrictions, therefore also limiting their access to safe spaces and protection services (p. 3). Specifically, regarding Israel and Palestine, the United Nations verified a total of 1,031 grave violations committed by parties in conflict against 343 children, from January 2020 to December 2020 (p. 12). The most frequently identified violations were the denial of humanitarian access, detention, and maiming of children. Although there was a decrease in the overall number of identified violations compared to previous years, the report highlighted concerns about the data gathered and the use of disproportional force by Israeli forces (p. 12-14).

## **Resolutions**

### **Resolution 2601 (2021) - 29 October 2021 (S/RES/2601)**

In this resolution, the UNSC emphasized the commitment to address the widespread impact of armed conflict, including disruption in education and long-term consequences for peace, security, and development (preambular paragraph 2). It recognized armed group's increased use of







schools for military purposes, which increased the chances of targeted military attacks (preambular paragraph 9). As such, the UNSC highlighted that education should be a fundamental priority for the international community. It condemned the military use of schools and called for measures to ensure that their civilian nature is respected (paragraph 6). The UNSC also urged the rehabilitation and repair of schools to restore safe access and guarantee the right to education for children (paragraph 9). It also highlighted the importance of mental health support for children affected by conflict and the need for equitable access to education, especially considering the COVID-19 pandemic (paragraphs 13 and 26). Finally, the UNSC underscored the role of international collaboration in protecting education in conflict zones and reaffirmed the commitment to this issue (paragraph 27).

#### **Resolution 2427 (2018) - 09 July 2018 (S/RES/2427)**

In this resolution, the UNSC recognized the contribution of regional organizations in protecting and reintegrating children affected by armed conflict and encouraged them to continue child protection (operative paragraph 11). It expressed deep concern regarding the violations of International Humanitarian Law and human rights abuses committed by non-state armed groups, reaffirming the importance of addressing, through raising awareness and education, the recruitment of children in those armed groups (operative paragraphs 17 and 18). The UNSC also condemned attacks on schools and urged Member States to take concrete measures to stop them (operative paragraph 16).

#### **Resolution 2225 (2015) - 18 June 2015 (S/RES/2225)**

Although the UNSC acknowledged the progress made in preventing and responding to violations committed against children (preambular paragraph 3), it also remained, in this resolution, concerned about the lack of progress in situations where parties faced no consequences for violating International Humanitarian Law and recalled the importance of punishing the responsible





parties for crimes against children (preambular paragraph 4, 5, and 17). The Council also reiterated how children must not be deprived of their liberty and supported reintegration and rehabilitation of children, including access to healthcare, psychological support, and education programs (preambular paragraph 18). The UNSC expressed deep concern regarding abuses and violations of applicable international law against children, such as abduction, recruitment as soldiers, killing and maiming, and sexual violence (operative paragraph 12), as it reaffirmed the importance of the Reporting Mechanism (operative paragraph 9) and urged Member States to maintain child protection (operative paragraph 15).

## **Other publications**

### **UNRWA Situation Report 108 on the situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem (13-19 May 2024)**

This report, organized by the UN Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA), presents a current overview of the situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem, and highlights how UNRWA is trying to respond to the conflict escalation and provide humanitarian aid and civilian protection.

### **UNICEF: Escalation Humanitarian Situation Report No. 24 (18 April to 1 May 2024)**

The report of the United Nations Children’s Emergency Fund (UNICEF) presents an overview of the situation in the Occupied Palestinian Territory focusing on the humanitarian needs of the population and the reality of children. It provides information about UNICEF’s responses and funding for addressing the needs of the affected population in the Gaza Strip. This includes initiatives related to Water, Sanitation, and Hygiene (WASH) (p. 5), child protection efforts, education programs (p. 5), and health support, such as the enhanced restoration of primary healthcare services through field hospitals and operational primary health care centers (p. 3).





### **WHO: Emergency Situation Report, Issue 31 (7 October 2023 to 18 May 2024)**

In this report provided by the World Health Organization (WHO), there is information about each Palestinian region regarding health issues, fatalities, and injuries. It also includes information on health facilities, such as the current data on damaged or non-operational hospitals (p. 1). Lastly, the document presents data on diseases that affect the Occupied Palestinian Territory in graphics (p. 2).

### **Official websites**

#### **United Nations Security Council (UNSC)**

This is the official website of the UN Security Council. In it, you can access any type of UNSC document, such as press statements, resolutions, Secretary-General reports, letters, and speeches. The documents are separated by topic and year; thus, you can search for “Children and Armed Conflict” by pressing “Ctrl+F” or in the “Search the UN” search bar.

#### **United Nations Children’s Fund (UNICEF)**

This is the official website of the UN Children’s Fund (UNICEF), the UN body designated to defend and guarantee children’s rights. In it, you can find UNICEF research, reports, data, and publications, as well as information on its work around the world. To find publications on Children and Armed Conflict, you need only to reach for the search bar, type in the topic, and be directed to all available content.

#### **United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (UNOCHA)**

The UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (UNOCHA) is one of the main actors helping affected Palestinians across the Occupied Palestinian Territory. Its website presents important reports and data about the situation in the region, as well as news and updates.





### **United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR)**

This is the official website of the Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR), the most important UN entity mandated to promote and protect human rights for all. In it, you can find important information about the entity's work in fulfilling its mandate, as well as resources such as reports, news, and statements, including those referencing the Occupied Palestinian Territory.

### **United Nations Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict (OSRSG-CAAC)**

This is the official website of the Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict (OSRSG-CAAC), the UN entity responsible for protecting children affected by armed conflict. In it, you can find more information about the Office and its mandate, as well as news, the latest activities, messages, and how to take action to protect children affected by armed conflict.

### **United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA)**

The UN Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA) is a UN agency created to defend and guarantee the human rights of Palestinian refugees. On their official site, you can find press releases, official statements, emergency reports, photos, and videos from UNRWA, as well as information about the agency and its work. Pressing on the three bars in the top right-hand corner of the website will take you to the menu, which will lead you to available articles.





## **EXTRA RESOURCES**

This section includes publications and media from sources not affiliated with the UN. All the extra resources address specific issues regarding the situation in the Occupied Palestinian Territory, with a focus on children in armed conflict.

### **Security Council Report**

The Security Council Report operates independently and does not take a position on issues discussed by the UNSC, but rather covers all meetings and discussions, thus being a very informative source. Its website updates subjects discussed by the UNSC, emphasizing formal and informal meetings, documents, and negotiations, both old and new. The website offers detailed and backstage information on Children and Armed Conflict.

### **Defense for Children International - Palestine**

Defense for Children International (DCI) is an organization that advocates for the rights of Palestinian children in the Occupied Palestinian Territory. Since 1991, DCI-Palestine has exposed severe human rights violations, represented Palestinian children in Israeli military courts, and worked to end the military arrest of children by Israeli forces. The organization also addressed issues of child recruitment, fatalities, and injuries.

### **Born in Gaza (2015)**

“Born in Gaza” is an immersive documentary film focused on the violence of the Israel-Palestine conflict and its effects on the children in the Gaza Strip. The documentary follows the story of ten children who tell what their daily life is like, after the horror of the war in Gaza in the summer of 2014. All the children highlight the challenges presented in the Research Guide Introduction – the attacks on civil infrastructure such as schools and





hospitals, the disruption of the right to education, and famine and food insecurity – and how they affect children’s future.

### **Fauda (2015)**

“Fauda” is a television series that shows both sides of the Israel-Palestine conflict. Doron, commander of the Israeli Special Forces, and his team are inside the Palestinian Territory looking for Hamas fighter Abu-Ahmed. Meanwhile, Ahmed tries to escape with his family, eternally fighting against Israel. This series is important because it highlights the conflict between Palestinian armed groups and Israeli forces, emphasizing the precarious living conditions faced by Palestinians, particularly children.

### **Photos: Israel’s war on Gaza’s children - Aljazeera (2023)**

“Israel’s War on Gaza’s Children” presents a gallery featuring photos of injured and displaced children, highlighting the devastating impact of the conflict on the youngest and most vulnerable. The exhibit also provides numbers of child deaths and details the actions of Israeli forces contributing to the crisis. This set of photos is essential for the debate, as it emphasizes the human perspective on the vulnerability and precariousness that children experience in the Occupied Palestinian Territory.







## DATABASES

This section presents three databases with detailed quantitative information regarding the situation of children in the Occupied Palestinian Territory.

### **Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS)**

The Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS) is a government organization that aims to develop and enhance the Palestinian official statistical system, based on legal grounds that organize the data collection process and utilization for statistical purposes. In the sector of statistics, it is possible to use the filters and access data that demonstrate the impact of the armed conflict in the Occupied Palestinian Territory on the population and in areas such as education, economy, and others.

### **Humanitarian Data Exchange (HDX)**

The Humanitarian Data Exchange (HDX) is an open data platform managed by the UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) through its Centre for Humanitarian Data. Launched in 2014, the platform centralizes and brings critical data on humanitarian crises, offering a comprehensive repository that includes statistics on affected populations, available resources, humanitarian needs, and other relevant metrics. HDX fosters collaboration among humanitarian agencies, non-governmental organizations, governments, and other involved actors, promoting transparency and the sharing of essential information for crisis management.

### **Statista**

A platform for online statistics, Statista provides data and information from a variety of sources, including media, economy, industry, consumer, demography, and more. It gathers information from several reliable sources, including government databases, market reports, opinion polls, and scholarly publications, and presents it in one convenient location. Researchers,





analysts, journalists, and business professionals utilize the site extensively to obtain knowledge and support for making decisions based on data. This database also serves as a tactile and numerical tool for visualizing the impact of armed conflict on children.





## OFFICIAL POSITION OF COUNCIL MEMBERS

The UNSC is composed of fifteen members: five are permanent and ten are elected by the UNGA for a two-year term. The five permanent members are those who won the Second World War: China, France, Russia, the United Kingdom, and the United States. The ten non-permanent members are elected according to a regional distributive principle: five countries must be elected from Africa and Asia (being one of the seats reserved for one Arabian country from either continent), one country from Eastern Europe, two countries from Latin America and the Caribbean, and two countries from Western Europe (United Nations, 2024).

The UNSC can also include observers on certain topics, such as in the case of Open Debate meetings on Children and Armed Conflict. The observers do not have voting rights but can make statements and be both countries and international organizations. For the FAMUN UNSC simulations, the observers will be Palestine, South Africa, UNICEF, and UNWRA. Bearing this in mind, this section presents the official position of Council Members and Observers on Children and Armed Conflict in the Occupied Palestinian Territory. It is a starting point for delegates to begin their research and better represent their position during the simulation.

### Permanent Members

#### China

China affirms that the issue of children and armed conflict should be tackled by preventing and resolving conflicts around the world, while also respecting the principle of sovereignty when cooperating and providing support to them (United Nations Security Council, 2015, p. 17-18). China expresses its concern over the situation of children in the Occupied Palestinian Territory, highlighting the severity of the attacks happening in schools and hospitals, the killing and maiming of children, the denial of humanitarian access, and the recruitment of children as soldiers (United Nations Security Council, 2022, p. 24-25). The country also affirms that donor





countries should assist in conflict areas around the Middle East and opposes the reduction of humanitarian assistance as a form of political move, considering a major problem when political intentions overcome humanitarian aid to children. Likewise, China states that unilateral sanctions directly affect the ability to help children in those areas. China indicates that Resolution 2728 (2024), which established a ceasefire in the Gaza Strip, is the best way to provide humanitarian aid for children (Permanent Mission of the People’s Republic of China to the UN, 2024).

### **France**

France is very concerned about children in armed conflict and the violations committed against them, emphasizing the urgent need to combat their suffering (United Nations Security Council, 2023 b, p. 10). France believes that the recruitment of children as soldiers is unforgivable, as well as their use as hostages to guarantee political advantages, and highlights the importance of reintegrating them into society. France encourages efforts to protect internally displaced and refugee children. In the Occupied Palestinian Territory, France has addressed the illegality of Israeli settlements according to international law, as these settlements create circumstances for a crisis that could further harm resident children (United Nations Security Council, 2017 a, p. 24-26). France supports the efforts made by the UN system and the work of the United Nations Children’s Fund (UNICEF) to help children. The country also urges other Member States to protect children in conflict by signing and ratifying the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child and by endorsing the Paris Commitments<sup>9</sup> (United Nations Security Council, 2019, p. 15-16; United Nations Security Council, 2022, p. 12-13).

---

<sup>9</sup> For more information on the Paris Principles and Commitments on Children Associated with Armed Forces or Armed Groups, see: <https://www.unicef.org/media/113631/file/UNI-Paris-Principles-and-Commitments-FAQ-21.pdf>.





### **Russian Federation**

The Russian Federation is concerned about the topic of children and armed conflict and stresses the importance of the Convention on the Rights of the Child, which provides the rights to life and development for children, access to education, healthcare, and their protection from all forms of violence (United Nations Security Council, 2022, p. 21). Russia is also concerned about the persistent violence in the Occupied Palestinian Territory, resulting from the attacks of Israel, which consistently causes the death of children and the destruction of educational institutions and hospitals (United Nations Security Council, 2024 g, p. 7). Additionally, Russia criticized the suspension of funding for the UN Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA), which is one of the main agencies that assist the children affected by the conflict, and also criticized Israel's authorities for denying humanitarian access for children and using hunger as a war instrument (Permanent Mission of The Russian Federation to the United Nations, 2024). As a result, Russia emphasizes the necessity for a diplomatic dialogue between the parties in conflict and the international community, so a more sustainable environment can be established for children (United Nations Security Council, 2024 i, p. 3-4).

### **United Kingdom**

The United Kingdom is concerned about the situation of children trapped in armed conflict and urges all Member States to take measures aimed at preventing the grave violations committed against children, such as sexual violence, killing, maiming, and recruitment by armed groups. The United Kingdom also condemns the attacks from both Israel and Hamas against schools and hospitals and the denial of humanitarian aid to children (United Nations Security Council, 2024 e, p. 18-19). More specifically, the United Kingdom expresses its concern about the situation of children in the Occupied Palestinian Territory. The country condemns all acts of violence against children, including acts of terror, provocation, and destruction, mainly





in the West Bank and Gaza Strip (United Nations Security Council, 2024 f, p. 11). According to the United Kingdom, effective humanitarian aid requires an integration strategy that not only provides relief but also involves a firm call for Israel to prioritize the safety of infrastructure and civilians. The United Kingdom is concerned about defenseless Palestinian children who are dying from famine, lack of infrastructure, and agonizing medical operations. Additionally, the country supports two actions to acquire peace and stability in the region: a plan to revitalize the Palestinian Authority and a meaningful dialogue between the parties in conflict (United Nations Security Council, 2024 g, p. 17).

### **United States**

The United States considers it crucial to protect children and defends that such an agenda continues to be a priority to the UNSC in all its work, urging all Member States to criminalize violations against children in national laws and to guarantee that UN peacekeeping missions have child protection capacity (United Nations Security Council, 2022, p. 12). The matter of ensuring life-saving assistance, such as access to nutrition, water, and healthcare, to children is also an important point for the United States and the country's strong support of the United Nations Children's Fund (UNICEF) reflects that (United Nations Security Council, 2019, p. 14). The country also highlights how armed conflict impacts children, citing the violations and abuse they suffer, the lack of access to education and humanitarian assistance, and the jeopardizing environment. The United States notes that the situation in the Occupied Palestinian Territory has been extremely harmful to children and demands that both parties in conflict do more to protect civilians and take all necessary steps to ensure the flow of humanitarian assistance, especially to children (United Nations Security Council, 2024 d, p. 18).







## Elected Members

### Algeria

Algeria strongly condemns the continued recruitment of children as soldiers and defends that this issue should be an essential component of post-conflict programs. The country welcomes the integration of the protection of the rights of children in peacekeeping missions and expresses support for this matter to be considered during peace negotiations (United Nations Security Council, 2004, p. 9). Algeria encourages programs in the post-conflict scenario of disarmament, demobilization, and reintegration of children, and condemns all types of sexual exploitation against them (United Nations Security Council, 2005, p. 27-28). The country also calls for urgent UNSC action in the Occupied Palestinian Territory and emphasizes the suffering of children, as well as condemns starvation as a weapon of war used by the Israeli government. Algeria encourages the monitoring and vigilance mechanism, proposing more binding measures to stop the usage of children as soldiers, as well as supports a ceasefire to end the violence (United Nations Security Council, 2005, p. 28; United Nations Security Council, 2024 b, p. 8).

### Ecuador

Regarding the topic of Children and Armed Conflict, Ecuador affirms that it is essential to guarantee the protection and well-being of children and basic resources for them. In addition, the country condemns children's involvement in any armed conflict. Ecuador expresses extreme concern about the conflict in the Occupied Palestinian Territory, especially regarding the rights of affected children. The worsening situation is exacerbating hunger and increasing fears of the escalation of violence, which could disproportionately affect children if the conflict spreads to other regions. Ecuador affirms that the actions committed by Israel are causing damage to civilians, including children. The country states that examinations that were carried out in shelters and health centers show that 16 percent of children





under two years old are malnourished, with 3 percent suffering from the most severe form of malnutrition due to difficult humanitarian access. The use of hunger as a military tactic in northern Gaza and the attacks on civilian infrastructure are also a cause for concern. For these reasons, Ecuador calls upon the UNSC to take more effective actions regarding the violations that are being committed against children in the Occupied Palestinian Territory (United Nations Security Council, 2024 b, p. 12; 2024 h, p. 16-17).

### **Guyana**

Guyana believes that children's lives must be improved with protection and care, and it is necessary to strengthen their education, access to clean water, sanitation, and hygiene, as well as reverse child poverty. The country agrees with collective action and is determined to work with Council Members to address the matter of children in armed conflict (United Nations Children's Fund, 2020). Regarding the situation in the Occupied Palestinian Territory, Guyana is extremely concerned about the reports of cruel, inhumane, and degrading treatment of children in the region, and condemns the six grave violations being committed against them. The country is particularly alarmed by the high number of children killed and injured, emphasizing the responsibility of both parties in conflict to fully and unconditionally respect and uphold International Humanitarian Law (Permanent Mission of the Cooperative Republic of Guyana to the United Nations, 2023; United Nations Security Council, 2024 h, p. 8-9). Therefore, Guyana urges the Council to take effective measures, such as a ceasefire, to end once and for all children's human rights violations in the Occupied Palestinian Territory (United Nations Security Council, 2024 b, p. 6-7).

### **Japan**

Japan condemns any activity that puts the protection of children and their quality of life at risk, including the worrisome consequences of the attacks on hospitals and schools, which not only rob children of their lives





but also violate their fundamental rights to education and health (International Court of Justice, 2023 a, p. 3-5). Japan also believes that action against landmines contributes to preventing severe violations against children and ensuring their freedom from fear. Therefore, Japan has supported the removal of landmines and the promotion of education about their risks. Japan also emphasizes the importance of a monitoring system to inspect whether children's rights are being violated, thus enabling the assessment of impacts on children and the implementation of measures to protect them (United Nations Security Council, 2017, p. 18). Japan believes that lack of access to education contributes to the escalation of severe violations against children; therefore, the country has made various contributions to the UN Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) to provide emergency digital education and school meals for children. Japan calls for mutual work between Member States and the UN to remove impediments hindering children's ability to pave their future (Permanent Mission of Japan to the United Nations, 2023, p. 1).

### **Malta**

Malta is alarmed by the increasing number of grave violations committed against children by Israeli forces in the Occupied Palestinian Territory, such as killing and maiming, attacks on schools and hospitals, and the denial of humanitarian access (United Nations Security Council, 2023 a, p. 9). Malta reiterates that the denial of humanitarian assistance and the use of hunger as a weapon of war constitute war crimes: after nearly 7 months of conflict, one in three children is severely malnourished in Gaza (United Nations Security Council, 2024 b, p. 10). Malta, as Chair of the Working Group on Children and Armed Conflict, is actively collaborating with the Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict in building capacities to ensure child protection and further deepen the analysis of how gender norms have shaped children's exposure to each of the grave violations across various contexts (United Nations Security





Council, 2023 b, p. 9-10). Malta urges continued support for the Children and Armed Conflict mandate from the Special Representative in the Council and will do its utmost to ensure a consensus to protect children in all situations, especially in armed conflict (United Nations Security Council, 2023 c, p. 10).

### **Mozambique**

Mozambique expresses extreme concern about and condemns the continued trend of violations of children's fundamental rights, including murder, mutilation, sexual violence, psychological torture, and the recruitment of child soldiers (United Nations Security Council, 2023 b, p. 16-17). In this regard, the country calls attention to the situation of children in the Occupied Palestinian Territory, highlighting the unfolding humanitarian crisis, with endless deaths, forced displacement, and hunger (United Nations Security Council, 2024 c, p. 16). Given this, Mozambique points out that the cutting off of funds for the UN Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA) will be harmful to the entire population, of which more than half are children. The country states that the deaths are not being caused solely by bombs and weapons, but also by the lack of food, access to drinking water, lack of electricity, and the destruction of hospitals (United Nations Security Council, 2024 e, p. 8-9). Mozambique proposes the establishment of conditions that ensure safe humanitarian access, such as the strengthening of cross-border cooperation, increasing public awareness, and advocating for unobstructed humanitarian access, thus ensuring that assistance reaches children quickly and efficiently (United Nations Security Council, 2024 a, p. 7-8).

### **Republic of Korea**

The Republic of Korea expresses great concern regarding the violence against children in armed conflict and emphasizes the importance of humanitarian access for all children, including the ones detained. As stated by the country on 3 April 2024, the denial of humanitarian access deserves





special attention, not only for its immediate effects on children but also for its long-term consequences, such as the impact on the physical and mental health of children. The Republic of Korea affirms that the Council should keep a zero-tolerance position on this, without taking into consideration any geopolitical matters. The country also highlights the importance of holding the perpetrators of the violations against children accountable, as well as guaranteeing the reintegration of children into society. On the matter of the Occupied Palestinian Territory, the Republic of Korea expresses its apprehension about the killing of humanitarian workers in the Gaza Strip and recognizes the need to improve ways of monitoring the denial of humanitarian access, since there are no defined and detailed guidelines for collecting this specific data (Ministry of Foreign Affairs, 2024; Permanent Mission of the Republic of Korea to the United Nations, 2024).

### **Sierra Leone**

Concerning the topic of children and armed conflict, Sierra Leone is extremely worried about the elevated number of grave violations being committed against children in armed conflicts (United Nations Security Council, 2024 d, p. 16). Particularly, the country acknowledges the harsh reality that innocent children have been facing in the Occupied Palestinian Territory and calls for special attention to the lack of access to essentials such as food, water, electricity, and medical supplies. Sierra Leone reiterates that children in southern Gaza can access only 1.5 to 2 liters of water per day, a portion way below the standard requirement for their survival (United Nations Security Council, 2024 f, p. 14-15). According to UNICEF, another 1 million children in Gaza need mental health and psychosocial support, and 17,000 are unaccompanied or separated from their parents (United Nations Children's Fund, 2024 a). Therefore, Sierra Leone calls for the parties to respect and comply with the 26 January 2024 order of the International Court of Justice to allow the provision of basic services, which are so desperately





needed in the Occupied Palestinian Territory, so that the necessary support can be given to children (United Nations Security Council, 2024 a, p. 15-16).

### **Slovenia**

Slovenia is very concerned about the situation of children's human rights in situations of armed conflict, appealing to combat their violation through cooperation between states (United Nations Security Council, 1998, p. 8). Advocating in favor of International Law and International Humanitarian Law, Slovenia emphasizes its willingness to assist and provide support to children who are currently affected by armed conflict by providing food, psychological rehabilitation, and physical well-being (Permanent Mission of the Republic of Slovenia to the United Nations, 2024). In the context of the Occupied Palestinian Territory, Slovenia emphasizes that the right of the Palestinian people to self-determination and protection of the children cannot be denied. The country reiterates that the parties in conflict are violating the basic rights of children and calls for a peaceful solution to improve living conditions (International Court of Justice, 2024, p. 28-30).

### **Switzerland**

Switzerland emphasizes its deep concern about the high number of grave violations against children in armed conflicts, such as attacks against schools and hospitals, denial of humanitarian access, their recruitment or use as soldiers, and their killing and maiming. Regarding the situation of children in the Gaza Strip, the country is concerned that children are dying from acute malnutrition and structural poverty caused by restrictions in the surrounding areas which prevent the arrival of supplies (United Nations Security Council, 2024 a, p. 7). In addition, Switzerland reinforced that the protection of civilians must be a priority for the UNSC (United Nations Security Council, 2023 d, p. 16-17) and that guaranteeing the right to education will prevent severe violations against children's rights. For that,







Switzerland calls for the adoption of the Safe Schools Declaration<sup>10</sup> by all states, pointing out that it will start financing and promoting education in emergency zones (United Nations Security Council, 2022, p. 32; Global Coalition to Protect Education from Attack, 2024). Switzerland also calls attention to how insufficient the information on children's trajectories in and out of armed groups is and offers support to change this through UN University research to prevent the recruitment and use of children as soldiers (United Nations Security Council, 2017 a, p. 53). Switzerland also supports the partnership of End Violence Against Children, so that every child can grow up shielded from violence (United Nations Security Council, 2018, p. 61; United Nations Security Council, 2023 a, p. 11).

## Observers

### Palestine

Palestine highlights the importance of children's rights in armed conflict and advocates for the punishment of parties involved in violating these rights, as is currently happening in the Occupied Palestinian Territory (United Nations News, 2024 c). Palestine asserts that these conflicts destroy infrastructure, such as water systems and healthcare, leading to diseases and food insecurity, which primarily affects children (United Nations News, 2024 a). The conflict in the Territory increased internal displacement and acute food insecurity, affecting 95 percent of Palestinians in Gaza, and leaving thousands injured, including 11,800 children (United Nations Children's Fund, 2024 b, p. 2). Alarming statistics reveal that, in the Gaza Strip, there are 43,300 malnourished children. Additionally, 625,000 students are deprived of access to education due to school closures in the region, denying children the fundamental right to learn and develop (United Nations Children's Fund,

---

<sup>10</sup> The Safe Schools Declaration is an inter-governmental agreement first declared in 2015, through a process led by Norway and Argentina. Its primary commitment is to strengthen the protection of education from attacks and restrict the use of schools and universities for military purposes. The first conference occurred in Norway, in May 2015, as an opportunity for countries to express support for the protection of students, schools, and universities during armed conflict (Global Coalition to Protect Education from Attack, 2024).





2024 c, p. 1). Palestine criticizes the international community for failing to protect children as outlined in the mandate of the UNSC Children and Armed Conflict and calls for international humanitarian protection and assistance (United Nations Security Council, 2023 b, p. 31). It advocates for a ceasefire, which is crucial to protect Palestinians, especially children, hindered by the restrictions and punishments of the occupying force, especially the illegal blockade of the Gaza Strip (United Nations Security Council, 2024 d, p. 5).

### **South Africa**

South Africa highlights the importance of discussing children and armed conflict and also encourages that more resources should be allocated to this topic. On the six grave violations, the country expresses its worry on the recruitment of children, stating that recruited children are primarily victims and ought to be treated as such, as well as reintegrated into society. South Africa is concerned with children's access to justice and the identification of perpetrators, arguing it is crucial to their psychological and psychosocial development into adulthood. The country encourages the incorporation of gender perspectives and women's participation as active agents in conflict resolutions, while also recognizing the vulnerability of girls during conflicts to sexual trafficking and abuse (Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 2017; 2019). South Africa defends that addressing and attempting to solve the root causes of conflicts are absolutely essential for the safety of children; thus, on December 23rd of 2023, the country filed an application to the International Court of Justice (ICJ) against the state of Israel under the allegations of its engagement in genocidal acts against the Palestinian people in Gaza, violating its obligations under the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 2018) (International Court of Justice, 2023 b).





### **United Nations Children’s Fund (UNICEF)**

UNICEF is committed to clarifying the real situation of children and young people in the Occupied Palestinian Territory and taking measures to help, which include sending specialized humanitarian aid personnel and convoys loaded with supplies, raising funds through publicity campaigns, and collaborating with countries such as Egypt, with its UNICEF cell on the border with the Gaza Strip, responsible for coordinating UNICEF’s logistical and humanitarian operations from this route. Data from April 2024 in the area revealed the following problems: high rates of malnutrition and food insecurity, several sources of water unsuitable for consumption, schools partially or totally destroyed, and a lack of personal hygiene products, especially for girls, which can cause various diseases (United Nations Children’s Fund, 2024 c, p. 1). However, UNICEF has also experienced difficulties in providing humanitarian aid in the Occupied Palestinian Territory due to recurrent attacks on the organization’s staff and convoys. Considering the worrisome situation, UNICEF calls for a ceasefire between the parties in conflict, safe and unrestricted access to humanitarian aid in the Territory, the preservation of local civilian infrastructure (including schools, hospitals, energy, and water services), the non-violation of children’s rights, and the installation of temporary health centers for the emergency care of children (United Nations Children’s Fund, 2024 d, p. 2-3; p. 4-6; p. 7-8).

### **United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA)**

The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA) is committed to providing services for registered Palestinian refugees in the Near East, such as healthcare, social services and basic education for the children, including in times of armed conflict (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 c). However, UNRWA hasn’t been able to provide assistance to refugees smoothly; with the ongoing strikes in the Occupied Palestinian





Territory, humanitarian aid has been destabilized, and a lot of areas where the agency usually works have been denied assistance, especially in the Gaza Strip. Additionally, UNRWA has been facing difficulties providing critical supplies and rotating humanitarian staff due to the military operations in Rafah, and all shelters located in the region have been forced to vacate. As of 9 June 2024, 193 UNRWA officials have been killed in the ongoing conflict (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 b). So, UNRWA urgently calls on countries that have suspended their funding to reconsider their decision, in order to prevent the disruption of its humanitarian response. Additionally, the agency urges for the safe and unhindered passage of essential supplies such as fuel, food, medicine, water and hygiene items into the Occupied Palestinian Territory, arguing that the continuation of humanitarian assistance is crucial for the survival of the people in the Near East and for maintaining regional stability (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024; United Nations News, 2024 a).

## References

- GLOBAL COALITION TO PROTECT EDUCATION FROM ATTACK (GCPEA). The Safe Schools Declaration. *Official website of the Global Coalition to Protect Education from Attack*, 2024. Available at: <https://ssd.protectingeducation.org>. Accessed 13 May 2024.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Legal Consequences arising from the Policies and Practices of Israel in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem (Request for advisory opinion submitted by the General Assembly of the United Nations)*. Haia: International Court of Justice, 23 February 2024. Available at: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/186/186-20240223-ora-02-00-bi.pdf>. Accessed 8 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *Legal Consequences arising from the Policies and Practices of Israel in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem (Request for an advisory opinion)*. *Written Statement of Japan*. Japan: International Court of Justice, 2023 a. Available at: <https://icj-cij.org/sites/default/files/case-related/186/186-20230725-wri-01-00-en.pdf>. Accessed 7 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *The Republic of South Africa institutes proceedings against the State of Israel and requests the Court to indicate provisional measures*. Haia: International Court of Justice, 29 December 2023 b. Available at:





<https://www.icj-cij.org/index.php/press-releases>. Accessed 16 June 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (MOFA). UN Security Council Open VTC on Children and Armed Conflict (Amb. Cho Hyun). *Official website of the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Korea*, 2024. Available at: [https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m\\_5461/view.do?seq=319381&srchFr=&%3BsrchTo=&%3BsrchWord=&%3BsrchTp=&%3Bmultiitmseq=0&%3Bitmseq1=0&%3Bitmseq2=0&%3Bcompany\\_cd=&%3Bcompany\\_nm=&page=1&titleNm=](https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5461/view.do?seq=319381&srchFr=&%3BsrchTo=&%3BsrchWord=&%3BsrchTp=&%3Bmultiitmseq=0&%3Bitmseq1=0&%3Bitmseq2=0&%3Bcompany_cd=&%3Bcompany_nm=&page=1&titleNm=). Accessed 28 March 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA OF JAPAN). Statement by H.E. Mr. Tsuneo Nishida; Permanent Representative of Japan to the United Nations; Open Debate on Children and Armed Conflict; Security Council. *Official website of the Ministry of Foreign Affairs of Japan*, 12 July 2011. Available at: [https://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2011/un\\_0712.html](https://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2011/un_0712.html). Accessed 7 April 2024.

PERMANENT MISSION OF JAPAN TO THE UNITED NATIONS. Statement by H.E. Ambassador SHINO Mitsuko, Deputy Permanent Representative of Japan to the United Nations, at the Open Debate on Children and Armed Conflict. *Official website of the Permanent Mission of Japan to the United Nations*, 2023. Available at: [https://www.un.emb-japan.go.jp/itpr\\_en/shino070523.html](https://www.un.emb-japan.go.jp/itpr_en/shino070523.html). Accessed 17 May 2024.

PERMANENT MISSION OF SOUTH AFRICA TO THE UNITED NATIONS. Statement by Ambassador Jerry Matjila, Permanent Representative of the Republic of South Africa to the United Nations, at the United Nations Security Council Open Debate on Children and Armed Conflict. *Official website of the Permanent Mission of South Africa to the United Nations*, 31 October 2017. Available at: [https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements\\_2017/security\\_council\\_open\\_debate\\_on\\_children\\_and\\_armed\\_conflict\\_20171031.html](https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements_2017/security_council_open_debate_on_children_and_armed_conflict_20171031.html). Accessed 16 June 2024.

\_\_\_\_\_. Statement by Ambassador Jerry Matjila, Permanent Representative of South Africa to the United Nations, on the Open Debate on Children and Armed Conflict. *Official website of the Permanent Mission of South Africa to the United Nations*, 12 Aug 2019. Available at: [https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202019/UNSC\\_children\\_and\\_armed\\_conflict\\_20190802.html](https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202019/UNSC_children_and_armed_conflict_20190802.html). Accessed 16 June 2024.

\_\_\_\_\_. Statement by H.E. Mr. Jerry Matjila, Permanent Representative of the Republic of South Africa to the United Nations, at the United Nations Security Council Open Debate on Children and Armed Conflict: “Protecting Children Today Prevents Conflicts Tomorrow”. Official website of the Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 26 July 2018. Available at: [https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202018/security\\_council\\_children\\_armed\\_conflict\\_20180709.html](https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202018/security_council_children_armed_conflict_20180709.html). Accessed 16 June 2024.





- PERMANENT MISSION OF THE COOPERATIVE REPUBLIC OF GUYANA TO THE UNITED NATIONS. Ambassador Rodrigues Birkett Delivers Remarks on the Situation in Gaza. *Official website of the Permanent Mission of The Cooperative Republic of Guyana to the United Nations*, 31 October 2023. Available at: <https://www.un.int/guyana/news/ambassador-rodrigues-birkett-delivers-remarks-situation-gaza-3>. Accessed 8 April 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA TO THE UN. Remarks by Ambassador Geng Shuang at the UN Security Council Briefing on Children and Armed Conflict. Held at Headquarters, New York. *Official website of the Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN*, 2024. Available at: [http://un.china-mission.gov.cn/eng/chinaandun/securitycouncil/thematicissues/children\\_ac/202404/t20240404\\_11276480.htm](http://un.china-mission.gov.cn/eng/chinaandun/securitycouncil/thematicissues/children_ac/202404/t20240404_11276480.htm). Accessed 8 April 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE REPUBLIC OF KOREA TO THE UNITED NATIONS. Statement at the Security Council Briefing on Children and Armed Conflict (CAAC) (Amb. Joonkook Hwang). *Official website of the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Korea*, 2024. Available at: [https://overseas.mofa.go.kr/un-en/brd/m\\_5063/view.do?seq=760389&page=1](https://overseas.mofa.go.kr/un-en/brd/m_5063/view.do?seq=760389&page=1). Accessed 5 April 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE REPUBLIC OF SLOVENIA TO THE UNITED NATIONS. Statement on Children and armed conflict. Held at Headquarters, New York. *Official website of the Ministry of Foreign and European Affairs*, 2024. Available at: <https://buildingtrust.si/statement/statement-on-children-and-armed-conflict/>. Accessed 8 April 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE RUSSIAN FEDERATION TO THE UNITED NATIONS. Statement at the Security Council Briefing on Children and Armed Conflict (CAAC) (Amb. Vassily Nebenizia). Held at Headquarters, New York. *Official website of the Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation*, 2024. Available at: <https://russiaun.ru/en/news/1030424>. Accessed 8 April 2024.
- UNITED NATIONS (UN). United Nations Charter. *Official website of the United Nations*, 2024. Available at: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Accessed 21 April 2024.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Government of Guyana committed to protecting, promoting children's rights, President says. *Official website of the United Nations Children's Fund*, 4 December 2020. Available at: <https://www.unicef.org/guyanasuriname/press-releases/government-guyana-committed-protecting-promoting-childrens-rights-president-says>. Accessed 8 April 2024.
- \_\_\_\_\_. Stories of loss and grief: At least 17,000 children are estimated to be unaccompanied or separated from their parents in the Gaza Strip. *Official website of the United Nations Children's Fund*, 2 February 2024 a. Available at: <https://www.unicef.org/press-releases/stories-loss-and-grief-least-17000-children-are-estimated-be-unaccompanied-or>. Accessed 26 May 2024.







- \_\_\_\_\_. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 21*. United Nations Children’s Fund, 2024 b. Available at: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no21>. Accessed 8 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 23*. United Nations Children’s Fund, 2024 c. Available at: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no23>. Accessed 8 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 24*. United Nations Children’s Fund, 2024 d. Available at: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no24>. Accessed 8 April 2024.
- UNITED NATIONS NEWS (UN News). Gaza: ‘Double-digit’ number of children reported killed overnight. *Official website of the United Nations News*, 26 March 2024 a. Available at: <https://news.un.org/en/story/2024/03/1147966>. Accessed 8 April 2024.
- \_\_\_\_\_. ONU pede acesso seguro para ajuda humanitária em Gaza. *Official website of the United Nations News*, 2024 b. Available at: <https://news.un.org/pt/story/2024/01/1825857>. Accessed 16 June 2024.
- \_\_\_\_\_. Security Council urged to ‘end the bloodshed’ in Gaza. *Official website of the United Nations News*, 8 April 2024 c. Available at: <https://news.un.org/en/story/2024/04/1148356>. Accessed 8 April 2024.
- UNITED NATION RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST (UNRWA). UNRWA'S Lifesaving aid may end due to funding suspension. *Official website of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees*, 2024 a. Available at: <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/unrwa's-lifesaving-aid-may-end-due-funding-suspension>. Accessed 15 June 2024.
- \_\_\_\_\_. UNRWA Situation Report #113 on the Situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem. *Official website of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees*, 2024 b. Available at: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-113-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-jerusalem#mm-2>. Accessed 15 June 2024.
- \_\_\_\_\_. Who we are. *Official website of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees*, 2024 c. Available at: <https://www.unrwa.org/who-we-are>. Accessed 15 June 2024.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). *Children and armed conflict*. Summary record of the 3896<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Monday, 29 June 1998, at 11 a.m. 29 June 1998, S/PV.3896. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/256293?ln=en&v=pdf>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 4898<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 20 January 2004, at 10 a.m. 20 January 2004, S/PV.4898. Available at:





- <https://digitallibrary.un.org/record/512633?ln=en&v=pdf>. Accessed 27 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 5129<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 23 February 2005, at 10 a.m. 23 February 2005, S/PV.5129. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/542077?ln=en&v=pdf>. Accessed 27 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 7466<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Thursday, 18 June 2015, at 10 a.m. 18 June 2015, S/PV.7466. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/795299?ln=en&v=pdf>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8082<sup>nd</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 31 October 2017, at 10 a.m. 31 October 2017 a, S/PV.8082. Available at: [http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_pv\\_8082.pdf](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_pv_8082.pdf). Accessed 26 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8805<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Monday, 9 July 2018, at 10 a.m. 9 July 2018, S/PV.8305. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/1634090?v=pdf>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8591<sup>st</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Friday, 2 August 2019, 10.15 a.m. 2 August 2019, S/PV.8591. Available at: <https://undocs.org/s/pv.8591>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9096<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 19 July 2022, at 10 a.m. 19 July 2022, S/PV.9096. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/3981813?ln=fr&v=pdf>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9258<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Monday, 13 February 2023, at 10 a.m. 13 February 2023 a, S/PV.9258. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4003355?v=pdf>. Accessed 23 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9366<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 5 July 2023 b, at 10 a.m. 5 July 2023, S/PV.9366. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4015046?ln=en&v=pdf>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9366<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 5 July 2023, at 3 p.m. 5 July 2023 c, S/PV.9366 (Resumption 1). Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4014910?ln=en&v=pdf>. Accessed 28 March 2024.





- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9594<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 3 April 2024, at 11 a.m. 3 April 2024 a, S/PV.9594. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4044446?ln=en&v=pdf>. Accessed 15 May 2024.
- \_\_\_\_\_. *Protection of civilians in armed conflict*. Summary record of the 9560<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 27 February 2024, at 3 p.m. 27 February 2024 b, S/PV.9560. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4039362?ln=en&v=pdf>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 8072<sup>nd</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 18 October 2017, at 10 a.m. 18 October 2017 b, S/PV.8072. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/1310522?ln=en&v=pdf>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 9498<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Friday, 8 December 2023, at 10 a.m. 8 December 2023 d, S/PV.9498. Available at: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPV.9498&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accessed 9 April 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 9531<sup>st</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Friday, 12 January 2024, at 3 p.m. 12 January 2024 c, S/PV.9531. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4034996?ln=en>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 9534<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 23 January 2024, at 2 p.m. 23 January 2024 d, S/PV.9534. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4036129?ln=en>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 9540<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 31 January 2024, at 11 a.m. 31 January 2024 e, S/PV.9540. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4037057?ln=en&v=pdf>. Accessed 27 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 9552<sup>nd</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 20 February 2024, at 10 a.m. 20 February 2024 f, S/PV.9552. Available at: <https://undocs.org/S/PV.9552>. Accessed 28 March 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 9556<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New





York, on Thursday, 22 February 2024, at 10.20 a.m. 22 February 2024 g, S/PV.9556. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4039152?ln=en&v=pdf>. Accessed 28 March 2024.

\_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9572<sup>nd</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Monday, 11 March 2024, at 3 p.m. 11 March 2024 h, S/PV.9572. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4041662?ln=en&v=pdf>. Accessed 28 March 2024.

\_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9584<sup>th</sup> meeting. Held at Headquarters, New York, on Friday, 22 March 2024, at 9 a.m. 22 March 2024 i, S/PV.9584. Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/4042257?ln=en&v=pdf>. Accessed 28 March 2024.



# CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS

**5 - 8 SEPTIEMBRE 2024**

Presencial | Campus FACAMP



# GUÍA DE INVESTIGACIÓN



# GUIA DE INVESTIGACIÓN

## CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS

### LA CUESTIÓN DE LOS NIÑOS Y CONFLICTOS ARMADOS EN EL TERRITORIO PALESTINO OCUPADO

#### Autores

Gabriel Vicentini	Marina Vendramini
Henrique Giordano	Mirella Boaventura
Ian Miola	Otávio Morais
João Paulo Torezan	Samuel Ferreira
Kaiani Angelim	Tainá Corrêa
Leticia Toledo	Thaís Oliveira
Mariana Lazaretti	Vitória Bugi
Mariana Nunes	Vitória Camargo
Marielly de Moraes	Yasmin Alves

#### Orientadoras

Professora Roberta Silva Machado  
Professora Rúbia Marcussi Pontes







## SUMÁRIO

PREFACIO	3
INTRODUCCIÓN	5
REFERENCIAS DE LA ONU	22
Informes del Secretario General	22
Resoluciones	24
Otras Publicaciones	26
Sitios Web Oficiales	27
RECURSOS ADICIONALES	29
BASES DE DATOS	31
POSICIÓN OFICIAL DE LOS MIEMBROS DEL CONSEJO	33
Miembros Permanentes	33
China	33
Francia	34
Federación de Rusia	35
Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte	35
Estados Unidos de América	36
Miembros no Permanentes	37
Argelia	37
Ecuador	37
Guyana	38
Japón	39
Malta	39
Mozambique	40
República de Corea	41
Sierra Leona	41
Eslovenia	42
Suiza	43
Observadores	43
Palestina	43
Sudáfrica	44
Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF)	45
Agencia de las Naciones Unidas de Asistencia a los Refugiados de Palestina en el Oriente Próximo (UNRWA)	46
REFERENCIAS	47





## PREFACIO

Distinguidos(as) Delegados(as),

Nos gustaría comenzar este mensaje agradeciéndoles por participar en la 11ª edición del Modelo de Naciones Unidas de FACAMP (FAMUN) y unirse a las simulaciones del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (CSNU).

El Secretariado del CSNU de FAMUN 2024 elaboró esta Guía de Investigación para ayudar a los(as) delegados(as) a prepararse para las sesiones de simulación con recursos útiles sobre el mandato del CSNU y la historia de las discusiones sobre La Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados. Además, en nuestra simulación nos enfocaremos en la Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados en el Territorio Palestino Ocupado, que incluye la Franja de Gaza, Cisjordania y Jerusalén Oriental.

El CSNU adoptó su primera resolución sobre La Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados en 1999, reconociendo los severos y numerosos efectos que los conflictos armados tienen sobre los niños. Para informar a los delegados del CSNU sobre el tema, la Introducción de este Guía discutirá las seis violaciones graves perpetradas contra los niños por las partes en conflicto: el asesinato y la mutilación, el reclutamiento y uso de niños como soldados, la violencia sexual, el secuestro, los ataques contra escuelas y hospitales, y la negación del acceso humanitario. La Introducción también abordará las violaciones contra los niños cometidas en el Territorio Palestino Ocupado, con un enfoque en la destrucción de la infraestructura civil, la interrupción del derecho a la educación y el hambre e inseguridad alimentaria.

Además, esta Guía de Investigación presenta documentos esenciales de la ONU y recursos adicionales, así como las opiniones de los Estados Miembros y Observadores del CSNU sobre el tema, para fomentar discusiones productivas y aspirar a una resolución unánime que proteja los derechos de los niños y detenga las graves violaciones cometidas contra ellos en el Territorio Palestino Ocupado.

Finalmente, al participar en FAMUN 2024, los(las) delegados(as) podrán desarrollar importantes habilidades de negociación, comunicación y





persuasión. FAMUN también es un espacio para conocer nuevas personas y construir amistades con otros(as) delegados(as), en un esfuerzo por ver más allá de nuestras diferencias y lograr consensos a través del trabajo en equipo. También es una oportunidad para mejorar significativamente su competencia en lenguas extranjeras, como el inglés y el español.

Esperamos que FAMUN 2024 sea una experiencia enriquecedora que les permita pensar más allá de su realidad sobre cuestiones internacionales, así como debatir y proponer soluciones innovadoras a asuntos globales urgentes. ¡Les invitamos a actuar ahora y hacer la diferencia!

Cordialmente,

**Otávio Morais**

*Presidente CSNU Universidad*

**Mariana Nunes**

*Directora CSNU Universidad*





## INTRODUCCIÓN

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (CSNU), como uno de los seis órganos<sup>1</sup> principales de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), fue establecido en 1945 y convocó su sesión inaugural en enero de 1946, en Londres. Su autoridad y operaciones están delineadas en los Capítulos V, VI, VII y VIII de la Carta de las Naciones Unidas, y su mandato principal es mantener la paz y la seguridad internacionales, actuando en nombre de los Estados miembros de las Naciones Unidas de acuerdo con sus propósitos y principios (United Nations, 2024; United Nations Security Council, 2024).

El CSNU está compuesto por quince miembros: cinco permanentes<sup>2</sup> y diez miembros no permanentes, elegidos por la Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU) por períodos de dos años. Además, el Consejo cuenta con una Presidencia rotativa mensual, siguiendo el orden alfabético en inglés de los nombres de los Estados miembros (United Nations Security Council, 2024).

Diferente de la mayoría de los órganos de la ONU, el CSNU no se basa en el consenso sino en la votación para adoptar una resolución. Cada miembro del Consejo tiene un voto afirmativo, lo que requiere un mínimo de nueve votos positivos, incluidos los de los miembros permanentes, para adoptar una resolución. Pero los Estados miembros tienen la opción de abstenerse si así lo desean. Además, según el Capítulo VII de la Carta de las Naciones Unidas, las resoluciones del Consejo de Seguridad son jurídicamente vinculantes y los 193 Estados miembros de las Naciones Unidas acuerdan aceptar y ejecutar las decisiones del Consejo (Naciones Unidas, 2024; United Nations Security Council, 2024).

Las preocupaciones iniciales sobre el tema de los niños y los conflictos armados fueron llevadas a la Asamblea General de las Naciones Unidas por

---

<sup>1</sup> Los seis órganos principales de las Naciones Unidas son la Asamblea General (AGNU), el Consejo de Seguridad (CSNU), el Consejo Económico y Social (ECOSOC), el Consejo de Administración Fiduciaria, el Secretariado y la Corte Internacional de Justicia (CIJ) (Naciones Unidas, 2024).

<sup>2</sup> China, Francia, Rusia, Reino Unido y Estados Unidos (Naciones Unidas, 2024).





el Comité de los Derechos del Niño en 1994, con la Resolución 48/157<sup>3</sup> (United Nations General Assembly, 1994). La resolución expresó una profunda preocupación por la situación de los niños en los conflictos armados en todo el mundo y fue seguida por el nombramiento de Graça Machel, entonces Ministra de Educación de Mozambique, como experta para presentar un informe sobre el impacto de los conflictos armados en los niños. El informe fue presentado en 1996 a la Asamblea General de las Naciones Unidas con la recomendación de nombrar un representante especial sobre los niños y los conflictos armados (Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, 2023).

Esta nominación se logró con la Resolución 51/77, de 1997, que también creó el mandato del Representante Especial del Secretario General para la cuestión de los niños y los conflictos armados (United Nations General Assembly, 1997, p. 4-7). En 1998, Portugal, entonces Presidente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, hizo una Declaración Presidencial después del primer debate sobre el tema, reconociendo la importancia del mandato y apoyándolo (United Nations Security Council, 1998).

En 1999, el Consejo de Seguridad adoptó su primera resolución sobre la cuestión los niños y los conflictos armados (S/RES/1261), que condenó y calificó como crímenes de guerra el reclutamiento y el uso de niños como soldados en conflictos armados. Además, la resolución señala seis violaciones graves contra los niños cometidas por las partes en conflicto: asesinatos y mutilaciones, violencia sexual, secuestro de niños, ataques contra escuelas y hospitales, denegación de acceso humanitario y reclutamiento de niños como soldados (United Nations Security Council, 1999, p. 1)

La resolución también expresó preocupación por el impacto perjudicial del conflicto armado en los niños y sus consecuencias a largo plazo para la paz, la seguridad y el desarrollo duraderos. También instó a todas las partes en conflictos armados a garantizar que durante las negociaciones de paz se

---

<sup>3</sup> Al principio, el tema recibió un nombre diferente: Protección de los niños afectados por los conflictos armados (Asamblea General de las Naciones Unidas, 1994).





tuvieran en cuenta la protección, el bienestar y los derechos de los niños. La resolución también apoyó el trabajo en curso del Representante Especial del Secretario General para la Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados, del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR), así como de otras entidades y organizaciones de las Naciones Unidas que apoyan a los niños afectados por conflictos armados (United Nations Security Council, 1999, p. 1-4).

Desde entonces, el principal objetivo del Consejo, al abordar los niños y los conflictos armados, ha sido salvaguardar el bienestar y los derechos de los niños y al mismo tiempo promover la paz y la seguridad, siguiendo su mandato (United Nations, 2022, p. 9-11). En este sentido, entre 2005 y 2021, el CSNU discutió temas cruciales para la protección de la niñez y adoptó resoluciones enfatizando la importancia del monitoreo a través de mecanismos gubernamentales y no gubernamentales. En este sentido, la Resolución 1612 (2005) trajo avances significativos con la creación del Mecanismo de Supervisión y Presentación de Informes (MRM, en inglés) y el Grupo de Trabajo sobre los Niños y los Conflictos Armados, compuesto por Estados Miembros del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (United Nations Security Council, 2005).

El MRM es responsable por recopilar información y datos sobre las graves violaciones cometidas contra los niños en los conflictos armados a través de la cooperación entre gobiernos, entidades de la ONU y actores de la sociedad civil. Luego, los datos se compilan en informes, que son recibidos y revisados por el Grupo de Trabajo. El Grupo considera estos informes para tomar acciones informadas para salvaguardar eficazmente a los niños afectados por conflictos armados (United Nations Security Council, 2005, p. 1-5)

Además, en 2009, con la Resolución 1882, el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas continuó discutiendo la importancia de los actores que apoyan a los niños, como UNICEF y las organizaciones no gubernamentales







(ONG), para monitorear y denunciar violaciones graves contra los niños (United Nations Security Council, 2009, págs. 1-5).

Entre 2011 y 2014, las seis violaciones graves y la destrucción de la infraestructura civil palestina estuvieron en el centro de las discusiones del Consejo de Seguridad de la ONU. En 2011, con la Resolución 1998, el Consejo condenó la destrucción de escuelas y hospitales, así como el uso de dichas estructuras con fines militares, lo que se considera una grave violación (United Nations Security Council, 2011, p. 1-6). La necesidad de cooperación entre Estados y organizaciones regionales para combatir el asesinato y la mutilación de niños fue un tema recurrente en los debates de 2012, con la Resolución 2068 (United Nations Security Council, 2012, p. 1-3). En 2014, proteger las escuelas y garantizar el acceso al derecho a la educación durante los conflictos fueron temas clave en las discusiones del Consejo, que culminaron en la Resolución 2143 (United Nations Security Council, 2014, p. 1-6).

La Resolución 2225, adoptada en 2015, expresó la profunda preocupación del Consejo por el secuestro y la privación de la libertad de niños, a menudo por grupos armados, seguido de otros abusos y violaciones del derecho internacional que pueden considerarse crímenes de guerra. Como tal, la Resolución instó a los Estados Miembros y organizaciones a tomar medidas para la liberación inmediata de estos niños de los grupos armados y a actuar para su rehabilitación y reintegración (United Nations Security Council, 2015, p. 4).

Además, con la Resolución 2427, adoptada en 2018, el CSNU destacó la importancia de la diplomacia, de la mediación y de la paz para proteger a las futuras generaciones del flagelo de la guerra, al tiempo que buscó la reintegración y rehabilitación de los niños afectados. También enfatizó la necesidad de una financiación sostenible a largo plazo de los programas psicosociales y de salud mental en contextos humanitarios, para garantizar que todos los niños afectados reciban apoyo oportuno y adecuado y que sus opiniones sean consideradas en actividades educativas (United Nations Security Council, 2018, p. 1).





En 2021, el Consejo priorizó la educación a través de la Resolución 2601, afirmando que esta debe ser una prioridad fundamental para la comunidad internacional. Se solicitó a los Estados Miembros que desarrollaran medidas efectivas para prevenir ataques a escuelas y su uso como bases militares, para garantizar la seguridad de las escuelas, de los estudiantes y del personal educativo, alentando la acción inmediata para rehabilitar, reparar o reemplazar las escuelas atacadas (United Nations Security Council, 2021, p. 1-3).

Sin embargo, el CSNU no es el único órgano de la ONU que discute los derechos de los niños, ya que existe una estructura normativa previamente desarrollada para la protección de los derechos de los niños bajo dos áreas principales: los Derechos Humanos y el Derecho Internacional Humanitario<sup>4</sup>. En este sentido, es importante considerar las convenciones internacionales y protocolos, como la Convención sobre los Derechos del Niño de 1989 y sus Protocolos Facultativos, así como el Cuarto Convenio de Ginebra relativo a la Protección de las Personas Civiles en Tiempo de Guerra (1949) y sus respectivos Protocolos Adicionales, para proporcionar una base sólida de conceptos introducidos en la jurisprudencia internacional y eventos anteriores.

En 1989, líderes mundiales se reunieron en la Sede de la ONU en Nueva York para adoptar una convención en nombre de todos los niños, con el objetivo de proteger y cumplir sus derechos irrevocables. Estos líderes redactaron la Convención sobre los Derechos del Niño, consolidando la comprensión de que los niños no son posesiones de sus padres y tienen derechos propios. En este contexto, los líderes mundiales demostraron un compromiso histórico con el bienestar de los niños en todo el mundo al adoptar la Convención sobre los Derechos del Niño (Office of the High Commissioner for Human Rights, 2024).

---

<sup>4</sup> Según el Comité Internacional de la Cruz Roja (2004), "el derecho internacional humanitario es un conjunto de normas que, por razones humanitarias, buscan limitar los efectos de los conflictos armados. Protege a las personas que no están participando o que han dejado de participar en las hostilidades y restringe los medios y métodos de guerra. El derecho internacional humanitario también se conoce como el derecho de la guerra o el derecho de los conflictos armados".





Hoy en día, la Convención es el tratado de derechos humanos<sup>5</sup> más ampliamente ratificado. Más niños ahora reciben la nutrición y atención médica que requieren para sobrevivir y crecer, y existen medidas más robustas para protegerlos del abuso y la explotación. Esto ha llevado a los gobiernos a modificar las leyes y políticas nacionales e invertir en estas áreas (United Nations Children’s Fund, 2024).

Junto con la Convención, existen los Protocolos Facultativos sobre la participación de los niños en conflictos armados, que sirven como complemento a la Convención al traer nuevos acuerdos y definiciones, como la criminalización de los crímenes sexuales contra niños y la participación de niños en conflictos armados. Adoptado en 2000 por la AGNU<sup>6</sup>, el Primer Protocolo entró en vigor en julio de 2002 y tiene como objetivo detener el reclutamiento ilegal de niños como soldados, especificando una edad mínima de reclutamiento de dieciocho años. El Segundo Protocolo entró en vigor en enero de 2002 y prohíbe la trata de niños, la pornografía infantil y la prostitución infantil (Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, 2024).

Otros tratados importantes que abarcan el Derecho Internacional Humanitario y garantizan la protección de los niños durante los conflictos armados son el Cuarto Convenio de Ginebra (IVCG)<sup>7</sup> y sus Protocolos Adicionales de 1977<sup>8</sup>. El Cuarto Convenio de Ginebra se ocupa de la protección

---

<sup>5</sup> La Convención sobre los Derechos del Niño ha sido ratificada por 196 naciones, algunas de las cuales han expresado objeciones o reservas. Todos los miembros de la ONU, excepto los Estados Unidos, han ratificado o reconocido los derechos especificados para los niños menores de dieciocho años o por debajo de la edad de mayoría de cada Estado (Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, 2024).

<sup>6</sup> Actualmente, el Protocolo Facultativo sobre la participación de menores en los conflictos armados ha sido ratificado por 173 partes. Siete Estados han firmado el Protocolo, pero aún no lo han ratificado, mientras que 17 otros aún no lo han firmado ni ratificado (Oficina del Representante Especial del Secretario General para los Niños y los Conflictos Armados, 2024).

<sup>7</sup> El Cuarto Convenio de Ginebra fue adoptado en 1949, el mismo año en que los Primero, Segundo y Tercero Convenios de Ginebra fueron revisados y actualizados. Es por eso que todos los Convenios a menudo se denominan los Convenios de Ginebra de 1949. Sin embargo, el Cuarto Convenio de Ginebra se refiere específicamente a la protección de las personas civiles en tiempo de guerra e incluye los derechos específicos de los niños.

<sup>8</sup> Protocolo Adicional a los Convenios de Ginebra de 1949 relativo a la Protección de las Víctimas de los Conflictos Armados Internacionales (Protocolo I) y Protocolo Adicional a los





de los civiles durante la guerra y, dada la especial vulnerabilidad de los niños, establece disposiciones específicas sobre las obligaciones de los Estados hacia ellos, como la evacuación, el establecimiento de zonas especiales, la asistencia y el cuidado, la identificación, la reunificación familiar y los niños no acompañados, la educación, el entorno cultural y la exención de la pena de muerte (International Committee of the Red Cross, 2003, p. 1; International Committee of the Red Cross, 2014).

Además, el IVCG deja claro que los hospitales civiles (es decir, aquellos que demuestran su naturaleza civil y se abstienen de utilizar sus instalaciones para fines que puedan comprometer su protección) deben ser siempre respetados y protegidos por las partes involucradas en el conflicto armado y bajo ninguna circunstancia deben ser atacados. Del mismo modo, enfatiza la importancia de proporcionar todas las facilidades posibles para la continuación de los estudios o la exploración de nuevas disciplinas, asegurando así la educación de niños y jóvenes (International Humanitarian Law Database, 2024 a, p. 175-176; p. 200).

A pesar de la creación y adopción del Cuarto Convenio de Ginebra, ha habido un aumento continuo en el número de víctimas de conflictos armados no internacionales y guerras internas, demostrando la insuficiencia del IVCG para proteger adecuadamente a las víctimas ((International Humanitarian Law Databases, 2024 a). En este contexto, se consideró necesaria la adopción de los Protocolos Adicionales de 1977 para reforzar la protección de las víctimas de conflictos armados internacionales (Protocolo Adicional I) y conflictos armados no internacionales (Protocolo Adicional II), imponiendo límites a la manera en que se llevan a cabo las guerras (International Committee of the Red Cross, 2014; International Humanitarian Law Database, 2024 b).

Entre las víctimas principales de los conflictos armados se encuentran los niños, que no solo enfrentan dificultades físicas y psicológicas, sino que también participan en ellos, un tema que diferencia a los Protocolos

---

Convenios de Ginebra de 1949 relativo a la Protección de las Víctimas de los Conflictos Armados No Internacionales (Protocolo II), adoptados el 8 de junio de 1977.

©Facultades de Campinas 2024





Adicionales I y II. En este sentido, el Protocolo Adicional I exige a los Estados tomar todas las medidas posibles para evitar que los niños menores de quince años participen directamente en las hostilidades, prohibiendo expresamente su reclutamiento en las fuerzas armadas y alentando a las partes a priorizar el reclutamiento entre los niños entre quince y dieciocho años (Art. 77). El Protocolo Adicional II va aún más lejos, prohibiendo tanto el reclutamiento como la participación - directa o indirecta - en las hostilidades por parte de niños menores de quince años (Art. 4, párrafo 3c) (International Committee of the Red Cross, 2003, p. 1-2).

La situación en el Territorio Palestino Ocupado, que incluye la Franja de Gaza, Cisjordania y Jerusalén Oriental, ha sido caracterizada por una violencia extrema durante décadas, debido a los constantes ataques israelíes a la infraestructura civil, el desplazamiento forzado, la destrucción de hospitales y escuelas, y el hambre de la población palestina. Este entorno es extremadamente perjudicial para la población que vive allí, de los cuales 2,3 millones son niños - cuya vida cotidiana ha estado marcada por la pobreza y la inseguridad, poniendo en peligro su desarrollo y causando que necesiten urgentemente ayuda humanitaria (Save The Children, 2024).

En Cisjordania, los casos de demolición de viviendas y desplazamiento forzado impiden que los niños vivan una vida digna con derechos humanos garantizados. Del mismo modo, los ataques militares en Gaza han afectado a niños y no combatientes y violado el Derecho Internacional Humanitario. Además de la negación de ayuda humanitaria, cientos de miles de niños están muriendo de hambre. Por eso es tan importante que el Consejo de Seguridad discuta La cuestión de los Niños y los Conflictos Armados con un enfoque en el Territorio Palestino Ocupado (Save The Children, 2024).

Las seis violaciones graves contra los niños, mencionadas anteriormente, han escalado masivamente en el Territorio Palestino Ocupado desde el 7 de octubre de 2023, cuando las hostilidades entre Israel y Hamas retomaron fuerza. En este contexto, más de 2.3 millones de niños están sufriendo, más de 13,800 fueron asesinados y más de 12,009 resultaron heridos entre octubre de 2023 y mayo de 2024. Además, el 84 por ciento de





las instalaciones de salud fueron destruidas y 625,000 niños están fuera de la escuela en Gaza, ya que el sistema educativo ha colapsado (Save the Children, 2024; United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in The Near East, 2024 c). Todo esto equivale a un intento de deshumanizar a los palestinos, especialmente a los niños, y constituye una grave violación de los derechos de los niños, sino también de la Convención sobre los Derechos del Niño de 1989 y sus Protocolos Facultativos, así como del IVCG y sus Protocolos Adicionales.

Por lo tanto, al observar la situación de los niños en el Territorio Palestino Ocupado, se pueden identificar tres desafíos importantes. En primer lugar, desde el comienzo del conflicto, ha habido un desplazamiento forzado significativo de personas, impulsado por el bombardeo de infraestructuras básicas como escuelas, hospitales y hogares (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024). En segundo lugar, ha habido una interrupción del derecho a la educación, ya que las instalaciones educativas no están siendo utilizadas debido a ataques y bombardeos. Finalmente, como otra consecuencia del conflicto, los niños están sufriendo severamente de inseguridad alimentaria y falta de agua (Integrated Food Security Phase Classification, 2024).

La destrucción de la infraestructura civil en el Territorio Palestino Ocupado ocurre desde 2009, cuando el ejército israelí ocupó infraestructuras palestinas para uso gubernamental o fueron demolidas. Desde entonces, los palestinos han sufrido la demolición de sus hogares, hospitales y escuelas, que puede incluir el bombardeo, desmantelamiento, confiscación o cierre de estructuras (o partes de estructuras) por parte del gobierno israelí. La situación ha empeorado continuamente hasta el día de hoy y ha alcanzado su punto máximo debido al conflicto directo que comenzó en octubre de 2023. Por ejemplo, desde el 5 de marzo de 2024 hasta mayo de 2024, se demolieron 10,528 estructuras privadas (como casas y tiendas) en Cisjordania, lo que llevó al desplazamiento forzado de personas (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 a).







No tener un lugar seguro para vivir pone en grave peligro el desarrollo de los niños al no proporcionarles una vida segura, una buena educación, salud mental y la perspectiva de tener un futuro (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 a). El tema de la destrucción de hospitales también representa un problema grave, ya que los niños están muriendo debido a la falta de acceso a tratamientos y medicinas. Hasta el 7 de abril de 2024, solo algunos de los 36 hospitales regionales primarios y solo 8 de los 24 centros de salud de la Agencia de las Naciones Unidas para los Refugiados de Palestina (UNRWA) estaban operativos, y estos tenían restricciones significativas en los servicios que podían ofrecer (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 d).

Además, durante la última década, la Franja de Gaza ha sufrido problemas crónicos de electricidad, lo que ha puesto en peligro las ya frágiles condiciones de vida de la población y ha afectado severamente la disponibilidad de servicios esenciales, como salud, agua y saneamiento (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 b). Desde septiembre de 2020, los medicamentos esenciales han estado casi en niveles cero, poniendo en peligro la vida de los más vulnerables, como pacientes de trasplantes, hemodiálisis y oncología, y se suspendieron aproximadamente 13,000 cirugías electivas (World Health Organization, 2020).

Además, informes recientes del Secretario General indican un aumento en los ataques dirigidos contra escuelas, obstaculizando la educación de millones de niños en países en situaciones de conflicto, como el Territorio Palestino Ocupado. En junio de 2020, la ONU verificó 4 incidentes relacionados con el uso militar de escuelas palestinas por parte de las fuerzas israelíes, además de otras 242 interferencias que comprometieron el acceso de los niños palestinos a la educación. Por ejemplo, el uso de gas lacrimógeno, granadas sónicas y disparos de munición real dentro y alrededor de los terrenos escolares dejó a aproximadamente 48,000 niños palestinos sin poder presentarse a la escuela (United Nations Security Council, 2020, p. 13).





Además, según el Informe S/2023/363 sobre La Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados de junio de 2023, hubo un aumento del 112 por ciento en los ataques contra escuelas desde el último informe, especialmente en el Territorio Palestino Ocupado (United Nations Security Council, 2023, p. 3). Todas las escuelas de la UNRWA en la Franja de Gaza han sido cerradas, privando de educación a más de 300,000 niños. La mayoría de estas escuelas ha sido afectada en su infraestructura y ahora sirven como refugios. Además, las escuelas de la UNRWA en Cisjordania y Jerusalén Oriental también han sido atacadas. Según el Education Cluster, al menos 782,000 estudiantes ya fueron afectados (United Nations Relief Agency and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 a).

El hambre también se ha convertido en una realidad en el Territorio Palestino Ocupado, según la Clasificación Integrada de Fase de Seguridad Alimentaria (IPC) para la inseguridad alimentaria aguda. De acuerdo con la Organización Mundial de la Salud (OMS), el 90 por ciento de los niños menores de dos años enfrentan una grave pobreza alimentaria en Gaza, consumiendo como máximo dos grupos de alimentos el día anterior. Considerando esta evidencia, más del 95 por ciento de los adultos redujeron su consumo de alimentos para que sus hijos tuvieran algo que comer, lo que refleja la realidad de los niños palestinos (United Nations Relief Agency and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 b).

La restricción del acceso humanitario en el Territorio Palestino Ocupado obstaculiza directamente el acceso a suministros básicos para la supervivencia, como alimentos. Si se facilitara el acceso, el Programa Mundial de Alimentos (PMA) podría ampliar rápidamente su capacidad para proporcionar suficiente comida para más de 1 millón de personas más necesitadas al mes; como ejemplo, durante la breve pausa en los enfrentamientos en noviembre de 2023, las agencias pudieron duplicar los puntos de distribución y traer cuatro veces más ayuda de la que traerían en una semana promedio de conflicto (World Food Programme, 2024).

Otro problema preocupante es la falta de productos de higiene personal y saneamiento, lo que provoca enfermedades y condiciones que se





agravan por la ausencia de acceso a tratamientos y hospitales. Los niños palestinos se enferman aún más, y sin posibilidades de tratamiento, están muriendo. Además, para 2022, más del 97 por ciento del agua en Gaza fue considerada no apta para el consumo humano debido a la contaminación. En enero de 2024, la OMS reportó casos de diarrea que afectaron a más de la mitad de los niños menores de cinco años debido a la falta de saneamiento básico (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2022; 2024 c).

Por lo tanto, considerando la catastrófica situación de los niños en el Territorio Palestino Ocupado, los(las) delegados(as) del CSNU de FAMUN 2024 deberán considerar tres cuestiones:

1. Considerando que la destrucción de infraestructura civil en el Territorio Palestino Ocupado afecta no sólo a escuelas y hospitales, sino también a instalaciones de tratamiento de agua, generación de energía y hogares, ¿cómo puede el CSNU garantizar la protección de estas instalaciones y el acceso de los niños a ellas?
2. ¿Cómo puede el CSNU garantizar la no interrupción del derecho a la educación en el Territorio Palestino Ocupado, con el objetivo no solo de proteger las instituciones educativas durante el conflicto armado, sino también de salvaguardar toda la estructura educativa, incluyendo el transporte de estudiantes y la disponibilidad de personal?
3. ¿Cómo puede el CSNU tomar medidas para garantizar el flujo libre e ininterrumpido de alimentos y agua para los niños y estimular la producción de alimentos dentro del Territorio Palestino Ocupado, dadas las limitadas posibilidades agrícolas actuales y la contaminación generalizada del agua?

## Referencias

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (ICRC). *Legal Protection of Children in Armed Conflict*. Geneva: International Committee of the Red Cross, 2003. Disponible en: <https://www.icrc.org/en/document/legal-protection-children-armed-conflict-factsheet>. Accedido el 22 de abril de 2024.





- \_\_\_\_\_. The Geneva Conventions of 1949 and their Additional Protocols. *Sitio oficial del International Committee of the Red Cross*, 1 enero 2014. Disponible en: <https://www.icrc.org/en/document/geneva-conventions-1949-additional-protocols>. Accedido el 22 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. What is International Humanitarian Law? Advisory Service on International Humanitarian Law, julio 2004. Disponible en: [https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/what\\_is\\_ihl.pdf](https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/what_is_ihl.pdf). Accedido el 7 de junio de 2024.
- INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION (IPC). Gaza Strip: Hostilities leave the entire population highly food insecure and at risk of Famine. *Sitio oficial del Integrated Food Security Phase Classification*, 2024. Disponible en: <https://www.ipcinfo.org/ipcinfo-website/alerts-archive/issue-94/en/>. Accedido el 20 de mayo de 2024.
- INTERNATIONAL HUMANITARIAN LAW DATABASE (IHL). Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War. Geneva, 12 agosto 1949. *Sitio oficial del International Humanitarian Law Database*, 2024 a. Disponible en: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gciv-1949>. Accedido el 22 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of Non-International Armed Conflicts (Protocol II), 8 junio 1977. *Sitio oficial del International Humanitarian Law Database*, 2024 b. Disponible en: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/apii-1977>. Accedido el 19 de mayo de 2024.
- OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). Humanitarian Access Snapshot - Gaza Strip, 1-31 March 2024. *Sitio oficial del Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, 6 abril 2024. Disponible en: <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-access-snapshot-gaza-strip-1-31-march-2024>. Accedido el 20 de mayo de 2024.
- OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). Human Rights Instrument: Convention of the Rights of the Child. *Sitio oficial del Office of the High Commissioner for Human Rights*, 2024. Disponible en: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>. Accedido el 15 de mayo 2024.
- OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL FOR CHILDREN AND ARMED CONFLICT (OSRSG CAAC). Graça Machel and the Impact of Armed Conflict on Children. *Sitio oficial del Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*, 2023. Disponible en: <https://childrenandarmedconflict.un.org/about/the-mandate/mandate/the-machel-reports/>. Accedido el 22 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. Optional Protocol on the Involvement of Children in Armed Conflict. *Sitio oficial del United Nations for Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*, 2024.





- Disponible en: <https://childrenandarmedconflict.un.org/tools-for-action/opac/>. Accedido el 20 de abril de 2024.
- SAVE THE CHILDREN. Occupied Palestinian Territory. *Sitio oficial del Save the Children*, 2024. Disponible en: <https://opt.savethechildren.net/#>. Accedido el 20 de mayo de 2024.
- UNITED NATIONS (UN). United Nations Charter. *Sitio oficial de las United Nations*, 2024. Disponible en: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Accedido el 21 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. Study on the evolution of the Children and Armed Conflict mandate (1996-2021). *Sitio oficial del Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*, 2022. Disponible en: <https://childrenandarmedconflict.un.org/wp-content/uploads/2022/01/Study-on-the-evolution-of-the-Children-and-Armed-Conflict-mandate-1996-2021.pdf>. Accedido el 21 de abril de 2024.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Convention on the Rights of the Child. *Sitio oficial del United Nations Children's Emergency Fund*, 2024. Disponible en: <https://www.unicef.org/child-rights-convention>. Accedido el 21 de abril de 2024.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Resolution 48/157 – Protection of children affected by armed conflicts*. Aprobada por la Asamblea General en su 48ª sesión, 7 de marzo de 1994, A/RES/48/157. Disponible en: <https://www.undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F48%2F157&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accedido el 22 de Abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 51/77 – The rights of the child*. Aprobada por la Asamblea General en su 51ª sesión, 20 de enero de 1997, A/RES/51/77. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/233153?v=pdf>. Accedido el 15 de mayo de 2024.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). Reconnecting water, restoring lives. *Sitio oficial del United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, 18 julio 2022. Disponible en: <https://www.ochaopt.org/content/reconnecting-water-restoring-lives>. Accedido el 23 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. Data on demolition and displacement in the West Bank. *Sitio oficial del United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, 18 abril 2024 a. Disponible en: <https://www.ochaopt.org/data/demolition>. Accedido el 23 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. Electricity in the Gaza Strip. *Sitio oficial del United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, 2024 b. Available at <https://www.ochaopt.org/page/gaza-strip-electricity-supply>. Accedido el 23 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. Today's top news: Occupied Palestinian Territory, Haiti. *Sitio oficial del United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, 19 abril 2024 c. Disponible en: <https://www.unocha.org/news/todays->





- [top-news-occupied-palestinian-territory-haiti](#). Accedido el 23 de abril de 2024.
- UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST (UNRWA). Education day 2024: end to conflict is imperative for a return to learning in Palestine. *Sitio oficial del United Nations Relief and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East*, 24 enero 2024 a. Disponible en: <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/education-day-2024-end-conflict-imperative-return-learning-palestine>. Accedido el 22 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. Frontline heroes: the race against the clock to avert famine. *Sitio oficial del United Nations Relief and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East*, 18 marzo 2024 b. Disponible en: <https://www.unrwa.org/newsroom/features/unrwaworks-frontline-heroes-race-against-clock-avert-famine>. Accedido el 15 de mayo de 2024.
- \_\_\_\_\_. Situation report #99 on the situation in the Gaza strip and the West Bank, including East Jerusalem. *Sitio oficial del United Nations Relief and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East*, 4 abril 2024 c. Disponible en: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-99-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem>. Accedido el 26 de mayo de 2024.
- \_\_\_\_\_. UNRWA Situation Report #100 on the situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem. *Sitio oficial del United Nations Relief and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East*, 9 abril 2024 d. Disponible en: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-100-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem?cfchltk=YUr8pE3lTm3wR4BIQSmV60NMYSl4JZSeuWVyKkn8FJU-1713837197-0.0.1.1-1855>. Accedido el 23 de abril de 2024.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). What is the Security Council? *Sitio oficial del United Nations Security Council*, 2024. Disponible en: <https://www.un.org/securitycouncil/content/what-security-council>. Accedido el 21 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict. Report of the Secretary-General*. Promotion and protection of the rights of children: promotion and protection of the rights of children, 9 de junio de 2020. Nueva York, 9 de junio de 2020, S/2020/525. Disponible en: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2F2020%2F525&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accedido el 22 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict. Report of the Secretary-General*. Promotion and protection of the rights of children: promotion and protection of the rights of children, 5 de junio de 2023. Nueva York, 5 de junio de 2023, S/2023/363. Disponible en: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2F2023%2F363&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accedido el 22 de abril de 2024.







- \_\_\_\_\_. *Resolution 1261 - Children and armed conflict*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4037ª sesión, 25 de agosto de 1999, S/RES/1261. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/278324?v=pdf>. Accedido el 21 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1612 - Children and armed conflict*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 5235ª sesión, 26 de julio de 2005, S/RES/1612. Disponible en: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1612\(2005\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1612(2005)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accedido el 19 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1882 (2009) - Children and armed conflict*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6176ª sesión, 4 de agosto de 2009, S/RES/1882. Disponible en: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1882\(2009\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1882(2009)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accedido el 23 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 1998 (2011) - Children and armed conflict*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6581ª sesión, 12 de julio de 2011, S/RES/1998. Disponible en: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1998\(2011\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1998(2011)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accedido el 23 de mayo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2068 (2012) - Children and armed conflict*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6838ª sesión, 19 de septiembre de 2012, S/RES/2068. Disponible en: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2068\(2012\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2068(2012)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accedido el 23 de mayo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2143 (2014) - Children and armed conflict*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7129ª sesión, 7 de marzo de 2014, S/RES/2143. Disponible en: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2143\(2014\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2143(2014)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accedido el 23 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2225 (2015) - Children and armed conflict*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7466ª sesión, 18 de junio de 2015, S/RES/2225. Disponible en: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2225\(2015\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2225(2015)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Accedido el 23 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2427 (2018) - Children and armed conflict*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8305ª sesión, 9 de julio de 2018, S/RES/2427. Disponible en: [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_res\\_2427.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2427.pdf). Accedido el 26 de mayo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Resolution 2601 (2021) - Children and armed conflict*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 8889ª meeting, 29 de octubre 2021,





- S/RES/2601. Disponible en:  
[https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_res\\_2601.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2601.pdf). Accedido el 26 de mayo de 2024.
- \_\_\_\_\_. Statement by the President of the Security Council. Celebrada en la sede, Nueva York, el lunes, 19 de junio de 1998, S/PRST/1998/18. Disponible en:  
<https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPRST%2F1998%2F18&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>.  
Accedido el 22 de abril de 2024.
- WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). Hunger in Gaza: Famine findings a 'dark mark' on the world, says WFP Palestine country director. *Sitio oficial del World Food Programme*, 18 marzo 2024. Disponible en:  
<https://www.wfp.org/stories/hunger-gaza-famine-findings-dark-mark-world-says-wfp-palestine-country-director>. Accedido el 21 de abril de 2024.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report 47*. Jerusalem: World Health Organization, 2020. Disponible en:  
<https://who18.createsend.com/campaigns/reports/viewCampaign.aspx?d=j&c=99FA4938D049E3A8&ID=89ADFDDCAFDDB0EFF2540EF23F30FED&temp=False&tx=0&source=Report>. Accedido el 23 de abril 2024.





## REFERENCIAS DE LA ONU

Esta sección presenta importantes fuentes de organismos de la ONU sobre La Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados. Los Informes Anuales del Secretario General sobre el tema son documentos que proporcionan actualizaciones sobre la situación de los niños en todo el mundo, cubriendo especialmente las seis graves violaciones cometidas contra los niños. Las Resoluciones son los documentos que expresan las decisiones del Consejo de Seguridad de la ONU. En este sentido, cada documento se analizará con un resumen, junto con páginas y párrafos con información destacada. Además, se presentarán otros documentos relevantes preparados por agencias y fondos de las Naciones Unidas. Por último, se introducirán los sitios web oficiales del sistema de la ONU que contienen información, datos, informes y actualizaciones sobre la Cuestión de los Niños y Conflictos Armados y la situación en el Territorio Palestino Ocupado.

### Informes del Secretario General

#### Informe Anual del Secretario General sobre la Cuestión de los Niños y Conflictos Armados de 2023

El Informe Anual 2023 del Secretario General sobre la Cuestión de los Niños y Conflictos Armados señaló con preocupación la escalada de violaciones a los derechos de los niños, especialmente el aumento en el número de muertes y mutilaciones en torno a los principales conflictos del mundo (p. 1). En Palestina, el uso indebido de la fuerza por parte del Estado de Israel fue señalado por el Secretario General como un problema que debe remediarse (p. 12). Además, el número de niños encontrados muertos en hospitales y escuelas ha aumentado debido a la destrucción de dichos edificios (p. 11-13). También se informó que la denegación del acceso humanitario se ha convertido en un problema crítico y constantemente creciente en el Territorio Palestino Ocupado debido al aumento de las tensiones del conflicto (p. 13). Sin embargo, el informe señaló una mejora en





la cooperación entre los Estados para promover la seguridad de los niños, a través de su protección y reintegración en la sociedad (p. 2).

### **Informe Anual del Secretario General sobre la Cuestión de los Niños y Conflictos Armados de 2022**

El Informe Anual 2022 del Secretario General sobre la Cuestión de los Niños y Conflictos Armados analizó el aumento en el número de niños muertos y mutilados, principalmente debido a operaciones militares y ataques aéreos, así como en el secuestro y reclutamiento forzado (p. 3). También se destacó el aumento de los ataques a la infraestructura civil, como hospitales y escuelas (p. 13). Además, el informe encontró graves violaciones cometidas contra niños en Cisjordania, Jerusalén Oriental, la Franja de Gaza e Israel (p. 13-15). Estas violaciones incluyeron detenciones de niños palestinos por parte de las fuerzas israelíes, a menudo con informes de maltrato, y el asesinato y mutilación de niños por parte de las fuerzas israelíes y los grupos armados palestinos (p. 13). La ONU también verificó obstáculos al acceso humanitario por parte de las fuerzas israelíes y los grupos armados palestinos (p. 15).

### **Informe Anual del Secretario General sobre la Cuestión de los Niños y Conflictos Armados de 2021**

El Informe Anual 2021 del Secretario General sobre la Cuestión de los Niños y Conflictos Armados abordó el impacto de la pandemia de COVID-19 en la situación de los niños en las zonas de conflicto y las seis graves violaciones. El informe señala que la pandemia hizo a los niños más vulnerables a estas violaciones debido al cierre de escuelas y las restricciones hospitalarias, limitando así su acceso a espacios seguros y servicios de protección (p. 3). Específicamente, con respecto a Israel y Palestina, las Naciones Unidas verificaron un total de 1.031 graves violaciones cometidas por las partes en conflicto contra 343 niños, de enero de 2020 a diciembre de 2020 (p. 12). Las violaciones más frecuentemente identificadas fueron la denegación del acceso humanitario, la detención y la mutilación de niños.





Aunque hubo una disminución en el número total de violaciones identificadas en comparación con años anteriores, el informe destacó preocupaciones sobre los datos recopilados y el uso de fuerza desproporcionada por parte de las fuerzas israelíes (p. 12-14).

## Resoluciones

### **Resolución 2601 (2021) - 29 de octubre de 2021 (S/RES/2601)**

En esta resolución, el Consejo de Seguridad de la ONU enfatizó el compromiso de abordar el impacto generalizado de los conflictos armados, incluida la interrupción de la educación y las consecuencias a largo plazo para la paz, la seguridad y el desarrollo (párrafo preambular 2). Reconoció el aumento del uso de escuelas por parte de los grupos armados para fines militares, lo que aumentó las posibilidades de ataques militares dirigidos (párrafo preambular 9). Como tal, el Consejo de Seguridad de la ONU destacó que la educación debe ser una prioridad fundamental para la comunidad internacional. Condenó el uso militar de las escuelas y pidió medidas para garantizar que se respete su carácter civil (párrafo 6). El Consejo de Seguridad también instó a la rehabilitación y reparación de las escuelas para restaurar el acceso seguro al derecho a la educación de los niños (párrafo 9). También destacó la importancia del apoyo a la salud mental de los niños afectados por los conflictos y la necesidad de un acceso equitativo a la educación, especialmente teniendo en cuenta la pandemia del COVID-19 (párrafos 13 y 26). Finalmente, el Consejo de Seguridad subrayó el papel de la colaboración internacional en la protección de la educación en las zonas de conflicto y reafirmó el compromiso con este tema (párrafo 27).

### **Resolución 2427 (2018) - 09 de julio de 2018 (S/RES/2427)**

En esta resolución, el Consejo de Seguridad de la ONU reconoció la contribución de las organizaciones regionales en la protección y reintegración de los niños afectados por los conflictos armados y los alentó a continuar con la protección de los niños (párrafo operativo 11). Expresó su profunda preocupación por las violaciones del Derecho Internacional Humanitario y los





abusos de los derechos humanos cometidos por los grupos armados no estatales, reafirmando la importancia de abordar, mediante la sensibilización y la educación, el reclutamiento de niños en esos grupos armados (párrafos operativos 17 y 18). El Consejo de Seguridad también condenó los ataques a las escuelas e instó a los Estados Miembros a tomar medidas concretas para detenerlos (párrafo operativo 16).

### **Resolución 2225 (2015) - 18 de junio de 2015 (S/RES/2225)**

Aunque en esta resolución, el Consejo de Seguridad de la ONU reconoció los avances logrados en la prevención y respuesta a las violaciones cometidas contra los niños (párrafo preambular 3), también seguía preocupado por la falta de progreso en situaciones en las que las partes no enfrentaban consecuencias por violar el Derecho Internacional Humanitario y recordó la importancia de castigar a los responsables de crímenes contra los niños (párrafos preambulares 4, 5 y 17). El Consejo también reiteró que los niños no deben ser privados de su libertad y apoyó su reintegración y rehabilitación, incluyendo el acceso a la atención médica, el apoyo psicológico y los programas educativos (párrafo preambular 18). El Consejo de Seguridad expresó una profunda preocupación por los abusos y violaciones del derecho internacional contra los niños, como el secuestro, el reclutamiento como soldados, el asesinato y la mutilación, y la violencia sexual (párrafo operativo 12), al tiempo que reafirmó la importancia del Mecanismo de Monitoreo (párrafo operativo 9) e instó a los Estados Miembros a mantener la protección de los niños (párrafo operativo 15).

### **Otras Publicaciones**

#### **UNRWA: Informe de Situación 108 sobre la situación en la Franja de Gaza y Cisjordania, incluyendo Jerusalén Oriental (13-19 de mayo de 2024)**

Este informe, organizado por la Agencia de la ONU de Obras Públicas y Asistencia de las Naciones Unidas para los Refugiados de Palestina en el Oriente Próximo (UNRWA), presenta una visión actual de la situación en la Franja de Gaza y Cisjordania, incluyendo Jerusalén Oriental, y destaca cómo







UNRWA está tratando de responder a la escalada del conflicto y proporcionar ayuda humanitaria y protección civil.

### **UNICEF: Informe de la Escalada de la Situación Humanitaria N° 24 (18 de abril al 1 de mayo de 2024)**

El informe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) presenta una visión general de la situación en el Territorio Palestino Ocupado centrándose en las necesidades humanitarias de la población y la realidad de los niños. Proporciona información sobre las respuestas y la financiación de UNICEF para hacer frente a las necesidades de la población afectada en la Franja de Gaza. Esto incluye iniciativas relacionadas con Agua, Saneamiento e Higiene (WASH) (p. 5), esfuerzos de protección de la infancia, programas de educación (p. 5) y apoyo sanitario, como la mejora del restablecimiento de los servicios de atención primaria de salud a través de hospitales de campaña y centros de atención primaria de salud operativos (p. 3).

### **OMS: Informe sobre la situación de emergencia, Número 31 (7 de octubre de 2023 a 18 de mayo de 2024)**

En este informe facilitado por la Organización Mundial de la Salud (OMS), hay información sobre cada región palestina en relación con los problemas de salud, las víctimas mortales y los heridos. También incluye información sobre instalaciones sanitarias, como los datos actuales sobre hospitales destruidos o no operativos (p. 1). Por último, el documento presenta gráficamente datos sobre las enfermedades que afectan al Territorio Palestino Ocupado (p. 2).

## **Sitios Web Oficiales**

### **Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (CSNU)**

Este es el sitio web oficial del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. En él, se puede acceder a cualquier tipo de documento del CSNU, como comunicados de prensa, resoluciones, informes del Secretario General, cartas y discursos. Los documentos están separados por tema y año; así,





puede buscar "La cuestión de los niños y los conflictos armados" pulsando "Ctrl+F" o en la barra de búsqueda "Buscar en la ONU".

### **Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF)**

Este es el sitio oficial del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), el organismo de la ONU designado para defender y garantizar los derechos de los niños. En él, se puede encontrar investigaciones, informes, datos y publicaciones de UNICEF, así como información sobre su labor en todo el mundo. Para encontrar publicaciones sobre Niños y Conflictos Armados, sólo tiene que acceder a la barra de búsqueda, teclear el tema, y será dirigido a todo el contenido disponible.

### **Oficina de las Naciones Unidas para la Coordinación de Asuntos Humanitarios (UNOCHA)**

La Oficina de Coordinación de Asuntos Humanitarios de las Naciones Unidas (OCHA) es uno de los principales actores que ayudan a las personas afectadas en todo el Territorio Palestino Ocupado. Su sitio web presenta importantes informes y datos sobre la situación en la región, así como noticias y actualizaciones.

### **Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH)**

Este es el sitio web oficial de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH), la entidad más importante de las Naciones Unidas encargada de promover y proteger los derechos humanos para todos. En él, se puede encontrar información importante sobre la labor de la entidad en el cumplimiento de su mandato, así como recursos tales como informes, noticias y declaraciones, incluidas las que hacen referencia al Territorio Palestino Ocupado.

### **Oficina del Representante Especial del Secretario General de las Naciones Unidas para la Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados (OSRSG-CAAC)**





Este es el sitio web oficial de la Oficina del Representante Especial del Secretario General para la Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados (OSRSG-CAAC), que es la entidad de las Naciones Unidas responsable de la protección de los niños afectados por conflictos armados. En él, puede encontrar más información sobre la Oficina y su mandato, así como noticias, las últimas actividades, mensajes y cómo tomar medidas sobre la protección de los niños afectados por conflictos armados.

### **Agencia de las Naciones Unidas Asistencia a los Refugiados de Palestina en el Oriente Próximo (UNWRA)**

La Agencia de las Naciones Unidas de Asistencia a los Refugiados de Palestina en el Oriente Próximo (UNWRA) es una agencia de la ONU creada para defender y garantizar los derechos humanos de los refugiados palestinos. En su sitio oficial, puede encontrar comunicados de prensa, declaraciones oficiales, informes de emergencia, fotos y vídeos, así como información sobre la agencia y su trabajo. Pulsando en las tres barras de la parte superior derecha del sitio web, accederá al menú, que le llevará a los artículos disponibles.





## RECURSOS ADICIONALES

Esta sección incluye publicaciones y medios de fuentes no afiliadas a la ONU. Todos los recursos adicionales abordan problemas específicos relacionados con la situación en el Territorio Palestino Ocupado, con un enfoque en los niños y conflictos armados.

### Security Council Report

El sitio web del Security Council Report opera de manera independiente y no adopta una posición sobre los temas discutidos por el Consejo de Seguridad de la ONU, sino que cubre todas sus reuniones y discusiones, siendo una fuente informativa sobre el órgano. Proporciona actualizaciones sobre los temas discutidos por el Consejo de Seguridad, enfatizando las reuniones formales e informales, documentos y negociaciones, tanto antiguos como nuevos. El sitio web ofrece información detallada sobre la Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados.

### Defensa Internacional de los Niños - Palestina

Defensa Internacional de los Niños (DCI) es una organización que aboga por los derechos de los niños palestinos en el Territorio Palestino Ocupado. Desde 1991, DCI-Palestina ha expuesto graves violaciones de derechos humanos, representado a niños palestinos en tribunales militares israelíes y trabajado para poner fin al arresto militar de niños por parte de las fuerzas israelíes. La organización también aborda temas como el reclutamiento infantil, las fatalidades y las lesiones contra niños.

### Nacido en Gaza (2015)

"Nacido en Gaza" es un documental inmersivo centrado en la violencia del conflicto entre Israel y Palestina y sus efectos en los niños de la Franja de Gaza. El documental sigue la historia de diez niños que cuentan cómo es su vida diaria después del horror de la guerra en Gaza en el verano de 2014. Todos los niños destacan los desafíos presentados en la Introducción de este Guía de Investigación: los ataques a infraestructuras civiles como escuelas y





hospitales, la interrupción del derecho a la educación, el hambre e inseguridad alimentaria, y cómo afectan el futuro de los niños.

### **Fauda (2015)**

“Fauda” es una serie de televisión que muestra ambos lados del conflicto entre Israel y Palestina. Doron, comandante de las Fuerzas Especiales de Israel, y su equipo están dentro del Territorio Palestino en busca del combatiente de Hamas Abu-Ahmed. Mientras tanto, Ahmed intenta escapar con su familia, luchando eternamente contra el Estado de Israel. Esta serie es importante porque destaca el conflicto entre grupos armados palestinos y fuerzas israelíes, enfatizando las precarias condiciones de vida enfrentadas por los palestinos, especialmente los niños.

### **Fotos: La guerra de Israel contra los niños de Gaza - Aljazeera (2023)**

"La guerra de Israel contra los niños de Gaza" presenta una galería con fotos de niños heridos y desplazados, resaltando el impacto devastador del conflicto en los más jóvenes y vulnerables. La exposición también proporciona cifras de muertes infantiles y detalles sobre las acciones de las fuerzas israelíes que contribuyeron a la crisis. Este conjunto de fotos es esencial para el debate, ya que enfatiza la perspectiva humana sobre la vulnerabilidad y precariedad que experimentan los niños en el Territorio Palestino Ocupado.





## **BASES DE DATOS**

Esta sección presenta tres bases de datos con información cuantitativa detallada sobre la situación de los niños en el Territorio Palestino Ocupado.

### **Banco Central de Estadísticas Palestino (PCBS)**

El Banco Central de Estadísticas Palestino (PCBS) es una organización gubernamental que tiene como objetivo desarrollar y mejorar el sistema estadístico oficial palestino, basado en fundamentos legales que organizan el proceso de recopilación y utilización de datos con fines estadísticos. En el sector de estadísticas, es posible utilizar filtros y acceder a datos que demuestran el impacto del conflicto armado en el Territorio Palestino Ocupado sobre la población y en áreas como la educación, la economía y otras.

### **Intercambio de Datos Humanitarios (HDX)**

El Intercambio de Datos Humanitarios (HDX) es una plataforma de datos abierta gestionada por la Oficina de Coordinación de Asuntos Humanitarios de la ONU (OCHA) a través de su Centro de Datos Humanitarios. Lanzada en 2014, la plataforma centraliza y proporciona datos críticos sobre crisis humanitarias, ofreciendo un repositorio integral que incluye estadísticas sobre poblaciones afectadas, recursos disponibles, necesidades humanitarias y otros indicadores relevantes. HDX fomenta la colaboración entre agencias humanitarias, organizaciones no gubernamentales, gobiernos y otros actores involucrados, promoviendo la transparencia y el intercambio de información esencial para la gestión de crisis.

### **Statista**

Statista es una plataforma de estadísticas en línea que proporciona datos e información de diversas fuentes, incluidos medios de comunicación, economía, industria, consumidores, demografía, entre otros. Recopila información de varias fuentes confiables, como bases de datos gubernamentales, informes de mercado, encuestas de opinión y







publicaciones académicas, y la presenta en un solo lugar conveniente. Investigadores, analistas, periodistas y profesionales empresariales utilizan ampliamente el sitio para obtener conocimientos y apoyo para la toma de decisiones basadas en datos. Esta base de datos también sirve como una herramienta táctil y numérica para visualizar el impacto del conflicto armado en los niños.





## POSICIÓN OFICIAL DE LOS MIEMBROS DEL CONSEJO

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (CSNU) es compuesto por quince miembros: cinco son permanentes y diez son elegidos por la AGNU para un mandato de dos años. Los cinco miembros permanentes son los que ganaron la Segunda Guerra Mundial: China, Francia, Rusia, Reino Unido y Estados Unidos. Los diez miembros no permanentes son elegidos según un principio distributivo regional: cinco países deben ser elegidos de África y Asia (reservándose un puesto para un país árabe de cualquiera de los continentes), un país de Europa del Este, dos países de América Latina y el Caribe, y dos países de Europa Occidental (United Nations, 2024).

El CSNU también puede incluir observadores en ciertos temas, como en el caso de las reuniones de debate abierto sobre la Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados. Los observadores no tienen derecho a voto, pero pueden hacer declaraciones y pueden ser tanto países como organizaciones internacionales. Para las simulaciones del CSNU de FAMUN, los observadores serán Palestina, Sudáfrica, UNICEF y UNWRA. Teniendo esto en cuenta, esta sección presenta la posición oficial de los Miembros del Consejo y los Observadores sobre la Cuestión de los Niños y los Conflictos Armados en el Territorio Palestino Ocupado. Es un punto de partida para que los delegados inicien su investigación y representen mejor su posición durante la simulación.

### Miembros Permanentes

#### China

China afirma que el problema de los niños y los conflictos armados debe abordarse mediante la prevención y la resolución de conflictos en todo el mundo, respetando también el principio de soberanía al cooperar y brindar apoyo (United Nations Security Council, 2015, p. 17-18). China expresa su preocupación por la situación de los niños en el Territorio Palestino Ocupado, destacando la gravedad de los ataques en escuelas y hospitales, el asesinato y mutilación de niños, la negación de acceso humanitario y el reclutamiento





de niños como soldados (United Nations Security Council, 2022, p. 24-25). El país también afirma que los países donantes deberían ayudar en las áreas de conflicto en el Medio Oriente y se opone a la reducción de la asistencia humanitaria como una medida política, considerándola un problema grave cuando las intenciones políticas prevalecen sobre la ayuda humanitaria a los niños. Asimismo, China señala que las sanciones unilaterales afectan directamente la capacidad para ayudar a los niños en esas áreas. China indica que la Resolución 2728 (2024), que estableció un alto el fuego en la Franja de Gaza, es la mejor manera de proporcionar ayuda humanitaria a los niños (Permanent Mission of the People's Republic of China to the United Nations, 2024).

### Francia

Francia está muy preocupada por los niños en conflictos armados y las violaciones cometidas contra ellos, enfatizando la necesidad urgente de combatir su sufrimiento (United Nations Security Council, 2023 b, p. 10). Francia considera que el reclutamiento de niños como soldados es imperdonable, así como su uso como rehenes para obtener ventajas políticas, y destaca la importancia de reintegrarlos en la sociedad. Francia alienta los esfuerzos para proteger a los niños desplazados internos y refugiados. En el Territorio Palestino Ocupado, Francia ha abordado la ilegalidad de los asentamientos israelíes según el derecho internacional, ya que estos asentamientos crean circunstancias para una crisis que podría afectar aún más a los niños residentes (United Nations Security Council, 2017 a, p. 24-26). Francia apoya los esfuerzos realizados por el sistema de las Naciones Unidas y el trabajo del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) para salvar a los niños de la guerra. El país también insta a otros Estados miembros a proteger a los niños en conflicto firmando y ratificando el Protocolo Facultativo de la Convención sobre los Derechos del Niño y respaldando los Compromisos de París (United Nations Security Council, 2019, p. 15-16; 2022, p. 12-13).





### Federación de Rusia

La Federación de Rusia se preocupa por el tema de los niños y los conflictos armados y subraya la importancia de la Convención sobre los Derechos del Niño, que otorga a los niños los derechos a la vida y al desarrollo, el acceso a la educación, la atención médica y su protección contra toda forma de violencia (United Nations Security Council, 2022, p. 21). Rusia también se preocupa por la violencia persistente en el Territorio Palestino Ocupado, resultante de los ataques de Israel, que constantemente causan la muerte de niños y la destrucción de instituciones educativas y hospitales (United Nations Security Council, 2024 g, p. 7). Además, Rusia criticó la suspensión de la financiación de la Agencia de Naciones Unidas para la Asistencia a los Refugiados de Palestina en el Oriente Próximo (UNRWA), que es una de las principales agencias que brindan asistencia a los niños afectados por el conflicto, y también criticó a las autoridades israelíes por negar el acceso humanitario a los niños y usar el hambre como instrumento de guerra (Permanent Mission of The Russian Federation to the United Nations, 2024). Como resultado, Rusia enfatiza la necesidad de un diálogo diplomático entre las partes en conflicto y la comunidad internacional, para que se pueda establecer un entorno más sostenible para los niños (United Nations Security Council, 2024 i, p. 3-4).

### Reino Unido

Reino Unido está preocupado por la situación de los niños atrapados en los conflictos armados e insta a todos los Estados Miembros a tomar medidas destinadas a prevenir las graves violaciones cometidas contra los niños, como la violencia sexual, los asesinatos, las mutilaciones y el reclutamiento por parte de grupos armados. Reino Unido también condena los ataques tanto de Israel como de Hamás contra escuelas y hospitales y la denegación de ayuda humanitaria a los niños (United Nations Security Council, 2024 e, p. 18-19). Más específicamente, Reino Unido expresa su preocupación por la situación de los niños en el Territorio Palestino Ocupado. El país condena todos los actos de violencia contra los niños, incluidos los





actos de terror, provocación y destrucción, principalmente en Cisjordania y la Franja de Gaza (United Nations Security Council, 2024 f, p. 11). Según Reino Unido, la ayuda humanitaria efectiva requiere una estrategia de integración que no solo brinde ayuda, sino que también implique un llamado firme a Israel para que priorice la seguridad de la infraestructura y los civiles. Reino Unido se preocupa por los indefensos niños palestinos que mueren de hambre, falta de infraestructura y agonizantes operaciones médicas. Además, el país apoya dos acciones para manutención de la paz y estabilidad en la región: un plan para revitalizar la Autoridad Palestina y un diálogo significativo entre las partes en conflicto (United Nations Security Council, 2024 g, p. 17).

### Estados Unidos

Los Estados Unidos consideran crucial proteger a los niños y defienden que dicha agenda siga siendo una prioridad para el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas en todo su trabajo, instando a todos los Estados Miembros a tipificar como delito las violaciones contra los niños en las leyes nacionales y a garantizar que las misiones de mantenimiento de la paz de la ONU tengan capacidad de protección de la infancia (United Nations Security Council, 2022, p. 12). Garantizar asistencia vital, como acceso a nutrición, agua y atención médica a los niños también es un punto importante para los Estados Unidos, y el fuerte apoyo del país al Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) refleja eso (United Nations Security Councils, 2019, p. 14). El país también resalta cómo el conflicto armado afecta a los niños, citando las violaciones y los abusos que sufren, la falta de acceso a la educación y la asistencia humanitaria, y el entorno peligroso. Los Estados Unidos señalan que la situación en el Territorio Palestino Ocupado ha sido extremadamente perjudicial para los niños y exigen que ambas partes en conflicto hagan más para proteger a los civiles y tomen todas las medidas necesarias para garantizar el flujo de asistencia humanitaria, especialmente a los niños (United Nations Security Council, 2024 d, p. 18).





## Miembros no Permanentes

### Argelia

Argelia condena enérgicamente el reclutamiento continuo de niños como soldados y defiende que este problema debe ser un componente esencial de los programas post-conflicto. El país acoge con satisfacción la integración de la protección de los derechos de los niños en las misiones de mantenimiento de la paz y expresa su apoyo para que este tema sea considerado durante las negociaciones de paz (United Nations Security Council, 2004, p. 9). Argelia fomenta programas en el escenario post-conflicto de desarme, desmovilización y reintegración de niños, y condena todo tipo de explotación sexual contra ellos (United Nations Security Council, 2005, p. 27-28). El país también solicita una acción urgente del Consejo de Seguridad de la ONU en el Territorio Palestino Ocupado y subraya el sufrimiento de los niños, así como condena el uso del hambre como arma de guerra por parte del gobierno israelí. Argelia alienta el mecanismo de monitoreo y vigilancia, proponiendo medidas más vinculantes para detener el uso de niños como soldados y apoya un alto el fuego para poner fin a la violencia (United Nations Security Council, 2005, p. 28; 2024 b, p. 8).

### Ecuador

En cuanto al tema de los Niños y Conflictos Armados, Ecuador afirma que es esencial garantizar la protección y el bienestar de los niños, así como los recursos básicos para ellos. Además, el país condena la participación de los niños en cualquier conflicto armado. Ecuador expresa una profunda preocupación por el conflicto en el Territorio Palestino Ocupado, especialmente en lo que respecta a los derechos de los niños afectados. La situación cada vez más grave ha exacerbado el hambre y aumentado los temores de una escalada de violencia, la cual podría afectar de manera desproporcionada a los niños si el conflicto se extiende a otras regiones. Ecuador señala que las acciones cometidas por Israel están causando daños a civiles, incluidos niños. El país informa que exámenes realizados en refugios y centros de salud muestran que el 16 por ciento de los niños menores de







dos años sufre de desnutrición, con un 3 por ciento padeciendo la forma más grave debido al difícil acceso humanitario. El uso del hambre como táctica militar en el norte de Gaza y los ataques a la infraestructura civil también son motivo de preocupación. Por estas razones, Ecuador hace un llamado al Consejo de Seguridad de la ONU para que tome acciones más efectivas con respecto a las violaciones que se están cometiendo contra los niños en el Territorio Palestino Ocupado (United Nations Security Council, 2024 b, p. 12; 2024 h, p. 16-17).

### Guyana

Guyana cree que se deben mejorar las vidas de los niños mediante protección y cuidado, fortaleciendo su educación, acceso a agua limpia, saneamiento e higiene, así como revertir la pobreza infantil. El país está de acuerdo con la acción colectiva y está decidido a trabajar con los Miembros del Consejo para abordar el tema de los niños en conflictos armados (United Nations Children's Fund, 2020). En cuanto a la situación en el Territorio Palestino Ocupado, Guyana está extremadamente preocupada por los informes de trato cruel, inhumano y degradante hacia los niños en la región, y condena las seis graves violaciones que se están cometiendo contra ellos. El país está particularmente alarmado por el alto número de niños muertos y heridos, enfatizando la responsabilidad de ambas partes en conflicto de respetar plena e incondicionalmente el Derecho Internacional Humanitario (Permanent Mission of the Cooperative Republic of Guyana to the United Nations, 2023; United Nations Security Council, 2024 h, p. 8-9). Por lo tanto, Guyana insta al Consejo a tomar medidas efectivas, como un alto el fuego, para poner fin de una vez por todas a las violaciones de los derechos humanos de los niños en el Territorio Palestino Ocupado (United Nations Security Council, 2024 b, p. 6-7).

### Japón

Japón condena cualquier actividad que ponga en riesgo la protección de los niños y su calidad de vida, incluyendo las preocupantes consecuencias





de los ataques a hospitales y escuelas, que no solo les quitan la vida a los niños, sino que también violan sus derechos fundamentales a la educación y a la salud (International Court of Justice, 2023 a, p. 3-5). Japón también cree que la acción contra las minas terrestres contribuye a prevenir graves violaciones contra los niños y garantizar su libertad del miedo. Por lo tanto, Japón ha apoyado la eliminación de minas terrestres y la promoción de la educación sobre sus riesgos. Japón también enfatiza la importancia de un sistema de monitoreo para inspeccionar si los derechos de los niños están siendo violados, permitiendo así la evaluación de los impactos en los niños y la implementación de medidas para protegerlos (United Nations Security Council, 2017, p. 18). Japón cree que la falta de acceso a la educación contribuye a la escalada de graves violaciones contra los niños; por lo tanto, Japón ha hecho varias contribuciones a la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) para proporcionar educación digital de emergencia y alimentación para los niños en las escuelas. Japón hace un llamado a la cooperación mutua entre los Estados Miembros y la ONU para eliminar los impedimentos que dificultan la capacidad de los niños para forjar su futuro (Permanent Mission of Japan to the United Nations, 2023, p. 1).

### Malta

Malta está alarmada por el creciente número de violaciones graves cometidas contra los niños por las fuerzas israelíes en el Territorio Palestino Ocupado, tales como asesinatos y mutilaciones, ataques a escuelas y hospitales, y la negación de acceso humanitario (United Nations Security Council, 2023 a, p. 9). Malta reitera que la negación de asistencia humanitaria y el uso del hambre como arma de guerra constituyen un crimen de guerra: después de casi 7 meses de conflicto, uno de cada tres niños está gravemente desnutrido en Gaza (United Nations Security Council, 2024 b, p. 10). Malta, como Presidente del Grupo de Trabajo sobre Niños y Conflictos Armados, está colaborando activamente con la Oficina del Representante Especial del Secretario General para la Cuestión de los Niños y los Conflictos





Armados en la creación de capacidades para garantizar la protección infantil y profundizar aún más en el análisis de cómo las normas de género han influido en la exposición de los niños a cada una de las violaciones graves en diversos contextos (United Nations Security Council, 2023 b, p. 9-10). Malta insta a continuar apoyando el mandato del Representante Especial del Secretario General sobre la cuestión de los niños y los conflictos armados y hará todo lo posible para asegurar un consenso para proteger a los niños en todas las situaciones, especialmente en conflictos armados (United Nations Security Council, 2023 c, p. 10).

### Mozambique

Mozambique expresa una extrema preocupación y condena la tendencia continua de violaciones de los derechos fundamentales de los niños, incluyendo asesinato, mutilación, violencia sexual, tortura psicológica y reclutamiento de niños soldados (United Nations Security Council, 2023 b, p. 16-17). En este sentido, el país llama la atención sobre la situación de los niños en el Territorio Palestino Ocupado, destacando la crisis humanitaria en desarrollo, con muertes interminables, desplazamientos forzados y hambre (United Nations Security Council, 2024 c, p. 16). Ante esto, Mozambique señala que el corte de fondos para la Agencia de las Naciones Unidas de Obras Públicas y Asistencia a los Refugiados de Palestina en el Oriente Próximo (UNRWA) será perjudicial para toda la población, de la cual más de la mitad son niños. El país afirma que las muertes no son causadas únicamente por bombas y armas, sino también por la falta de alimentos, acceso al agua potable, la falta de electricidad y la destrucción de hospitales (United Nations Security Council, 2024 e, p. 8-9). Mozambique propone el establecimiento de condiciones que garanticen un acceso humanitario seguro, como el fortalecimiento de la cooperación transfronteriza, el aumento de la conciencia pública y la defensa de un acceso humanitario sin obstáculos, asegurando así que la asistencia llegue a los niños de manera rápida y eficiente (United Nations Security Council, 2024 a, p. 7-8).





### República de Corea

La República de Corea expresa gran preocupación por la violencia contra los niños en conflictos armados y enfatiza la importancia del acceso humanitario para todos los niños, incluidos los detenidos. Como declaró el país el 3 de abril de 2024, la negación del acceso humanitario merece especial atención, no solo por sus efectos inmediatos en los niños, sino también por sus consecuencias a largo plazo, como el impacto en la salud física y mental de los niños. La República de Corea afirma que el Consejo debería mantener una posición de tolerancia cero sobre este tema, sin considerar asuntos geopolíticos. El país también destaca la importancia de responsabilizar a los perpetradores de las violaciones contra los niños, así como de garantizar la reintegración de los niños en la sociedad. En cuanto al Territorio Palestino Ocupado, la República de Corea expresa su preocupación por el asesinato de trabajadores humanitarios en la Franja de Gaza y reconoce la necesidad de mejorar las formas de monitorear la negación del acceso humanitario, ya que no existen directrices definidas y detalladas para recopilar estos datos específicos (Ministry of Foreign Affairs, 2024; Permanent Mission of the Republic of Korea to the United Nations, 2024).

### Sierra Leona

En relación con el tema de los niños y los conflictos armados, Sierra Leona está extremadamente preocupada por el elevado número de violaciones graves que se están cometiendo contra los niños en los conflictos armados (United Nations Security Council, 2024 d, p. 16). En particular, el país reconoce la dura realidad que los niños inocentes han enfrentado en el Territorio Palestino Ocupado y llama la atención especial sobre la falta de acceso a servicios esenciales como alimentos, agua, electricidad y suministros médicos. Sierra Leona reitera que los niños en el sur de Gaza solo pueden acceder a 1.5 a 2 litros de agua por día, una cantidad muy por debajo del requisito estándar para su supervivencia (United Nations Security Council, 2024 f, p. 14-15). Según UNICEF, otro millón de niños en Gaza necesitan apoyo en salud mental y apoyo psicosocial y 17,000 están no





acompañados o separados de sus padres (United Nations Children’s Fund, 2024 a). Por lo tanto, Sierra Leona insta a las partes a respetar y cumplir el orden del 26 de enero de 2024 de la Corte Internacional de Justicia para permitir la provisión de servicios básicos, que son tan desesperadamente necesarios en el Territorio Palestino Ocupado, para que se pueda brindar el apoyo necesario a los niños (United Nations Security Council, 2024 a, p. 15-16).

### Eslovenia

Eslovenia está muy preocupada por la situación de los derechos humanos de los niños en situaciones de conflicto armado, apelando a combatir su violación a través de la cooperación entre Estados (United Nations Security Council, 1998, p. 8). Al defender el derecho internacional y el derecho internacional humanitario, Eslovenia enfatiza su voluntad de ayudar y brindar apoyo a los niños que actualmente se ven afectados por el conflicto armado, proporcionándoles alimentos, rehabilitación psicológica y bienestar físico (Permanent Mission of the Republic of Slovenia to the United Nations, 2024). En el contexto del Territorio Palestino Ocupado, Eslovenia destaca que no se puede negar el derecho del pueblo palestino a la libre determinación y a la protección de los niños. El país reitera que las partes en conflicto están violando los derechos básicos de los niños y pide una solución pacífica para mejorar las condiciones de vida (International Court of Justice, 2024, p. 28-30).

### Suiza

Suiza subraya su profunda preocupación por el elevado número de violaciones graves cometidas contra los niños en los conflictos armados, como los ataques contra escuelas y hospitales, la denegación del acceso humanitario, su reclutamiento o utilización como soldados, y sus asesinatos y mutilaciones. En cuanto a la situación de los niños en la Franja de Gaza, al país le preocupa que los niños estén muriendo por desnutrición aguda y pobreza estructural causada por restricciones en las zonas circundantes que





impiden la llegada de suministros (Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, 2024 a, p. 7). Además, en la Franja de Gaza, 39 niños se encuentran desplazados a causa de la destrucción causada por el conflicto palestino-israelí (United Nations Security Council, 2023 d, p. 16-17). Suiza expresa que garantizar el derecho a la educación evitará graves violaciones contra los derechos de los niños y para ello llama a la adopción de la Declaración de Escuelas Seguras por parte de todos los Estados, señalando que comenzará a financiar y promover la educación en zonas de emergencia (United Nations Security Council, 2022, p. 32; Global Coalition to Protect Education from Attack, 2024). Suiza también llama la atención sobre la insuficiencia de información sobre las trayectorias de los niños dentro y fuera de los grupos armados y ofrece apoyo para cambiar esto a través de investigaciones de la Universidad de las Naciones Unidas para prevenir el reclutamiento y el uso de niños como soldados (Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, 2017 a, p. 53). Suiza también apoya la organización *End Violence Against Children*, para que todos los niños puedan crecer protegidos de la violencia (United Nations Security Council, 2018, p. 61; United Nations Security Council, 2023 a, p. 11).

## Observadores

### Palestina

Palestina destaca la importancia de los derechos de los niños en los conflictos armados y aboga por que se sancione a las partes implicadas en la violación de estos derechos, como ocurre actualmente en el Territorio Palestino Ocupado (United Nations News, 2024 c). Palestina afirma que estos conflictos destruyen infraestructuras, como los sistemas de abastecimiento de agua y la atención sanitaria, lo que provoca enfermedades e inseguridad alimentaria, que afecta principalmente a los niños (United Nations News, 2024 a). El conflicto aumentó los desplazamientos internos y la inseguridad alimentaria aguda, afectando al 95% de los palestinos de Gaza y dejando miles de heridos, entre ellos 11.800 niños (United Nations Children's Fund, 2024 b, p. 2). Las alarmantes estadísticas revelan que, en la Franja de Gaza,







hay 43.300 niños desnutridos. Además, 625.000 estudiantes se ven privados del acceso a la educación debido al cierre de escuelas en la región, lo que niega a los niños el derecho fundamental a aprender y desarrollarse (United Nations Children's Fund, 2024 c, p. 1). Palestina critica a la comunidad internacional por no proteger a los niños, como se indica en el mandato del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas sobre los niños y los conflictos armados, y pide protección y asistencia humanitaria internacional (United Nations Security Council, 2023 b, p. 31). Aboga por un alto el fuego, que es crucial para proteger a los palestinos, especialmente a los niños, obstaculizados por las restricciones de la fuerza de ocupación, especialmente el bloqueo ilegal de la Franja de Gaza (United Nations Security Council, 2024 d, p. 5

### Sudáfrica

Sudáfrica destaca la importancia de discutir sobre la cuestión de los niños y los conflictos armados y también fomenta que se asignen más recursos a este tema. En cuanto a las seis violaciones graves, el país expresa su preocupación por el reclutamiento de niños, afirmando que los niños reclutados son principalmente víctimas y deben ser tratados como tales, así como reintegrados en la sociedad. Sudáfrica está preocupada por el acceso de los niños a la justicia y la identificación de los perpetradores, argumentando que esto es crucial para su desarrollo psicológico y psicosocial en la vida adulta. El país fomenta la incorporación de perspectivas de género y la participación de las mujeres como agentes activos en la resolución de conflictos, reconociendo al mismo tiempo la vulnerabilidad de las niñas durante los conflictos ante el tráfico sexual y el abuso (Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 2017; 2019). Sudáfrica llama la atención sobre la solución de las causas profundas del conflicto como esencial para la seguridad de los niños y, el 23 de diciembre de 2023, presentó una solicitud ante la Corte Internacional de Justicia (CIJ) contra el Estado de Israel bajo las acusaciones de que el país está involucrado en actos genocidas contra el pueblo palestino en Gaza, violando sus obligaciones bajo la Convención para





la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio (Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 2018; International Court of Justice, 2023).

### **Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF)**

UNICEF se compromete a esclarecer la situación real de los niños y jóvenes en el Territorio Palestino Ocupado y a tomar medidas de ayuda, que incluyen el envío de personal especializado en ayuda humanitaria y de convoyes cargados de suministros, la recaudación de fondos mediante campañas publicitarias y la colaboración con países como Egipto, con su célula de UNICEF en la frontera con la Franja de Gaza, encargada de coordinar las operaciones logísticas y humanitarias de UNICEF desde esta ruta. Los datos de abril de 2024 en la zona revelaron los siguientes problemas: altas tasas de desnutrición e inseguridad alimentaria, varias fuentes de agua no aptas para el consumo, escuelas parcial o totalmente destruidas y falta de productos de higiene personal, especialmente para las niñas, lo que puede causar diversas enfermedades (United Nations Children’s Fund, 2024 c, p. 1). Sin embargo, UNICEF también ha experimentado dificultades para proporcionar ayuda humanitaria en el Territorio Palestino Ocupado debido a los ataques recurrentes contra el personal y los convoyes de la organización. Teniendo en cuenta la preocupante situación, UNICEF pide un alto el fuego entre las partes en conflicto, un acceso seguro y sin restricciones a la ayuda humanitaria en el Territorio Ocupado, la preservación de la infraestructura civil local (incluyendo escuelas, hospitales, energía y servicios de agua), la no violación de los derechos de los niños y la instalación de centros de salud temporales para la atención de emergencia de los niños (United Nations Children’s Fund, 2024 d, p. 2-3; p. 4-6; p. 7-8).

### **Agencia de las Naciones Unidas de Asistencia a los Refugiados de Palestina en el Oriente Próximo (UNRWA)**

La Agencia de las Naciones Unidas de Asistencia a los Refugiados de Palestina en el Oriente Próximo (UNRWA) está comprometida a proporcionar servicios a los refugiados palestinos registrados en el Medio Oriente, como





atención médica, servicios sociales y educación básica para los niños, incluso en tiempos de conflicto armado (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 c). Sin embargo, la UNRWA no ha podido brindar asistencia a los refugiados sin contratiempos; con los ataques continuos en el Territorio Palestino Ocupado, la ayuda humanitaria ha sido desestabilizada, y muchas áreas donde la agencia suele trabajar se han quedado sin asistencia, especialmente en la Franja de Gaza. Además, la UNRWA ha enfrentado dificultades para proporcionar suministros críticos y rotar al personal humanitario debido a las operaciones militares en Rafah, y todos los refugios ubicados en la región han sido obligados a evacuar. Un total de 193 funcionarios de la UNRWA han sido asesinados en el conflicto en curso desde el 7 de octubre hasta el 9 de junio de 2024 (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 b). La UNRWA hace un llamado urgente a los países que han suspendido sus fondos a reconsiderar sus decisiones para evitar la interrupción de su respuesta humanitaria. Además, la agencia insta a la libre y segura circulación de suministros esenciales como combustible, alimentos, medicinas, agua y artículos de higiene en el Territorio Palestino Ocupado, argumentando que la continuidad de la asistencia humanitaria es crucial para la supervivencia de las personas en el Medio Oriente y para mantener la estabilidad regional (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024; United Nations News, 2024 a).

### Referencias

- GLOBAL COALITION TO PROTECT EDUCATION FROM ATTACK (GCPEA). The Safe Schools Declaration. *Official website of the Global Coalition to Protect Education from Attack*, 2024. Disponible en: <https://ssd.protectingeducation.org>. Accedido el 13 de mayo de 2024.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Legal Consequences arising from the Policies and Practices of Israel in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem (Request for advisory opinion submitted by the General Assembly of the United Nations)*. Haia: International Court of Justice, 23 de febrero de 2024. Disponible en: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/186/186-20240223-ora-02-00-bi.pdf>. Accedido el 8 de abril de 2024.





- \_\_\_\_\_. *Legal Consequences arising from the Policies and Practices of Israel in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem (Request for an advisory opinion). Written Statement of Japan.* Japan: International Court of Justice, 2023 a. Disponible en: <https://icj-cij.org/sites/default/files/case-related/186/186-20230725-wri-01-00-en.pdf>. Accedido el 7 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. *The Republic of South Africa institutes proceedings against the State of Israel and requests the Court to indicate provisional measures.* Haia: International Court of Justice, 29 de diciembre de 2023 b. Disponible en: <https://www.icj-cij.org/index.php/press-releases>. Accedido el 16 de junio de 2024.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (MOFA). UN Security Council Open VTC on Children and Armed Conflict (Amb. Cho Hyun). *Sitio web oficial de la Republica de Corea*, 2024. Disponible en: [https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m\\_5461/view.do?seq=319381&srchFr=&%3BsrchTo=&%3BsrchWord=&%3BsrchTp=&%3Bmultiitmseq=0&%3Bitmseq1=0&%3Bitmseq2=0&%3Bcompanycd=&%3Bcompanynm=&page=1&titleNm=](https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5461/view.do?seq=319381&srchFr=&%3BsrchTo=&%3BsrchWord=&%3BsrchTp=&%3Bmultiitmseq=0&%3Bitmseq1=0&%3Bitmseq2=0&%3Bcompanycd=&%3Bcompanynm=&page=1&titleNm=). Accedido el 28 de marzo de 2024.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA OF JAPAN). Statement by H.E. Mr. Tsuneo Nishida; Permanent Representative of Japan to the United Nations; Open Debate on Children and Armed Conflict; Security Council. *Sitio web oficial del Ministerio de Asuntos Exteriores de Japón*, 12 de julio de 2011. Disponible en: [https://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2011/un\\_0712.html](https://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2011/un_0712.html). Accedido el 7 de abril de 2024.
- PERMANENT MISSION OF JAPAN TO THE UNITED NATIONS. Statement by H.E. Ambassador SHINO Mitsuko, Deputy Permanent Representative of Japan to the United Nations, at the Open Debate on Children and Armed Conflict. *Sitio web oficial de la Misión Permanente del Japón ante las Naciones Unidas*, 2023. Disponible en: [https://www.un.emb-japan.go.jp/itpr\\_en/shino070523.html](https://www.un.emb-japan.go.jp/itpr_en/shino070523.html). Accedido el 17 de mayo de 2024.
- PERMANENT MISSION OF SOUTH AFRICA TO THE UNITED NATIONS. Statement by Ambassador Jerry Matjila, Permanent Representative of the Republic of South Africa to the United Nations, at the United Nations Security Council Open Debate on Children and Armed Conflict. *Sitio web oficial de la Misión Permanente de Sudáfrica ante las Naciones Unidas*, 31 de octubre de 2017. Disponible en: [https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements\\_2017/security\\_council\\_open\\_debate\\_on\\_children\\_and\\_armed\\_conflict\\_20171031.html](https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements_2017/security_council_open_debate_on_children_and_armed_conflict_20171031.html). Accedido el 16 de junio de 2024.
- \_\_\_\_\_. Statement by Ambassador Jerry Matjila, Permanent Representative of South Africa to the United Nations, on the Open Debate on Children and Armed Conflict. *Sitio web oficial de la Misión Permanente de Sudáfrica ante las Naciones Unidas*, 12 de agosto de 2019. Disponible en: <https://www.southafrica->





- [usa.net/pmun/statements%202019/UNSC\\_children\\_and\\_armed\\_conflict\\_20190802.html](https://www.un.org/press/en/2019/20190802.html). Accedido el 16 de junio de 2024.
- \_\_\_\_\_. Statement by H.E. Mr. Jerry Matjila, Permanent Representative of the Republic of South Africa to the United Nations, at the United Nations Security Council Open Debate on Children and Armed Conflict: “Protecting Children Today Prevents Conflicts Tomorrow”. *Sitio web oficial de la Misión Permanente de Sudáfrica ante las Naciones Unidas*, 26 de julio de 2018. Disponible en: [https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202018/security\\_council\\_children\\_armed\\_conflict\\_20180709.html](https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202018/security_council_children_armed_conflict_20180709.html). Accedido el 16 de junio de 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE COOPERATIVE REPUBLIC OF GUYANA TO THE UNITED NATIONS. Ambassador Rodrigues Birkett Delivers Remarks on the Situation in Gaza. *Sitio web oficial de la Misión Permanente de la República Cooperativa de Guyana ante las Naciones Unidas*, 31 de octubre de 2023. Disponible en: <https://www.un.int/guyana/news/ambassador-rodrigues-birkett-delivers-remarks-situation-gaza-3>. Accedido el 8 de abril de 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA TO THE UN. Remarks by Ambassador Geng Shuang at the UN Security Council Briefing on Children and Armed Conflict. Held at Headquarters, New York. *Sitio web oficial de la Misión Permanente de la República Popular China ante la ONU*, 2024. Disponible en: [http://un.china-mission.gov.cn/eng/chinaandun/securitycouncil/thematicissues/children/ac/202404/t20240404\\_11276480.htm](http://un.china-mission.gov.cn/eng/chinaandun/securitycouncil/thematicissues/children/ac/202404/t20240404_11276480.htm). Accedido el 8 de abril de 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE REPUBLIC OF KOREA TO THE UNITED NATIONS. Statement at the Security Council Briefing on Children and Armed Conflict (CAAC) (Amb. Joonkook Hwang). *Sitio web oficial del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Corea*, 2024. Disponible en: [https://overseas.mofa.go.kr/un-en/brd/m\\_5063/view.do?seq=760389&page=1](https://overseas.mofa.go.kr/un-en/brd/m_5063/view.do?seq=760389&page=1). Accedido el 5 de abril de 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE REPUBLIC OF SLOVENIA TO THE UNITED NATIONS. Statement on Children and armed conflict. Held at Headquarters, New York. *Sitio web oficial del Ministerio de Asuntos Exteriores y Europeos*, 2024. Disponible en: <https://buildingtrust.si/statement/statement-on-children-and-armed-conflict/>. Accedido el 8 de abril de 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE RUSSIAN FEDERATION TO THE UNITED NATIONS. Statement at the Security Council Briefing on Children and Armed Conflict (CAAC) (Amb. Vassily Nebenzia). Held at Headquarters, New York. *Sitio web oficial del Ministerio de Asuntos Exteriores de la Federación de Rusia*, 2024. Disponible en: <https://russiaun.ru/en/news/1030424>. Accedido el 8 de abril de 2024.
- UNITED NATIONS (UN). United Nations Charter. *Sitio web oficial de las Naciones Unidas*, 2024. Disponible en: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Accedido el 21 de abril de 2024.







UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Government of Guyana committed to protecting, promoting children's rights, President says. *Sitio web oficial del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia*, 4 de diciembre de 2020. Disponible en: <https://www.unicef.org/guyanasuriname/press-releases/government-guyana-committed-protecting-promoting-childrens-rights-president-says>. Accedido el 8 de abril de 2024.

\_\_\_\_\_. Stories of loss and grief: At least 17,000 children are estimated to be unaccompanied or separated from their parents in the Gaza Strip. *Sitio web oficial del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia*, 2 de febrero de 2024 a. Disponible en: <https://www.unicef.org/press-releases/stories-loss-and-grief-least-17000-children-are-estimated-be-unaccompanied-or>. Accedido el 26 de mayo de 2024.

\_\_\_\_\_. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 21*. United Nations Children's Fund, 2024 b. Disponible en: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no21>. Accedido el 8 de abril de 2024.

\_\_\_\_\_. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 23*. United Nations Children's Fund, 2024 c. Disponible en: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no23>. Accedido el 8 de abril de 2024.

\_\_\_\_\_. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 24*. United Nations Children's Fund, 2024 d. Disponible en: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no24>. Accedido el 8 de abril de 2024.

UNITED NATIONS NEWS (UN News). Gaza: 'Double-digit' number of children reported killed overnight. *Sitio web oficial de Noticias de las Naciones Unidas*, 26 de marzo de 2024 a. Disponible en: <https://news.un.org/en/story/2024/03/1147966>. Accedido el 8 de abril de 2024.

\_\_\_\_\_. ONU pede acesso seguro para ajuda humanitária em Gaza. *Sitio web oficial de Noticias de las Naciones Unidas*, 2024 b. Disponible en: <https://news.un.org/pt/story/2024/01/1825857>. Accedido el 16 de junio de 2024.

\_\_\_\_\_. Security Council urged to 'end the bloodshed' in Gaza. *Sitio web oficial de Noticias de las Naciones Unidas*, 8 de abril de 2024 c. Disponible en: <https://news.un.org/en/story/2024/04/1148356>. Accedido el 8 de abril de 2024.

UNITED NATION RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST (UNRWA). UNRWA'S Lifesaving aid may end due to funding suspension. *Sitio web oficial de la Agencia de Obras Públicas y Socorro de las Naciones Unidas para los Refugiados de Palestina*, 2024 a. Disponible en: <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/unrwa's-lifesaving-aid-may-end-due-funding-suspension>. Accedido el 15 de junio de 2024.





- \_\_\_\_\_. UNRWA Situation Report #113 on the Situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem. *Sitio web oficial de la Agencia de Obras Públicas y Socorro de las Naciones Unidas para los Refugiados de Palestina*, 2024 b. Disponible en: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-113-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-jerusalem#mm-2>. Accedido el 15 de junio de 2024.
- \_\_\_\_\_. Who we are. *Sitio web oficial de la Agencia de Obras Públicas y Socorro de las Naciones Unidas para los Refugiados de Palestina*, 2024 c. Disponible en: <https://www.unrwa.org/who-we-are>. Accedido el 15 de junio de 2024.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). *Children and armed conflict*. Summary record of the 3896<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el lunes, 29 de junio de 1998, a las 11.00. 29 de junio de 1998, S/PV.3896. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/256293?ln=en&v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 4898<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el martes, 20 de enero de 2004, a las 10.00. 20 de enero de 2004, S/PV.4898. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/512633?ln=en&v=pdf>. Accedido el 27 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 5129<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el miércoles, 23 de febrero de 2005, a las 10.00. 23 de febrero de 2005, S/PV.5129. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/542077?ln=en&v=pdf>. Accedido el 27 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 7466<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el jueves, 18 de junio de 2015, a las 10.00. 18 de junio de 2015, S/PV.7466. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/795299?ln=en&v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8082<sup>nd</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el martes, 31 de octubre de 2017, a las 10. 31 de octubre de 2017 a, S/PV.8082. Disponible en: [http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_pv\\_8082.pdf](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_pv_8082.pdf). Accedido el 26 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8805<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el lunes, 9 de julio de 2018, a las 10. 9 de julio de 2018, S/PV.8305. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/1634090?v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8591<sup>st</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el viernes, 2 de agosto de 2019, a las 10.15. 2 de agosto de 2019, S/PV.8591. Disponible en: <https://undocs.org/s/pv.8591>. Accedido el 28 de marzo de 2024.







- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9096<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el martes, 19 de julio de 2022, a las 10. 19 de julio de 2022, S/PV.9096. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/3981813?ln=fr&v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9258<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el lunes, 13 de febrero de 2023, a las 10. 13 de febrero de 2023 a, S/PV.9258. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/4003355?v=pdf>. Accedido el 23 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9366<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el miércoles, 5 de julio de 2023, a las 10. 5 de julio de 2023 b, S/PV.9366. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/4015046?ln=en&v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9366<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el miércoles, 5 de julio de 2023, a las 15. 5 de julio de 2023 c, S/PV.9366 (Resumption 1). Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/4014910?ln=en&v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9594<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el miércoles, 3 de abril de 2024, a las 11. 3 de abril de 2024 a, S/PV.9594. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/4044446?ln=en&v=pdf>. Accedido el 15 de mayo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *Protection of civilians in armed conflict*. Summary record of the 9560<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el martes, 27 de febrero de 2024, a las 15. 27 de febrero de 2024 b, S/PV.9560. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/4039362?ln=en&v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 8072<sup>nd</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el miércoles, 18 de octubre de 2017, a las 10. 18 de octubre de 2017 b, S/PV.8072. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/1310522?ln=en&v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 9498<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el viernes, 8 de diciembre de 2023, a las 10. 8 de diciembre de 2023 d, S/PV.9498. Disponible en: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPV.9498&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Accedido el 9 de abril de 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 9531<sup>st</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el viernes, 12 de enero de 2024, a las 15. 12 de enero de 2024 c, S/PV.9531. Disponible en:





- <https://digitallibrary.un.org/record/4034996?ln=en>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9534<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el martes, 23 de enero de 2024, a las 14. 23 de enero de 2024 d, S/PV.9534. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/4036129?ln=en>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9540<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el miércoles, 31 de enero de 2024, a las 11. 31 de enero de 2024 e, S/PV.9540. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/4037057?ln=en&v=pdf>. Accedido el 27 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9552<sup>nd</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el martes, 20 de febrero de 2024, a las 10. 20 de febrero de 2024 f, S/PV.9552. Disponible en: <https://undocs.org/S/PV.9552>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9556<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el jueves 22 de febrero de 2024, a las 10:20. 22 de febrero de 2024 g, S/PV.9556. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/4039152?ln=en&v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9572<sup>nd</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el lunes, 11 de marzo de 2024, a las 15. 11 de marzo de 2024 h, S/PV.9572. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/4041662?ln=en&v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.
- \_\_\_\_\_. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9584<sup>th</sup> meeting. Celebrada en la sede, Nueva York, el viernes, 22 de marzo de 2024, a las 9. 22 de marzo de 2024 i, S/PV.9584. Disponible en: <https://digitallibrary.un.org/record/4042257?ln=en&v=pdf>. Accedido el 28 de marzo de 2024.





[www.famun.com.br](http://www.famun.com.br)

 [famunfacamp](https://www.instagram.com/famunfacamp)

 [famunfacamp](https://twitter.com/famunfacamp)

 [facampfamun1](https://www.facebook.com/facampfamun1)

 [famun@facamp.com.br](mailto:famun@facamp.com.br)

